

**DIONE DA ROCHA BANDEIRA**

**CERAMISTAS PRÉ-COLONIAIS DA BAÍA DA BABITONGA, SC – ARQUEOLOGIA  
E ETNICIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.  
Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final  
da Tese defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em 27/02/2004

BANCA

  
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

  
Prof. Dr. Levy Figuti

  
Profa. Dra. Nanci Vieira Oliveira

  
Profa. Dr. Andrés Zarankin

  
Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese

Prof. Dra. Maria de Lourdes Conde Feitosa

CAMPINAS/2004



UNIDADE BC  
Nº CHAMADA UNICAMP  
B221c  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 57806  
PROC. 26-117-04  
C \_\_\_\_\_ D X  
PREÇO 22,00  
DATA 17/04/2004  
Nº CPD \_\_\_\_\_

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM00197021-4

BIB 10 314875

B221c

Bandeira, Dione da Rocha.  
Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC  
arqueologia e etnicidade / Dione da Rocha Bandeira. –  
Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador : Pedro Paulo Abreu Funari.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arqueologia. 2. Etnicismo. 3. Cerâmica. 4. Animais.  
I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. título.



## RESUMO

Pesquisas arqueológicas desenvolvidas no litoral de Santa Catarina têm indicado a presença sucessiva de, pelo menos, dois grupos humanos distintos, produtores de cerâmica na pré-história. Esses grupos têm sido relacionados às Tradições Arqueológicas Guarani e Taquara-Itararé, cujas evidências ocorrem do centro ao sul do Brasil, em aldeias diferenciadas, ocupando amplas áreas em ambientes, às vezes, bastante distintos.

Na baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, os estudos arqueológicos apontam a existência de sítios que têm sido associados à Tradição Taquara-Itararé, pela presença, ali, de uma cerâmica similar em sítios dessa tradição em outras regiões. Essa tradição tem sido considerada ancestral dos grupos indígenas de língua Jê do sul do Brasil.

Há informações dúbias sobre a presença de sítios da Tradição Guarani na baía da Babitonga, embora seja consenso na historiografia que seus descendentes, os Carijó, nela viveram.

O debate gerado pela introdução do conceito de Etnicidade na Arqueologia, pela corrente Pós-processual, tem apontado as fragilidades que permeiam a identificação e vínculos entre grupos a partir da cultura material, principalmente, quando determinados elementos são destacados. As relações entre grupos, sempre presentes, as alianças, as disputas por poder, territórios e recursos e os deslocamentos, por exemplo, criam situações complexas em que elementos culturais podem se confundir.

O caminho trilhado foi o da ampliação do conhecimento das unidades arqueológicas - os sítios Itacoara (nº 42), Bupeva II (nº 29) e Poço Grande (nº 37), enfocando elementos que, até então, tiveram pouco status entre os vestígios materiais. Com ênfase nos vestígios faunísticos, na cerâmica e no ambiente de inserção, procurou-se produzir e reunir informações para os sítios com cerâmica de cada uma das tradições da baía da Babitonga, apontando similaridades e diferenças, com o intuito de entendê-las regionalmente, para, então, compará-las com contextos arqueológicos outros e com grupos indígenas, na tentativa de avançar nas questões sobre a origem e a descendência desses grupos.

## ABSTRACT

**Key words: Archaeology, Ethnicity, Shell mound, Pottery, Faunal remains**

Archaeological researches developed in the coast of Santa Catarina State, Brazil, they have been indicating the successive presence of, at least, two different human groups, producing of pottery in the prehistory. These groups have been related to the Traditions Archaeological Guarani and Taquara-Itararé, whose evidences happen from the center to the south of Brazil, in differentiated villages, occupying wide areas in environment, sometimes, quite different.

In the Bay of Babitonga, coast north of Santa Catarina, the archaeological studies point the existence of archaeological sites that have been associated to the Tradition Taquara-Itararé, for the presence, there, of a similar pottery in sites of this tradition in other areas. This tradition has been considered ancestral of the indigenous groups of language Jê of the south of Brazil.

There is dubious information on the presence of sites of the Tradition Guarani in the Bay of Babitonga, although, be consent in the historiography that your descendants, Carijó, in her lived.

The debate generated by the introduction of the concept of Ethnicity in the Archaeology, for the Post-processual current, the fragilities that permeate the identification and entails among groups starting from the material culture has been appearing, mainly, when certain elements are outstanding. The relationships among groups, always presents, the alliances, the disputes for being able to, territories and resources and the displacements, for instance, create complex situations in that cultural elements can get confused.

The thrashed road was it of the amplification of the knowledge at the level of the archaeological units - the archaeological sites Itacoara, Bupeva II and Poço Grande, focusing elements that, until then, they had little status among the material vestiges. With emphasis in the faunistic remains, the pottery and the insert environmental it tried to produce and to gather information to the sites with pottery of each one of the traditions of the Bay of Babitonga, pointing similarities and differences, with the intention of understanding them regionally for, then, to compare them with other archaeological contexts and indigenous groups, in the attempt of moving forward in the subjects on origin and descent of these groups.

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. A todas meus sinceros agradecimentos. Entretanto, sou especialmente grata:

- ao Prof. Dr. Livre Docente Pedro Paulo Abreu Funari, meu orientador, pela confiança depositada e pela cordialidade;
- à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro, sem o qual este projeto não se realizaria;
- à Fundação Cultural de Joinville e ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), na pessoa de Alexandrina Faria Souto, Coordenadora de Atividades Museológicas, pelo apoio e toda infra-estrutura deste museu disponibilizada, também fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa;
- a Adriana Maria Pereira do Santos, pela ajuda, principalmente, no acesso ao acervo do MASJ, na organização e gerenciamento do laboratório e na curadoria e análise, preliminar, do material ósseo humano;
- a Judite Steinbach, pela ajuda, principalmente, nas atividades de campo, laboratório e revisão do texto final, pelas discussões e pelas traduções dos manuscritos de Guilherme Tiburtius;
- a Sandra Lúcia Vieira, pela ajuda nas atividades de campo e laboratório, principalmente, com o material faunístico;
- à Francine Cristina Martins, pela ajuda incansável em campo, laboratório e, principalmente, no processamento das inforações, que requereu trabalhos nos finais de semana e noites adentro;
- à Ms. Maria Cristina Alves, pela interlocução e ajuda em campo e com algumas figuras da tese;
- ao Ms. Mário Sérgio Celski de Oliveira e a Tiago Baldasso, pela ajuda em campo, principalmente;
- à historiadora Ms. Arselle Fontoura pela ajuda e companhia em campo e o apoio que sempre oferece;
- ao Sr. Evandro Böetcher, pela atenção e por permitir, prontamente, nosso trabalho no sítio Itacoara, em propriedade de sua família;

- aos estagiários Marla Luiza de Andrade Amorim, Felipe de Souza, Francine de Souza, Ana Paula Klahold Rosa e Elisete Borba, pela inestimável ajuda em campo e laboratório.
- Ainda devo agradecimentos aos seguintes estudantes, que em alguns momentos também contribuíram: Celso Voss Veira, Pablo Segan Vaz Pandolfo, Raphael Farag Freitas, Eliton Felipe de Souza, Elcio Fernandes dos Santos, Fernando Augusto de Assis, Raulino Torrens Neto, Renato Augusto Sigoli Risi, Luciana Vieira, Carolina Velloso, Geisa, Osvaldo, Anderson, Carlos, Lucimar, Gisele, William, Paloma Alves Ramos, Jenifer Arndt, Maureen Bartz Szymczak, Anderson Tambosi, Thais Cristina Ferreira, Kenji Shimizu, Elisete Steinbach, Joice Lílian Voltolini, Pedro Manoel Ferreira;
- à Karinna A.Cargnin e Adalberto dos Santos, pela produção dos croquis e desenhos apresentados na tese, e uma forcinha em campo;
- às historiadoras Tatiana Fernandes da Costa e Luiza de Castro (Rio de Janeiro), pelo auxílio na pesquisa em arquivos e bibliotecas;
- ao Adriano Stimamiglio, pela digitalização das imagens;
- ao Ademir Salvador, Jonecir e Wilson Witt, por atenderem minhas solicitações nos trabalhos de topografia dos sítios, realizadas por eles;
- ao geólogo Ms. Tarcisio Possamai, pela contribuição nas análises do material lítico;
- ao Dr. Mark Van Strydonck, do Royal Institute for Cultural Heritage, Bruxelas, Bélgica, pelas datações C14 feitas, graciosamente, de material dos sítios Itacoara e Bupeva II;
- ao arqueólogo Ms. Rodrigo Lavina, pelas discussões que tivemos e informações que me repassou sobre as ocupações pré-coloniais e indígenas do litoral de Santa Catarina;
- a arqueóloga Ms. Teresa Domitila Fossari, pela leitura crítica do projeto e orientação;
- ao arqueólogo Laércio Brochier, por ter-nos despertado para a presença de estruturas subterrâneas em Joinville, o que nos levou a outras reflexões;
- aos arqueólogos Dra. Anamaria Beck, Walter Piazza e Dr. João José Bigarella, pelas entrevistas informais, gentilmente, concedidas. Ao prof. Bigarella agradeço, também, por ter nos acompanhado, atenciosamente, ao sítio Itacoara e à prof<sup>a</sup>. Beck, pelos comentários feitos ao projeto;

- ao Ms. André Osório Rosa, do Instituto Anchieta de Pesquisas, pela ajuda, mais uma vez, na identificação de material faunístico;
- ao Dr. Levy Figuti, pelas orientações para amostragem do material faunístico;
- à Dra. Marisa Afonso Coutinho, pela disponibilização, graciosa, de material bibliográfico;
- à Denise Gomes, pela oportunidade de trabalhar em levantamento arqueológico na Amazônia e, com isso, ampliar meu conhecimento sobre Arqueologia Brasileira;
- aos amigos João Tadeu Strugo Socas e Ana Maria Mendes, por terem tornado minha estada em Campinas tão agradável; pela companhia nas saídas de campo, pelas discussões sobre o projeto e os aconselhamentos;
- às colegas e amigas que conheci em Campinas que, através de discussões e palavras de apoio, contribuíram para a efetivação deste projeto - Ms. Solange Nunes O. Schiavetto, Ms. Renata Garraffoni, Dra. Maria de Lourdes Feitosa, Dra. Nanci Vieira Oliveira e Ms. Martha Maria de Castro e Silva;
- Ms. André Luis Jacobus pela leitura crítica do projeto;
- ao pessoal que me apoiou em campo: Sr João Arlindo da Silva, Sr. Julio Gomes, Sr. Zé, Sr. Jonas Camacho, e os motoristas da FCJ;
- a todas as pessoas que me passaram informações sobre os sítios arqueológicos da região;
- a todos que contribuíram trazendo animais para a nossa coleção osteológica, especialmente ao proprietário da Peixaria do Mercado; sr. Ronaldo, e também ao Vanderlei. Agradeço à Melita Martins, pela ajuda na preparação dos peixes;

Gostaria de agradecer, ainda, aos seguintes arqueólogos com os quais fiz contato e que, de uma forma ou de outra, trouxeram contribuições à pesquisa: Dra. Margarida Díaz-Andreu, que esteve presente na apresentação do projeto na UNICAMP, Dr. André Chevitarrese, Ms. Maria Madalena Velho do Amaral, Ms. André Luis R. Soares, Ms. Ana Lúcia Herberts, Ms. Jairo Rogge e Dra. Claudia Parellada.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	iv
<b>LISTA DE FOTOS</b> .....	xiii
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	xiv
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	xvi
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. PROBLEMÁTICA DOS CERAMISTAS NA REGIÃO DE JOINVILLE</b> .....	5
<b>3. CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA DE ETNICIDADE</b> .....	9
3.1 O CONCEITO DE TRADIÇÃO NA ARQUEOLOGIA .....	9
3.2 ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL .....	13
3.3 ETNICIDADE E ARQUEOLOGIA.....	17
3.4. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	25
<b>4. TRADIÇÃO TAQUARA/ITARARÉ</b> .....	45
4.1. CONTEXTO ATUAL.....	45
4.2. PESQUISA ARQUEOLÓGICA .....	58
4.2.1 <i>Itacoara</i> .....	58
4.2.1.1. Datações .....	73
4.2.1.2. Resultados e discussões.....	74
4.2.1.2.1. Biofatos .....	74
4.2.1.2.2. Artefatos .....	79
4.2.1.2.3. Material humano .....	109
4.2.2. <i>Bupeva II</i> .....	114
4.2.2.1. Datação.....	126
4.2.2.2. Discussão.....	126
4.2.2.2.1. Biofatos .....	127
4.2.2.2.2. Artefatos .....	136
4.3. OS CERAMISTAS MAIS ANTIGOS DA BAÍA DA BABITONGA.....	154
4.3.1. <i>Similaridades e diferenças entre os sítios</i> .....	154
<b>5. TRADIÇÃO GUARANI</b> .....	179
5.1 CONTEXTO ATUAL.....	179
5.2. PESQUISA ARQUEOLÓGICA.....	188
5.2.1 <i>Poço Grande</i> .....	188

5.2.1.1. Artefatos .....	193
5.2.1.2. Datação.....	199
<b>5.3. POR UMA ETNO-HISTÓRIA PARA O LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>199</b>
5.3.1. <i>Etno-história</i> .....	199
5.3.2. <i>Arqueologia e Etno-história</i> .....	200
5.3.3. <i>Etno-história e Identidade Étnica</i> .....	203
5.3.4. <i>Etno-história Guarani no litoral norte de Santa Catarina</i> .....	206
<b>6. CONCLUSÕES .....</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>240</b>
<b>APÊNDICE 2 .....</b>	<b>250</b>
<b>APÊNDICE 3 .....</b>	<b>254</b>

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Sítios Arqueológicos da baía da Babitonga
- Figura 2 - Localização - Poço Grande e Itacoara
- Figura 3 - Uso do Solo - Poço Grande e Itacoara
- Figura 4 - Levantamento Topográfico – Itacoara
- Figura 5 - Sepultamentos – Itacoara
- Figura 6 - Perfil Estratigráfico – Itacoara – Setores PT1. 1Z, 2Z e 3Z, Parede Oeste
- Figura 7 - Cerâmica - Bordas – Itacoara
- Figura 8 - Cerâmica - Bordas – Itacoara
- Figura 9 - Cerâmica - Bordas – Itacoara
- Figura 10 - Cerâmica - Reconstituição – Itacoara
- Figura 11 - Cerâmica - Reconstituição (IT 3325) – Itacoara
- Figura 12 - Cerâmica - Reconstituição (IT 1205) – Itacoara
- Figura 13 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8403) – Itacoara
- Figura 14 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8365) – Itacoara
- Figura 15 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8370) – Itacoara
- Figura 16 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8445) – Itacoara
- Figura 17 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8439) – Itacoara
- Figura 18 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8458) – Itacoara
- Figura 19 - Cerâmica - Reconstituição (IT 1193) – Itacoara
- Figura 20 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8349) – Itacoara
- Figura 21 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8490) – Itacoara
- Figura 22 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8430) – Itacoara
- Figura 23 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8324 / 8337) – Itacoara
- Figura 24 - Cerâmica - Reconstituição (IT 3618) – Itacoara
- Figura 25 - Cerâmica - Reconstituição (IT 9779) – Itacoara
- Figura 26 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8378) – Itacoara
- Figura 27 - Cerâmica - Reconstituição (IT 8539) – Itacoara
- Figura 28 - Localização - Bupeva II
- Figura 29 - Uso do Solo no Entorno - Bupeva II
- Figura 30 - Planta Planialtimétrica e Corte Transversal da Seção N.º 8 – Bupeva II
- Figura 31 - Perfil Estratigráfico – Bupeva II – Setor A1. 2 Parede Leste

- Figura 32 - Estrutura 1 – Bupeva II – Setores A2. 2 e A3. 2
- Figura 33 - Cerâmica - Bordas – Bupeva II
- Figura 34 - Cerâmica - Bordas – Bupeva II
- Figura 35 - Cerâmica - Bordas – Bupeva II
- Figura 36 - Cerâmica - Reconstituição – Bupeva II
- Figura 37 - Cerâmica - Reconstituição (BP 10103) – Bupeva II
- Figura 38 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9824) – Bupeva II
- Figura 39 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9712) – Bupeva II
- Figura 40 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9892) – Bupeva II
- Figura 41 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9768) – Bupeva II
- Figura 42 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9990) – Bupeva II
- Figura 43 - Cerâmica - Reconstituição (BP 9769) – Bupeva II
- Figura 44 - Cerâmica - Reconstituição – Bupeva II
- Figura 45 - Distribuição das Sondagens - Poço Grande
- Figura 46 - Esquema da Escavação - Poço Grande
- Figura 47- Cerâmica - Bordas – Poço Grande

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Caderno com manuscritos de Tiburtius .....	28
Foto 2 – Aldeia Guarani da Tapera – Figueira, São Francisco do Sul .....	34
Foto 3 – Itacoara – Vista geral do sítio .....	58
Foto 4 – Itacoara - Área escavada .....	59
Foto 5 – Itacoara - Sepultamento 01 e 02, setores PT1. 1A quadrantes 2 e 3 e PT1. 2A, quadrantes 1 e 2, nível 30 a 50. ....	65
Foto 7 – Itacoara - Perfil norte, setor PT1. 3Z. ....	73
Foto 8 – Itacoara – Cerâmica – Decoração Plástica .....	81
Foto 9 – Itacoara – Cerâmica – Decoração Plástica – Incisa .....	81
Foto 10 – Itacoara – Cerâmica – Bordas .....	82
Foto 11 – Itacoara – Artefatos ósseos – Adornos de dentes .....	106
Foto 12 – Itacoara – Artefatos ósseos – Agulhas .....	106
Foto 13 - Itacoara- Artefatos ósseos – Anzóis e Adorno de osso .....	106
Foto 14 – Itacoara- Artefatos ósseos – Furadores e Indeterminado .....	107
Fotos 15 e 16 – Itacoara – Artefatos ósseos – Pontas diversas .....	107
Foto 17 – Itacoara – Artefatos ósseos – Pontas diversas .....	107
Foto 18 – Itacoara – Artefatos líticos polidos .....	108
Foto 19 – Itacoara – Artefatos produzidos a partir de lascas .....	109
Foto 20 – Itacoara – Sepultamento 01 – Púbis .....	110
Foto 21 e 22 – Itacoara – Sepultamento 02 – Vértebra com ponta óssea .....	111
Foto 23 – Itacoara – Sepultamento 02, setor PT1. 2A, quadr. 1, nível 40 a 50 cm .....	111
Foto 24 – Itacoara- Sepultamento 03, setor PT1. 1C, quadrantes 3 e 4, nível 10 a 20 cm .....	112
Foto 25 – Itacoara - Sepultamento 04, setor PT1. 1B, quadrante 3, nível 10 a 20 cm .....	113
Foto 26 – Bupeva II – Setor A1. 2 nível 10-20 .....	120
Foto 27 – Bupeva II – Estrutura 1, Setores A2. 2 e A3. 2 nível de 40-50 .....	124
Foto 28 – Bupeva II – Cerâmica – Bordas .....	142
Foto 29 – Bupeva II – Artefatos ósseos e conchíferos .....	152
Foto 30 – Bupeva II – Artefatos líticos – Lâmina e corantes .....	154
Foto 31 – Itacoara – Cerâmica. Coleção Guilherme Tiburtius .....	166
Foto 32 – Sítio Poço Grande – Visão geral .....	189
Foto 33 – Poço Grande - Setor A1. II, nível de 20-30 cm - sondagens .....	193
Foto 34 – Poço Grande – Cerâmica decorada .....	196
Foto 35 – Poço Grande – Cerâmica - Bordas .....	197

## LISTA DE GRÁFICOS

### F

Gráfico 1. – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z -, <i>Diplodon sp</i> em peso.....	75
Gráfico 2. – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z. Vertebrados em peso. ....	76
Gráfico 3.- Itacoara – Setor PT1. 3Z. Vertebrados. NISP por nível .....	76
Gráfico 4 – Itacoara – Setor PT1. 3Z - Vertebrados. NISP por classe e camada.....	77
Gráfico 6 – Itacoara – Setor PT1. 3Z Vertebrados. NISP. Camada II .....	78
Gráfico 7 – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z.- Madeiras e sementes queimadas em peso..	79
Gráfico 8- Itacoara – Cerâmica. Número de peças por espessura.....	80
Gráfico 9.- Itacoara – Cerâmica. Tratamento na face externa. ....	81
Gráfico 10 – Itacoara. Número de artefatos ósseos.....	105
Gráfico 11 – Itacoara. Número de artefatos líticos. ....	108
Gráfico 12 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 - Conchas em relação aos demais vestígios em peso.....	128
Gráfico 13 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 – Fauna - <i>Anomalocardia brasiliana</i> em relação aos demais moluscos em peso. ....	128
Gráfico 14 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 – Fauna - Relação entre o MNI e o peso das conchas (g) de <i>Anomalocardia brasiliana</i> .....	130
Gráfico 15 – Bupeva II. Amostra - Setor A1. 1 – Presença de carvão (g) em relação à presença da cerâmica.....	130
Gráfico 16 – Bupeva II –Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna - NISP peixe x outras faunas. ....	131
Gráfico 18 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2 – Fauna - NISP nas classes Condrichyties e Osteichyities.....	132
Gráfico 19 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2. - Fauna. MNI .....	133
Gráfico 20 – Bupeva II –Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna. NISP por classe em relação à presença de cerâmica.....	134
Gráfico 21 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna. NISP em relação à presença de cerâmica .....	134
Gráfico 23 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 –.Fauna - Peso (g) total por camada. ....	135
Gráfico 24 – Bupeva II – Setor A1. 1 - Amostra. Peso (g) das conchas de <i>Anomalocardia brasiliana</i> , por nível.....	136
Gráfico 25 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pela espessura.....	136
Gráfico 26 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pelo tipo de queima.....	137
Gráfico 27 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pelo tipo de tratamento na face externa .....	138
Gráfico 28 – Bupeva II. Artefatos ósseos. Número de peças.....	152
Gráfico 29 – Bupeva II. Artefatos líticos. Número de peças. ....	153
Gráfico 30.- Bupeva II e Itacoara – Vertebrados. NISP.....	155
Gráfico 31 – Itacoara – Cerâmica. Tratamento de superfície .....	165
Gráfico 32 – Itacoara – Cerâmica. Decoração plástica por nível.....	166
Gráfico 33 – Datações absolutas das camadas com cerâmica dos sítios Taquara/Itararé do Litoral Catarinense .....	175
Gráfico 34 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pela espessura.....	194
Gráfico 35 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pela queima .....	194
Gráfico 36 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pelo tratamento do antiplástico ...	195
Gráfico 37 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peça por tipo de antiplástico.....	195
Gráfico 38 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pelo tratamento na face externa...	196

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Itacoara Setor PT1. 3Z – Amostra

Tabela 2 – Itacoara – Setor PT1. 3Z - Amostra

Tabela 3- Bupeva II - Setor A1. 1 – Amostra

Tabela 4 - Bupeva II - Amostra

Tabela 5 – Enseada I - NPI por categoria geral e por ocupação

Tabela 6 –Peixes identificados no sambaqui Forte Marechal Luz

Tabela 7 – Bupeva II – Vertebrados - Setores A1. 1 e A1.2. Base do cálculo do MNI

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Moradores contatados

Quadro 2 – Sítios do Balneário Barra do Sul

Quadro 3 – Sítios de São Francisco do Sul

Quadro 4 – Sítios de Joinville

Quadro 5 – Sítios de Araquari

Quadro 6 – Sítios de Itapoá

Quadro 7 – Resumo das Fases de Piazza

Quadro 8 – Resumo das Fases de Beck

Quadro 9 – Itacoara –Cerâmica – Tipos de bordas e lábios

Quadro 10 – Bupeva II – Cerâmica - Tipos de bordas e lábios

Quadro 11 – Animais mais representados (NISP) nos sítios da baía da Babitonga

Quadro 12 – Topônimos da baía da Babitonga

Quadro 13 – Poço Grande – Cerâmica. Tipos de bordas e lábios

Quadro 14 – Itacoara - Vertebrados Elementos ósseos identificados

Quadro 15 - Bupeva II – Vertebrados - Elementos ósseos identificados

## 1. INTRODUÇÃO

A problemática do projeto partiu do nosso comprometimento com instituição arqueológica regional e da carência desta em subsídios para abordar sítios e sociedades de ceramistas pré-coloniais que, por suas características, permitem vinculação com a questão indígena em geral e com grupos indígenas que vivem atualmente, marginalizados, na região.

Para problematizar, partimos do conceito de Etnicidade na Arqueologia, tratado por Jones (1997,1998) entre outros. Nessa discussão, são destacados o caráter dinâmico, não estático e relacional dos grupos étnicos e os seus traços culturais diferenciadores, perspectiva que pode auxiliar na definição e compreensão de grupos humanos da pré-história, que certamente, se deslocavam e mantinham constantes contatos com outros grupos. Noção que a categoria arqueológica de Tradição muitas vezes pode mascarar.

Nossa intenção não é entrar na discussão teórica sobre etnicidade, mas aproveitar o debate em torno deste conceito na Arqueologia e utilizá-lo como ferramenta para refletir sobre as definições, tradicionais classificações ou filiações de determinados grupos pré-históricos e avançar na compreensão desses mesmos, quanto aos seus sistemas sócio-culturais, suas origens, seus vínculos com outros grupos e suas fronteiras.

Dada a complexidade que envolve as sociedades humanas e suas relações sociais, é necessário ampliar o conhecimento do particular, numa perspectiva contextual, para, então, poder correlacionar com outras situações. Nesse sentido, este projeto visou aprofundar o conhecimento acerca das sociedades ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga – Tradições Arqueológicas Taquara/Itararé e Guarani, por meio da interpretação arqueológica. A partir do aporte de novas informações, somadas as já produzidas anteriormente, procuramos entender como essas “culturas” se manifestaram na região – similaridades e diferenças entre os sítios: alimentação, elementos da cultura material e ambientes escolhidos. E avaliar as possibilidades de comparar e relacionar a situação da Babitonga com outras regiões.

O contexto teórico em que nosso trabalho insere-se é eclético. Não nos filiamos a nenhuma das correntes teóricas da Arqueologia. Partimos de uma Arqueologia Pós-processual para justificar nosso projeto, na medida em que enfocamos grupos humanos e período histórico que os discursos (Foucault, 1996) de uma Arqueologia e Historiografia regional têm menosprezado. Apoiamo-nos na responsabilidade que os arqueólogos e instituições devem ter com o conhecimento produzido e com os vários segmentos da sociedade. É na vertente Contextual, uma das linhas da Arqueologia Pós-Processual, que estão os debates atuais sobre

etnicidade que estamos usando como referência nos nossos questionamentos e problemática. Por outro lado, quando propomos avançar na compreensão de determinados grupos humanos pré-históricos de uma determinada região, enfatizando os recursos faunísticos que utilizaram, o ambiente em que estavam inseridos e suas formas de adaptação, além dos artefatos, nossa proposta aproxima-se bastante de uma arqueologia Processual (Menezes, 1983; Alcina Franch, 1989; Trigger, 1992; Renfrew & Bahn, 1993; Johnson, 2000). Concordamos com Diáz-Andreu (comunicação pessoal): *“para se fazer Arqueologia Pós-Processual terá que se fazer Arqueologia Histórico-Cultural e Processual, também. O importante é buscar fazer uma boa Arqueologia”*.

Nosso contexto de pesquisa é o litoral norte do Estado de Santa Catarina, conhecido como região de Joinville ou baía da Babitonga<sup>1</sup>, e as sociedades que viveram nessa região na pré-história e produziram cerâmica, vinculadas às Tradições Arqueológicas Itararé e Guarani.

Nossa hipótese, com base nas discussões sobre etnicidade, é que essas sociedades, que, acredita-se, estariam presentes em outras regiões bastante distantes, teriam, aqui na região de Joinville, aspectos diferenciados, exclusivos, decorrentes de suas histórias neste espaço e suas relações com o ambiente e outras sociedades, numa abordagem contextual.

Entendemos que a cultura e suas representações, que constituem a identidade de um determinado povo, manifestam-se de uma forma abrangente, ou seja, também nas escolhas por determinados ambientes e recursos alimentares. Nesse sentido, propusemo-nos a pesquisar grupos das tradições ceramistas de um modo um pouco mais abrangente do que os estudos realizados até então, dando ênfase aos restos faunísticos, em geral relacionados à alimentação desses grupos, embasando-nos nos pressupostos teóricos da Zooarqueologia. Estudos com este enfoque foram já encaminhados na região para os sambaquis Enseada I (nº 35) e Espinheiros II (Bandeira, 1992 e Figuti & Klökler, 1996a, 1996b, respectivamente), e, entretanto, o único sítio com cerâmica entre estes (Enseada I), não possui coleção arqueológica que permita estudos quali-quantitativos para todas as categorias faunísticas.

Também, nos motiva a idéia de que não existiam grupos vivendo em áreas isoladas, que foram sendo sucedidos por outros ao longo do tempo. A realidade, via de regra, é mais complexa. Regiões são disputadas, grupos relacionam-se amistosamente ou não, podem fazer trocas das mais variadas, podem unir-se pacificamente ou não, podem alterar elementos de suas culturas e até sua identidade. Esses movimentos e mudanças podem ser de amplitude

---

<sup>1</sup> Ver caracterização ambiental da região no Apêndice 1.

maior ou menor. Conforme Wust (1999:315), mudanças a través de “*processos de natureza simbiótica o correm em comunidades locais e específicas e não necessariamente em todos os assentamentos de um mesmo período*”.

A baía da Babitonga foi intensamente ocupada por pescadores-coletores-caçadores de 6.000 a 1000 anos antes do presente (AP)<sup>2</sup>, aproximadamente, e posteriormente pelos ceramistas. Mas como se sucedeu isso? Mantiveram contatos entre si? Disputaram territórios? Ou este foi dividido? Algum foi expulso? Ou uniram-se, fizeram alianças? É importante e necessário buscar responder estas questões. Tanto para o avanço do conhecimento dos pescadores-coletores-pescadores como dos ceramistas. Gaspar (1997:10) vem levantando essas questões. Segundo ela, “*Atualmente, consideramos que para entender esse sistema sócio-cultural [dos pescadores-coletores-caçadores] como um todo – estrutura, função e desenvolvimento – é necessário compreender também o seu momento de desestruturação. Coloca-se como questão saber como os sambaquieiros se relacionaram com os grupos ceramistas (...)*”.

Esta discussão busca contribuir para essa questão, já bastante polemizada, e talvez impossível de responder, se tais grupos/sítios estariam etnicamente vinculados aos que viviam em outras regiões e devem, ou não, ser incluídos naquelas tradições arqueológicas.

Como ponto inicial, partimos para a busca de novos sítios arqueológicos com cerâmica, uma vez que havia registro unicamente de seis sítios (5 Itararé e 1 Guarani)<sup>3</sup> em toda a região de estudo, frente à cerca de 140 sítios arqueológicos pré-coloniais sem cerâmica (sambaquis) (Bandeira, 2000).

Nossa surpresa foi que localizamos somente sítios com cerâmica Itararé e nenhum com Guarani, embora tenha sido identificada cerâmica aparentemente Guarani em um sambaqui junto ao Rio Palmital (extremo noroeste da baía da Babitonga).

Importante dizer que nossos levantamentos não trabalharam com *full coverage*. Isso não seria possível numa área tão extensa, o que não nos autoriza afirmar que indígenas Guarani<sup>4</sup> não viveram na região. Mas este resultado, pelo menos, levanta questões quanto à presença Guarani exclusiva no início da colonização, pondo em cheque a idéia corrente na

---

<sup>2</sup> Por convenção considera-se o presente 1950.

<sup>3</sup> Dois destes sítios, um dos Itararé e o Guarani estão próximos a baía da Babitonga, mas os rios junto aos quais se situam pertencem à bacia do rio Itapocu

<sup>4</sup> Seguimos a orientação da Associação Brasileira de Antropologia, que estabeleceu, em 1953, através da *Convenção para a grafia dos nomes tribais*, que denominações de etnias não devem flexionar no plural.

historiografia oficial de que estes eram os únicos indígenas que viviam no litoral catarinense e que aqui teriam se instalado expulsando os grupos que até então nele viviam. Indicam a presença, nos séculos anteriores à chegada dos conquistadores, de outros povos na região, possivelmente de língua Jê. Levanta a hipótese, que deverá ser testada futuramente, de existirem, na região, povos que não produziam cerâmica.

Estudos etnográficos e etno-históricos indicam que existiam sociedades de caçadores-coletores que não produziam cerâmica no período de contato, no que é hoje território brasileiro, bem como em outras partes do mundo. Portanto, não é certo utilizar a expressão “grupos pré-ceramistas”, pois esta forma induz a pensar, num raciocínio evolucionista, em que todas as sociedades, necessariamente, um dia passariam a produzir cerâmica. Da mesma forma não se pode relacionar de forma direta cerâmica – horticultura – sedentarismo. “*Certas populações de agricultores [no Neolítico do Oriente Próximo] não dispunham de recipientes de cerâmica, ao passo que os grupos que viviam essencialmente da recolha de moluscos marinhos já as possuíam*” (Brézillon, 1969:71).

Foi realizado levantamento arqueológico oportunístico nos cinco municípios atingidos pela baía da Babitonga e pesquisados 3 sítios, a saber: sambaqui Bupeva II, em São Francisco do Sul, sambaqui Itacoara, em Joinville e o sítio raso Poço Grande, na divisa entre Joinville e Guaramirim.

A tese está da seguinte forma estruturada, após esta introdução, Capítulo 1, na qual apresentamos o contexto em que essa pesquisa se insere e se justifica, segue o Capítulo 2, em que se trata a problemática que a norteia.

No Capítulo 3, revisamos as discussões em torno das Tradições Arqueológicas na Arqueologia Brasileira e os debates acerca da Etnicidade nas Ciências Humanas e na Arqueologia. Ao final desse capítulo, também são discutidas as metodologias empregadas na pesquisa e aspectos do ambiente natural da região de abrangência do projeto.

No Capítulo 4, é enfocada a Tradição Taquara/Itararé, o estado atual dos debates, suas manifestações na baía da Babitonga, a pesquisa arqueológica que realizamos nos sítios Itacoara e Bupeva II e uma discussão sobre possíveis relações entre eles.

Após esse capítulo, tratamos, particularmente da Tradição Arqueológica Guarani, Capítulo 5, apontando o cenário atual, como ela se manifesta na região de estudo, a pesquisa no sítio Poço Grande, buscando indicar um caminho para o avanço do conhecimento sobre essa tradição na região. A conclusão vem a seguir, no Capítulo 6.

## 2. PROBLEMÁTICA DOS CERAMISTAS NA REGIÃO DE JOINVILLE

A cidade de Joinville, a partir da qual este projeto será desenvolvido, conta a sua história a partir da vinda de europeus, especialmente alemães, em meados do século XIX, e tem buscado firmar sua identidade a partir desta imigração (Tamanini, 2000). Nela é valorizada, por exemplo, a arquitetura em enxaimel e a Festa das Flores, que destaca o costume dos imigrantes de cultivar plantas ornamentais. Entre os principais monumentos, Patrimônio Histórico da Cidade, estão o Cemitério dos Imigrantes e o Monumento ao Imigrante, erguido na principal praça da cidade.

Simultaneamente, Joinville destaca-se pela grande quantidade de sambaquis (Oliveira & Hoenicke, 1994; Oliveira, 2000), alguns dentro do perímetro urbano da cidade, por dispor de lei própria para proteção de sítios arqueológicos (Lei Orgânica) e manter instituição museológica que trabalha, preferencialmente, com Arqueologia pré-histórica (Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ). Entretanto, em termos práticos e para o entendimento geral, a lei orgânica protege sambaquis e o museu arqueológico tem suas ações voltadas quase que exclusivamente para este tipo de sítio.

São Francisco do Sul é a cidade de origem ibérica mais antiga do Estado de Santa Catarina. Embora a data para o início do povoamento seja 1658, a cidade prepara-se para festejar 500 anos em 2004. Considera-se a expedição de Gonneville, em 1504, à região, marco do início da colonização. Em relação ao patrimônio arqueológico pré-histórico, a situação de São Francisco do Sul é mais problemática. Apesar de um número ainda maior de sambaquis, não há legislação municipal de proteção e nem instituição que se responsabilize por este patrimônio (Pereira, 1984). São Francisco do Sul é nacionalmente conhecida pelo conjunto de edificações coloniais, tombado, e o Museu do Mar.

Entre as imigrações históricas mais antigas que ocorreram na região (início do século XVI) e a última ocupação conhecida em sambaqui (790 d.C do Sambaqui Espinheiros I, Joinville) há cerca de 700 anos. Para este período, entre os sambaquianos e o início das migrações históricas, há lacunas e contradições na historiografia.

As referências ou indicações sobre populações humanas que viveram na região neste período são escassas - poucos são os livros sobre história de Santa Catarina ou didáticos que fazem a devida referência a outras sociedades que aqui teriam vivido (Souza, 1999). De um modo geral, essas referências não ultrapassam uma página na qual os sambaquianos e os

índigenas “Carijós” são superficialmente citados. Isto não é uma particularidade do litoral norte de Santa Catarina, ocorre alhures, e retrata, além da falta de interesse por essas questões, também, um distanciamento entre historiadores, antropólogos e arqueólogos e instituições ligadas à Educação (escolas, museus, bibliotecas, editoras, etc).

Por outro lado, a documentação histórica e etno-histórica (Pereira,1997; Lavina,1994) e as pesquisas arqueológicas desenvolvidas em outras regiões (Piazza 1965, Rohr, 1984; Lavina, 2000a e 2000b, entre outros), indicam intensa ocupação humana no litoral de Santa Catarina, no período da chegada dos primeiros europeus e nos séculos anteriores, por populações Guarani. Há relatos, no século XIX quando se instala a Colônia Dona Francisca, no litoral norte<sup>5</sup>, da presença de bugres ou botocudos (certamente Xokleng).

Conforme fontes históricas, o capitão francês Palmier de Gonneville, em 1504, ao referir-se ao que se acredita ser<sup>6</sup> a baía da Babitonga (Perrone-Moisés, 1992:22) teria dito que o “o país é medianamente povoado (...) e as habitações dos índios formam aldeias de trinta, quarenta, cinqüenta ou oitenta cabanas”. Pereira (1997:12), tratando do confronto entre índios e colonos, a partir do século XIX na região de Joinville, diz: “A presença de indígenas na Colônia Dona Francisca se constituía no mais forte embargo para o avanço da frente colonizadora, e levando à contratação dos bugreiros para barrar a presença do “gentio” na região”.

Há uma indefinição, sobre as sociedades indígenas que viviam na região, desde o início do período colonial – não há publicações que tratem do tema, que descrevam os grupos que aqui viviam. Exceto o relato de Gonneville, não sabemos com exatidão quem eram estes índios. Há um problema que nos faz concordar com Pereira (*op cit*: 6) quando afirma que há um “hiato entre o homem sambaquiano e o colono europeu. A história de Joinville (e o mesmo pode ser dito dos outros municípios da região) é contada a partir da chegada do

---

<sup>5</sup> Notícias referindo-se a indígenas são uma constante no primeiro jornal da Colônia, Kolonie-Zeitung (Acervo do Arquivo Histórico de Joinville).

Na edição de 9 de novembro de 1867 há notícia sobre a Colônia Dona Francisca que informa “Na vizinha povoação de Barra Velha, situada à beira da lagoa que o Rio Itapocu forma na sua desembocadura no oceano, os bugres já assaltaram várias vezes moradias isoladas e parece que os silvícolas tem preferência justamente por aquele local. É que a beira da Lagoa, onde hoje se encontra Barra Velha, outrora pertenceu aos indígenas...” A edição de 28 de setembro de 1867 há um trecho que diz “Bugres. Pelas incursões realizadas nas cercanias, chegou-se à conclusão de que a tribo de indígenas da qual alguns apareceram na vizinhança da estrada Blumenau, tem a sua aldeia alguns dias de viagem acima do morro de Duas Mamas, junto às nascentes do Rio Alvim (Itapocuzinho), compondo-se a referia tribo de aproximadamente 100 indivíduos”.

<sup>6</sup> Não há consenso na historiografia oficial sobre o local exato onde teria fundeado a expedição de Gonneville. Essa questão será tratada adiante.

*imigrante europeu, ignorando-se o fato de que aqui já existiam outros povos. Conta-se a história da ausência do elemento autóctone”.*

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville foi criado com a compra, pela Prefeitura Municipal de Joinville, da coleção do arqueólogo amador alemão, naturalizado brasileiro, Guilherme Augusto Emílio Tiburtius, em 1963. As reais motivações para tal não estão claras, ainda hoje, entretanto, está certo que um pequeno grupo de descendentes de alemães, da elite da cidade, teve papel fundamental. A coleção era constituída em maior parte de peças de sambaquis dos estados do Paraná e Santa Catarina. A compra provocou a criação, em 1969, pela Prefeitura, com apoio do IPHAN, de um museu que seria inaugurado em 1972 (Tamanini, 1994). Dada a característica da coleção e o destaque que os sambaquis tinham, e ainda têm, o discurso e as ações desta Instituição estiveram voltados para esses sítios. As exposições de longa duração e temporárias centraram-se nesses sítios, os projetos educativos e os inventários arqueológicos também (Oliveira & Hoenicke, 1994). A ênfase nesses sítios, seus habitantes e ao período recuado em que viveram, foi tão intensa que se tinha a preocupação de não permitir que o público confundisse esses grupos com os índios e essa instituição como um museu do índio.

Todavia, a pré-história não se restringe aos construtores de sambaquis, nela estão também os vestígios de outras populações, inclusive as diretamente relacionadas a os povos indígenas que viviam na região no século XVI.

Compreende-se que por sua origem e pela história de Joinville, o MASJ tenha dado tanta ênfase aos construtores de sambaqui, e desconsiderado os vestígios materiais das populações indígenas, isto é, o que caracteriza o “mito de origem” da maioria das cidades brasileiras. Contudo, por ser uma instituição com mais de 30 anos que trabalha com diversas Ciências Humanas, especialmente a Arqueologia, e é responsável pelo patrimônio pré-colonial regional, ao não considerar de forma total e igualitária o patrimônio arqueológico e as outras culturas que viveram na região em que atua, o MASJ tem se colocado “*como uma instituição (...) [que] suprime a diferença e a heterogeneidade*” (Bourdieu, 1977 *apud* Funari, 1995:37) ou tem colocado “o diferente” num tempo que não tem mais relações com o presente. Aplicada desta forma a Arqueologia torna-se uma ciência “*que tem servido inconscientemente a perpetuar situações de discriminação e exploração*” (Funari, 1989: 206).

Não há dúvida que a realidade de Joinville e do MASJ não é um fato isolado. Apresenta-se como a maioria absoluta das cidades brasileiras. Tão pouco há que se desprezar

as questões estruturais que envolvem o gerenciamento de uma instituição museológica pública, com suas limitações financeiras e comprometimentos políticos. Não obstante, é evidente a falta de uma política e um projeto em que essas questões ligadas a diversidade, a outras tipologias de sítios e a outros grupos étnicos sejam efetivamente atacadas.

Esse contexto teve papel fundamental na definição temática desta tese. Entendemos que a Arqueologia não pode desconsiderar as implicações que o passado, que está construindo, tem sobre o presente. Ao desconsiderar as demais culturas que viveram na região, em especial as que estavam aqui no momento da chegada das diversas levadas migratórias europeias (populações Guarani, Xokleng, entre outras e, quem sabe, as vinculadas à Tradição Taquara-Itararé ou aos construtores dos sambaquis), a Arqueologia tem atuado no sentido de reificar uma visão distanciada, homogênea e sem conflitos desse passado.

Estamos nos calcando no que tem sido proposto pela Arqueologia Crítica, quando diz que *“as interpretações arqueológicas apresentadas ao público muitas vezes não são baseadas nos dados e podem adquirir um significado não esperado pelos arqueólogos”*<sup>7</sup> (Leone, Potter Jr & Shackel, 1987:284). A Arqueologia Pós-Processual defende uma Arqueologia na qual se deve destacar a diversidade dos seres humanos e culturas do passado e respeitar culturas diferentes da nossa (Neves, 1989).

Nesse sentido, entendemos que a pesquisa enfocando sítios arqueológicos de outras tipologias relacionados às outras culturas que viveram na região de Joinville, no caso os ceramistas Taquara-Itararé e Guarani e seus descendentes, é prioridade, por fornecer subsídios para uma construção mais completa da pré-história regional e história indígena (Bandeira, 1999).

---

<sup>7</sup> As citações em língua inglesa, traduzidas, foram feitas pela autora, livremente.

### 3. CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA DE ETNICIDADE

#### 3.1 O conceito de Tradição na Arqueologia

No Brasil as “culturas” pré-coloniais, identificadas a partir dos restos materiais estudados pela Arqueologia, têm sido caracterizadas através de categorias tais como: sociedades ceramistas e não ceramistas, que se baseia num critério tecnológico, ou como sociedades de caçadores-coletores, pescadores-caçadores-coletores e horticultores, com ênfase na subsistência. Entretanto, quando se pretende particularizar grupos ou sociedades utilizam-se os conceitos de Tradição e Fase.

Esses termos significam, conforme o determinado no Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Cerâmicos, ocorrido em 1964 e publicado por Chymz em 1966, na *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*, o seguinte:

*“Tradição: grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal”.*

*“Fase: qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios”.*

Em termos práticos, Tradição refere-se a contextos arqueológicos em que determinadas características (tipo de cerâmica ou artefatos líticos) estão presentes em um grande espaço cronológico e geográfico. Refere-se sempre a um amplo conjunto de sítios. Fase corresponde a uma manifestação de uma Tradição dentro de uma determinada região. Esta pode ser criada a partir de um único sítio arqueológico.

O emprego desses conceitos no Brasil está associado às influências de Betty Meggers e Clifford Evans, especialmente, a partir da década de 1960.

Neste período, no Brasil, havia uma preocupação com a formação de pessoal qualificado para trabalhar com o patrimônio arqueológico, principalmente devido à nova legislação (Lei 3.924 de 1961) (Souza, 1991:109).

Com esse intuito, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná passou a promover cursos na área de Arqueologia.

Em 1964, ocorre no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, um curso ministrado por Evans e Meggers com o objetivo de ensinar, *“principalmente, as técnicas de seriação cultural para construção de cronologias relativas”* (*idem*: 113), bem como tratar

temas ligados “*a técnicas de campo, análise, classificação, e interpretação cerâmica, de acordo com método Ford*” (Dias: 1994:13).

Desse curso, no qual participaram cerca de dez arqueólogos brasileiros, surgem as bases para um projeto de pesquisa arqueológica em âmbito nacional sob a coordenação desses arqueólogos, envolvendo o Smithsonian Institution, o CNPq e o IPHAN, denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA.

O projeto teria como *principal objetivo* “(...) estabelecer um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no País, desde os primeiros indícios de ocupação humana até o desaparecimento dos complexos culturais indígenas, após o contato com o europeu” (*idem*: 16).

Como a Arqueologia no Brasil, até aquele momento, tinha se voltado mais para sítios sem cerâmica tais como os sambaquis, o projeto estaria dirigido principalmente para aqueles com cerâmica, material prioritariamente estudado pelo casal americano. Realizar-se-ia através do emprego de uma metodologia unificada em todos os níveis, ou seja, no campo na coleta de dados, em laboratório, nas análises, na terminologia e no *design* dos projetos. Estes deveriam priorizar coletas sistemáticas de superfície, em detrimento de escavações pormenorizadas que deveriam ocorrer, posteriormente, após todo o material estar seriado (Souza, 1991: 114).

Com esta metodologia, tendo como base, principalmente, material cerâmico, “*seqüências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases que, por sua vez formariam tradições. Os conceitos de fase e tradição, de acordo com o padrão pronapiano, marcariam os ritmos da distribuição espaço-temporal dos grupos humanos pré-históricos que por ventura viessem a ser descobertos a partir das atividades do Programa*” (Dias, 1994:17).

Com base no modelo que tinham para as ocupações humanas pré-coloniais na América do Sul e em experiências em outras regiões, os coordenadores tinham como pressupostos que os sítios no Brasil seriam “*pequenos e pouco profundos (com exceção dos sambaquis) com estratigrafia natural limitada e sem restos arquitetônicos [nos quais os materiais consistiriam de] cacos de cerâmica e, ocasionalmente, pedras trabalhadas*” (Evans & Meggers, 1965: VII *apud* Dias, 1994:17).

Nesse sentido, os brasileiros foram orientados de que coletas superficiais e pelo menos dois pequenos cortes estratigráficos nos sítios seriam suficientes para a coleta de material para as análises e seriações.

Esse projeto trouxe significativo avanço para o conhecimento da pré-história brasileira - nesse período mais de 1500 sítios arqueológicos foram levantados e prospectados. Além disso, a partir dele, vários centros de pesquisa arqueológica foram criados, possibilitando a formação de um maior número de profissionais qualificados (Dias, 1994).

Entretanto, devido "*à falta de uma postura crítica [dos coordenadores e arqueólogos brasileiros com relação] às limitações da abordagem teórica subjacente ao método por eles seguidos, as propostas metodológicas do Programa extrapolaram seu sentido inicial, assumindo conotações paradigmáticas*" (*idem*: 22).

Ou seja, com uma ênfase excessiva nos métodos, sem um embasamento teórico explícito e avaliação crítica, a metodologia empregada foi tomada como modelo a ser seguido por grande parte dos arqueólogos no Brasil, até a década 80 e a produção, na sua grande maioria, resumiu-se "*na classificação dos registros arqueológicos descobertos em fases e tradições, novas ou já conhecidas. (...) Definir fases e tradições transformou-se em paradigma para um determinado grupo de arqueólogos brasileiros condenando-os a um contra-senso científico, na medida em que os meios para atingir o conhecimento (os conceitos) transformaram-se na finalidade última de sua pesquisa*" (*idem*: 25).

Tal situação advinha da "*idéia de que a neutralidade científica de sua produção estaria garantida pela ausência de qualquer debate de ordem teórica*" (*idem*: 22).

Essa postura fez com que os trabalhos de arqueólogos norte-americanos Willey e Phillips, que deram origem a essa metodologia empregada aqui, e os conceitos de tradição e fase, não fossem completamente conhecidos e, por conseguinte, também eram desconhecida as críticas e as limitações do método, já apontadas por eles (Dias, 1994).

Conforme esses autores, o conceito de tradição não podia ser confundido com o de cultura, constituía-se uma ferramenta básica para sistematizar as informações produzidas num primeiro momento e que deveriam ser interpretadas, num segundo momento, "*à luz da teoria antropológica*" (*idem*: 35), ou seja, não era o objetivo último. Porém, os trabalhos do PRONAPA raramente atingiram o nível interpretativo.

Um outro problema metodológico do programa foi o uso desmedido e acrítico do método Ford. As seriações, que deveriam ser empregadas em coleções provenientes de coletas de superfícies ou de escavações sem cronologia, foram tomadas como fontes primordiais de datações, prevalecendo, inclusive sobre as de Carbono 14, embora, conforme Ford, os dados produzidos só pudessem ser avaliados através deste tipo de datação (*idem*).

Além disso, como as seriações se baseiam em análises tipológicas que podem ser feitas a partir de 100 fragmentos de cerâmica, e como os *"tipos, para Ford, refletem a ordem interna de uma cultura"* (*idem*: 39), a partir de artefatos-tipo foram definidas Tradições consideradas, *a posteriori*, como blocos culturais.

Segundo Barreto (1998: 574), a filiação a fases e a tradições foi *"freqüentemente comprometida por amostragens com vieses e por seriações baseadas em muito poucos e irrelevantes atributos"*.

Em suma, a partir da implantação desse Programa no Brasil, na década de 60, produziu-se a maior parte do conhecimento que se tem das sociedades que viveram no Brasil no período pré-colonial. Entretanto, muitos trabalhos consistem na caracterização de Tradições e Fases – *"categorias de incerto significado sócio-cultural"* (*idem*), que são tomadas como culturas e apresentadas em esquemas descritivos, amplos e gerais, com ênfase em algumas categorias de artefatos que acabam por engessar as diferentes culturas que existiram no passado.

Nos dizeres de Moraes (1999-2000:201), estes termos - fase e tradição - são *"evados de um artificialismo classificatório de todo incompatível com uma disciplina que busca, dentre outros propósitos, levantar e analisar o cotidiano das comunidades do passado"*. Segundo ele, as tradições deveriam ser entendidas como Sistemas Regionais.

Nesse sentido, percebe-se a fragilidade da caracterização de tradições como a Guarani e Taquara-Itararé (aqui denominada Itararé), esta última, por exemplo, constituída a partir da identificação de um tipo de cerâmica em sítios de tipologias diversas, em uma área que abrange os três estados ao sul do Brasil.

Interessante notar que a divisão Sul/São Paulo, com o Paranapanema como divisor, reflete a dicotomia das regiões Sul e Sudeste. Contudo, essa divisão em regiões é recentíssima. São Paulo fazia parte do Sul e não havia sudeste, até a década de 1950. Ou seja, os arqueólogos jogam para o passado fronteiras geográficas de sua época (no caso, a dicotomia Sul/não sul do Brasil).

Tendo em vista a forte presença desses conceitos, sua história e o modo como têm sido empregados pela Arqueologia Brasileira, para que se possa avançar no conhecimento das sociedades humanas que ocuparam o Brasil no período pré-colonial, é fundamental fazer-se crítica, como já vem sendo feito (Dias, 1994; Barreto, 1998; Moraes, 1999-2000, Schiavetto,

2003, entre outros) e pensar alternativas conceituais que tragam possibilidades para se superar a aridez que os conceitos, até então utilizados, provocaram.

Discussões sobre a etnicidade e grupos étnicos numa Arqueologia Pós-processual têm contribuído para se pensar alternativas na (re)construção de culturas passadas a partir da cultura material.

### 3.2 Arqueologia Pós-processual

Buscando legitimar-se como ciência, a Arqueologia, na década de 60, passa a adotar um discurso mais científico, mais objetivo, mais disciplinado, *unbiased*, com uma *redação pesada e “neutra”*. Trata-se da escola Processual<sup>8</sup>, criada nos EUA, por arqueólogos liderados por Lewis Binford (Funari, 1989:205). Entretanto, a *“certeza que a ciência reduz vieses por estar externa aos interesses sociais foi minada por exemplos de mau uso da própria ciência”* (Preucel & Hodder, 1996:519). A esse aspecto está direcionada uma das principais críticas feitas a essa arqueologia.

O Pós-processualismo é um movimento teórico que surge na Arqueologia na década de 70. Seus precursores tomam como base as falhas da Processual para fundamentar suas críticas e suas propostas. Deste movimento, surgiram várias tendências que não permitem considerar o Pós-processualismo como algo único e homogêneo.

A figura mais importante neste cenário foi Ian Hodder, que propôs, inclusive, a denominação para esta corrente. Para ele, *“segundo o enfoque pós-moderno teríamos que aceitar outros significados possíveis [para eventos do passado], quem sabe contraditórios; e deveríamos perguntar-nos também como estava organizado este significado em relação às estruturas e como se havia manipulado em relação ao poder”* (Hodder, 1988:177). Existem, principalmente, quatro dicotomias que devem ser superadas na Arqueologia. Essas dicotomias estão entre a norma e a variabilidade (ou indivíduo), a estrutura e o processo, o ideal e o material e entre o sujeito e o objeto.

Quanto à norma e a variabilidade, trata-se de reconhecer, que embora existam normas ou pautas de condutas comuns no comportamento humanos, existe sempre a capacidade, em cada indivíduo, de perceber e reagir de modo diferente perante a realidade que o cerca.

---

<sup>8</sup> Esta escola é denominada também Nova Arqueologia (New Archaeology), Processual-funcionalista, Sistêmica ou Arqueologia Antropológica.

Os indivíduos são encarados como sendo negociadores ativos das regras sociais, em vez de serem vistos como pessoas controladas passivamente, por sua cultura e seus processos.(Orser Jr, 1992:74).

Conforme diz Hodder (1988:178), *“é necessário desenvolver enfoques tipológicos que se ocupam não tanto em definir “tipos” mas também descrever superfícies pluridimensionais de variabilidade em que o “tipo” muda com o contexto”*.

O que os arqueólogos vêm realizando, até agora, é o contrário - fazem os dados encaixarem-se em categorias pré-estabelecidas, esquecendo-se que justamente a variabilidade sempre presente pode explicitar as mudanças sociais e culturais.

A partir dessa perspectiva têm origem os estudos sobre etnicidade, tratados adiante.

Considerando a cultura como um texto, que é o proposto pela Arqueologia Contextual (uma das denominações da pós-processual), deve-se admitir a possibilidade que cada indivíduo tem de lê-la de maneira distinta, a o seu modo, e que a variabilidade presente na cultura material seria a manifestação dessas múltiplas leituras.

A dicotomia entre processo e estrutura refere-se, entre outras questões, à falta de explicações mais profundas com respeito às causas das mudanças culturais. Normalmente os tipos de processos e as causas das mudanças são considerados históricos ou adaptativos, mas nesse procedimento a *“forma de argumentação é sempre a mesma: um fato visível se relaciona causalmente a outro visível”* (Hodder,1988:182). O que se faz necessário é considerar que por detrás desses processos se *“escondem estruturas e códigos de presença e ausência”* (idem). Para isso a Arqueologia Pós-processual incorpora o Estruturalismo e o Marxismo.

A Arqueologia Pós-processual pede, também, pela superação da oposição existente entre o ideal e o material. Nesse caso, trata-se de reconhecer *“a existência de vínculos sistemáticos entre o material e o ideal”* (idem: 183). Trata-se de tentar *“incluir os processos cognitivos, ou relativos ao pensamento dos atores, na análise, em vez de simplesmente ignorá-los em favor de ações observáveis ou de expressões materiais”*.(Orser Jr, 1992:74).

A percepção desse aspecto ideacional na tarefa do arqueólogo seria possível a partir da consideração profunda do contexto histórico concreto no qual estão inseridas as evidências que temos. Hodder acredita que, embora possa parecer estranho *“vincular conteúdo do significado com o particularismo histórico, é só assim que poderemos nos aproximar do outro que o arqueólogo busca, pois os significados históricos, por mais outros que sejam, são sem*

*dúvida reais, produzem resultados reais no mundo material e são coerentes e, por isso mesmo, estruturados e sistêmicos” (idem: 184).*

A última dicotomia apontada está entre o objeto e o sujeito ou entre a Arqueologia e a sociedade e tem sido discutida no que vem sendo denominado de Arqueologias Alternativas - a feminista, a indígena, a “não científica”, entre outras. Ela defende que o passado é reconstituído a partir do presente. Que a Arqueologia oficial tem construído uma história a partir do ponto de vista e dos interesses de grupos dominantes, ou seja, que mulheres, outras etnias e outros discursos metacientíficos sobre o passado não têm sido considerados pela Arqueologia.

Ou seja, “*o modo que nós escrevemos necessita ser transformado em termos de um debate que não exclua perspectivas alternativas*” (Preucel & Hodder, 1996:520).

A Arqueologia feminista, por exemplo, declara que os arqueólogos interpretam as relações de gênero no passado semelhante ao modo como se estabelecem estas relações no presente, ou seja, o homem dominante, ativo, agressivo versus uma mulher passiva e dependente.

O que está sendo destacado é que, embora, o arqueólogo seja rigoroso ao intentar unir teoria e dados, grande parte da definição desses dependem dele mesmo. “*Que o passado é construído subjetivamente no presente (...) e o passado subjetivo está implicado nas atuais estratégias de poder*” (Hodder, 1988:187).

O maior objetivo dos pós-processualistas é *restabelecer seus laços [da Arqueologia] com a História*. Segundo Orser Jr (1992: 74), “*as variáveis e transformações sociais devem ser, e na verdade apenas podem ser, entendidas em termos históricos. [as ações humanas acontecem em um contexto histórico e cultural que tem sentido para os agentes sociais]. Os elementos essenciais da arqueologia pós-processual incorporam os conceitos de ação, sentido, contexto e história*”.

Três movimentos teóricos atuais da Arqueologia, conforme Orser Jr (*idem*: 75), referendando Leone, podem ser considerados, pelo que propõem, Pós-processuais. Ele está se referindo às Arqueologias Simbólica, Estrutural e Crítica. Essas correntes, de fato, buscam superar algumas das limitações ou dicotomias apontadas por Hodder, apresentadas acima.

A Arqueologia Simbólica ou Contextual propõe que “*os símbolos estão no centro da vida humana e que a cultura material (...) assemelha-se à linguagem (...) Os agentes sociais usam, constantemente, símbolos para atuar em sua sociedade (idem)*. Enfatiza o sentido, o

significado das manifestações humanas materiais. Na medida em que “os processos cognitivos, ou relativos ao pensamento dos atores” (*idem*: 74) manifestam-se através dos símbolos, esta corrente vem superar a dicotomia ideal x material.

A Arqueologia Estrutural, apesar de anterior ao pós-processualismo (primeiro trabalho é de Leroi-Gouhan na década de 60), e em suas produções mais recentes, denominadas Pós-estruturalismo, lida com um dos pontos falhos da Arqueologia Processual que é a ênfase no processo em detrimento da estrutura. Esta arqueologia “*interessa-se, em geral, pela reconstrução das regras do pensamento que estavam por detrás das expressões da cultura (...) que seriam como “gramáticas”, similares às referentes à linguagem*” (*idem*: 76). Destacam-se, nesta escola, além de Leroi-Gouhan, Dean Arnold e Henry Glassie (Renfrew & Bahn, 1993).

A Arqueologia Crítica traz como pressuposto que “*nenhum conhecimento, mesmo quando atingido pela Arqueologia, é isento e totalmente objetivo. Que a história tende a ser produzida no interesse de uma classe específica, em geral a elite, e que a Arqueologia contribui para perpetuar esta situação ao agir como se suas descobertas representassem a “verdade”*”. (*idem*: 76).

Nesta corrente o foco é o discurso produzido pela ciência. “*Para arqueólogos pós-processuais, o conhecimento do passado não pode ser usado para demonstrar a contingência da ação humana e a natureza histórica como coisas naturais. Serve para confrontar diferentes modos de opressão no presente*”. (Preucel & Hodder, 1996: 519). Esta corrente ataca o dilema entre sujeito e objeto e está na base dos argumentos do que Hodder chamou de Arqueologias Alternativas. Entende-se que “*o discurso crítico ajuda a criar as condições para a participação de vozes alternativas, vozes como as feministas, povos indígenas e perspectivas nacionalistas*”. (*idem*: 526)

Numa outra vertente, a Arqueologia Crítica busca, e aí se aproxima muito da Marxista ou Social, identificar desigualdades e contradições que são mascaradas ou escondidas por ideologias, presentes em todas as sociedades, através do registro arqueológico. Entre os autores que trabalham nesta linha, um dos mais importante é Mark L. Leone.

Estas duas vertentes da Arqueologia Crítica denominam-se: 1) Teoria Crítica, na qual se destacam Hodder, Tilley e Shanks e 2) Pensamento Neomarxista ou Marxista/Estruturalista, atribuindo-se à primeira o enfoque no discurso e à segunda, nas ideologias presentes, sub-repticiamente, nas relações sociais humanas (Renfrew e Bahn, 1993).

Há, ainda, uma outra corrente teórica atual na Arqueologia denominada de Arqueologia Processual-Cognitiva (*idem*). Esta escola vale-se de “qualquer avanço conveniente da arqueologia pós-processual”. (*idem*: 451). Pela sua ênfase “nos aspectos simbólicos e cognitivos de sociedades antigas” (*idem*: 452) poder-se-ia relacioná-la à Arqueologia Simbólica supracitada, entretanto, tendo em vista que se filia à Arqueologia Processual e por ter como duas direções principais *a investigação do papel dos símbolos nos processos de mudança e o estudo da estrutura das transformações*” (*idem*) parece configurar-se em um novo movimento pós pós-processualista.

### 3.3 Etnicidade e Arqueologia

Os termos **identidade (étnica)**, **grupo étnico**, e **etnicidade** vêm sendo discutidos e empregados nas últimas quatro décadas nas Ciências Humanas, em geral, e na Antropologia, em particular, com diferentes enfoques (Barth, 1969<sup>9</sup>; Poutignat & Streiff-Fenart, 1998, entre tantos outros). Na Arqueologia internacional, tanto Histórica como Pré-histórica, embora recente, essa discussão já produziu muitos trabalhos, todavia, com perspectivas bastante diferenciadas (Jones, 1996, 1997 e 1998; Jones e Graves-Brown, 1996; Díaz-Andreu, 1996, entre muitos outros). No Brasil alguns estudos têm tratado da questão (Tocchetto, 1991; Gaspar, 1995-94; Funari, 1997; Wust, 1999; Oliveira, 2001; Hilbert, 2001; Schiavetto, 2003).

Desde pelo menos o século XVII, vários debates e conceitos têm sido propostos na busca do entendimento de povos, suas culturas e diferenças, nas Ciências Biológicas e Humanas e fora delas. Conceitos como raça, tribo, cultura, sociedade, tradição e etnicidade estão entre eles.

O conceito de raça foi empregado para explicar as diferenças entre os europeus e os demais povos (cuja humanidade era questionada), com os quais os primeiros passaram a ter maior contato a partir do século XVI (Ferreira Neto, 1997). Sua origem está na ênfase em aspectos biológicos (Antropologia Física e Anatomia Comparada) e na Linguística Comparada. Mais recentemente, foi retomado pelos movimentos nacionalistas (soberania ariana, por exemplo) (Jones, 1997). Estas teorias, bastante etnocêntricas, acabavam conferindo conotações hierárquicas entre os diversos grupos humanos e justificavam a subjugação e o extermínio de muitas sociedades pelos europeus.

---

<sup>9</sup> In Poutignat & Streiff-Fenart, 1998.

Com o advento do Evolucionismo Cultural e com a consolidação da Antropologia, no final do século XIX, a diversidade entre as sociedades passou a ser entendida como decorrente de diferenças culturais entre sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento. Embora o emprego do conceito de raça não tenha sido abandonado, passa-se a defender a unidade mental humana. (*idem*)

O conceito de cultura torna-se central. Tylor, umas das principais figuras desta corrente, a define, em 1871, como o “*todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costume e qualquer outro hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade*” (Tylor, 1873 apud Jones, 1997).

Nesse momento, o conceito tem uma conotação universal, trata-se de uma cultura que está presente em todas as sociedades que se distinguem por estarem em estágios evolutivos diferentes. Subjacente, há uma espécie de lei universal que, no geral, faria todas as sociedades progredirem numa mesma direção.

No início do século XX, com o difusionismo e o particularismo histórico de Franz Boas, as culturas passam a ser vistas de outra forma. Por um lado, entende-se que “*as mudanças e inovações são decorrentes de processos lentos e graduais*” (Jones, 1997:24) e, por outro, que estariam relacionadas às dimensões históricas e geográficas. Estabelece-se um conceito de cultura “*no sentido de pluralidade de todos culturais distintos, condicionados historicamente em oposição à seqüência de estágios culturais*” (*idem*: 46). Essas idéias influenciam sobremaneira o pensamento no início da ciência arqueológica (Alcina Franch, 1989; Renfrew & Bahn; 1993, Trigger 1992; Johnson, 2000).

Para a Arqueologia, nesse período, as culturas são consideradas como unidades delimitadas e homogêneas e vistas como normas e regras de comportamento (modelo normativo de cultura), na corrente teórica denominada Histórico-Cultural. As preocupações voltam-se para a definição de quando e onde ocorrem determinadas “culturas”.

Adepto desta corrente no início de sua carreira, Childe definia cultura arqueológica como “*determinados tipos de restos arqueológicos - potes, implementos, ornamentos, ritos de sepultamentos, formas de casas - que são constantemente encontrados juntos*” (Jones, 1997:17). Essas idéias repercutem no conceito arqueológico de sítio-tipo, o qual reflete a crença da relação direta entre um determinado aspecto da cultura material e uma cultura, provocando uma ênfase nas similaridades (Jones, 1997:49). Conforme Funari (1998:247-8), neste modelo histórico-cultural

*“as culturas eram definidas com base nos traços materiais associados com sítios, em determinada região e tempo, aceitando-se que a continuidade cultural indicava uma continuidade étnica. [Através da técnica de seriação], semelhanças são consideradas sinais de proximidade social e espacial, dessemelhanças são índices de distância, de modo que os pressupostos de existência de cultura e identidade como algo monolítico e delimitado são confirmados pelo próprio método de investigação. Frequentemente, conceitos como “grupo étnico” e “cultura” são vistos como categorias naturais”.*

É nesta escola que a metodologia trazida por Meggers e Evans para o Brasil, na década de 60, e aplicados no PRONAPA, insere-se, conforme apresentado anteriormente.

Na Antropologia, como crítica a essa perspectiva culturalista e historicista, surge, na Europa, um movimento com base na Sociologia de Durkheim em que o conceito central deixa de ser cultura e passa a ser sociedade. Trata-se do Funcionalismo e uma Antropologia Social. Nesta linha, *“a sociedade é considerada como um organismo, um sistema coerente constituído de instituições sociais interdependentes”* (Jones, 1998:47) no qual cumprem funções. Nesta perspectiva, não há ênfase nos grupos étnicos e muitas questões relativas a eles são englobadas pela noção abrangente de sociedade.

Entretanto, apesar de todas essas discussões em torno do tema, essas escolas ou correntes teóricas, tendem a manter uma perspectiva através da qual culturas ou sociedades ainda são consideradas como entidades discretas e homogêneas.

Na Arqueologia, em reação ao modelo histórico-cultural e sob a influência da Antropologia (funcionalismo e neo-evolucionismo), emerge, na década de 60, uma escola, denominada Processual (também conhecida como Sistemática, Social ou Nova Arqueologia), através da qual se passa a questionar o conceito normativo de cultura e a defender-se uma cultura como reflexo de normas, mas como um sistema (Menezes, 1983; Alcina Franch, 1989; Renfrew & Bahn; 1993, Trigger 1992; Johnson, 2000; Jones, 1997; entre outros) em estreita relação com o ambiente. As preocupações passam a ser como são as sociedades, por que são como são e como e por que mudam.

Contudo, os pressupostos do modelo histórico-cultural, em termos gerais, *“continuam a ser considerados válidos, de uma forma ou de outra, com o desenvolvimento da Arqueologia Processual”* (Funari, 1998:248). *“A unidade cultural tradicional permanece como unidade básica de descrições e classificações (...) com conotações de grupo étnico ou social mesmo onde tais correlações haviam sido criticadas”* (Jones, 1997:27). Ou seja, não é com os avanços desta escola que os problemas relacionados à identificação e definição dos grupos humanos, considerando as mudanças temporais e geográficas, são resolvidos.

Uma alternativa para tratar essas questões surge na Antropologia no final da década de 60 e início da de 70, com as discussões em torno do conceito de etnicidade. Essas mudanças são decorrentes da conotação pejorativa que têm outras categorias utilizadas até então, supracitadas, e das “*mudanças na conceitualização teórica de grupo cultural*” (Jones, 1997:51). Também buscam atender a necessidade de lidar com problemas ideológicos, teóricos e empíricos “*ligados à crescente conotação política de identidades étnicas em várias partes do mundo*” (*idem*).

Na História, desde o século XIX, quando os povos não ocidentais deixam de ser vistos sob a perspectiva cristã ocidental, comparativa e hierarquizadora, abre-se espaço para diferentes historicidades, para uma História das Etnias ou uma Etno-história (Ferreira Neto, 1997) (retomaremos esta discussão sobre Etno-história no capítulo 5). Marshall Sahlins, nesse sentido, conclui que “*A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas*” (Sahlins, *apud* Ferreira Neto, 1997:322-23).

A obra mais importante, no primeiro momento de discussão sobre grupos étnicos, é de Frederik Barth (1969)<sup>10</sup> na qual, aborda grupos étnicos e identidades étnicas como flexíveis e sujeitos a fatores tais como contatos intergrupais e aspectos econômicos e demográficos, atribuídos e identificados pelos próprios indivíduos. Enfoca, particularmente, o espaço de contato entre os grupos, as fronteiras ou limites étnicos. Em sua obra, rejeita a perspectiva de que são os isolamentos geográficos e sociais os responsáveis pela diversidade cultural e que o contato e mesmo a interdependência entre grupos têm como resultado único o desaparecimento por mudança ou aculturação (Barth, 1969). Faz crítica à definição que Narrol, em 1964, fez de grupos étnicos, na qual, segundo Barth, é reforçada a idéia de que os grupos são isolados e que para cada raça há uma cultura e uma linguagem. Entre as noções defendidas por Barth uma que mais contribui com nossa problemática arqueológica é a que diz que traços culturais nem sempre estão diretamente relacionados a grupos étnicos. Em suas palavras: “*devemos esperar que um grupo étnico, espalhado por todo um território, com circunstâncias ecológicas variadas, apresente diferenças regionais de comportamento patente, institucionalizado, que não refletem diferenças na orientação cultural*” (*idem*: 192).

Desde as formulações de Barth muitos foram os autores e os enfoques dentro da Antropologia que discutem etnicidade. Num destes enfoques está o que relaciona etnicidade e

---

<sup>10</sup> In Poutignat, P. & Streiff-Fenart, 1998.

meio ambiente. Busca responder questões do tipo: O que faz com que novo grupo étnico surja? Por que há maior diversidade étnica em determinadas regiões do mundo? Quais fatores favorecem o surgimento de novos grupos étnicos?

Cashdan (2001), um dos pesquisadores que trabalha nesta linha, correlacionando o número de grupos étnicos em determinadas regiões a diversos fatores ambientais, concluiu que as áreas onde há maior diversidade étnica são aquelas de menor latitude (até 30 graus do Equador) porque nelas há maior diversidade de *habitats*, estabilidade climática (previsibilidade das chuvas) e um maior estresse devido a patologias. Conforme essa autora, assim como muitas espécies de animais e plantas surgiram nos trópicos em decorrência de adaptações aos diversos nichos ambientais existentes, as sociedades humanas, nessas regiões, também seriam mais diversas em decorrência da possibilidade da adaptação “a diferentes “nichos” econômicos” (grifo da autora) (*idem*: 979). As dificuldades decorrentes de instabilidades climáticas, como a falta de previsibilidade das chuvas das altas latitudes levaria ao estabelecimento de filiações, ou seja, a uma redução de grupos étnicos. Nos trópicos, segundo a autora, a presença de um maior número de patologias, típicas desta região, impede a formação de sociedades com organização social mais complexa, como chefias e estados, favorecendo grupos menores e maior diversidade étnica.

Com frágil sustentabilidade, estas correlações podem facilmente ser questionadas. Qual critério utilizado para identificar/definir grupos étnicos, a língua é suficiente? Um grupo não poderia adaptar-se a mudanças ambientais sem que sua identidade étnica seja alterada? A ocupação de novos nichos ecológicos e econômicos necessariamente implica no surgimento de um novo grupo étnico? Não haveria formas culturais de limitar ou neutralizar os efeitos das patologias nos trópicos em elevadas densidades demográficas?

Também nessa linha estão os estudos sobre surgimento (etnogênese) e desaparecimento (etnocídio) de grupos étnicos. Whitehead (1996), constatou que um processo deste tipo ocorreu entre grupos nativos do Suriname desde os primeiros contatos que mantiveram com os colonizadores holandeses, em particular.

Em função das pressões vindas dos colonizadores, há uma redução da variedade cultural e uma reordenação dos sistemas políticos e econômicos, “*novas identidades de grupos foram criadas e velhas caíram em desuso*” (*idem*: 21). Para embasar seus argumentos esse autor apresenta um outro conceito, o de *formação étnica*, que para ele significa “*the range of native political structures, economic systems, and cultural practices that went*

*together to define the ethnicity of any particular group*” (idem: 20). Esta formação étnica seria uma *estrutura unitária* adequada para a análise histórica, em que a noção da possibilidade de mudança é sugerida. Com isto evitar-se-ia aquela visão de culturas nativas isoladas e discretas.

Whitehead faz crítica à teoria de Barth (1969), na qual as bases culturais são vistas como determinantes no modo como identidades étnicas são produzidas. Segundo ele, *“arguments for a strong continuity through the contact period are always in danger of a simplistic projection of present ethnic categories onto the heterogeneous data from the past”* (Whitehead, 1996:34).

Esses estudos sobre etnicidade procuram incorporar *“os (...) avanços da Antropologia contextual contemporânea [que consideram que] o contexto torna-se determinante das formas de expressão da etnicidade, variável, justamente, conforme o contexto [e que a] idéia de uma cultura homogênea, limitada no espaço à maneira de um Estado Nacional moderno, com um povo, uma língua e uma cultura única, não passa de uma transposição do mito fundacional do Estado moderno para o passado”* (Funari, 1998: 249, grifo nosso).

Exemplo da influência do contexto (histórico, sócio-cultural e econômico) na constituição de identidades é a Europa, quando vista como uma unidade, uniforme e delimitada. Vários estudos têm debatido essa questão e demonstrado que para a construção e fortalecimento de uma identidade européia as diferenças foram minimizadas e elementos históricos e arqueológicos, que podem contribuir nesse sentido, são explorados. A origem da Europa tem sido vinculada à Idade do Bronze, que impinge a idéia de alta cultura e capitalista (Jone-Graves-Brown, 1996, Diaz-Andreu, 1996).

Não há, entretanto, segundo Jones (1997), consenso quanto ao significado do termo **grupo étnico** ou **eticidade** nas Ciências Sociais. Isto se deve, em parte, ao uso demasiado amplo desses termos, mas também pelos diferentes enfoques que são dados conforme a tradição disciplinar e teórica em que eles são produzidos ou utilizados, pelo aspecto da cultura que está em questão ou pela região ou grupo que se está pesquisando.

Por exemplo, Diaz-Polanco (1988: 20) conceitua etnicidade como o *“complexo particular que envolve, seguindo formas específicas de inter-relações, certas características, sistemas de organização social, costumes e normas comuns, pautas de conduta, língua, tradição histórica, etc.”*.

Para Jones, mais recentemente e em outra linha, etnicidade, corresponde a

*“todo fenômeno psicológico e social associado com a identidade de grupo que é construída culturalmente (...) [focando] os modos pelos quais processos culturais interagem com outros na identificação de grupos étnicos e a interação entre eles. [Sendo] grupo étnico qualquer grupo de pessoas que se considera à parte e/ou é considerado à parte por outros com os quais interage ou coexiste, na base de sua percepção de diferenciação cultural e/ou descendência comum”* (Jones, 1998: xiii).

Os diversos conceitos de Etnicidade estão, na maioria das vezes, vinculados a algumas polaridades. Tendem a privilegiar as percepções sócio-culturais de quem analisa determinado grupo, ou seja, os aspectos éticos ou a autopercepção dos membros do grupo, isto é, os aspectos étnicos.

As explicações para as origens das identidades étnicas podem ser primordialistas - na qual as identidades seriam decorrentes de laços primordiais ou sentimentos inatos, em que traços culturais são considerados fixos e involuntários; ou instrumentalistas - na qual ela, a identidade étnica, é fruto de interesses específicos, no geral econômicos.

Um enfoque que transcende esta dicotomia é o produzido pelo conceito de habitus de Bourdieu (1977 apud Jones, 1997), ou teoria da prática. Através dele a identidade étnica é uma construção intersubjetiva com base em hábitos partilhados. Estes geram sentimentos de identificação entre as pessoas. *“Como interesses e sentimentos étnicos são derivados de similaridades no habitus, assim está o reconhecimento de que certas práticas culturais e experiências históricas são representações simbólicas da etnicidade”* (Jones, 1999: 91).

Pode-se dizer que a maior contribuição da perspectiva da etnicidade é que a concepção de grupos étnicos como entidades coerentes, monolíticas e homogêneas tende a ser questionada (Funari, 1998), bem como a *“relação direta entre eles e as suas respectivas [manifestações] culturas, o que, no geral, têm levado a interpretar qualquer mudança cultural como assimilação ou perda de identidade”* (Jones, 1998: 221).

Os grupos étnicos não são mais vistos como *o reflexo direto e passivo de distinções de linguagem e de cultura. Ao contrário, envolvem construção subjetiva de identidade com base na descendência comum e na cultura real ou assumida compartilhada, e são [definidos] com base na autodefinição e a definição de outros”* (idem: 224). A identidade étnica e a seleção de símbolos que a manifesta seria construída através de processo complexo, em contexto de interação social envolvida na negociação de interesses políticos e econômicos ou relações de poder.

Spencer-Wood (1999) ao abordar as identidades étnico-religiosas judaico-americanas em Boston, EUA, entre 1840 e 1925, constatou que são decorrentes de um processo de

negociação e construção de identidades, cuja materialidade, em sinagogas, elementos de rituais e alimentação, por exemplo, foram muito importantes e nos quais as alterações nas dinâmicas em relação ao gênero e papéis e crenças foram centrais. Ela constatou que as identidades judaicas construídas, em Boston, foram fruto da interação social entre judeus imigrantes de diferentes facções e os norte-americanos. Nessa linha, a *“cultura material, incluindo construções, ambientes e paisagens são vistos não somente como produtos humanos que refletem ou expressam aspectos da cultura, mas também como agentes sociais que pessoas usam para modelar cultura e identidade”* (idem:289).

A partir dessa perspectiva, passa-se a perceber que *“somente certas práticas culturais são envolvidas na percepção e expressão de diferenças étnicas enquanto outras práticas culturais e crenças são partilhadas através de fronteiras étnicas”* (Jones, 1998: 224).

Nesse sentido, quando nos referimos a sociedades pré-históricas, devemos pensar que as *“relações entre identidades étnicas particulares e tipos particulares de cultura material (marcadores étnicos) podem ter sido fluidos e ambíguos e a expressão de etnicidade pode ter mudado em diferentes contextos de interação social”* (idem: 225).

Não obstante esses avanços, conforme Jones (1997), ainda falta uma teoria da etnicidade a desenvolver e há uma tendência a considerar regularidades no comportamento como princípios causais para conceitualizar e explicar etnicidade.

A partir desses pressupostos, estamos questionando noções estabelecidas e avançando no conhecimento de aspectos sócio-culturais, das relações sociais e origem das sociedades produtoras de cerâmica que tiveram a baía da Babitonga como seu território de ocupação.

Até o momento são identificadas três tradições arqueológicas de grupos ceramistas para o sul do Brasil. A Tradição Guarani e a Tradição Taquara-Itararé, que ocorrem nos três estados e a Tradição Vieira, que ocorre no sul do Rio Grande do Sul. Todas estão presentes tanto no litoral como interior dos três estados.

A diferenciação entre essas tradições tem sido, prioritariamente, sobre os aspectos (principalmente antiplástico e tratamento de superfície) das cerâmicas produzidas e, secundariamente, a tipologia dos sítios arqueológicos e os ambientes em que elas ocorrem.

A Tradição Vieira refere-se a grupos de caçadores e coletores que construíam aterros, denominados cerritos, a partir de acampamentos sazonais, ora junto a lagoas litorâneas para exploração de recursos marinhos, ora em campos do interior para a caça. Esses grupos teriam

sido ancestrais de grupos indígenas que existiram no sul do continente, conhecidos como Charruas e Minuanos, eliminados com a invasão européia.

As Tradições Guarani e Taquara-Itararé, como ocorrem no litoral dos três estados da região sul, são as Tradições Arqueológicas de grupos ceramistas que devem estar presentes na baía da Babitonga e por isso são objetos centrais desta tese. É sobre elas que falaremos a seguir.

Antes, entretanto, uma vez que se trata de pesquisa arqueológica em que a produção de informações é realizada de forma complexa, faz-se necessário esclarecer como se pensou e realizou esta produção.

### *3.4. Aspectos metodológicos*

A área que este projeto buscou abranger é a baía da Babitonga<sup>11</sup> e situa-se na Planície Costeira ou Planície Quaternária do litoral norte de Santa Catarina. Atinge partes dos municípios de São Francisco do Sul, Itapoá, Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul e Garuva (Figura 1)<sup>12</sup>. Nossa intenção foi contemplar área rica em recursos ambientais com grande concentração de sítios arqueológicos pré-coloniais na qual atua um museu arqueológico. Este museu, por questões estruturais, pouco informa sobre os Guarani e Itararé que viveram na região quando da chegada dos europeus e nos séculos anteriores. Também, é nesse cenário que relatos etno-históricos quinhentistas falam de indígenas que resolvemos buscar através da Arqueologia.

Como umas das poucas ocorrências de sítios arqueológicos destes grupos (Itacoara e Poço Grande) estão localizadas nas imediações do rio Piraí, que desemboca no rio Itapocu e não na baía da Babitonga, incluímos, em nossa pesquisa, também, o baixo curso do Piraí, área limítrofe entre os municípios de Joinville e Guaramirim (Figura 1). Esta região, também, nos chamou a atenção pela proximidade ao caminho indígena conhecido como Peabiru, que, segundo relatos de Cabeza de Vaca (1999) e outras fontes, seria junto ao rio Itapocu. Retomaremos essa questão adiante.

A caracterização ambiental permite produzir um cenário aproximado no qual as sociedades ceramistas pré-históricas se inseriram e interpretar suas escolhas em termos dos locais dos assentamentos e deslocamentos, os recursos ambientais disponíveis e os utilizados

---

<sup>11</sup> Suma das informações ambientais da região é apresenta no Apêndice I

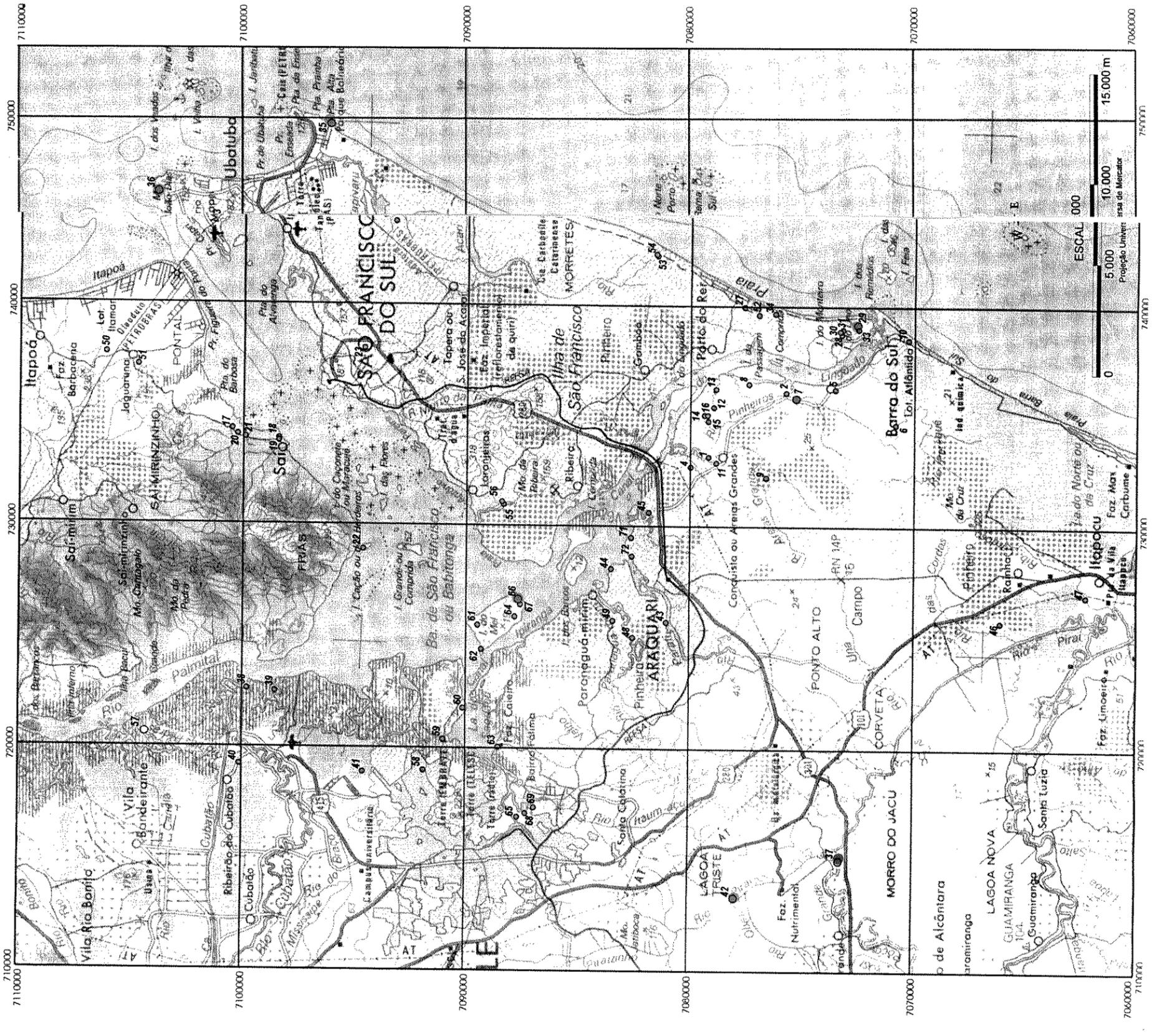
<sup>12</sup> Nesta figura estão plotados os sambaquis prospectados e os sítios pesquisados neste projeto.

para a produção artefactual, como rochas e argilas, e para a coleta ou produção de alimentos como bancos de moluscos e solos próprios para o cultivo. O estudo do ambiente natural permite, também, identificar áreas com características ambientais compatíveis com aquelas que esses mesmos grupos humanos ocuparam em outras regiões e que podem ser, prioritariamente, levantadas.

Considerando que da época em que os grupos humanos, alvo de nosso projeto, estabeleceram-se na região, em torno de **1.390** anos AP (Enseada I), conforme a datação mais antiga disponível, até hoje, o ambiente, em termos gerais, não sofreu modificações naturais significativas, vamos interpretar o ambiente natural da época como o que se apresenta hoje, procurando excluir as fortes modificações antrópicas que sofreu a partir de 1500.

O levantamento da literatura referente à Pré-história foi, também, ponto de partida para a definição da problemática do projeto. Foi através dela que se pôde constatar a carência de interpretações arqueológicas sobre a Tradição Guarani na região. Através dela, obtivemos informações sobre os sítios cerâmicos existentes, na grande maioria da Tradição Itararé, e as pesquisas realizadas.

Obtivemos por meio da literatura recente, informações sobre alguns sítios com cerâmica, além dos já registrados anteriormente. Oliveira (2000) indica presença de cerâmica em oito sambaquis de Joinville e Araquari, de alguns dos quais havia material no acervo do MASJ, coletado em vistorias. Analisando esse material e realizando prospecções em campo, identificamos, entre esses, dois sítios que apresentam cerâmica indígena. Trata-se do Sambaqui Ilha do Mel II (nº 64), situado na ilha de mesmo nome em Araquari, cuja cerâmica abundante assemelha-se àquela da Tradição Itararé, e do sambaqui Rio Sambaqui, situado às margens de rio homônimo, afluente do Rio Palmital, norte de Joinville. Este sítio, bastante perturbado por ocupações históricas, apresentou alguns fragmentos de cerâmica corrugada semelhante à produzida pelos Guarani (embora saibamos que este motivo decorativo ocorre também na cerâmica descrita para os sítios da Tradição Taquara/Itararé). É possível, embora nos falte evidências mais contundentes, que possa ter havido ali ocupação por este grupo. Devido às dificuldades de acesso, que só pode ser efetuado através de barco, não foi possível incluir estes sítios neste projeto.

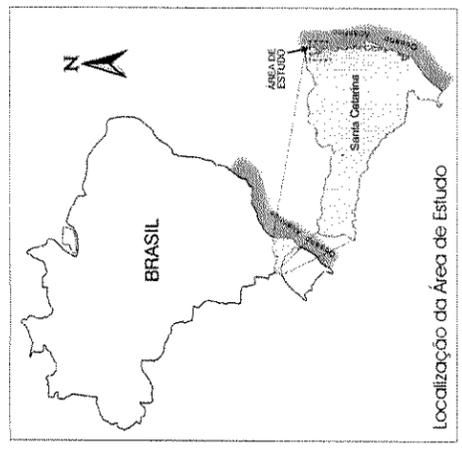


**LEGENDA**

- Sambaquis prospectados
- Sítios Itararé
- Sítios Guarani

Sítios escavados neste projeto

- 29-Bupevall
- 42 - Itacoara
- 37 - Poço Grande



**NOTAS**

Base Cartográfica: IBGE, folha Joinville - SC (SG-22-Z-B), escala 1:250.000.

**Título:**  
Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga - SC  
Arqueologia e Etnicidade.

**Autora:**  
Dione da Rocha Bandeira  
Doutorado em História  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

**Mapa:**  
Figura 1 - Sítios Arqueológicos da Baía da Babitonga

DATA	JUNHO/2003	ESCALA	1:250.000	FOLHA	
------	------------	--------	-----------	-------	--

No levantamento de novos sítios, diversas metodologias foram empregadas. Inicialmente fomos buscar informações entre documentação não publicada de Guilherme Tiburtius e entre pesquisadores que trabalharam na região. Acreditávamos que poderia haver alguma referência ou informação inédita sobre a existência de outros sítios cerâmicos, além daqueles conhecidos pela literatura, e sobre as escavações e coleções produzidas pelos pesquisadores. No acervo do MASJ, há 17 cadernos manuscritos em alemão (Foto 1), em que Guilherme Tiburtius fez o tombamento de peças arqueológicas de sua coleção. Traduziram-se<sup>13</sup> os trechos em que havia referência aos sítios com cerâmica que ele escavou - Enseada I, Rio Pinheiros II (nº 27)<sup>14</sup> e Itacoara.

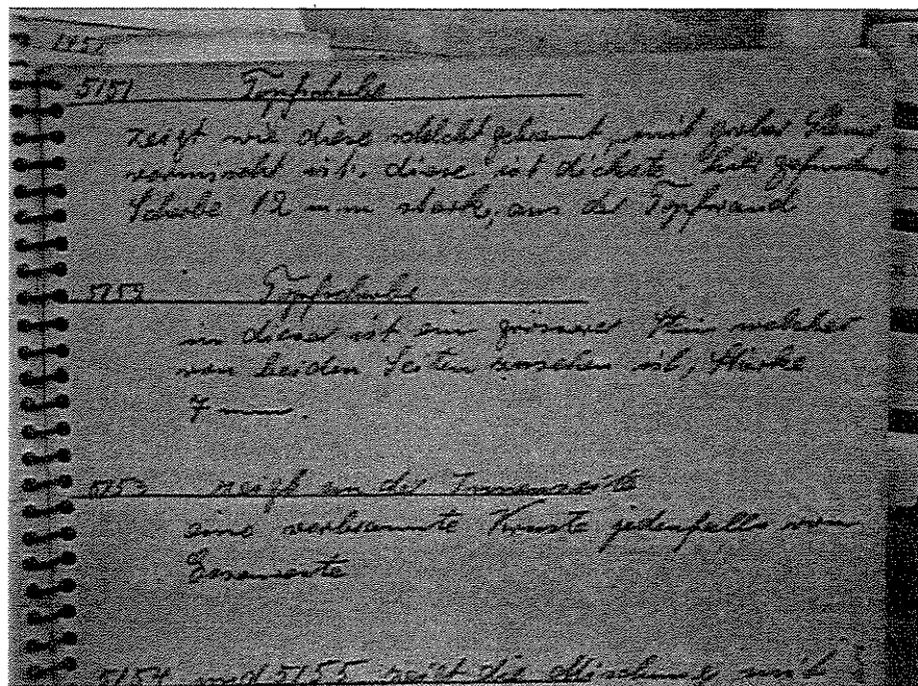


Foto 1 – Caderno com manuscritos de Tiburtius  
(Bandeira, 22/05/02).

Realizamos entrevistas informais com os arqueólogos João José Bigarella, Walter Piazza e Anamaria Beck. Nesses contatos, além de questionar sobre a existência de outros sítios arqueológicos na região, buscamos informações sobre as pesquisas realizadas por eles e sobre suas interpretações acerca dos povos ceramistas. Aproveitamos a oportunidade para obter, com João José Bigarella, maiores informações sobre as pesquisas de Guilherme Tiburtius, que ele acompanhou nos sítios Rio Pinheiros II e Itacoara.

<sup>13</sup> As traduções foram feitas pela educadora do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, Judith Steinbach e a tradutora do Arquivo Histórico de Joinville, Helena Renina Richilin.

<sup>14</sup> Este sítio era denominado por Tiburtius Rio Pinheiros no.8.

Em função da Resolução do CONAMA 001/86, que estabelece a obrigatoriedade de diagnósticos arqueológicos em áreas que vão ser atingidas por grandes empreendimentos, alguns levantamentos arqueológicos, dentro do que é denominado Arqueologia de Contrato, foram realizados na região. Embora a legislação seja de década de 80, até meados da década de 90, com raras exceções, esses estudos eram baseados na literatura, sem prospecções de campo. Aqueles que efetivamente empreenderam levantamento de campo são de suma valia para nosso estudo, pois consistem de levantamentos sistemáticos probabilísticos de sítios arqueológicos, em locais que podem corresponder a amostragens aleatórias em nossa área de estudo e apresentar informações sobre a ocorrência de sítios de nosso interesse, até então desconhecidos. Nestes levantamentos, via de regra, pessoas das comunidades são questionadas sobre ocorrências arqueológicas.

A revisão dessas publicações, entretanto, embora cubra uma extensa área, não trouxe nenhuma informação sobre novos sítios arqueológicos de ceramistas na região. Dos 17 levantamentos<sup>15</sup> que abaixo listamos, somente seis trouxeram informações de novos sítios, todos sambaquis ou históricos, exceto o levantamento da Usina Hidrelétrica Cubatão, situada na região serrana de Joinville, com altitudes que ultrapassam os 400 metros, na qual foram localizados sítios líticos e estruturas subterrâneas<sup>16</sup>.

1. Usina Hidrelétrica de Cubatão, em Joinville (Fossari *et alli*, 1989).
2. Fábrica de Cervejas Antártica, em Joinville (Amaral & Silva).
3. Gasoduto Brasil-Bolívia – Gasbol, em Joinville e Guaramirim (Scatamachia).
4. Duplicação BR 101, em Joinville e Araquari (Montardo *et alli*, 1996).
5. SC Gás, em Joinville e Guaramirim (Lavina).
6. Marina Tropical, em Joinville (Silva)
7. Retificação Rio Cubatão, em Joinville (Silva).
8. Usinor, em São Francisco do Sul (Caldarelli).
9. Aterro Industrial de Joinville, em Joinville (Silva).
10. Aterro Sanitário de Joinville, em Joinville (Amaral).

---

<sup>15</sup> Em alguns deles tivemos oportunidade de participar.

<sup>16</sup> Está em andamento levantamento arqueológico de contorno ferroviário que abrangerá os municípios de Guaramirim, Joinville e Araquari. Tivemos informação de que foram localizadas “casas subterrâneas” em Joinville no Km 7, da rua Santa Catarina.

- 11.SC Gás Ramal Guaramirim/São Francisco do Sul, em São Francisco, Araquari e Guaramirim (Lavina).
- 12.Emissário Submarino Usinor, em São Francisco do Sul (Alves & Oliveira, 2001).
- 13.Conjunto Habitacional Severo Gomes, em Joinville (De Masi).
- 14.Porto de Itapoá, em Itapoá (Alves & Bandeira).
- 15.LT São Francisco do Sul/Joinville, em São Francisco do Sul, Barra do Sul, Araquari e Joinville (Caldarelli).
- 16.Bacia do Rio Cubatão, em Joinville (De Masi).
- 17.SC Gás Guaramirim/São Francisco do Sul, em Guaramirim e São Francisco do Sul (Lavina).

Efetuamos levantamento oportunístico de sítios arqueológicos em campo, ou seja, nos valem de alguma espécie de informação prévia (oral ou escrita) para então realizar prospecções *in loco*. As informações orais foram obtidas em contatos com moradores de diversas localidades dos cinco municípios atingidos pela pesquisa – Itapoá, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Araquari e Joinville. Para atingir tais informantes, percorreram-se estradas e caminhos já existentes. Abriram-se picadas somente nos casos em que havia informação de ocorrência arqueológica, em área inacessível. Nesses contatos, preferencialmente com pessoas com idade acima de 60 anos e que residiam na região por longo tempo, foram feitas as seguintes perguntas<sup>17</sup>:

- Conhece algum sambaqui ou casqueiro na região?
- Sabe se nestes sambaquis conhecidos foram encontrados pedaços de panelas de barro antigas de índios ou de bugre?
- Tem lembrança de alguma vez ter visto em roça, ou qualquer outro local pedaços de panelas de barro antigas, de índios ou de bugre?

O levantamento de informações orais, que ocorreu em todos os municípios atingidos por nossa área de estudo (Joinville, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário da Barra do Sul, Itapoá e Garuva), incluiu cerca de 74 abordagens, conforme Quadro 1, abaixo.

---

<sup>17</sup> Os dados foram registrados em diário de campo.

**Quadro 1 – Moradores contatados**

<b>Informante</b>	<b>Município</b>	<b>Localidade</b>	<b>Data</b>	<b>Informação</b>
Abílio de Almeida	Araquari	Centro	sem data	Sambaquis
Alice Gonçalves Vieira	Guaramirim	Poço Grande	29/12/00	Sambaqui
Antonio de Souza Braga	Araquari	Centro	sem data	Sambaqui
Antonio Deoclesio da Silva Cabral	Araquari	Centro	sem data	Sambaqui
Antonio José de Oliveira	Barra do Sul	Rio Pinheiro	25/10/02	Sambaqui
Antônio José Ledoux	SFS	Vila da Glória	28/01/02	Sambaqui
Arnaldo Cunha	Araquari	Barra do Itapocu	20/04/01	Histórico
Arnoldo	Barra do Sul	Costeira	14/03/02	Sambaqui/Histórico
Artemiro Brizola Verá	Araquari	Tiaraju (aldeia)	29/01/02	Negativa
Blandina Stein Beckhauser	SFS	Capri	02/08/03	Negativa
Cacique Guarani Nilton	Araquari	Tekoá Pindoty (aldeia)	30/12/00	Cemitério Indígena sem data (não localizado)
Cláudio Lopes	Araquari	Itapocu	06/01/00	Histórico
Claudiomir Verá Tibes	SFS	Laranjeiras (aldeia)	25/01/02	Negativa
Darci M. Salvador	SFS	Laranjeiras	31/05/03	Sambaqui
Edmilson Carvalho	SFS	Vila da Glória	28/01/02	Sambaqui
Edson	Barra do Sul	Centro	09/11/02	Sambaquis
Eracildes Espindola	Araquari	Itapocu	30/12/00	Histórico
Ervino	SFS	Ervino	22/01/02	Sambaqui
Evandro Boettcher	Joinville	Itinga		Itacoara
Fernando da Silva Karay	Araquari	Tiaraju (aldeia)	29/10/02	Negativa
Francisco Assis de Souza	Itapoá	Volta Velha	19/10/01	Sambaqui
Frutuoso Pereira	Araquari	Rio do Morro	17/01/02	Sambaqui
Germano Pauster	Joinville	Poço Grande	05/11/01	Poço Grande
Janete Geraldo	SFS	Iperoba	12/09/03	Sambaqui
João Antonio Triweiler	SFS	Vila da Glória	20/08/02	Histórico
João Arlindo da Silva	Joinville	Itinga	05/11/01	Negativa
João Guilherme	Araquari	Itapocu	27/12/00	Negativa
João Martinho da Silva	SFS	Enseada	25/01/02	Sambaqui
Joel	Garuva	Barrancos	01/02/02	Sambaqui
Jonas Camacho	Barra do Sul	Conquista	sem data	Sambaqui
Jonecir Maxscharmitzel	SFS	Centro	30/07/03	Sambaqui
José Borges	Araquari	Rainha	31/05/01	Sambaqui
José Carlos Fagundes	Barra Velha	Centro	sem data	Sambaquis/Cerâmico
José Faustino da Silva	SFS	Capri	12/09/03	Negativa
José João Cunha	Itapoá	Jaguaruna	19/01/01	Histórico
José Pedro Oliveira	Araquari	Morro do Jacu	21/04/01	Sambaqui
José Queiroz Neto	SFS	Ervino	24/01/02	Sambaqui
José Roberto de Carvalho	Barra do Sul	Conquista	18/04/02	Sambaquis
Juliana Chervinski	Itapoá	Centro	19/10/01	Sambaqui/Histórico
Laura Pereira	Araquari	Rio do Morro	17/01/02	Sambaqui
Lucila Pereira	Garuva	Barrancos	½/02	Sambaqui
Luis	SFS	Vila da Glória	28/01/02	Sambaqui
Luis Carlos Mesquita	Garuva	Palmital	28/01/02	Sambaqui
Manoel de Oliveira Cercal	Joinville	Cubatão	sem data	Positiva Presença de indígenas
Márcio José Gregório	SFS	Tapera	24/01/02	Sambaquis
Margarida Jungler de Lima	Araquari	Itapocu	27/12/00	Negativa
Maria Catarina Severiano da Rosa	SFS	Laranjeiras	31/05/03	Sambaqui

Maria de Lurdes Silva	SFS	Ervino	24/01/02	Negativa
Maria Luiza Ribeiro	SFS	Tapera	24/01/02	Sambaqui
Maria Rosa da Veiga	SFS	Laranjeiras	31/05/03	Sambaqui
Mário Trentino	Araquari	Itapocu	27/12/00	Negativa
Mário Utech	Joinville	Poço Grande	29/12/00	Sambaqui
Marlene	SFS	Vila da Glória	28/01/02	Sambaqui
Marlene	SFS	Ervino	22/01/02	Sambaqui
Nair de Oliveira	SFS	Tapera	24/01/02	Negativa
Nice Tavares	Barra Velha	Itajuba	sem data	Cerâmica?
Noel de Oliveira Cruz	SFS	Porto do Rei	24/01/02	Sambaqui
Oleondina	Barra do Sul	Costeira	14/03/02	Sambaqui
Osmar Migon	Joinville	Nova Brasília	07/08/02	Sambaqui
Otávio Santana	Araquari	Barrancos	sem data	Sambaqui
Pedro F. Inácio	Araquari	Rainha	22/04/01	Sambaqui
Raquel da Silva	SFS	Enseada	25/01/02	Sambaqui
Ricardo de Souza	SFS	Capri	02/08/03	Negativa
Rogelim Alves	SFS	Vila da Glória	20/08/02	Sambaqui
Ronaldo da Silva Verá	SFS	Laranjeiras (aldeia)	25/01/02	Negativa
Salvador Flor	Araquari	Paranaguá-mirim	23/10/02	Sambaqui
Sarito Vieira	Joinville	Poço Grande	29/12/00	Sambaqui
Severiano Veiga	Barra do Sul	Conquista	sem data	Sambaqui/Histórico
Sidney Tavares	Barra Velha	Itajuba	sem data	Cerâmico?
Simone Utech	Joinville	Poço Grande	05/11/01	Negativa
Tadeu Schmitz	SFS	Ubatuba	02/08/03	Sambaqui
Tito	Barra do Sul	Centro	09/11/02	Sambaquis
Valdecir Veiga	Barra do Sul	Conquista	14/03/02	Sambaqui/ Histórico
Valente Anatore Losi	Joinville	Poço Grande	01/06/01	Negativa
Valfrido da Silva Lima	Araquari	Itapocu	27/12/00	Negativa
Valfrido Rodrigues	Joinville	Poço Grande	29/12/00	Negativa
Venefrido Freitas	Joinville	Poço Grande	29/10/00	Índios
Waldemar Silva	Araquari	Ilha do Mel	06/05/03	Sambaquis
Zé Basílio	SFS	Vila da Glória – Lamin	01/02/02	Sambaquis
Zeze Alves	SFS	Vila da Glória	28/01/02	Sambaqui

Através desses contatos conseguimos levantar informações sobre sambaquis já conhecidos e desconhecidos.

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville tem também desenvolvido projetos em que esta mesma metodologia é aplicada (Bandeira, Alves & Oliveira, 1997, Bandeira, Alves & Oliveira, 2000). Tivemos oportunidade de consultar esse material e não encontramos informações que indicassem novo sítio arqueológico com cerâmica, em toda a nossa área de estudo.

Com base na literatura (Rohr, 1984, Lavina, 1999 e 2002b, entre outros, discutida no Capítulo 5) constatamos que no litoral de Santa Catarina os sítios Guarani, em sua grande maioria, ocorrem em regiões arenosas, com vegetação de restinga. Tendo em vista a dificuldade em localizar sítios desta tradição, intensificamos nosso levantamento em área com

tais características. Fizemos diversos contatos, palmilhamento e sondagens aleatórias na região de dunas da Praia Grande em São Francisco do Sul, sem, entretanto, identificar sítio com cerâmica.

Alves (2003), fez levantamento arqueológico ao longo de antiga estrada que margeia a Praia Grande através do qual identificou 10 novos sambaquis, além de diversos sítios históricos. Contudo, embora tenha incluído em suas entrevistas questões que se referem a sítios com cerâmica indígena, não obteve nenhuma informação positiva.

Tendo em vista a localização das aldeias e a prática de longas caminhadas, horticultura e coleta, consideramos ser possível obter alguma informação sobre antigos assentamentos Guarani por índios desta etnia que vivem na região. Estivemos em quase todas as aldeias desta etnia na região – Tiaraju, Tekoá Pindoty e Ilha do Mel em Araquari, Laranjeiras (ou Morro Alto) e Tapera (Foto 2), em São Francisco do Sul, mas não obtivemos informações sobre antigas aldeias, roças ou cerâmica arqueológica.

Tivemos oportunidade de conversar com mulheres e homens de idades variadas, embora a maioria das mulheres não falasse o português. Nesses casos, algum índio que falava o português fazia as perguntas por nós, em Guarani. Nossas perguntas foram as seguintes:

- Conhece alguma antiga aldeia ou cemitério de indígenas?
- Tem lembrança de alguma vez ter visto em roça ou qualquer outro local pedaços de panelas de barro antigas de índios?

Através do contato com os índios Guarani, obtivemos informação com o cacique Nilton, da aldeia Tekoá Pindoty, de Araquari, de antigo cemitério indígena, que, segundo ele, poderia estar relacionado com os antigos Guarani que viveram na região. Entretanto, mesmo com sua orientação em campo, não conseguimos identificar, através de sondagens, qualquer material arqueológico no local.

Não tivemos oportunidade de visitar duas novas aldeias – uma na localidade de Conquista, Barra do Sul e outra próxima ao Tekoá Pindoty em Araquari, denominada Jaboticabeira, mas soubemos, por meio de projeto de iniciação científica, que esses índios não fazem referência a antigas aldeias<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Projeto ‘YVY MARA EY’ – Em busca da terra sem males – A presença dos Guarani Mbya na região nordeste de Santa Catarina (1990-2003) da aluna do curso de História da Univille Carolina Vellozo, sob orientação da historiadora e professora desta universidade, Ms. Arselle Fontoura.



Foto 2 – Aldeia Guarani da Tapera – Figueira, São Francisco do Sul (Bandeira, 24/01/02).

Em suma, o levantamento com moradores e pesquisadores, teve como objetivo localizar novos sítios e informações sobre antigos sítios e suas pesquisas, enquanto as prospecções foram sondagens realizadas em áreas para as quais havia indícios de presença de material arqueológico e nas superfícies de sambaquis, para a verificação da presença de cerâmica.

Quando obtivemos alguma informação positiva procuramos checá-la. Ao encontrar um sítio em bom estado de conservação (pelo menos parte do topo preservado), fazíamos prospecções na sua superfície, com o intuito de averiguar a presença de cerâmica. Estas prospecções eram aleatórias, tinham em média 30 cm de profundidade e procuravam cobrir toda a área superior do sítio. Algumas vezes utilizamos cavadeira manual, em outras, colher de pedreiro para fazer as sondagens. Fizemos o mesmo em alguns sambaquis, já citados na literatura, que não foram estudados e que tivemos oportunidade de visitar (Figura 1) ao longo da pesquisa.

No total foram prospectados 81 sítios arqueológicos, destes, 72 estão plotados<sup>19</sup> na Figura 1<sup>20</sup>, cujas localizações, em coordenadas UTM, estão nos Quadros 2, 3, 4, 5 e 6, abaixo. O

---

<sup>19</sup> Os sítios não plotados são: Barrancos I (0722768/7106399) e Barrancos II (0721694/7109964), em Garuva; Praia do Ervino I (0739165/7077583), em São Francisco do Sul; Saí-Guaçú (0736135/7124351), Rio Saí-Mirim I (0734827/7111491), Jaguaruna I, Jaguaruna II, Jaguaruna III e Jaguaruna IV, em Itapoá.

número à esquerda é o mesmo que está indicado na Figura 1. Foram localizados 12 sítios, todos sambaquis sem cerâmica, indicados com asterisco nos quadro, que não estavam cadastrados no IPHAN, o que estamos fazendo com este projeto.

Houve menção à presença de cerâmica no sambaqui Itamundi II (número 73) pelo proprietário do terreno, mas nas nossas sondagens não encontramos material desta natureza. Também, foi indicada a existência de um sambaqui com cerâmica, na localidade de Laranjeiras, São Francisco do Sul, entretanto, não conseguimos localizar o sítio referido, que muito provavelmente, segundo o próprio informante, foi bastante agredido por reflorestamento.

Quadro 2 – Sítios do Balneário Barra do Sul		X	Y
1	Areias Grandes	0733115	7079187
2	Rio Pinheiros I	0736085	7075738
4	Pernambuco	0732654	7079986
5	Costeira	0736242	7073541
6	Rio Perequê	0734652	7070837
7	Rio Pinheiros II	0735827	7075291
8	Tetequera*	0736461	7077394
9	Conquista	0732198	7076608
10	Barra do Sul	0738495	7070281
11	Conquista II*	0732850	7078839
12	Rio Velho da Barra do Sul	0735400	7078953
13	Rio Velho da Barra do Sul II*	0736221	7078855
14	Cacuruçu I	0735038	7079378
15	Cacuruçu II	0734761	7079200
16	Cacuruçu III	0735038	7079236

<sup>20</sup> Os números 3 e 32 foram suprimidos por corresponderem a sítios já numerados e incluídos nos quadros 2 e 3 e na Figura 1.

Quadro 3 – Sítios de São Francisco do Sul		X	Y
17	Vila da Glória I	0734292	7100500
18	Vila da Glória II	0733847	7098417
19	Vila da Glória III	0733783	7098417
20	Vila da Glória IV*	0734043	7100256
21	Vila da Glória V*	0733912	7099914
22	Ilha da Rita*	0728873	7094614
23	Porto do Rei II	0737978	7078091
24	Lagoa do Acarai I	0744960	7089903
25	Capivaru II	0743698	7093234
26	Capivaru IV	0744327	7094301
27	Praia Grande I	0739965	7077583
28	Bupeva I	0738746	7073258
29	Bupeva II	0739182	7072548
30	Bupeva III	0738892	7073285
31	Bupeva IV	0738921	7073185
33	Bupeva VI	0738975	7072502
34	Praia do Ervino II*	0739679	7076216
35	Enseada I	0749761	7096000
36	Forte Marechal Luz	0746659	7103644
52	Sambaqui Praia Grande I	0739611	7076939
53	Sambaqui Praia Grande II	0742229	7081492
54	Sambaqui Praia Grande III	0742297	7081542
55	Laranjeiras I*	0730949	7088379
56	Laranjeiras II*	0731040	7088396
70	Itamundi I*	0745037	7099926
73	Itamundi II*	0745453	7100770
74	Capri II*	0744328	7100716

<b>Quadro 4 – Sítios de Joinville</b>		X	Y
37	Poço Grande (divisa com Guaramirim)	0714996	7073271
38	Cubatão I	0722620	7099783
39	Cubatão IV	0722515	7098521
40	Ribeirão do Cubatão	0719208	7100110
41	Rua Guairá	0718876	7094591
42	Itacoara	0713302	7077919
57	Rio Sambaqui	0720629	7104290
58	Rio Comprido	0718965	7091873
59	Espinheiros II	0720388	7090984
60	Ilha dos Espinheiros II	0721825	7090076
61	Fazendinha	0725556	7089469
62	Ipiranga	0724432	7089351
63	Lagoa do Saguçu	0720217	7088773
64	Ilha do Mel II	0725904	7087781
65	Morro do Ouro	0716898	7087675
66	Ilha do Mel III	0726672	7087645
67	Ilha do Mel I	0726449	7087552
68	Guanabara II	0717057	7087267
69	Guanabara II	0717300	7086916

<b>Quadro 5 – Sítios de Araquari</b>		X	Y
43	Rio Parati IV	0725714	7081027
44	Rio Parati V	0728060	7083514
45	Areias Pequenas	0730607	7081835
46	Rainha	0725757	7066131
47	Rainha II	0726930	7062301
48	Paranaguá-mirim I	0725037	7082534
49	Paranaguá-mirim II	0725775	7083423
71	Barranca do Rio Parati I	0729477	7082606

72	Barranca do Rio Parati II*	0728636	7082590
----	----------------------------	---------	---------

Quadro 6 – Sítios de Itapoá		X	Y
50	Jaca	0737721	7106141
51	Jaguaruna V	0737175	7104710

Dos levantamentos todos realizados, identificamos um único sítio novo com cerâmica, similar à descrita para a Tradição Taquara/Itararé, denominado Bupeva II, situado em São Francisco do Sul, que já era cadastrado como sambaqui (sem cerâmica) por Bigarella *et alli* (1954) e Rohr (1984) e que nos foi indicado por pesquisadores que trabalharam na região, em estudos ambientais. Temos, conforme já mencionado, confirmada a existência de um outro sítio com este mesmo tipo de cerâmica, na Ilha do Mel (Sambaqui Ilha do Mel III, número 66 na Figura 1), em Araquari, e a suspeita de um sítio Guarani no extremo norte da baía da Babitonga, num afluente do rio Palmital (sambaqui Rio Sambaqui, número 57 na Figura 1). Procuramos checar, também, informações de Gualberto (1908) e Piazza (1974) sobre presença de cerâmica em alguns sambaquis, adiante comentados.

A partir dos resultados dos levantamentos pretendia-se escavar, além do sítio Guarani Poço Grande, já conhecido, mas não pesquisado, alguns dos novos sítios a serem descobertos. Entretanto, como somente o Bupeva II foi identificado, optou-se por escavar, além dele, o sítio Itacoara que, embora já pesquisado, apresentava controvérsia quanto ao tipo de cerâmica nele contido e a falta de informações sobre restos faunísticos, principalmente quantitativos.

Escavações arqueológicas foram realizadas para se obter amostras de material arqueológico, em geral, e faunístico em particular, dado ser esta categoria de vestígio arqueológico a menos estudada na região, em termos quali-quantitativos, e conhecer a estrutura interna dos assentamentos, na busca de uma maior quantidade de informações que possibilitem uma melhor interpretação do sistema sócio-cultural do grupo. Estas foram previstas na forma de pequenas trincheiras, pelo menos duas em cada sítio, com pelo menos 2m x 1m.

Consideramos não ser possível escavar mais do que isso com os recursos financeiros e prazos que tínhamos. Correndo o risco de nosso trabalho assemelhar-se aos tão criticados realizados pelos arqueólogos pronapianos histórico-culturais, entendemos que, embora nossas escavações sejam restritas, combinadas às informações já existentes sobre alguns sítios com

cerâmica na região, poderíamos avançar, principalmente no tocante à amostragem de restos faunísticos, no conhecimento dos grupos humanos que os produziram. Nossa intenção era fazer uma primeira avaliação do sítio e seu conteúdo, no caso de sítios até então não escavados.

Na prática, a área escavada em cada sítio foi diferente. O sítio Itacoara, por exemplo, pela espessura da camada arqueológica (90 cm) e a grande quantidade de sepultamentos encontrados, teve somente uma área escavada que atingiu 8 m<sup>2</sup>. Já o sítio Poço Grande, como era extremamente raso, teve uma área escavada maior, 14 m<sup>2</sup>.

Antes das escavações, cada sítio foi delimitado através de sondagens sistemáticas feitas a partir de um ponto onde material arqueológico aflorava. Com as informações das sondagens, os locais para a escavação foram definidos. Damos preferência aos pontos com maior concentração de material com a máxima distância entre si.

Cada área foi demarcada em setores de 1m x 1m, alinhados no sentido norte/sul que receberam identificação alfanumérica (em geral norte/sul números; leste/oeste letras)<sup>21</sup>. O rebaixamento ocorreu por níveis artificiais de 10 cm a partir da superfície do terreno. Trabalhos de topografia foram realizados para estabelecer a planialtimetria do sítio e dos pontos de sondagens e de escavação.

Todos os trabalhos realizados nos sítios foram descritos em fichas específicas (sondagem, escavação por setor, escavação de estrutura) utilizadas pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e em diários de campo. Além destes, foram feitos registros fotográficos (câmara digital) e através de desenhos (croquis de setores, perfis e estruturas).

O material arqueológico obtido nas atividades de campo, devido à quantidade e à diversidade, foi analisado parcial e preliminarmente. Nas análises, vários atributos, conforme a natureza da peça, foram considerados para descrevê-las e caracterizá-las. Antes, porém, das análises, todo material foi lavado e inventariado<sup>22</sup>. Para o inventário e análises foram utilizadas fichas específicas. Na medida do possível, os artefatos foram desenhados e aqueles representativos do conjunto, fotografados.

Os artefatos de rochas foram descritos (tamanho, largura, espessura, forma e peso) e analisados (quando necessário com lupa) com o objetivo de identificar matéria-prima e marcas resultantes de sua elaboração e uso (lascamento, polimento, queima, etc). As lascas e peças

---

<sup>21</sup> Na área dois do sítio Bupeva II esta regra foi invertida.

<sup>22</sup> Foi atribuído um número a cada peça ou conjunto delas conforme tamanho, exceto as conchas e as rochas que deverão ser descartadas após análises, mantendo-se unicamente uma pequena amostra delas.

lascadas foram somente separadas do conjunto de ecofatos líticos para análises futuras. Estes últimos foram pesados, unicamente. Utilizamos a publicação, clássica, de Laming-Emperaire (1967) neste trabalho.

O material ósseo humano foi, preliminarmente, analisado com vistas a identificar indicativos do sexo e a idade, no momento da morte de cada indivíduo exumado, e de algumas doenças infecciosas e fraturas.

Os artefatos elaborados com ossos, dentes e conchas foram descritos (tamanho, largura, espessura, forma e peso) e analisados (quando necessário com lupa binocular) buscando identificar marcas resultantes de sua elaboração e uso (polimento, corte, queima, etc). Trabalhamos somente com os artefatos (peças que apresentavam alguma alteração na forma, como corte, polimento ou perfuração), não incluímos em nossas análises, nesse momento, os rejeitos da produção. Procurou-se determinar a classe a que pertencia o animal ao qual o osso pertencia. Nos baseamos principalmente em Fossari (1984).

No caso dos fragmentos cerâmicos, procurou-se definir a que porção da peça correspondia (borda, bojo, base), as dimensões de cada fragmento (comprimento, largura e espessura), a forma (borda, lábio, bojo, base e da peça original como um todo; quando foi possível reconstituir através de desenho), o tipo de queima, o tipo de aditivo (foi utilizado lupa binocular) e o tipo de tratamento das superfícies. Nos valem para análises e interpretações do material cerâmico das publicações de Chymz (1966), Megger & Evans (1970), Shepard (1976), Miller Jr (1978), Lima (1986), La Salvia & Brochado (1989), Rye (1988), Silva, (1999), Wust (s/d) e Alves (1991).

Nossa intenção foi produzir informações que permitissem uma aproximação com o estilo dos artefatos de cada um dos sítios pesquisados. Consideramos que *“Estilo é qualquer modo característico e, por tanto, reconhecível, em que se leva a cabo uma ação ou se cria um artefato”* (Gombrisch *apud* Refrew & Bahn, 1993:386) escolhido entre várias possibilidades e portanto, com particularidades (Silva, 1999, referindo-se à cerâmica). Ele pode referir-se a um indivíduo ou a uma coletividade. No caso do estilo de uma coletividade, está sempre vinculado a *“um determinado contexto histórico-cultural”* (*idem*: 58) e a identidades étnicas (entre outras).

Esse conceito teve diferentes sentidos conforme a corrente teórica da Arqueologia em que foi interpretado. Para os arqueólogos histórico-culturais ele foi sinônimo de grupo étnico, para os processualistas estava atrelado à função, enquanto para os pós-processuais depende do

contexto e está imbuído de conteúdo simbólico e ideológico. Esta profusão de conceitos gerou debates que têm provocado uma incerteza em relação à sua definição (Wust, s/d, referindo-se à cerâmica).

Entretanto, “*vem sendo desenvolvida a noção de estilo tecnológico, ou seja, a idéia de que o estilo não está separado da tecnologia e que as análises estilísticas da cultura material não devem restringir-se aos seus aspectos visuais*” (Silva, *op cit*: 57).

Os restos faunísticos foram analisados a partir dos pressupostos da Zooarqueologia<sup>23</sup>, que é a disciplina que estuda os restos de animais encontrados em sítios arqueológicos, que estão relacionados à alimentação, mas não só, e indicam a dieta alimentar. Tem como objetivo genérico entender as interações entre homens e animais e as conseqüências desta relação para ambos. Apesar da relação do homem com a natureza, inclusive os animais, sofrer pressões adaptativas, ela está vinculada aos costumes e tradições de uma dada sociedade e, portanto à sua identidade étnica. “*Refletem sistemas culturais, de instituições econômicas à ideologia*” (Reitz & Wing, 2001:6).

Embora muito antiga em outros países (desde o século XVIII, segundo Reitz & Wing, *idem*), no Brasil, somente, a partir da década de 80 começa desenvolver-se. As pesquisas de Jacobus (1985), Lima (1987) e Figuti (1989) são precursoras.

Não há um único nome para designá-la, o que indica as diferentes perspectivas empregadas nos estudos que relacionam o homem e os animais. O termo mais empregado é Zooarqueologia, que reflete a perspectiva antropológica nos estudos dos restos de animais que buscam obter informações sobre o comportamento humano, nossa linha neste estudo. Contudo, há profissionais que utilizam o termo Arqueozologia (zoologia antiga) que enfatiza a natureza biológica dos restos animais. Há, ainda, o termo Osteoarqueologia, que se restringe ao estudo de restos de vertebrados (Lima, 1987; Cardoso, 1996; Reitz & Wing, 2001).

Pela natureza dos vestígios que aborda e a metodologia necessária para seu desenvolvimento é, extremamente, interdisciplinar. O que torna complexa sua realização. O zooarqueólogo deve ter em mente, entre tantas outras coisas, que seus resultados dependem da metodologia empregada, tanto na coleta como na análise do material (tipo de amostra, malha de peneira, etc); que ele consegue somente uma amostra do que foi depositado no sítio e que

---

<sup>23</sup> Contamos com valiosa orientação do Dr. Levy Figuti na definição da metodologia para amostragem e quantificação.

sua conservação dependeu do tipo de material e dos processos tafonômicos a que esteve sujeito. Deve considerar que lida com vestígios que na maioria das vezes ocorrem no ambiente próximo à aldeia e podem estar no sítio arqueológico não pela ação humana intencional, mas devido a processos que ocorrem após o abandono do local pela população humana.

Para atingir seus objetivos o zooarqueólogo deve identificar o elemento ósseo a que cada peça coletada corresponde (por exemplo, se é um fêmur ou uma clavícula, é chamado também estrutura esquelética ou espécimen) (Lyman, 1994) e a que animal pertenceu, buscando atingir o nível taxonômico mais específico possível (que animal, onde vivia, tamanho, como pôde ser capturado, e assim por diante). A identificação é realizada através da comparação com coleção osteológica de referência<sup>24</sup>, bibliografia pertinente e ajuda de especialistas nessa área. As publicações que utilizamos são Correa e Vianna (1992/93); Cunha & Nunam (1980); Figueiredo & Menezes (1977, 1978, 1980, 1985); Menezes & Figueiredo (1980); Godoy (1987), Lima (1984), Santos (1987), Garcia, (1969), Olsen (1969), Uchôa & Garcia (1971), Rios (1994), Silva (1984).

Além da análise qualitativa deve-se proceder a quantificações. Há diversas unidades quantitativas e diferentes termos associados a elas, que representam, também, diferentes enfoques. Utilizamos na quantificação de nosso material o NISP (*Number of identified specimens per taxon*), que quantifica o número de elementos ósseos por táxon. Táxon (ou taxa no plural) significa nível taxonômico, pode ser espécie, gênero, família, assim por diante. Esta contagem pode ser total para o sítio, por nível ou por setor. Essa unidade possibilita saber qual elemento ósseo é mais freqüente (por que se preserva melhor? por que os demais foram utilizados para outros fins? ou não foram trazidos para o sítio? ou foram descartados em outro local do sítio? e assim por diante) e quais animais foram capturados (onde viviam, hábitos, tamanho, sazonalidade, quantidade de carne, formas de captura) e o quantitativamente mais representativo. Entretanto, como há diferença entre a quantidade e o grau de fragmentação de um osso para outro e entre diferentes animais, este dado não é o mais indicado para se avaliar predominância. Para isso utiliza-se o MNI (*Minimum Number of Individual*) que permite estimar o número mínimo de animais que foram capturados por táxon. Para este cálculo quantifica-se cada elemento ósseo por táxon e considera-se aquele de maior número como sendo o número mínimo de indivíduos. Deve-se trabalhar com ossos únicos ou que se

---

<sup>24</sup> A coleção osteológica de referência do MASJ conta, hoje, com material ósseo de 52 espécies de peixe. Maior parte dela foi composta a partir deste projeto de pesquisa.

apresentam aos pares. Nesse caso, identifica-se a lateralidade e considera-se aquele elemento ósseo em maior quantidade. Esta unidade permite uma inferência um pouco mais precisa em termos do táxon mais representativo. Mas também tem suas restrições nos casos de amostras muito pequenas, no caso de animais em que estruturas que permitem fazer esse cálculo não se preservam ou não estão presentes (ou em baixa quantidade), como é o caso dos ouriços-do-mar, peixes cartilagosos, cetáceos, entre outros. Além disso, há que se ter cuidado com a definição do elemento ósseo que está sendo quantificado que, na maioria das vezes, está fragmentado. Deve-se então distinguir, além da lateralidade, a parte do elemento ósseo que se está considerando, por exemplo, epífise distal ou proximal de fêmur direito (Lima, 1987; Lyman, 1994; Cardoso, 1996; Reitz & Wing, 2001).

Esses foram, em termos gerais, os procedimentos que empregamos nas análises por nós realizadas com os restos faunísticos.

Em suma as etapas de trabalho realizadas foram as seguintes:

- Levantamento da literatura referente à Pré-história regional, com ênfase nas pesquisas em sítios cerâmicos.
- Levantamento de informações bibliográficas sobre indígenas que viviam na região nos séculos XVI e XVII;
- Levantamento de sítios arqueológicos pré-históricos com cerâmica. Este levantamento deu-se através das seguintes atividades:
  - Prospecções em sambaquis (já que todos os sítios com cerâmica Itararé, conhecidos na região, ocorrem sobre sítios deste tipo);
  - Contatos com moradores de diversas localidades;
  - Contatos com arqueólogos que pesquisaram na região;
  - Contatos com índios Guarani que vivem em aldeias na região;
  - Levantamento de documentação de Guilherme Tiburtius existente no MASJ;
  - Estudo de relatórios de levantamentos arqueológicos (EIA/RIMA) efetuados na região.
- Produção de informações arqueológicas.
  - Sondagens aleatórias em superfícies de sambaquis;
  - Escavações arqueológicas em sítios cerâmicos;

- Curadoria, identificação, análise e datação de material arqueológico destes sítios;

## 4. TRADIÇÃO TAQUARA/ITARARÉ

### 4.1. Contexto atual

A Tradição Taquara/Itararé é o resultado da fusão das tradições ceramistas Taquara, Itararé e Casa de Pedra, tradicionalmente identificadas no sul do país, cujas denominações “foram estabelecidas pelo grupo de arqueólogos do PRONAPA (1965-1970), coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers” (Schmitz, 1988:75).

Em 1957, Schmitz identificou, no Rio Grande do Sul, uma cerâmica denominada Osório. Esta cerâmica, posteriormente, passou a compor a fase Taquara. A partir de 1967, Eurico Miller, também, através do PRONAPA, passa a referir-se a vários sítios da tradição Taquara, inclusive casas subterrâneas, em várias regiões desse estado. Diversas fases (Taquara/Caí/Erveiras, Guatambu/Vacaria/Guabijú, Taquaruçu/Giruá, Xaxim e Itapiranga) (Silva, 2001) são criadas por esses e outros pesquisadores para o nordeste, norte, noroeste e litoral norte do Rio Grande do Sul. As “casas” subterrâneas pesquisadas por Reis (1980), nos Campos de Lages, e as indicadas por Rohr (1968), para o litoral de Jaguaruna, em Santa Catarina, também foram filiadas a essa tradição, por Schmitz (1988).

Em termos artefatuais, essa tradição caracteriza-se por cerâmica lisa, às vezes polida, às vezes com engobe e decoração plástica em maior ou menor quantidade conforme a fase. Há variação dos tipos decorativos, mas sempre estando presente o ponteadado (simples, arrastado, múltiplo ou picoteado) e o unglado. Ocorrem, ainda: digitado, carimbado, pinçado, incisões (paralelas, cruzadas e mamiliforme) e impressões (de corda, malha e cestaria). A Fase Taquara é a única na qual a decoração plástica é predominante. O antiplástico é mineral. Os artefatos líticos são polidos (lâminas, socadores, viotes e bolas de boleadeiras) e lascados (lascas retocadas ou não, talhadores uni e bifaciais, raspadores) além dos percutores, alisadores, afiadores e suportes, alterados pelo uso. Na Fase Xaxim foi identificado machado semilunar (*idem*).

Em 1968, Chymz (1968: 115) apresentou duas novas tradições caracterizadas por uma “cerâmica simples”, não tupi-guarani, para o estado do Paraná e São Paulo. São as Tradições Itararé e Casa de Pedra.

A Tradição Itararé se manifestaria em duas fases. Uma (Itararé) ocorreria nos vales dos rios Paranapanema e Itararé, em São Paulo e Paraná e no litoral deste último estado, e outra (Açungüi) no planalto centro-sul paranaense (alto e médio curso do rio Iguaçu). Caracteriza-se

por uma cerâmica de pequeno porte, de formas pouco variadas, com areia e quartzo leitoso como antiplástico, o que lhe confere uma certa aspereza, e de coloração vermelho-tijolo, cinza-escuro e cinza-clara. Como em alguns sítios foram encontrados fragmentos dessa cerâmica junto à cerâmica tupiguarani, Chymz (1968) supunha que teria havido contato entre os povos dessas duas tradições, bem como alguma relação, talvez de ancestralidade, com os Guaianás, que segundo o etnólogo Nimuendajú, teriam migrado para aquela região antes dos Guarani e Coroados (Kaingang) (*idem*). Chymz, declara que não sabia nada “sobre a existência e comportamento deste tipo de cerâmica em território do Rio Grande do Sul” (*idem*:117), ao contrário de Santa Catarina, onde vários sambaquis, com cerâmica (Forte Marechal Luz – nº 36, Enseada I, Laranjeiras II, Tapera, Base Aérea), e sítios nos Campos de Lages já haviam sido identificados como supostamente pertencentes a essa tradição, hipoteticamente, vinculada aos Xokleng (Beck, 1968). Sambaquis com cerâmica do Paraná (Ilha das Cobras, Ilha das Pedras, e outros da baía de Guaratuba) também são filiados a essa tradição (Schmitz, 1988).

Posteriormente, o outras 8 fases foram criadas - Xagu (margem direita do rio Iguaçu, PR), Pacitá (margem esquerda do rio Paraná, PR), Catanduva (rio Iguaçu, terceiro planalto, PR), Candói (médio e baixo curso do Iguaçu, PR) e Cantu (margem esquerda do rio Paraná e médio curso do rio Piquiri, PR). A fase Ibirama (vale do rio Itajaí do Norte) criada por Piazza, em Santa Catarina, foi atribuída a essa tradição (*idem*)<sup>25</sup>.

A Tradição Casa de Pedra foi identificada em alguns sítios no sul, centro e noroeste do Paraná (Fase Casa de Pedra). Schmitz (*idem*) atribui, também, a essa tradição, os sítios identificados por Rohr (1971 *apud* Prous & Piazza, 1977) nos Campos de Lages (Urubici, SC). A cerâmica em geral é lisa ocorrendo banho e brunidura sobre fina camada negra e decoração plástica incisa (ungulada, ponteadada e figurativa de animal e planta), ponteadada e ungulada. É um pouco mais espessa que a cerâmica da Tradição Itararé e amarronzada. O antiplástico predominante é o quartzo hialino. Conforme Chymz (1968), essa cerâmica ocorreria, também, como intrusiva em sítios Guarani, e poderia estar relacionada

---

<sup>25</sup> A fase Cotia, criada por Piazza para casas subterrâneas dos Campos de Lages, foi considerada pelo autor como pré-cerâmica, já que não encontrou cerâmica. Eble registrou 7 sítios de casas subterrâneas no Vale do Rio Itajaí, sem fazer vinculação a nenhuma tradição arqueológica. Schmitz acredita serem estes sítios vinculados a alguma destas tradições.

(ancestralidade) com os Kaingang, tendo em vista “*as descrições feitas por vários autores da técnica ceramista*” (*idem*: 123) desses índios. Há registro de ponta óssea.

Apesar de muitos títulos relacionados a essas tradições publicados desde a década de 1960, há, já em 1968, uma tentativa de síntese (Schmitz, 1968). O que se observa é que, até a década de 1980, embora fossem caracterizadas pela presença de uma cerâmica muito similar – com antiplásticos arenosos, de pequenas dimensões e predominantemente sem decoração – como cada uma havia sido identificada a partir de sítios localizados em áreas distantes, por diferentes pesquisadores, tomaram a forma de Tradições arqueológicas diferenciadas.

Entretanto, desde o início dos anos 80, a partir do III Seminário Goiano de Arqueologia, com as discussões do grupo *Os Cultivadores do Planalto e Litoral* (Schmitz, Barbosa & Ribeiro, 1978/79/80), começam as manifestações que questionam a separação dessas três tradições. Aliás, na publicação desse seminário, essas tradições são mencionadas como *As Tradições Cerâmicas do Planalto Taquara e Itararé/Casa de Pedra* ou como *Tradições Agrícolas dos grupos Jê do Planalto (...) Itararé/Casa de Pedra (... e) Taquara*.

Miller é quem levanta o problema da relação entre estas tradições. Segundo ele, deveria ser revista a separação entre as Tradições Itararé e a Casa de Pedra, uma vez que eram recorrentes os casos em que as cerâmicas, que eram consideradas típicas para cada tradição, ocorriam juntas. Referindo-se à distinção do antiplástico entre as duas, avalia que uma “*diferença na proporção de areia e o fato de que num caso a rocha moída é quartzo hialino e na outra é quartzo leitoso não deve ser usada sem mais nada para separar duas tradições*” (*idem*: 46). Para ele, a aspereza da cerâmica Itararé seria fruto do antiplástico, ao invés de tratamento de superfície diferenciado.

Schmitz (1968: 48), referindo-se a essas duas tradições e a Taquara, também propõe uma união, tendo em vista terem em comum as “*habitações subterrâneas [e uma] cerâmica pequena temperada com restos minerais, geralmente bem finos, de formas semelhantes e decorada com técnicas semelhantes*”. Para ele, as diferenças observadas estariam relacionadas a diferentes ambientes que tais grupos estariam explorando.

Nas palavras dele, “*tudo indica tratar-se de “fácies” cerâmicas de uma única tradição cultural, abastecida por um sistema econômico no qual se reuniam cuidadosamente elementos de coleta e caça com os cultivos possíveis na área*” (*idem*: 49).

Além disso, tanto ele quanto Miller (1978) levantaram, nesse seminário, a questão quanto à vinculação dessas tradições com os grupos indígenas de língua Jê que viviam no Sul.

Miller (*idem*), após descartar a possibilidade da cerâmica dessas tradições ser dos Guaianá ou dos Oti de São Paulo, realiza estudo ímpar da produção cerâmica com índia Kaingang, deste estado, e ele próprio produz cerâmica brunida tanto por polimento como por cocção. Após essa experiência, defendeu a vinculação dessa cerâmica arqueológica com grupos Jê, em especial os Kaingang. Schmitz (1968: 49), da mesma forma, avaliou que “*os descendentes genéricos devem ser considerados os Kaingang, cuja área de expansão parece coincidir com essas tradições pré-históricas*”.

Embora haja mais indícios da vinculação da Tradição Taquara com os Kaingang que ocuparam o planalto do Rio Grande do Sul, e que, conforme informações etno-históricas e etnográficas, seriam ceramistas, horticultores que explorariam as matas de pinhais e enterrariam seus mortos em aterros, há indicações, também, que os Xokleng (Santos, 1987), em algum momento, teriam produzido cerâmica similar e praticado cultivos, o que deixa em aberto a qual grupo essas tradições estariam relacionadas ou se a um ancestral de ambas. Conforme Lavina (comunicação pessoal) nada autoriza relacionar os Xokleng a essas tradições.

Em 1988, em síntese para as tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro, Schmitz, reiterando seu ponto de vista em Goiânia, apresenta resumo das informações sobre todas as fases das três tradições, defendendo que sejam consideradas como uma mesma tradição e que as variações são adaptações regionais.

No seu entender, “*apesar de comumente se usarem estes nomes [Taquara, Itararé e Casa de Pedra], como identificadores de três tradições cerâmicas, não todos os pesquisadores estão de acordo em que as diferenças na técnica de produção, na forma e na decoração dos vasilhames sejam suficientemente distintas para fundamentar tradições*” (Schmitz, 1988:75).

Entretanto, afirma que:

*por enquanto é bastante claro que o conjunto forma uma tradição tecnológica e cultural, que ocupa diferentes ambientes contíguos: as terras altas e frias cobertas pela floresta subtropical com pinheiros, onde os sítios típicos apresentam casas subterrâneas, às vezes com aterros, recintos entaipados e galerias subterrâneas; a encosta do planalto, o vale dos rios que drenam o planalto, cobertos por floresta subcaducifólia subtropical e tropical, ou mesmo mata atlântica, onde os sítios podem ser restos de aldeias superficiais ou ocupação de abrigos rochosos; o litoral atlântico, coberto de vegetação característica ou pela floresta atlântica, onde os sítios se apresentam como acúmulo de ossos de peixes, conchas e outros restos, sendo geralmente descritos como sambaquis (*idem*).*

Acrescenta, ainda, dizendo “*que aparentemente as chamadas ”tradições” costumavam dominar simultaneamente os três ambientes, o que lhes daria melhores possibilidades de sobrevivência” (idem).*

Ou seja, atualmente, tendo em vista, principalmente, a similaridade da cerâmica e a tipologia dos sítios, essas três tradições são vistas como variações ou adaptações regionais de uma mesma tradição arqueológica que vem sendo denominada Taquara-Itararé.

Em suma, esta tradição é relacionada a grupos humanos que teriam vivido no interior dos três estados do sul entre  $1.920 \pm 50$  AP (sítio em São Joaquim/SC) e  $160 \pm 70$  AP (sítio em Tenente Portela/RS) e no litoral de Santa Catarina e Paraná, entre  $1.580 \pm 60$  AP (sítio em Içara/SC) e  $800 \pm 70$  AP (sítio em Florianópolis) (Noelli, 1999-2000).

No interior, os sítios arqueológicos identificados para essa tradição são sítios-rasos (em que se identifica cerâmica típica), estruturas subterrâneas, galerias subterrâneas e aterros (raramente em abrigos-sob-rocha) que formariam conjuntos.

No litoral, seriam camadas superiores de sambaquis e sítios-rasos em que se identifica a cerâmica similar à que ocorre nos sítios do interior. Alguns autores consideram esses sítios rasos como a campamentos (Prouss, 1992, Prous & Piazza, 1977). Não sabemos em que se baseiam para atribuir esta funcionalidade a esses sítios, uma vez que, sítios produzidos por antigas aldeias Guarani, por exemplo, são tão ou mais rasos que aqueles. Além do que, a enormidade de sepultamentos encontrados nesses sítios (por exemplo, o Tapera, Florianópolis) pode ser indicativa de ocupações mais duradouras.

Rohr (1984) registra 14 sítios do tipo – Sítio raso de sepultamento (01 em Jaguaruna, 03 em Palhoça, 04 em Florianópolis, 02 em Porto Belo, 02 em Camboriú, 01 em Itajaí e 01 em Barra Velha)<sup>26</sup> no litoral de Santa Catarina. Embora em nem todos faça menção à presença de cerâmica, como em alguns deles ocorre cerâmica Itararé, é possível que ela esteja presente naqueles, também.

Além desses, Rohr (1977 e 1968) refere-se a casas subterrâneas na Ilha de Santa Catarina e Jaguaruna<sup>27</sup> que, via de regra, são relacionadas à tradição Itararé.

Para alguns, informa a presença de cerâmica não tupi-guarani, para outros, nada menciona sobre isso. Tivemos oportunidade de visitar o sítio que ele identificou no município de Barra Velha, na Ilha do Grant, e que apresenta cerâmica similar à Itararé. Rohr não faz

---

<sup>26</sup> Seis em ilhas

<sup>27</sup> Recentemente, o arqueólogo Laércio Brochier identificou estruturas subterrâneas em Joinville (comunicação pessoal com o pesquisador).

menção à cerâmica nesse sítio. Em Florianópolis, identifica um sítio com cerâmica não tupi-guarani, simplesmente, como Sítio Arqueológico do Leal.

Essa tradição estaria ocupando a planície costeira, principalmente baías ou estuários, as matas de araucária no planalto e suas encostas, os vales de rios cobertos por matas subtropicais e tropicais. No interior, fariam caça e coleta e possivelmente alguma espécie de cultivo (não mandioca). O pinhão, muito abundante em determinado período do ano (entre o outono e o inverno), seria largamente explorado e armazenado.

No litoral, além da caça e da coleta, a pesca seria muito importante (Bandeira, 1992; Figuti, 1993) e não seria praticada horticultura, conforme indicam pesquisas realizadas sobre esqueletos (Neves *et alli*, 1984; Wesolowski, 2000).

Na baía da Babitonga os sítios com cerâmica Taquara/Itararé conhecidos são: Itacoara<sup>28</sup> (Tiburtius *et alli*, 1950-51) (considerado por Tiburtius e Chymz vinculado à Tradição Guarani e por Beck, à Itararé), Rio Pinheiros II (Tiburtius *et alli*, 1954), Enseada I (Tiburtius, 1996, Beck, 1973) e Forte Marechal Luz (Bryan, 1977, 1993). Há referência a mais três sítios com cerâmica que não conseguimos localizar. Um deles estaria junto ao sambaqui Enseada II e foi mencionado por Piazza (1974)<sup>29</sup> e Beck (1973) como Enseada I. Outro se situaria em Araquari próximo ao rio Araquari, um dos afluentes do Rio Parati, indicado como sítio com cerâmica (Fase Araquari) no mapa da publicação de Piazza, de 1974, sem denominação. Há, ainda, referência ao sambaqui Prefeitura de Araquari que, conforme Beck (1968) seria o sítio SC.LJ.77, citado na *Nomenclatura dos Sítios Arqueológicos Catarinenses*, de Piazza, produzida em 1966, mas não publicada. Tiburtius fez registros em seus cadernos de material coletado no sambaqui Prefeitura de Araquari. Posteriormente ele passa a referir-se a esse sítio como Rio Pinheiros II, sobre o qual produziu uma publicação. A considerar essa mudança de denominação feita por Tiburtius, acreditamos que as duas denominações referem-se ao mesmo sítio.

Schmitz (1993) e Prous & Piazza (1977) comentam a presença de cerâmica no sambaqui Cubatãozinho, em Joinville com base em publicação de Tiburtius & Bigarella (1960 *apud* Schmitz, 1993)

---

<sup>28</sup> Walter Piazza, segundo Schmitz (1993), realizou corte neste sítio e o material coletado está no Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>29</sup> Conforme informação pessoal de Anamaria Beck, Piazza teria dado denominação contrária aos sítios, ou seja, o que é considerado hoje o Enseada I, era o II de Piazza. Beck diz ter feito esta inversão por considerar este sítio o mais importante.

Os sítios Itararé da baía da Babitonga estudados, até o momento, constituem-se de sambaquis com camadas superficiais com cerâmica. Nessas, todo material arqueológico, em geral, seria mais abundante, mas, principalmente, aquele confeccionado em osso.

Os sítios localizam-se em ambientes diversos, como costão rochoso em frente ao mar aberto (Enseada I e Forte Marechal Luz), próximo ao mangue (Rio Pinheiros II) e ambiente lacustre, junto a matas (Itacoara). As datações disponíveis estão entre  $1.390 \pm 40$  anos AP no sambaqui Enseada I<sup>30</sup> e  $620 \pm 10$  anos AP no sambaqui Forte Marechal Luz (camada superior) (Bryan, 1993).

Tentativas de sistematização dos sítios em fases arqueológicas foram produzidas por Piazza (1974) e Beck (1972). O primeiro estabeleceu seis fases para a região, baseando-se na cerâmica, nos tipos de moluscos encontrados e nas datações. Para os sítios com cerâmica, as fases são as seguintes (Quadro 7):

<b>Quadro 7 – Resumo das Fases de Piazza</b>				
		<b>Fase Araquari</b>	<b>Fase Pirai</b>	<b>Fase Itapocu</b>
Sítios		Enseada I, Forte Marechal Luz, Rio Pinheiros II e um junto ao rio Parati	Itacoara e Enseada I	Poço Grande
Característica		Cerâmica semelhante à fase Ibirama	Cerâmica semelhante à fase Ibirama com Tupi-guarani (9%)	Cerâmica Tupiguarani, sub-tradição Corrugada
Morfologia do sítio		Camadas superiores de sambaqui	Camadas superiores de sambaqui	Manchas pretas circulares com 5 mm de diâmetro
Extensão do sítio		1000 a 5000 m <sup>2</sup>	500 a 1000 m <sup>2</sup>	2500 m <sup>2</sup>
Ambiente		Secos e próximos a cursos d'água	Próximos a cursos d'água	Planície aluvional junto a rio
Datação		1070 e 1100 a. C. <sup>31</sup> Sambaqui Forte Marechal Luz	Nada consta	Nada consta
	Argila	Tabatinga (do banhado)	Tabatinga (do banhado)	Nada consta
	Antiplástico	Areia fina, hematita (até 1 mm), quartzo	Areia fina, hematita (às vezes + de 1mm), quartzo, calcita e outros.	Areia fina – grãos de quartzo
	Espessura	Até 7 mm	Pirai Simples 1 cm; Pirai Pintado 1,5 cm	7 a 17 mm
	Textura	Compacta	Compacta, pouca bolha de ar	Compacta
	Cor Pasta	Amarela a cinza-azulada e preta	Amarelo-avermelhada a preto-azulada	Amarelo-avermelhada a preta

<sup>30</sup> A datação da cerâmica desse sítio foi anunciada pelo o arqueólogo Marcos Nadal De Masi, no Congresso da SAB em 2001, no Rio de Janeiro. Não temos maiores informações sobre a procedência do material.

<sup>31</sup> a. C. – antes de Cristo.

Cerâmica	Queima	Completa – variedade Parati Simples Incompleta – variedade Araquari Simples	Nada consta	Regular a completa
	Decoração	<i>Alisada</i> <i>Engobo</i> - vermelho e branco – Araquari Vermelho e Branco <i>Plástica</i> - Ungulada (esporádico) – Araquari Ungulada	<i>Alisada</i> – Pirai simples <i>Engobo</i> – <i>Pintada</i> - desenhos lineares e geométricos sobre engobo branco ou amarelo – Pirai Pintado e Pirai Branco sobre Vermelho <i>Plástica</i> - Itacoara Ungulada, Itacoara Corrugada, Itacoara Serrungulada e Itacoara Ponteada.	<i>Alisada</i> – Itapocu Simples <i>Plástica</i> – Itapocu Corrugada, Itapocu Ungulada, Itapocu Serrungulada e Itapocu Escovada <i>Pintada</i> – Itapocu Pintada (vermelho sobre branco) e Itapocu Vermelho
	Bordas	Diretas, expandidas, extrovertidas, reforçadas interna e externamente, vertical e inclinada interna e externamente.	Nada consta	Extrovertidas e introvertidas
	Lábio	Planos, redondos ou apontados.	Plano, redondo, biselado ou inclinado internamente.	Plano, redondos e apontados.
	Base	Nada consta	Nada consta	Plana
	Diâmetro	Alguns superiores a 40 cm	Pirai Simples 52 cm Pirai Pintado 60 cm	Não superior a 50 cm
	Forma	Nada consta	Meia-calota, esférica, meio esférica ou cilíndrica.	Meia-calota, esférica e semi-esférica.
Lítico	Rochas	Diabásio e granito	Diabásio e granito	Nada consta
	Técnica	Polimento	Polimento	Nada consta
	Funções	Machado bifaciais, batedores e quebra-coco etc.	Machados bifaciais, batedores, etc.	Machado bifacial

Beck (1972) criou duas fases, uma para sambaquis sem cerâmica (Morro do Ouro) e a fase Enseada para sítios com cerâmica, a partir de sua pesquisa no sambaqui Enseada I. Relacionou esta à fase Rio Lessa de Florianópolis (a partir de sua pesquisa no sambaqui Rio Lessa e incluindo nessa fase os sítios Tapera e Base Aérea) cujas cerâmicas e indústria óssea se assemelham. Levantou a possibilidade dessas fases estarem associadas a sítios do interior de Tradição Itararé, identificados por Chmyz no Paraná (1968), e do sítio arqueológico Rio Plate, do Vale do Itajaí, estudado por Piazza e Eble (1969), que apresentam cerâmicas semelhantes. As cerâmicas dos sítios estudados por Beck (1968) foram classificadas em dois tipos, descritos da seguinte forma (Quadro 8):

**Quadro 8 – Resumo das Fases de Beck**

	Atributo	Tipo Enseada Vermelho	Tipo Enseada Preto
Pastas	Manufatura	Acordelada	Acordelada
	Antiplástico	Areia grossa (60%) e fina (40%)	Areia fina (55%) e Grossa (45%)
	Textura	Compacta	Compacta, muito resistente.
	Fratura	Irregular	Irregular
	Cor	Cinza a preto-acinzentada	Preta e preta e marrom acinzentados
	Queima	Mal a regular	Boa, rara irregular.
Superfície	Cor	Laranja e marrom-avermelhada	Preta, preto-acinzentada e marrom-café.
	Tratamento	Alisado, engobe, fosco.	Alisado, engobe, brilho na face externa.
	Vestígios	Nada menciona	Carbonizados na face interna e carvão na face externa
	Dureza	3 a 3,5 da escala de Mozs	3,5 a 4 da escala de Mozs
	Bordas	Retas, reforçadas interna e externamente, e também expandidas e extrovertidas.	Expandidas e extrovertidas, também diretas e reforçadas interna e externamente.
	Lábios	Redondos, apontados e raramente aplanados.	Redondos ou apontados, às vezes aplanados
	Espessura	5 a 12 mm, mais freqüente 6 e 8 mm	3 a 12 mm, mais freqüente 5 e 7 mm
	Base	Plana, arredondada e com depressão central, em alguns casos.	Plana e arredondada e com depressão central, em alguns casos.
	Bojo	Meia calota e raros ovóides	Ovóide, podendo ser meia calota e cônico.
	Perfil	Tigela e poucos vasos simples com gargalo	Vasos simples, com gargalos e também tigelas.

Estudos de Antropologia Biológica (Neves, 1988) têm indicado existir uma diferenciação acentuada, a nível genético, entre as populações ceramistas e não-ceramistas do litoral norte de SC. Exceção seria o sítio Itacoara, que apresentaria duas ocupações: uma com cerâmica e outra sem, que não demonstraram diferenças consideráveis entre si.

Segundo esse autor, muito tempo depois do início da ocupação do litoral pelos construtores de sambaquis, teria ocorrido, no litoral Norte, a chegada de populações vindas do planalto. Provavelmente, grupos Xokleng teriam descido para o litoral devido à pressão territorial exercida por outros grupos que lá viviam. Tais grupos teriam trazido a cerâmica da Tradição Itararé para esta parte do litoral, além da intensificação do consumo de peixes.

Para o caso do sítio Itacoara, onde existe uma continuidade genética entre a população não-ceramista e a ceramista, que ele considerou tupi-guarani com base em Chymz (1968), Neves (*idem*) sugeriu que teria havido contato entre a população não-ceramista deste sítio com um grupo Tupi-guarani que por ali poderia ter passado. Tal contato teria levado o grupo que ocupava o Itacoara a adotar a cerâmica e a explorar mais o pescado ao invés dos moluscos.

Pesquisa mais recente nesse campo (Neves & Blum, 1998) confirma distinção entre ceramistas e não ceramistas. Entretanto, os sítios Itacoara e Laranjeiras II (litoral central) estariam mais distanciados dos não ceramistas do que Enseada I e Forte Marechal Luz

(estando este último numa posição intermediária o que, segundo os autores, pode ser decorrente da amostra mesclada com esqueletos dos níveis sem cerâmica e com cerâmica). O que parece explicar essas diferenciações é que o primeiro grupo teria feito menos trocas gênicas com não ceramistas do que o segundo.

Comparando crânios de ceramistas do litoral (Laranjeiras II, Itararé e Itacoara, Tupiguarani) com do interior (Estirão Comprido - PR, Tupiguarani) pesquisa revela grande proximidade entre eles. Ao que tudo indica, há problema quanto à filiação de alguns destes sítios às tradições arqueológicas.

Essa tradição é considerada ancestral dos Kaingang e Xokleng (Proto Jê Meridionais, Silva, 2001), conforme já mencionado, povos indígenas com diferenças culturais, biológicas e lingüísticas entre si, mas cujas línguas pertencem à família lingüística Jê, teriam ocupado regiões da serra e do planalto<sup>32</sup> e produzido uma cerâmica muito similar às arqueológicas (Miller Jr, 1978, Noelli, 1999-2000).

Silva (2001) comparando os grafismos de inscrições rupestres, da cerâmica das Tradições Casa de Pedra, Taquara e Itararé, tradições da pintura corporal e artefatos dos Kaingang e Xokleng, chega à conclusão de que essas três tradições correspondem aos ancestrais dos Jê do sul, denominados Proto-Jê Meridionais. Entretanto, identifica mais proximidade entre os Proto-Jê e os Kaingang, e seus grafismos que representam sua visão dual do cosmo. Nos casos em que não são identificados grafismos na cerâmica ou nas inscrições rupestres, Silva acredita que, como os Kaingang usavam variados suportes para seus grafismos, estas seriam situações em que os proto-Jê teriam feito seus grafismos nos corpos ou nos artefatos perecíveis.

Esse autor considera o tipo de enterramento Kaingang, no qual sobre a câmara mortuária era construído um montículo, forte evidência da ancestralidade do Proto-Jê, já que nas áreas ocupadas por eles, no período dos primeiros contatos com o branco, ocorrem aterros, que são considerados associados aos sítios dessas tradições. Segundo ele (*idem*: 142), “*como a cerâmica Jê meridional pré-colonial (sua produção, formas e técnicas decorativas) não parece ser um bom indicador para a separação dos assentamentos Proto-Kaingang daqueles Proto-Xokleng, (...), as diferentes práticas funerárias das duas sociedades, registradas etnograficamente, poderiam ser de alguma utilidade para a diferenciação arqueológica.*”

---

<sup>32</sup> As mesmas onde ocorrem os sítios arqueológicos.

Porém, vê aí dificuldades também, uma vez que os Xokleng, igualmente, construíam montículo ou abrigo sobre a cova na qual enterravam a cinza resultante da cremação do morto.

A origem dessas sociedades, conforme sugerem informações etnológicas, lingüísticas, biológicas e arqueológicas, teria sido no “*Brasil central e áreas vizinhas acima do Paralelo 16º, onde está concentrada a maioria das populações do tronco Macro-Jê*” (Noelli, 1999:292).

Entre os Kaingang e os Xokleng, estes últimos, conhecidos como bugres ou botocudos, são os mais relacionados ao nosso projeto, pois se acredita, viviam, quando chegaram os primeiros europeus em Santa Catarina, na região da Mata Atlântica, entre o litoral e o planalto, num período do ano e junto aos pinheirais das bordas do planalto, em outros (Lavina, 1994, 2000a).

Nesse momento, esses grupos estruturavam-se em metades clânicas exogâmicas, eram nômades e obtinham seus alimentos através da caça e da coleta de frutas, mel e pinhão. Praticavam a cremação dos mortos e outros rituais, como a festa do Kiki, para os mortos, e o da perfuração dos lábios dos meninos. Há indicações, em documentação produzida desde o século XVII sobre esse grupo, que eles seriam horticultores, teriam produzido cerâmica, praticariam enterramentos sem cremação e construiriam moradias semi-subterrâneas antes da chegada dos europeus (Noelli, 1999-2000). Por não estarem permanentemente no litoral, o contato com o branco intensificou-se somente no final do século XVIII, quando imigrantes começaram a estabelecer colônias nas áreas que eles ocupavam tradicionalmente.

Muitos conflitos houve entre imigrantes e Xokleng, levando os primeiros a contratar homens – os bugreiros - para o extermínio desses indígenas. Ainda hoje há, nos depoimentos de descendentes de imigrantes da região de Joinville, especialmente na parte oeste, apesar do receio da maioria deles de falar sobre esse assunto, referências à presença de indígenas no final do século XVIII e no século XIX, certamente Xokleng, e a conflitos. Em documentação existente no Arquivo Histórico de Joinville, principalmente em jornais publicados no século XIX, há diversas referências a indígenas na colônia, bem como nas regiões adjacentes.

Os índios Xokleng, inicialmente expulsos dos campos serranos pelas frentes pastoris (bandeirantes e tropeiros), passam a ser exterminados pelos bugreiros numa campanha promovida pelo governo provincial. Em 1910, por força de segmentos contrários a essas ações, é criado o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, a partir do qual se define pelo seu aldeamento. Nesse momento, introduzem-se na reserva alguns índios Kaingang, trazidos do

Paraná, que como os Xokleng também falam língua da família Jê, para “intermediar” as orientações do SPI de cunho militar e positivista. De 1912 a 1954, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, que passa à história oficial de Santa Catarina como *O Pacificador*, atua pelo SPI na região. Em 1926, é criada a Reserva Duque de Caxias com vinte mil hectares e reduzida, mais tarde, a 14 mil hectares. Atualmente, remanescentes desse grupo vivem em áreas indígenas em Santa Catarina, sendo o Posto Indígena Duque de Caxias o que apresenta a maior quantidade de índios dessa etnia.

O que se pode constatar é que, num determinado momento, quando essas tradições foram criadas, o critério de distinção foi quase exclusivamente a presença da cerâmica, e num segundo momento, quando foram reunidas numa grande tradição, o critério utilizado, foi novamente, a cerâmica. Entretanto, conforme o próprio Schmitz (1988:76) colocava há duas décadas, *“a soma total das informações ainda é muito pequena em comparação com as possibilidades oferecidas pelos numerosos sítios e sua variedade. Antes de mais nada, poucas escavações e as que existem, ainda estão, em grande parte incompletamente publicadas. Há pouquíssimas datas. E uma grande parte do território não teve nem mesmo um levantamento de sítios, de modo que se desconhece a extensão dos fenômenos”*.

Essa situação não mudou muito para o litoral de Santa Catarina, em geral, e o norte, em particular. Conforme Noelli (1996, 1999) e Silva & Noelli (1996) são necessários estudos interdisciplinares entre Arqueologia, Etnologia, Etno-história e Linguística para caracterizar o modo de vida de grupos da Tradição Taquara-Itararé, quanto à horticultura, bem como seus vínculos com os grupos da fala Jê do Sul. Mas ressaltaram que os dados disponíveis sobre essas populações indígenas devem ser vistos com atenção, pois se referem ao período pós-contato. Esses autores consideram, como um primeiro passo para atacar essas problemáticas que envolvem essas tradições, o levantamento exaustivo de toda a literatura relacionada aos sítios arqueológicos e aos grupos Jê do Sul do Brasil, conforme proposto, anteriormente, por Noelli para o Guarani.

Sob a ótica das discussões que têm sido levantadas em torno da utilização do conceito de grupo étnico e etnicidade na Arqueologia, as divisões e as categorizações que têm sido feitas para esses grupos, embora há mais de 30 anos estejam sendo realizadas pesquisas e informações sobre sítios e material arqueológico estejam disponíveis, são frágeis.

Tentativas de contornar essas limitações têm ocorrido. Maria José Reis (1980), em seu projeto sobre as estruturas subterrâneas de Santa Catarina, que teve um enfoque micro-

regional e no qual os interesses voltavam-se para a funcionalidade das estruturas, fez crítica aos termos até então utilizado (por alguns ainda mantidos) *casas e filiações*. José Alberione dos Reis (1997:36), recentemente, retomou essa discussão propondo que os “buracos de bugres” sejam abordados a partir da teoria do padrão de assentamento e de analogias etnográficas dentro do que denominou como Arqueologia dos Buracos, ou seja, *“a pesquisa arqueológica de uma ocupação pré-histórica do Planalto meridional, cuja peculiaridade são concavidades escavadas na terra com formas e dimensões diversas; edificações associadas; uma cultura material peculiar; diferentes ambientes ecológicos demarcados e, um grupo humano que lá viveu e construiu, com uma possível ligação étnica aos falantes da família Jê”*.

A partir da perspectiva dos mais recentes estudos sobre etnicidade na Arqueologia (Jones, 1997 e 1998), as culturas, sejam atuais ou pretéritas, não podem ser vistas como blocos homogêneos e estáticos a través do espaço e do tempo, como têm sido, de um modo geral, proposto para as tradições a que estamos nos referindo. Muito embora estes estudos, através do conceito de fase ou fácies, considerem manifestações regionais.

O que tem sido proposto pelos estudos de etnicidade para entender grupos étnicos a partir da Arqueologia, ou seja, considerá-los de uma forma dinâmica e relacional, em que as evidências materiais não devem ser tomadas de forma direta e linear como indicativos de identidade, talvez seja difícil de ser alcançado no estudo de grupos pré-históricos mais recuados, para os quais não se dispõe de informantes e fontes escritas.

Não obstante, esta perspectiva, a da Etnicidade, é uma tentativa de problematizar com vistas a superar limitações e problemas ao se buscar entender sociedades humanas pré-coloniais partindo dos conceitos paralisantes como tradição e fase.

Conforme Jones, o caminho para tal superação é tornar explícita a origem e a natureza das metodologias usadas até então, questionar categorias tradicionais e reinterpretá-las, considerando as teorias atuais sobre etnicidade (Jones, 1997).

## 4.2. Pesquisa arqueológica

### 4.2.1 Itacoara

O sítio<sup>33</sup> encontra-se na região sudoeste de Joinville, na encosta de um morro (Foto 3), a 31 m da margem esquerda, de pequeno rio, denominado Lagoa Grande, a cerca de 100 m da margem esquerda do rio Pirai e a 30 km em linha reta do oceano, que está a leste (UTM 0713302/7077919) (Figuras 1, 2 e 3). Estava coberto por vegetação arbórea e herbácea rala (capoeira) e tinha um corte em que se podiam ver as camadas arqueológicas. Este corte havia sido feito pelo Sr. Evandro numa tentativa de edificar sobre o sítio. Segundo ele, como começaram a aparecer ossos humanos em grande quantidade, ele decidiu parar a obra.



Foto 3 – Itacoara – Vista geral do sítio  
(Bandeira, 04/09/02).

Os trabalhos iniciaram pela delimitação da área do sítio. Para tal foram estabelecidas linhas paralelas no sentido norte/sul, com 10 m de distância entre cada uma, a partir de um ponto próximo ao local onde as camadas arqueológicas estavam evidentes. Nelas, foram realizadas

---

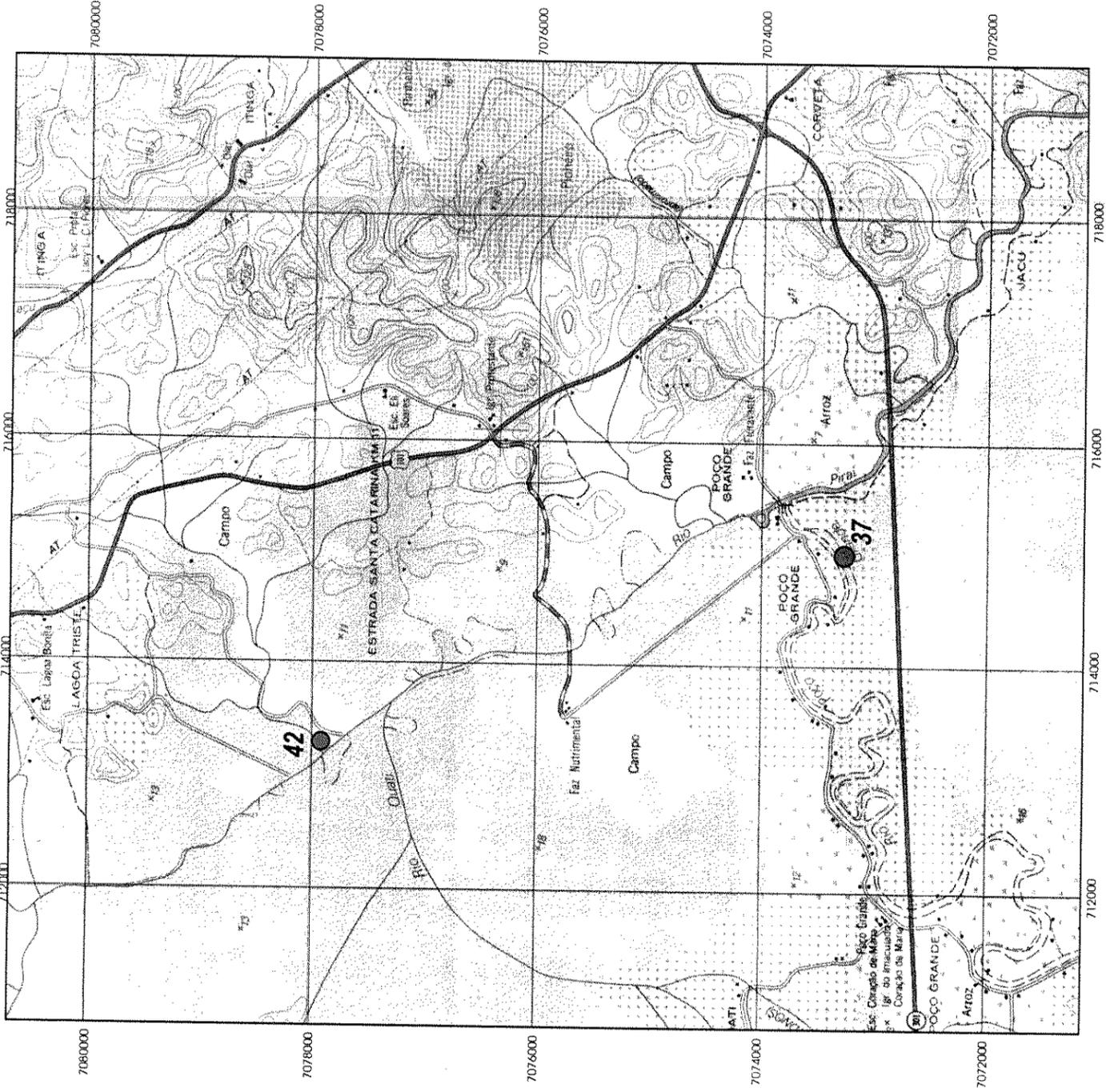
<sup>33</sup> Este sítio, por anos, ficou perdido. Somente recentemente, Mário Sérgio Celski de Oliveira o reencontrou. Nós fomos levados a ele pelo filho do proprietário da terra, Sr. Evandro Bötcher.

sondagens de 30 cm de profundidade a cada 10 m, para avaliação do subsolo, utilizando-se trado metálico manual. No total, foram realizadas 22 sondagens, das quais 13 apresentaram material arqueológico que permitiu avaliar uma área de cerca de 60 m x 30 m (1.800m<sup>2</sup>) (Figura 4). Os trabalhos de escavação foram realizados em três etapas (novembro de 2001, agosto, setembro e outubro de 2002 e janeiro de 2003), num total de 27 dias de campo.

Optou-se por estabelecer duas pequenas trincheiras (PT1 e PT2) de, pelo menos, 2mx1m em dois pontos em que havíamos constatado presença de camada arqueológica significativa. Foram escavados 8 setores (PT1), numa área total de 8m<sup>2</sup> (Foto 4).

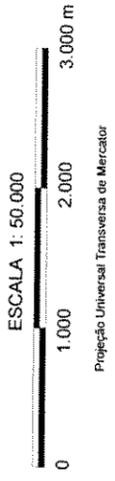
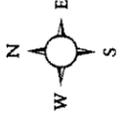


Foto 4 – Itacoara - Area escavada  
(Bandeira, 04/09/03).



**LEGENDA**

- Sítio Itacora (Itararé)
- Sítio Poço Grande (Guarani)



**NOTAS**

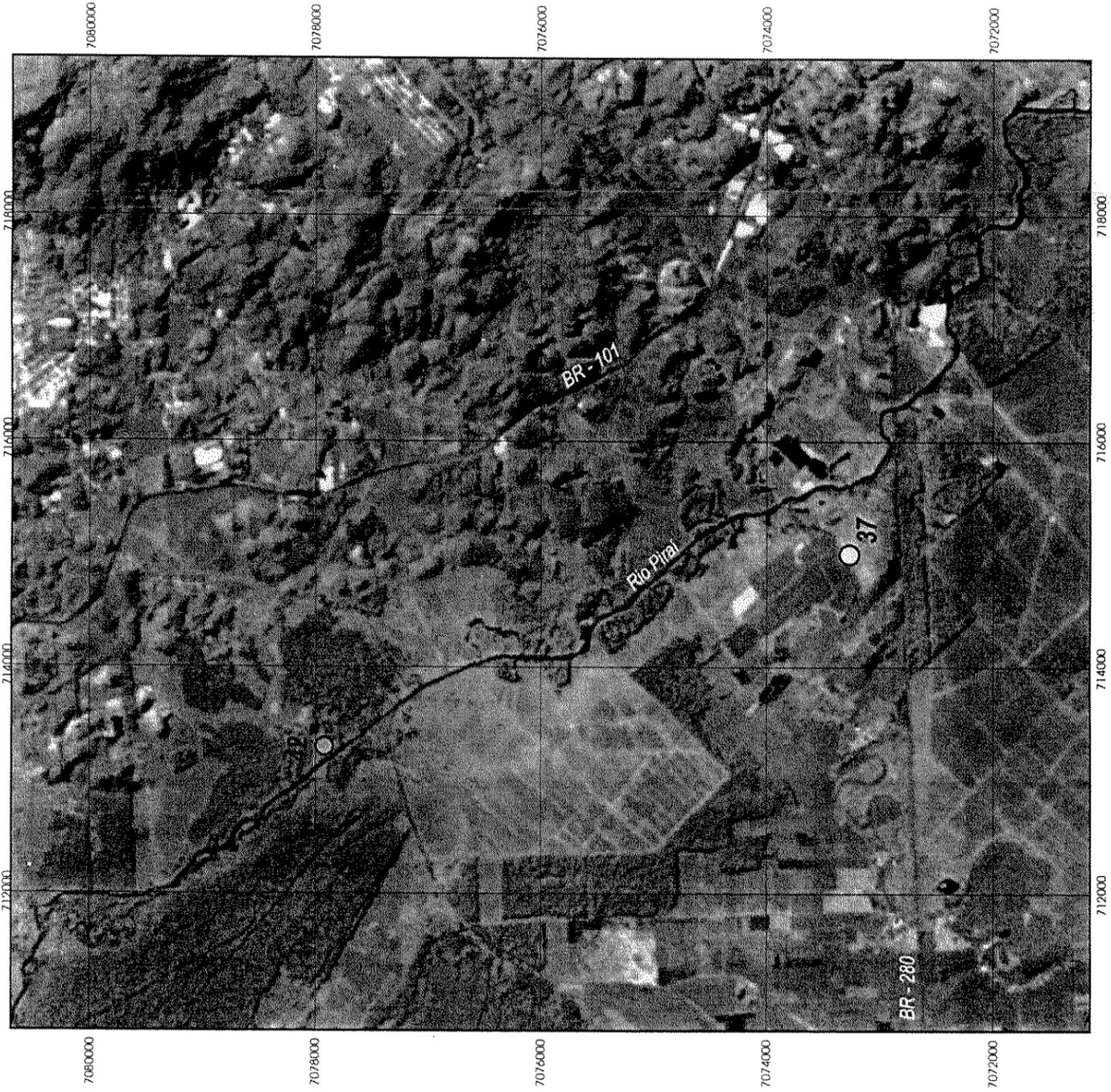
Base Cartográfica: IBGE, folha Joinville - SC (SG-22-Z-B-II-3), escala 1:50.000.

**Título:**  
Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga - SC  
Arqueologia e Etnicidade.

**Autora:**  
Dione da Rocha Bandeira  
Doutorado em História  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

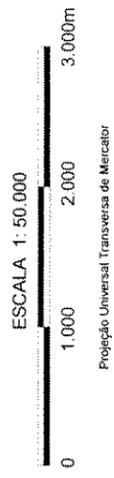
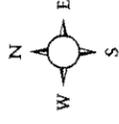
**Mapa:**  
Figura 2 - Localização dos Sítios Poço Grande e Itacora

DATA	JUNHO/2003	ESCALA	1:50.000	FOLHA
------	------------	--------	----------	-------



**LEGENDA**

- Sítio Itacora (Itararé)
- Sítio Poço Grande (Guarani)



**NOTAS**

Imagem de satélite Landsat 7 ETM+, órbita 220, ponto 078, de 07/05/2000, composição RGB das bandas 5, 4 e 3, resolução 15 m.

**Título:**  
Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga - SC  
Arqueologia e Etnicidade.

**Autora:**  
Dione da Rocha Bandeira  
Doutorado em História  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

**Mapa:**  
Figura 3 - Uso do Solo no Entorno dos  
Sítios Poço Grande e Itacora

DATA	ESCALA	FOLHA
JUNHO/2003	1:50.000	

Na primeira etapa de escavação, trabalhou-se no setor PT1. 1A<sup>34</sup> de 5cm em 5cm até a profundidade de 20 cm. O quadrante 1 foi rebaixado mais 5 cm até atingir a camada 2 do sítio com matriz predominante de conchas moídas. Descreveu-se a parede existente (PF1) formada numa tentativa de edificar sobre o sítio, conforme já mencionado. O material acumulado em frente a ela e o retirado na sua limpeza, foi peneirado em campo (malha 0,5 cm)<sup>35</sup>. Esse material correspondeu, em grande parte, a camada inferior com conchas. Também na primeira etapa, limpavam-se dois buracos feitos por caçadores de tatu (BT1 e BT2) para, também, avaliar a estratigrafia do sítio. O material retirado foi peneirado e correspondeu, quase que totalmente, à camada superior, com poucas conchas.

Na segunda etapa de escavações, procedeu-se ao rebaixamento de mais quatro setores (PT1. 1B, PT1. 1C, PT1. 0B, PT1. 2A) e à continuação do rebaixamento do PT1. 1A, em níveis artificiais de 10 cm, tendo como referência a superfície do terreno. Todo o material foi peneirado em campo (malha 0,5). Nossa intenção era aprofundar somente um ou dois setores, nesta que seria a primeira área, até a base do sítio, para conhecer a estratigrafia completa em contexto primário e coletar material para datações e análises diversas. Entretanto, com o surgimento de ossos humanos isolados e sepultamentos, tivemos que ampliar a área escavada e proceder à evidenciação dos esqueletos. Se por um lado, os sepultamentos nos obrigaram a modificar nossa pretensão em relação à área a ser escavada e impuseram um ritmo mais lento aos trabalhos, por outro lado, nos deram a garantia que estávamos trabalhando em área preservada do sítio, inclusive, das intervenções feitas por Guilherme Tiburtius.

Na terceira etapa, deu-se continuidade ao rebaixamento dos setores PT1. 2A e PT1. 1C com a retirada de ossos humanos e a escavação dos setores PT1. 1Z, PT1. 2Z, PT1. 3Z. Todos os setores, exceto os PT1. 1B e PT1. 1C, foram escavados até a base do sítio. Todo o material foi peneirado em campo (malha 0,5 cm). No centro de alguns dos setores escavados (PT1. 0B, PT1. 1A e PT1. 2Z) fizeram-se sondagens com trado manual, de cerca de 50 cm de profundidade. Os trabalhos, nesse sítio foram encerrados ao final dessa etapa, na qual foram feitos, também, os croquis dos perfis. De alguns setores coletamos amostra de sedimento para análises sedimentológicas e flotação, no futuro.

---

<sup>34</sup> Demarcou-se a segunda área a ser escavada, PT2, e escavaram-se 5 cm do quadrante 2. Os trabalhos nesta área foram abandonados a partir da segunda etapa de campo, tendo em vista a necessidade de ampliar a área PT1 em decorrência dos sepultamentos encontrados, conforme já mencionado.

<sup>35</sup> O peneiramento foi realizado próximo ao extremo sul do sítio, no pé do morro.

## PT1. 1A

Neste setor, o rebaixamento atingiu 50 cm de profundidade, nos quadrantes 2 e 3. Nos quadrantes 1 e 4, a escavação estendeu-se até 30 cm, a partir da qual surge matriz argilosa alaranjada, considerada base do sítio. Até 20 cm, todo o setor correspondeu à camada (I) superior, areno-argilosa escura, com ossos, cocos, rochas e cerâmica. Abaixo disso, surge a camada II<sup>36</sup>, cuja matriz é constituída, predominantemente, de conchas desmanchadas, ossos de fauna esfarelados, principalmente de peixes e mamíferos, rochas e coquinhos queimados. Nos quadrantes 2 e 3, esta camada (II) estende-se até 50 cm de profundidade.

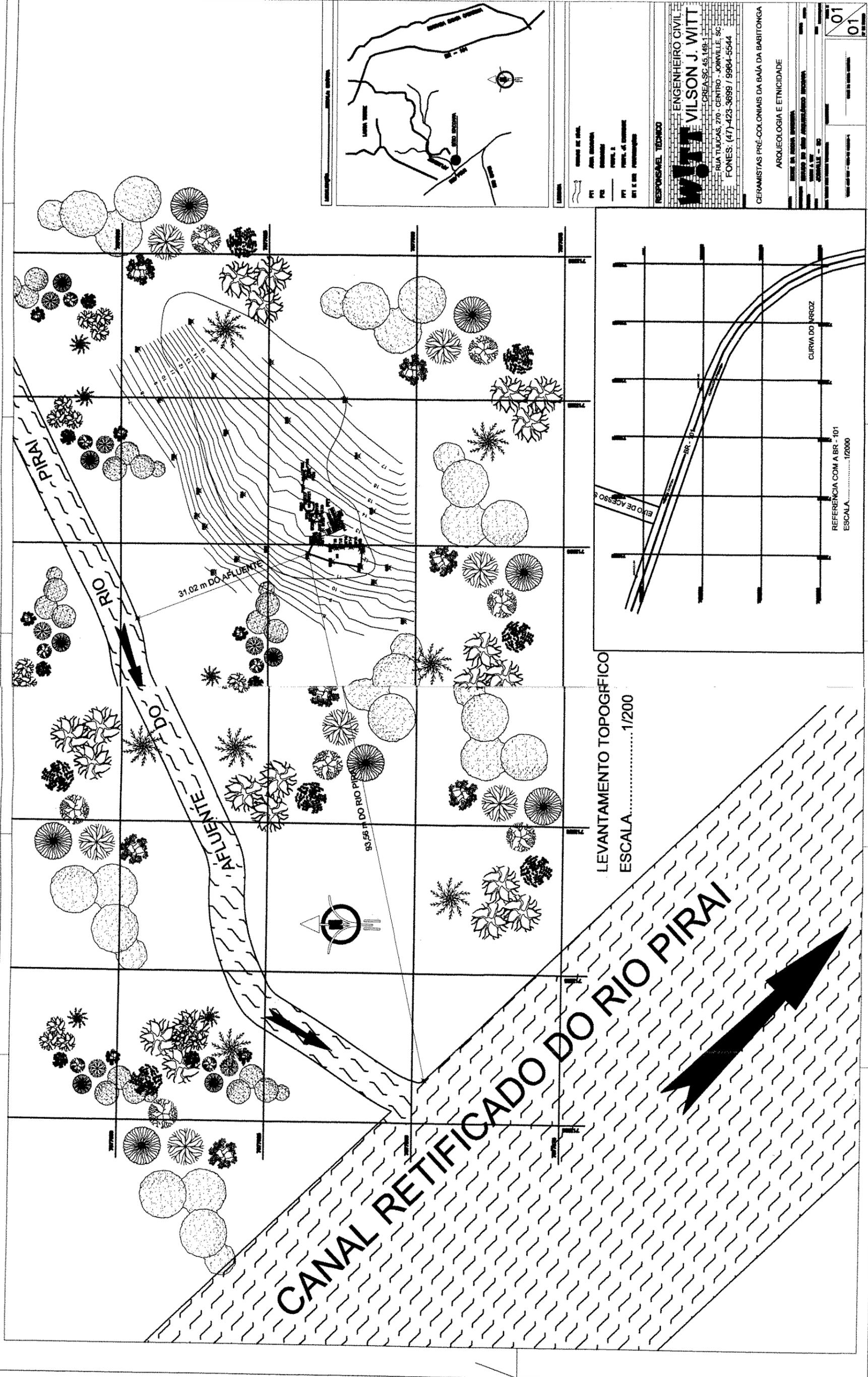
Nesse setor, nos quadrantes 2 e 3, foi identificada, entre 20 e 30 cm de profundidade, parte de sepultamento (SEP 1) de adulto, enterrado deitado sobre o lado esquerdo (decúbito lateral esquerdo) com as pernas fletidas (Foto 5). Seu corpo estava alinhado no sentido nordeste-sudoeste, aproximadamente. Não conseguimos evidenciar o crânio deste indivíduo, no setor contíguo escavado (PT1. 1Z). Seu rosto deveria estar virado para o norte. Parte das pernas e braços, assim como pés e mãos, estavam no setor contíguo, a norte, o PT1. 2A (Figura 5).

A sepultura foi feita a partir da Camada I, superior e de matriz areno-argilosa escura sobre a Camada II, de matriz com predomínio de conchas. Ela tem a base de conchas, mas o esqueleto estava envolto à matriz escura. Não se pôde identificar a cova com clareza, mas, o esqueleto estava disposto numa área com cerca de 70 cm de comprimento, 50 cm de largura e 40 cm de profundidade.

Todo material humano foi exumado e, preliminarmente, analisado, cujos resultados apresentamos adiante.

---

<sup>36</sup> No quadrante 1, surge a 15 cm de profundidade.



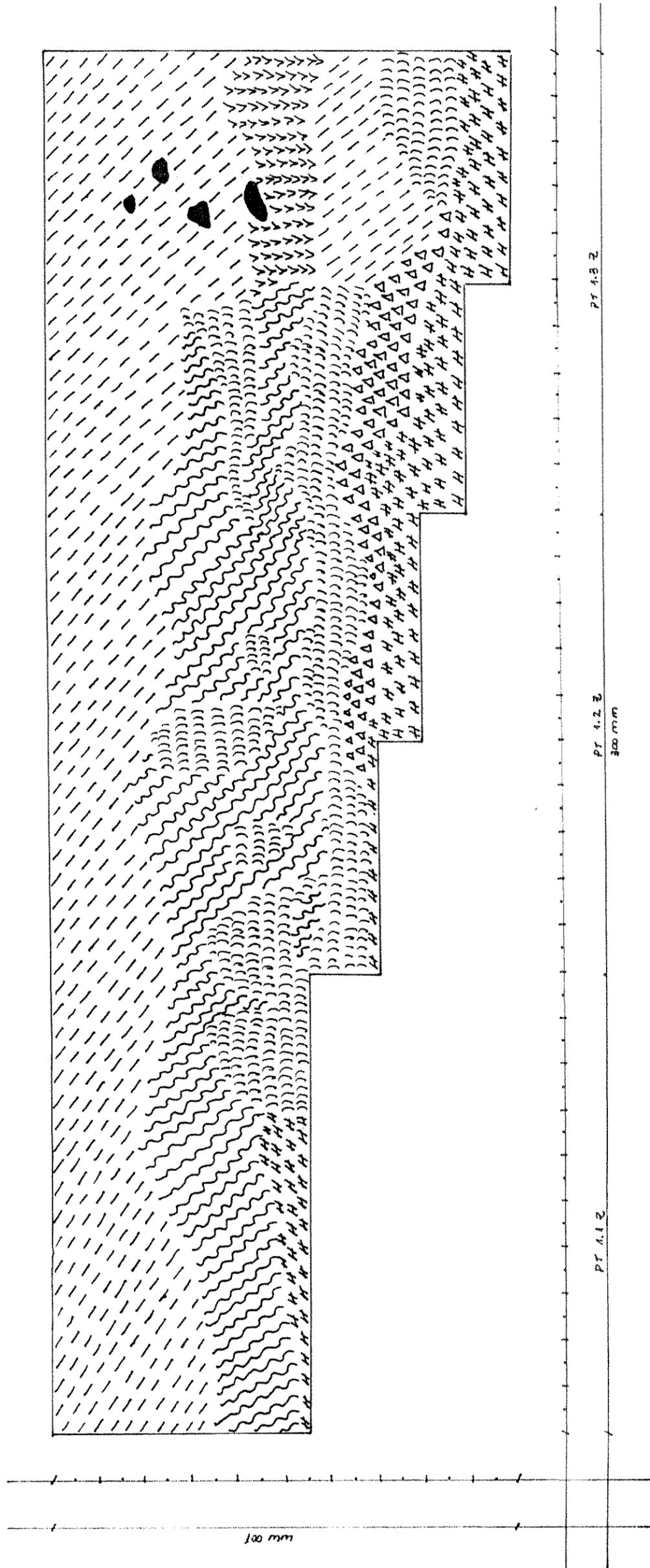
LEVANTAMENTO TOPOGRFICO  
 ESCALA.....1/2000

REFERENCIA COM A BR - 101  
 ESCALA.....1/2000

RESPONSÁVEL TÉCNICO  
**WILSON J. WITT**  
 ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA-SC 45.149-1  
 RUA TIJUCAS, 270 - CENTRO - JOINVILLE, SC  
 FONES: (47) 423-3699 / 9984-5544

CERAMISTAS PRÉ-COLONIAIS DA BAIÁ DA BABITONGA  
 ARQUEOLOGIA E ETNICIDADE  
 INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E ETNICIDADE  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
 JOINVILLE - SC

FIG. 9



Osso (escamas)  
 Rochas  
 Argilosa Estéril  
 Areno Argilosa preta

Legenda:  
 Areno argilosa com conchas  
 Arenosa bege com poucas conchas  
 Areno argilosa preta com conchas espessas

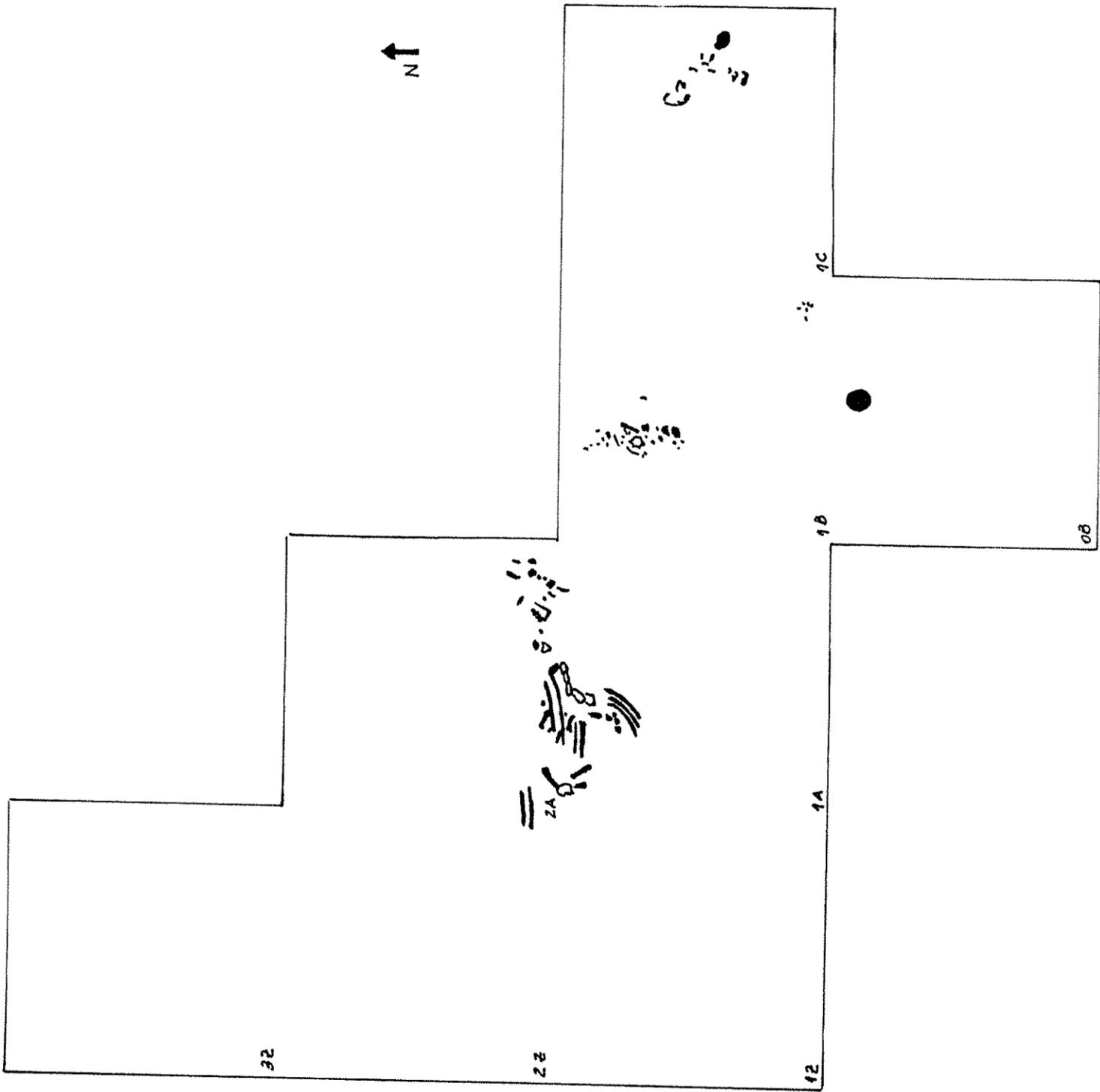
Karina A. Carynin 10.12.03

FIG. 05

esc. 1/100



Foto 5 – Itacoara - Sepultamento 01 e 02, setores PT1. 1A quadrantes 2 e 3 e PT1. 2A, quadrantes 1 e 2, nível 30 a 50.  
A seta indica o crânio do Sepultamento 2 (Bandeira, 13/10/02).



Neste setor, o rebaixamento atingiu 30 cm de profundidade. Até cerca de 20 cm (nível 2) a matriz correspondia à Camada I. Abaixo disso, nos quadrantes 1 e 4, surge um sedimento argiloso marrom-alaranjado<sup>37</sup>, compactado, com pouco material, que consideramos a base do sítio, portanto, o sedimento original do morro sobre o qual o grupo instalou-se. Quando surge este sedimento, vêem-se diversos pequenos buracos circulares (Foto 6), com poucos centímetros de profundidade, rodeados de seixos. Indicam, talvez, as marcas deixadas por estrutura de madeira apoiada sobre o solo. No quadrante 4, nível 2 (10-20 cm), sobre essa matriz argilosa considerada base do sítio, identificaram-se alguns ossos de pé de adulto articulados entre si, mas não articulados ao restante de um esqueleto. Em decorrência disso, abriu-se setor contíguo ao sul (PT1. 0B) para checar a possibilidade do restante do esqueleto ali se encontrar.

No quadrante 3, a matriz da Camada I permanece (areno-argilosa escura) até 30 cm, nível em que interrompemos o rebaixamento.

No quadrante 2, nível 3 (20-30), evidenciamos sepultamento de criança (Figura 5) recém-nascida (SEP 3), com esqueleto completo e articulado. O bebê teria sido enterrado com o corpo alinhado no sentido norte-sul, com a cabeça para o sul, em decúbito lateral direito, ou seja, com o rosto virado para leste. A sepultura está toda inserida na Camada I, de matriz areno-argilosa escura, mas assentado sobre o sedimento argiloso alaranjado do morro e matriz com conchas desmanchadas. Sua forma é ovalada. Esse sepultamento foi exumado. Não se percebe a cova com clareza, mas os ossos estavam depositados numa área com 35 cm de comprimento, 30 cm de largura e 20 cm de profundidade.

Todo material humano foi exumado e, preliminarmente, analisado, cujos resultados apresentamos adiante.

No quadrante 3, foram coletados dois fragmentos de lâminas líticas polidas, aparentemente não associadas ao material humano identificado.

---

<sup>37</sup> O sedimento argiloso marrom-alaranjado da base do sítio do setor PT11A, no Q4 nível de 30-40 cm, tem a coloração, conforme quadro de cores Mansell – 7.5YR 3/3.

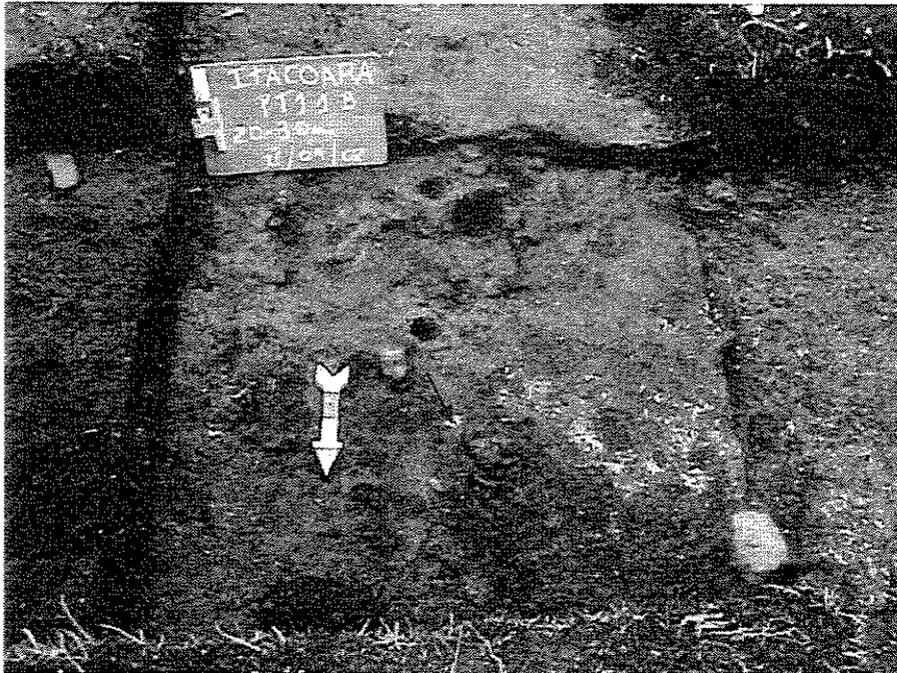


Foto 6 – Itacoara - Setor PT1. 1B, nível 20-30.  
Seta indica Sepultamento 04. (Bandeira, 11/09/02).

#### PT1. 1C

Neste setor, o rebaixamento atingiu 40 cm de profundidade. A matriz era constituída, de modo homogêneo, de sedimento areno-argiloso escuro com cerâmica, rochas, carvões/coquinhos e ossos de fauna, até 20 cm. Abaixo disso, inicia (exceto o quadrante 2 em que a camada arqueológica se aprofunda) o sedimento argiloso marrom alaranjado compacto e duro, base do sítio.

Entre os quadrantes 1 e 2, sobre a base argilosa, encontramos ossos humanos (Figura 5), aparentemente isolados, bastante quebrados e friáveis (RO 06), provavelmente crânio de adulto. Entre os quadrantes 3 e 4, ossos de uma criança foram identificados, nas mesmas condições (SEP 3).

Todo material humano foi exumado e analisado, cujos resultados serão apresentados adiante.

#### PT1. 2A

Neste setor, o rebaixamento atingiu 60 cm de profundidade nos quadrantes 1, 2 e 3; o quadrante 4 foi rebaixado até 55 cm, a partir do qual surge sedimento argiloso marrom-

alaranjado compacto e duro, base do sítio. De todos os escavados, este foi o que mais apresentou raízes, tendo, inclusive uma pequena árvore dentro dele (quadrante 3).

Até 40 cm de profundidade, a matriz era argilo-arenosa escura com ossos de fauna e carvão/coco, em grande quantidade, e rochas e cerâmica. Fizemos várias coletas de cerâmica e sedimento para datações por TL. Entre os níveis de 40 e 60 cm de profundidade, a matriz era completamente constituída de conchas desmanchadas, ossos de fauna esfarelados, rochas e carvão (cocos). No quadrante 2, a matriz com conchas surge entre 20 e 30 cm; no quadrante 3, entre 30 e 40 cm.

Nesse setor, além de parte dos membros do sepultamento (SEP 1) do setor PT1. 1A, anteriormente mencionado, evidenciamos no quadrante 4, nível de 30 a 50 cm de profundidade, sepultamento com várias partes do esqueleto (SEP 2) (Figura 5). Não nos foi possível evidenciar, claramente, a sepultura, nem o esqueleto, uma vez que o mesmo estava bastante imerso na matriz esfarelada de conchas. Identificamos o crânio e constatamos que ele tinha as pernas esticadas. Todo material humano foi exumado e, preliminarmente, analisado, cujos resultados apresentamos adiante.

No nível de 20 a 30 cm, encontramos, bem ao centro do setor, pequena estrutura circular com orifício ou depressão, semelhante a uma “rosquinha”, de terra compactada. Ao ser retirada, começou a esfarelar. Acreditamos ser decorrente da introdução de uma vara (?), talvez aquecida.

#### PT1. 0B

Neste setor, o rebaixamento atingiu 20 cm de profundidade cuja matriz era constituída de sedimento areno-argiloso escuro com cerâmica, rochas, carvões/coquinhos e ossos de fauna. Abaixo disso, inicia o sedimento argiloso marrom-alaranjado, compacto e duro, base do sítio. Considerando ser camada estéril, fizemos, no último dia de campo, uma sondagem, com trado, no centro do setor, que atingiu crânio humano de adulto. Como os trabalhos de campo estavam encerrando, retiramos somente a parte quebrada e cobrimos o restante.

#### PT1. 1Z

Neste setor, o rebaixamento atingiu 50 cm de profundidade. A matriz era constituída de modo homogêneo, de sedimento areno-argiloso escuro com cerâmica, rochas, carvões/coquinhos e ossos de fauna até 30 cm. Abaixo disso, inicia matriz constituída de

conchas desmanchadas, ossos de fauna esfarelados, principalmente de peixes e mamíferos, rochas e carvão (cocos). A base do setor era constituída de sedimento argiloso marrom-alaranjado, compacto e duro. Foi coletada cerâmica para datação.

#### PT1. 2Z

Neste setor, o rebaixamento atingiu 80 cm de profundidade, a partir da qual surge sedimento argiloso marrom-alaranjado, compacto e duro, natural do morro (nos quadrantes 1 e 4 a base do sítio aparece a 70 cm). A matriz era constituída, de modo homogêneo, de sedimento areno-argiloso escuro com cerâmica, rochas, carvões/coquinhos e ossos de fauna até 35 cm (exceto quadrante 3, em que Camada I atinge 45 cm de profundidade). Abaixo disso, inicia matriz constituída de conchas desmanchadas, ossos de fauna esfarelados, principalmente de peixes e mamíferos, escamas, rochas e carvão (cocos). Nos quadrantes 1 e 2, a camada II, surge já a 30 cm. No quadrante 4, evidenciaram-se ossos humanos, possivelmente, associados ao sepultamento do setor PT1. 2A (SEP 2).

#### PT1. 3Z

Neste setor, o rebaixamento total atingiu 90 cm de profundidade, nos quadrantes 2 e 3, e 85 cm, nos 1 e 4, quando sedimento argiloso marrom-alaranjado, compacto e duro, a base do sítio, aparece. A matriz era constituída, de modo homogêneo, de sedimento areno-argiloso escuro com cerâmica, rochas, carvões/coquinhos e ossos de fauna, até 30 cm de profundidade, no quadrante 1 e parte do 4, e até 50 cm nos quadrantes 2, 3 e parte do 4. Abaixo disso, inicia matriz constituída de conchas desmanchadas, ossos de fauna esfarelados, principalmente de peixes e mamíferos, escamas, rochas e carvão (cocos). Nesse setor, pôde-se observar, nitidamente, a sobreposição das camadas inferiores claras (com predomínio de conchas), sem cerâmica, e as camadas superiores, escuras, com cerâmica (Foto 7).

Da parede oeste desse setor e dos setores PT1. 1Z e PT1. 2Z fizemos croqui do perfil (Figura 6, Foto 7). Este apresentou uma estratigrafia complexa constituída de duas Camadas ou Horizontes (I – superior e II – inferior). A Camada I (com espessura variando entre 20 e 43 cm) constituída de sedimento areno-argiloso escuro em meio ao qual havia sepultamentos, fragmentos de ossos, carvões (madeira e sementes), cerâmica, rochas e raramente de conchas, era bastante homogênea. A Camada II (com espessura variando entre 15 e 50 cm) era bastante heterogênea, com lentes de espessuras irregulares compostas de sedimento argilo-arenoso,

cuja tonalidade variava entre o esbranquiçado, o cinza, o bege e o alaranjado, com maior ou menor quantidade de conchas moídas, predominantemente do *Diplodon* sp (naiade), ossos, carvões e rochas. (Figura 31). A variação na combinação, distribuição e concentração desses elementos é responsável pela diferenciação entre as lentes. Do topo para a base, identificamos pelo perfil, estratos com a seguinte composição:

- Areno-argiloso preto (Camada I);
- Areno-argiloso bege com poucas conchas, predominantemente, de *Diplodon* sp; (Camada II);
- areno-argiloso com conchas, predominantemente, de *Diplodon* sp (Camada II);
- areno-argiloso preto com conchas esparsas de *Diplodon* sp, predominantemente, e rochas (misturas entre camadas);
- argilo-arenoso com escamas (Camada II);
- argiloso alaranjado estéril (?), base.

Bordas  
Sambaqui Itacoara

Ceramistas Pré-Colônias do Baie  
da Baixifanga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

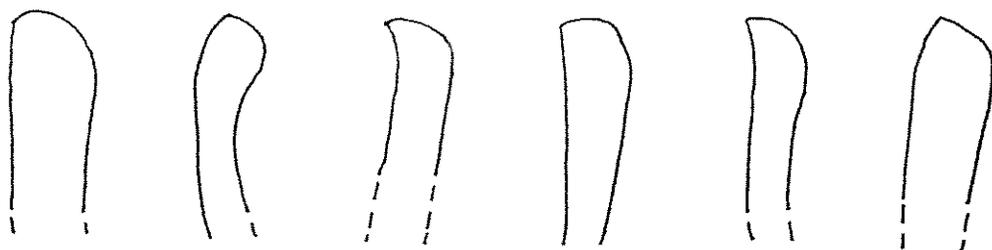
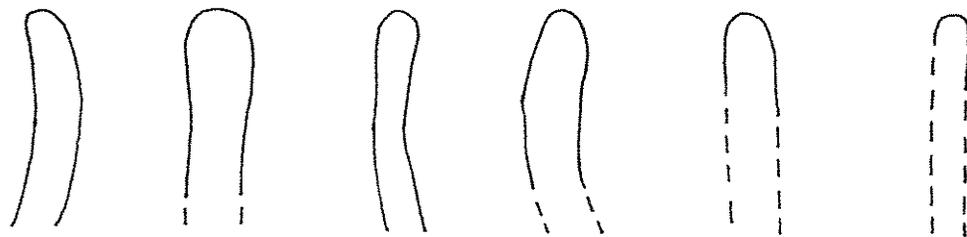
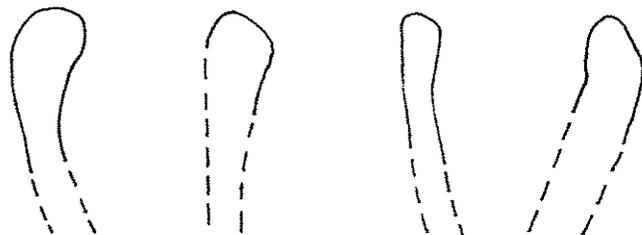
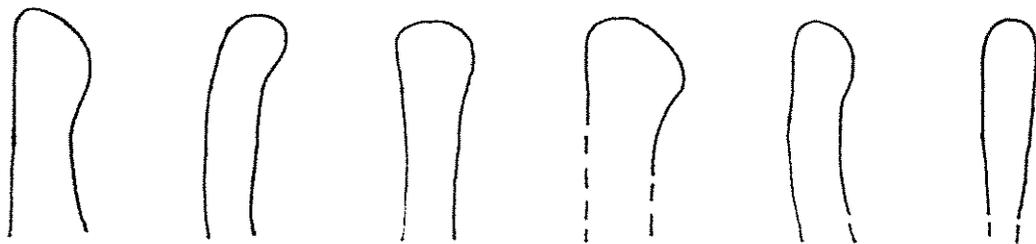


FIG 07 ESC: 4/A

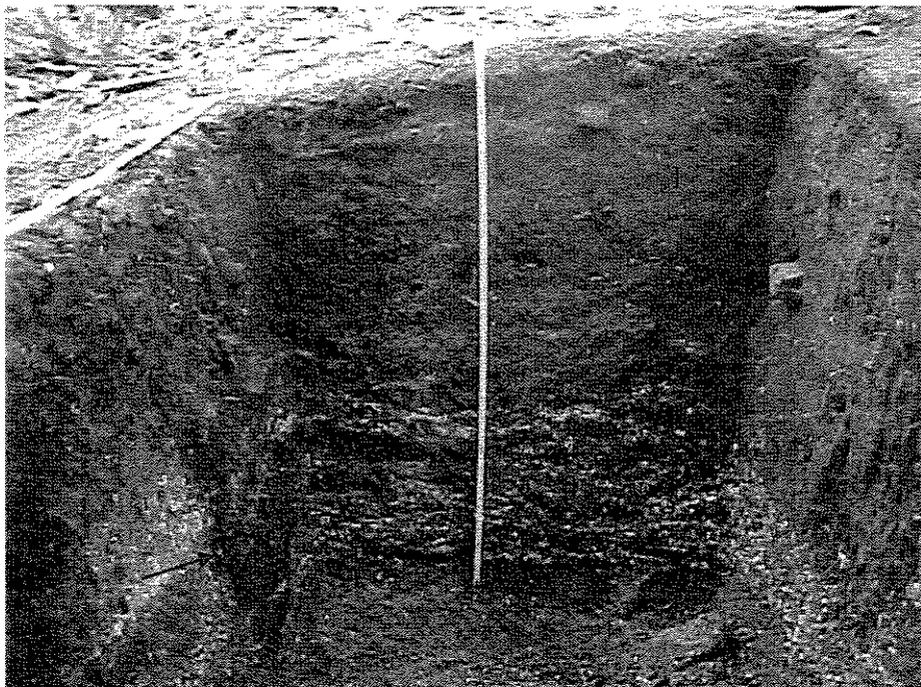


Foto 7 – Itacoara - Perfil norte, setor PT1. 3Z.  
Números indicam as Camadas I e II, setas indicam perturbação da Camada I na Camada II  
(Bandeira, 22/01/03).

#### 4.2.1.1. Datações

Um fragmento maior de cerâmica, coletado no setor PT1. 1Z, nível 2 (10-20 cm) (amostra ITA – I/Código LVD 876), foi datado, por termoluminescência, pela Dra. Sonia Tatumi, da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC, em  $550 \pm 55$  anos AP.

Madeira e sementes calcinadas do setor PT1. 3Z, nível IX (80-90), foram datadas, por C14, pelo Dr. Mark Van Strydonck, do Royal Institute for Cultural Heritage, Bruxelas, Bélgica. O resultado obtido é o seguinte.

*KIA-21796 (ITA2): 1570 ± 20 BP*

*68.2% confidence*

*435 AD (0.96) 520 AD*

*530 AD (0.04) 535 AD*

*95.4% confidence*

*420AD (1.00) 540 AD*

#### 4.2.1.2. Resultados e discussões

A coleção constitui-se de fragmentos de artefatos de cerâmica, rocha<sup>38</sup> (21) e ossos (135), ecofatos ósseos e de rocha (228, 6 kg) e ossos humanos. Coletou-se, ainda, grande quantidade de carvões (madeira e sementes). Analisamos, parcialmente, o material de todos os setores, de todas as categorias. Para os restos faunísticos, que são em número maior que as demais, trabalhamos, somente, com o setor PT1. 3Z Escolhemos esse setor porque a camada arqueológica foi mais espessa (100x100x90 cm). Para moluscos, fizemos uma amostra de 10% do peso total, por nível artificial, desse mesmo setor, conforme quadro abaixo.

**Tabela 1 Itacoara - Amostra - Setor PT1. 3Z –**

Nível (cm)	Peso (g)	10% (g)	camada
0-10	2645	264	I
10-20	3100	310	I
20-30	3815	381	I
30-40	5960	596	I
40-50	7495	745	374,5 I 374,5 II
50-60	7300	730	365 I 365 II
60-70	5855	585	292,5 I 292,5 II
70-80	3335	333	II
80-90	3123	312	II
90-100	755	75	II

##### 4.2.1.2.1. Biofatos

A escavação arqueológica, a estratigrafia do sítio e os resultados da amostra indicam que é constituído de dois componentes estratigráficos bem distintos, conforme apontado por Tiburtius *et alli* (1950-51). Um superior – camada I, constituído de matriz arenosa-argilosa<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Nesse momento, foi possível analisar somente material polido. Há grande número de lascas de forma e tamanho variado.

<sup>39</sup> A matriz da camada arqueológica superior do setor PT1. 2A no quadrante 1, nível 0-10 cm, tem a coloração – 2.5Y 2.5/1, conforme quadro de cores Mansell.

escura, com presença de cerâmica e pouquíssimas conchas - e um inferior – camada II, constituído de matriz argilosa, esbranquiçada, com predomínio de conchas moídas de *Diplodon sp* (naiade)<sup>40</sup>, um molusco fluvial (Gráfico 1), ocorrendo, ainda, em frequência muito baixa, *Megalobulinus sp*, *Crassostrea rhizophorae* e *Lucina jamaicensis*<sup>41</sup>. A primeira espécie, ainda ocorre nas imediações do sítio, junto ao pequeno rio Lagoa Grande.

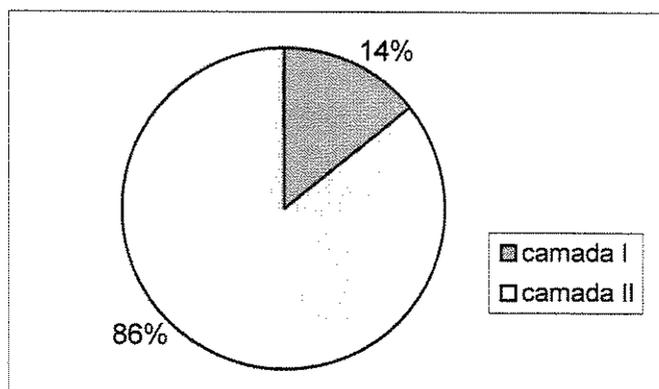


Gráfico 1. – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z -. *Diplodon sp* em peso.

Em termos faunísticos, ainda com base na amostra, há maior quantidade de fragmentos<sup>42</sup> de ossos de vertebrados na Camada I (Tabela 2 e Gráfico 2). No setor como um todo, a Camada I é, também a que apresenta mais ossos de vertebrados (NISP), como veremos a seguir.

Acreditamos ser esta diferença decorrente do fato da amostra constituir-se do material retido na peneira, do qual já haviam sido retiradas as peças maiores.

**Tabela 2 – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z**

<b>Categorias</b>	<b>Camada I (g) (cerâmica)</b>	<b>Camada II (g) (s/cerâmica)</b>	<b>Total (g)</b>
carvão	267,29	117,21	384,5
<i>Diplodon sp</i>	158,13	968,05	1126,18
vertebrados	634,12	475,77	1109,89
barro queimado	92,24		92,24
rocha	972,25	193,27	1165,52
indeterminado	42,13	148,89	191,02

<sup>40</sup> A classificação taxonômica de todas as espécies identificadas encontram-se no Apêndice 3.

<sup>41</sup> Não identificamos entre os fragmentos de concha da amostra estas espécies. Entretanto, pudemos avaliar sua presença em baixa quantidade no material coletado nos setores nas duas camadas.

<sup>42</sup> Todos os elementos ósseos identificados por classe, neste sítio, estão listados no Quadro 14, Apêndice 2.

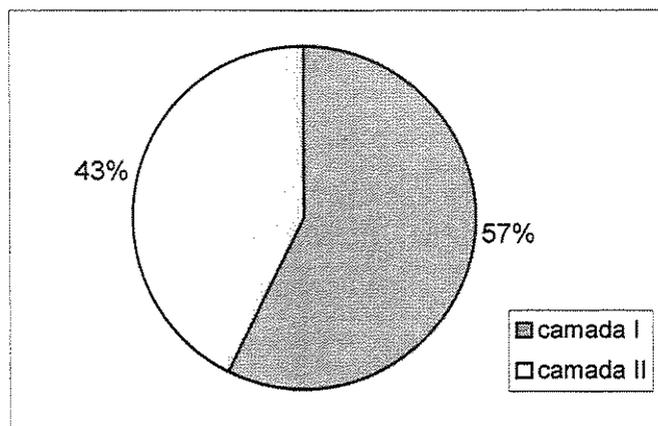


Gráfico 2. – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z. Vertebrados em peso.

O material faunístico, do setor PT1. 3Z, analisado, constituiu-se de 1248 peças, sendo 291 de peixe, 913 de mamífero, 26 de aves e 15 de répteis.

Se considerarmos o total de peças por classe animal e sua distribuição nos dois horizontes estratigráficos (Camada I e II), há uma maior quantidade de restos faunísticos na camada I (61% do total de peças, frente a 39% da camada II).

Na camada superior o nível de maior concentração de fragmentos ósseos faunísticos é o de 20 a 30 cm, enquanto na camada inferior, a maior concentração está no nível de 80 a 90 cm, praticamente, o início da ocupação do sítio (Gráfico 3).

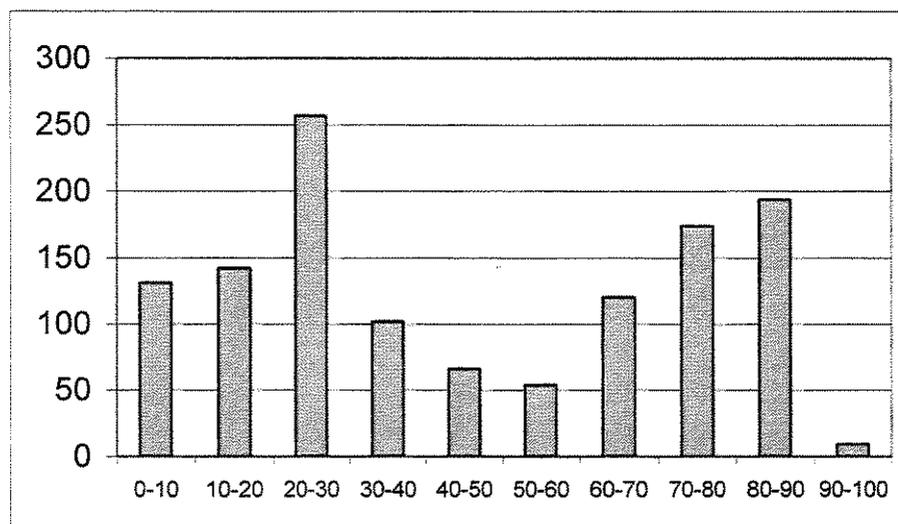


Gráfico 3.- Itacoara – Setor PT1. 3Z. Vertebrados. NISP por nível

A classe predominante, nas duas camadas, em termos de número de peças, é Mamífera (terrestre), embora o número de fragmentos de mamíferos seja mais do que o dobro na camada

I (superior com cerâmica) (Gráfico 4). A segunda classe, mais representativa nas duas camadas, é peixe. Entretanto, seu número é bem maior na camada II, ao contrário do que ocorre com os mamíferos.

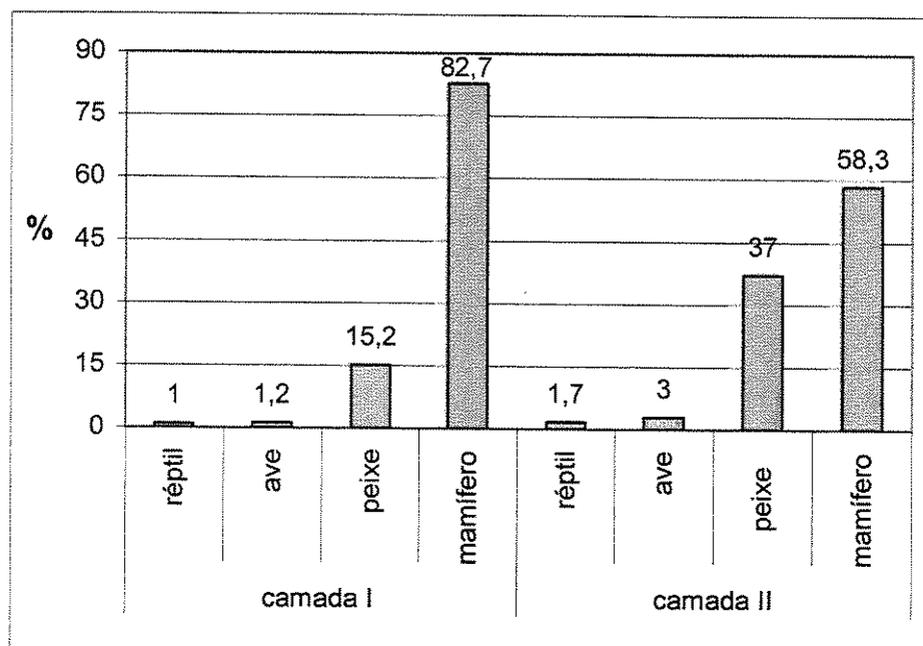


Gráfico 4 – Itacoara – Setor PT1. 3Z - Vertebrados. NISP por classe<sup>43</sup> e camada

Se considerarmos o número de peças das espécies identificadas (NISP)<sup>44</sup>, em cada camada, teremos na I: porco, capivara, jundiá (*Rhandia sp*) e bagre (Ariidae) (Gráfico 5).

<sup>43</sup> A categoria (táxon) Peixe (Piscea) é uma superclasse, formada pelas Classes Osteichyties (ósseos) e Chondrichyties (cartilaginosos), para simplificar estamos apresentando-as juntas.

<sup>44</sup> O tipo de peças coletadas não permitiu a quantificação do MNI.

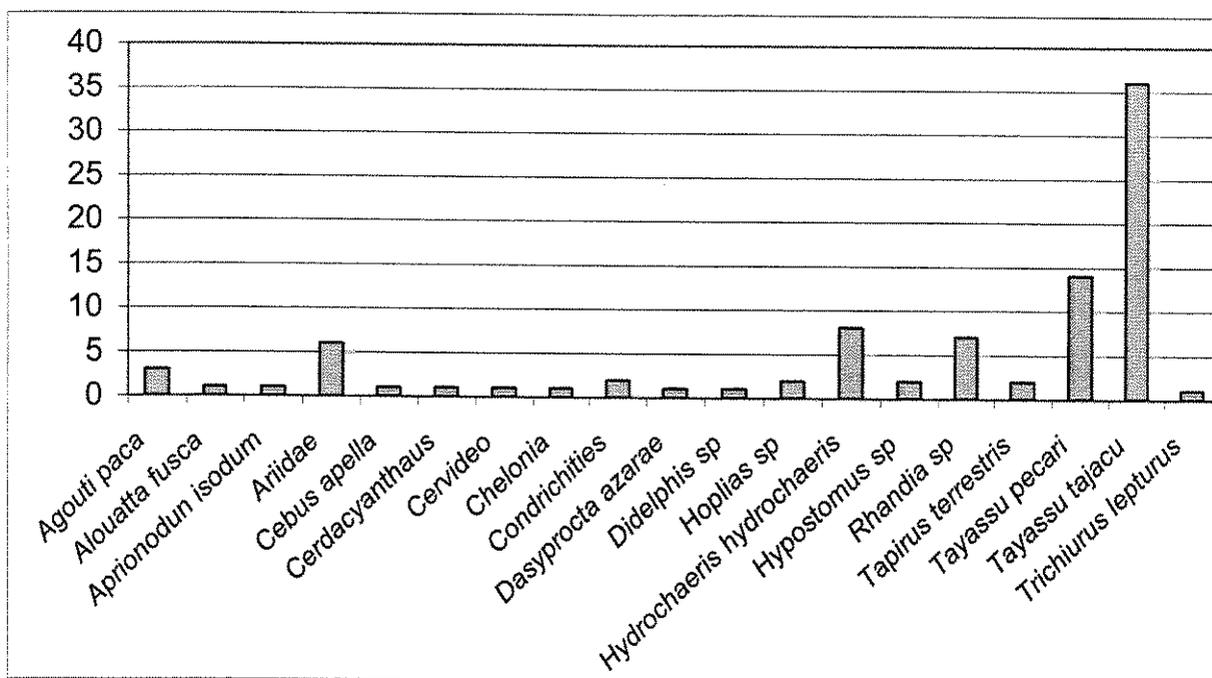


Gráfico 5 – Itacoara – Setor PT1. 3Z Vertebrados. NISP. Camada I

A camada II é semelhante, sendo o porco mais abundante, seguido da traíra (*Hoplias sp*) e do jundiá (*Rhandia sp*), estes últimos peixes de água doce (Gráfico 6).

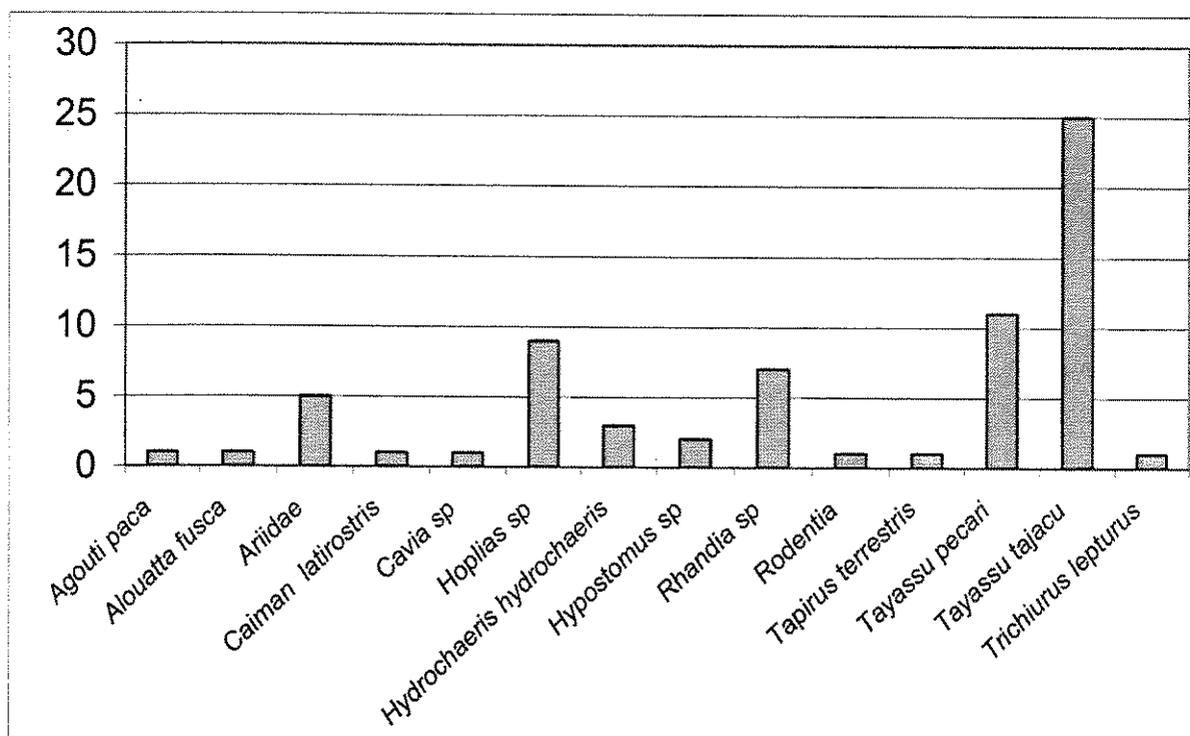


Gráfico 6 – Itacoara – Setor PT1. 3Z Vertebrados. NISP. Camada II

Se analisarmos o número mínimo de indivíduos em cada camada, índice que consideramos problemático para nossa amostra muito reduzida, a situação se altera um pouco. Na camada I (superior com cerâmica), os mamíferos mantêm-se em maior número, embora não mais com porcos e capivaras, mas com o gambá seguido pelo porco. Na camada II, os peixes de água doce estão em maior quantidade.

Além de material ósseo faunístico, identificaram-se fragmentos de madeiras e sementes queimadas. Pelos resultados da amostra, há maior quantidade desse material na Camada I (Gráfico 7).

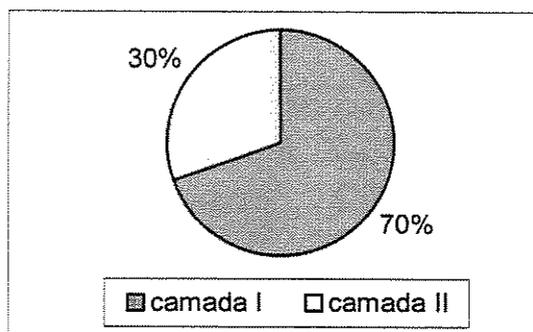


Gráfico 7 – Itacoara – Amostra - Setor PT1. 3Z.- Madeiras e sementes queimadas em peso.

#### 4.2.1.2.2. Artefatos

Entre o material, coletado em todo o sítio, há 682 fragmentos de cerâmica<sup>45</sup>, cuja técnica de confecção predominante foi o acordelado, com espessuras que variam entre 5 e 15 mm (Gráfico 8 - ind = indeterminado). A tonalidade das superfícies varia entre o bege e o marrom, entre o laranja e o vermelho e entre o cinza e o preto, com predomínio dos tons escuros.

<sup>45</sup> Tivemos oportunidade de analisar 20 peças deste sítio da coleção Guilherme Tiburtius, do acervo MASJ. As características deste material são as seguintes: 14 são bordas, 1 base, 4 bojos, 1 vasilhame quase completo; bordas: reforçada externamente ou internamente, extrovertidas, retas ou expandidas; espessura: entre 3 e 12 mm; lábios: apontados, planos e arredondados; antiplástico: mineral; queima: reduzida, oxidada ou incompleta; tratamento de superfície: o engobo, a brunidura, o alisado, o polido, o beliscado assimétrico, o corrugado, o ungulado e o serrungulado. Pela publicação do autor, sua coleção seria composta de mais peças que, todavia, não encontradas. Tentamos fazer o mesmo com o material dos dois outros sítios com cerâmica pesquisados por Tiburtius (Rio Pinheiros II e Enseada I), porém, o mesmo ocorreu; somente algumas poucas peças foram encontradas.

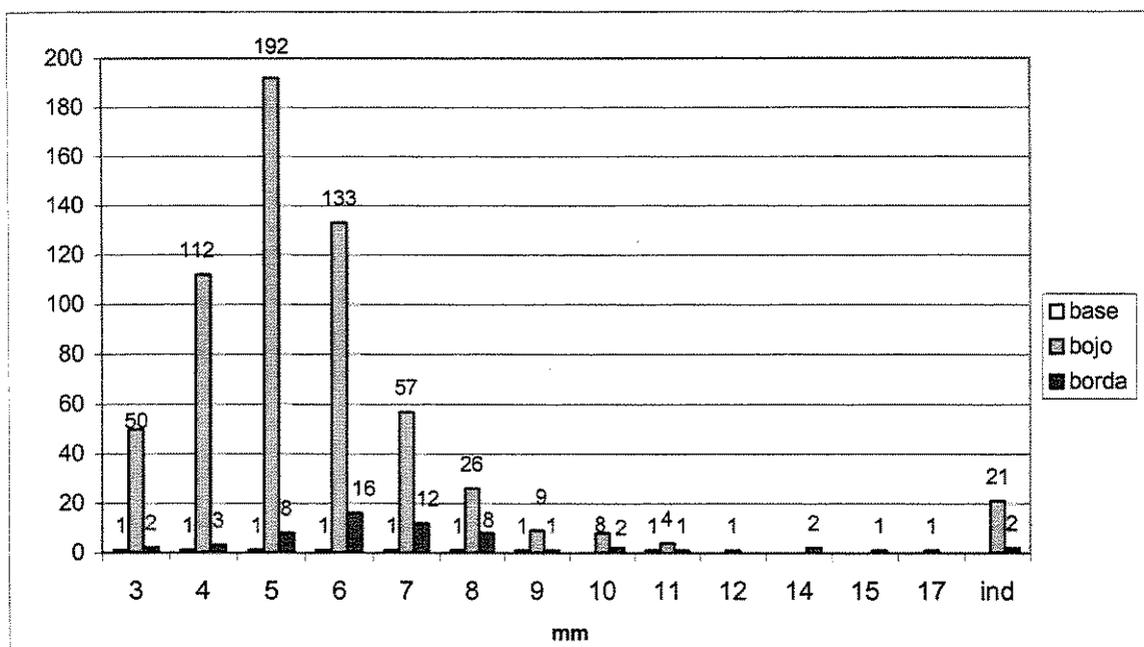


Gráfico 8- Itacoara – Cerâmica. Número de peças por espessura.

Pelotas de barro queimado foram coletadas até a profundidade de 50 cm, certamente estão associadas à produção da cerâmica no sítio. Algumas são achatadas, com marcas alinhadas indicando que o barro foi prensado sobre uma base trançada (esteira?).

Do material cerâmico, 58 são bordas, 10 bases (3 planas, 1 plana convexa, 5 arredondadas e 1 indeterminada) e 614 de bojos. Estes, em geral, eram arredondados, mas ocorrendo, também, os retos.

Observaram-se fragmentos com pasta com coloração toda escura (queima redutora), toda clara, em geral alaranjada (oxidante) ou com faixas claras e escuras (queima incompleta), que é predominante. A pasta apresenta minerais (areia e rocha moída) de tamanhos muito variados (entre 0,1 a 5 mm), em que predomina de 0,5 a 2 mm, cujos maiores, acreditamos, terem sido acrescentados à argila (antiplástico).

A face externa dos vasilhames, em geral, era alisada, mas ocorrendo com frequência revestimento (engobe), algumas vezes, posteriormente polido. Frequentes, também, foram as superfícies alisadas e depois enegrecidas e polidas (brunidura). Foi identificada, ainda, decoração plástica do tipo ungulado simples e ungulado tangente clássico (14 fragmentos) (Foto 8) ou inciso (grafismos) (7 fragmentos) (Foto 9). O inciso tem padrão linear paralelo em ziguezague ou em losangos. A superfície interna era alisada, com ou sem engobe, polida e raramente com brunidura (Gráfico 9).

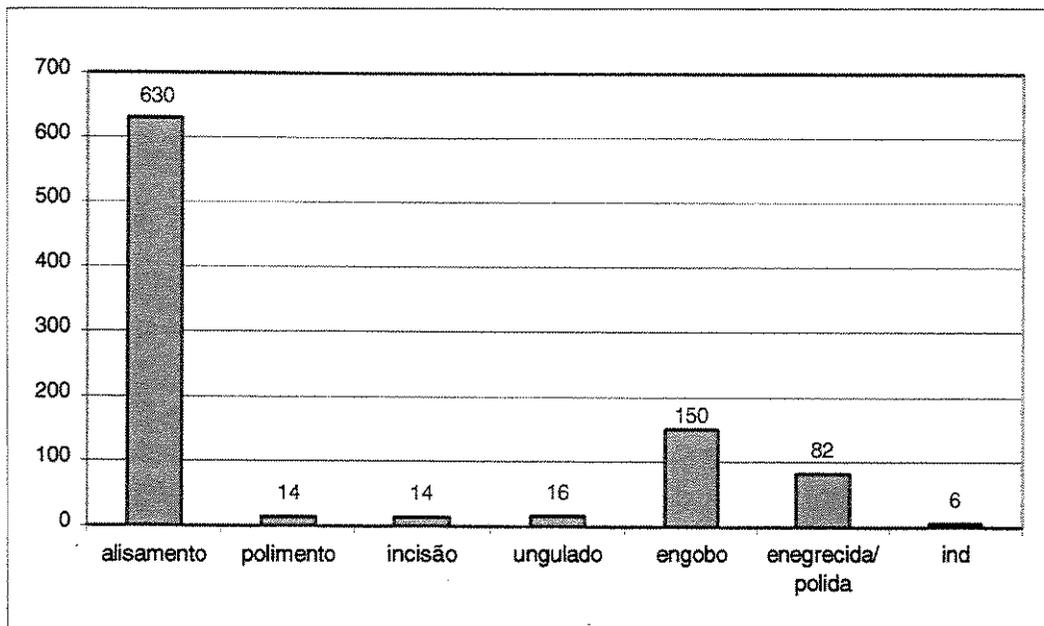


Gráfico 9.- Itacoara – Cerâmica. Tratamento na face externa.



Foto 8- Itacoara – Cerâmica – Decoração Plástica (Martins, 7/12/03).



Foto 9 – Itacoara – Cerâmica – Decoração Plástica – Incisa (Martins, 7/12/03).

As bordas e lábios nem sempre seguem padrões bem definidos; há peças que apresentam tipos intermediários. Os tipos que identificamos estão no quadro abaixo (Figuras 7, 8, 9) (Foto 10) em que se observa predomínio das bordas reforçadas externamente, vertical e lábios arredondados.

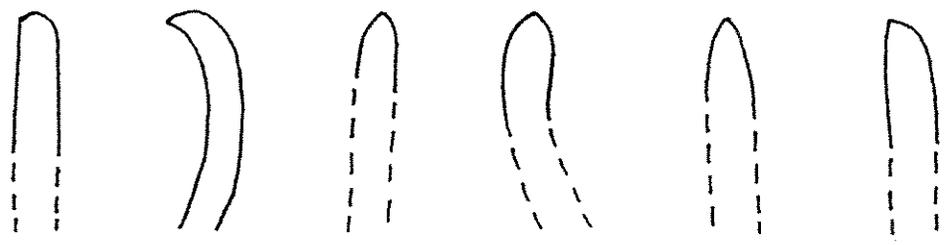
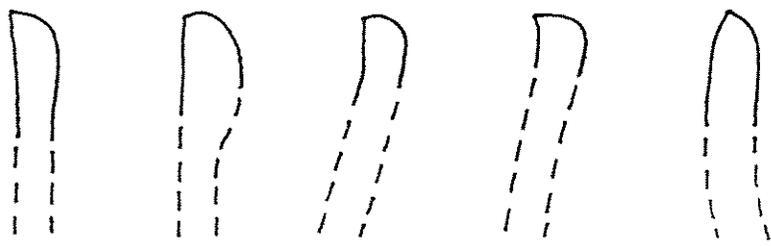
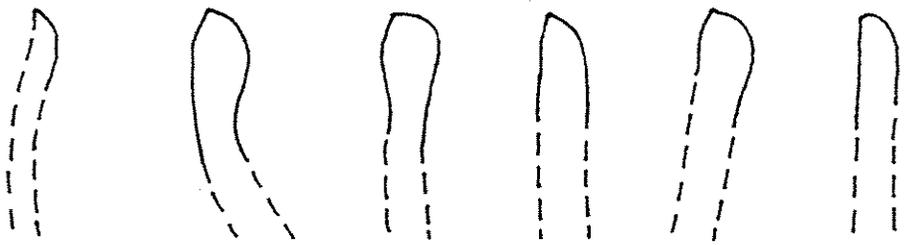
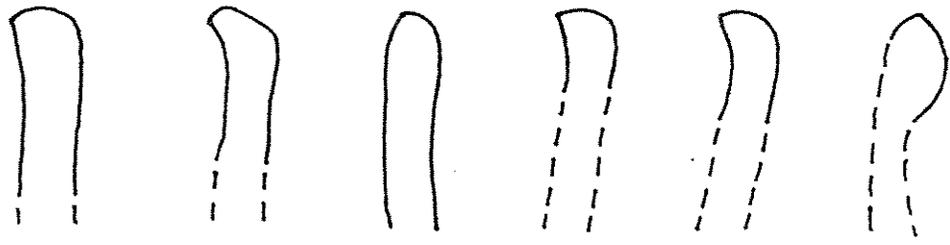
<b>Quadro 9 – Itacoara – Cerâmica – Tipos de bordas e lábios</b>			
<b>Borda</b>	<b>Direção</b>	<b>Lábio</b>	<b>Quantidade</b>
Direta	vertical	apontado	2
Direta	vertical	arredondado	1
Direta	extrovertida	arredondado	5
Direta	extrovertida	plano	2
Direta	introvertida	arredondado	5
Direta	introvertida	apontado	1
Direta	introvertida	plano	1
Expandida	extrovertida	apontado	1
Expandida	extrovertida	arredondado	1
Expandida	vertical	arredondado	1
Expandida	introvertida	arredondado	4
Reforçada externamente	vertical	plano	2
Reforçada externamente	vertical	apontado	11
Reforçada externamente	vertical	arredondo	14
Reforçada externamente	extrovertida	arredondado	1
Não determinada	não determinada	não determinada	6
<b>Total</b>			<b>58</b>



Foto 10 – Itacoara – Cerâmica – Bordas  
(Martins, 7/12/03).

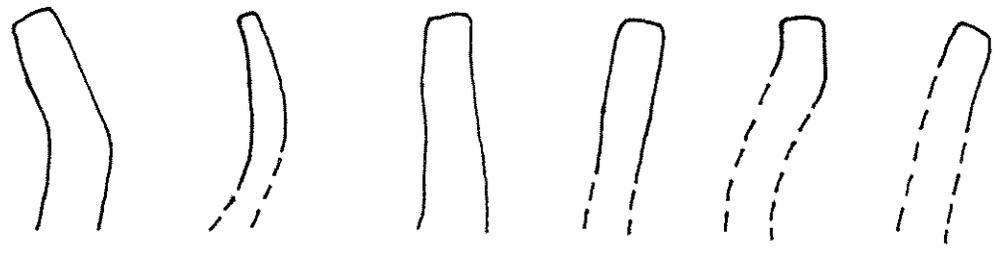
Bordas  
Sambaqui, Itacoara

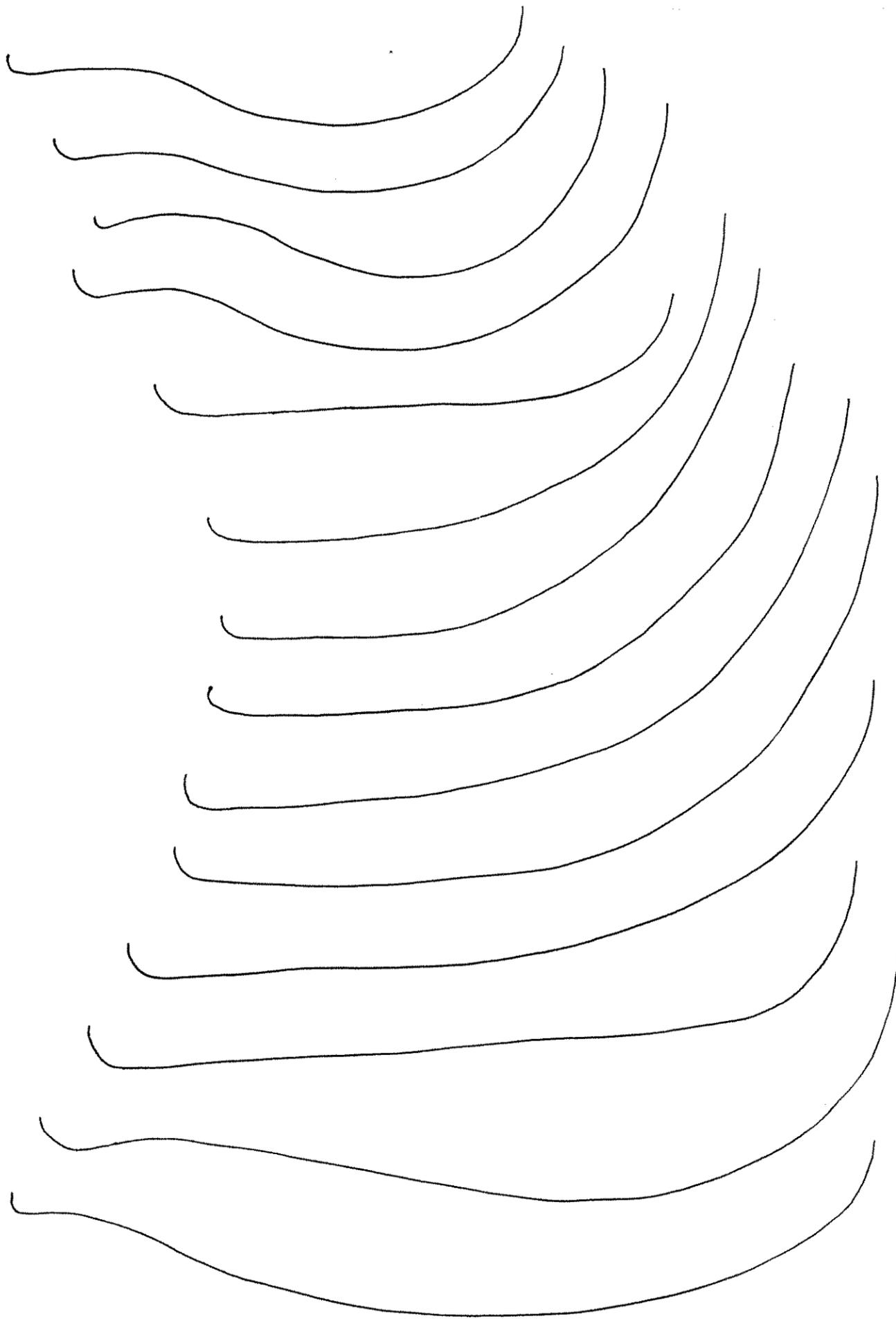
Cerâmicas Pré-Coloniais da Baía  
de Babitonga - Arqueologia e Etnologia  
de Dione da Rocha Bandeira

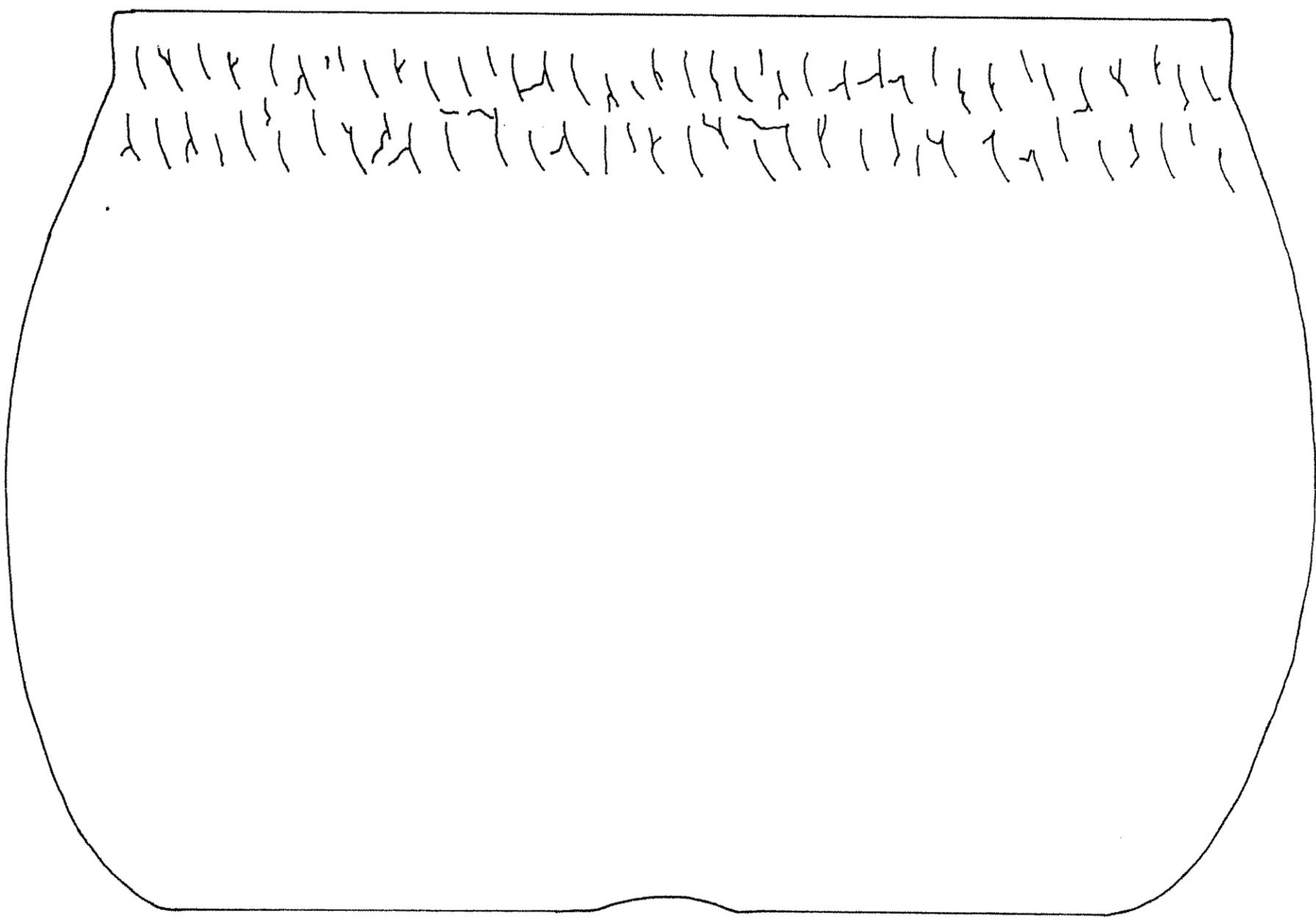


Bordas  
Sambagui Itacwara

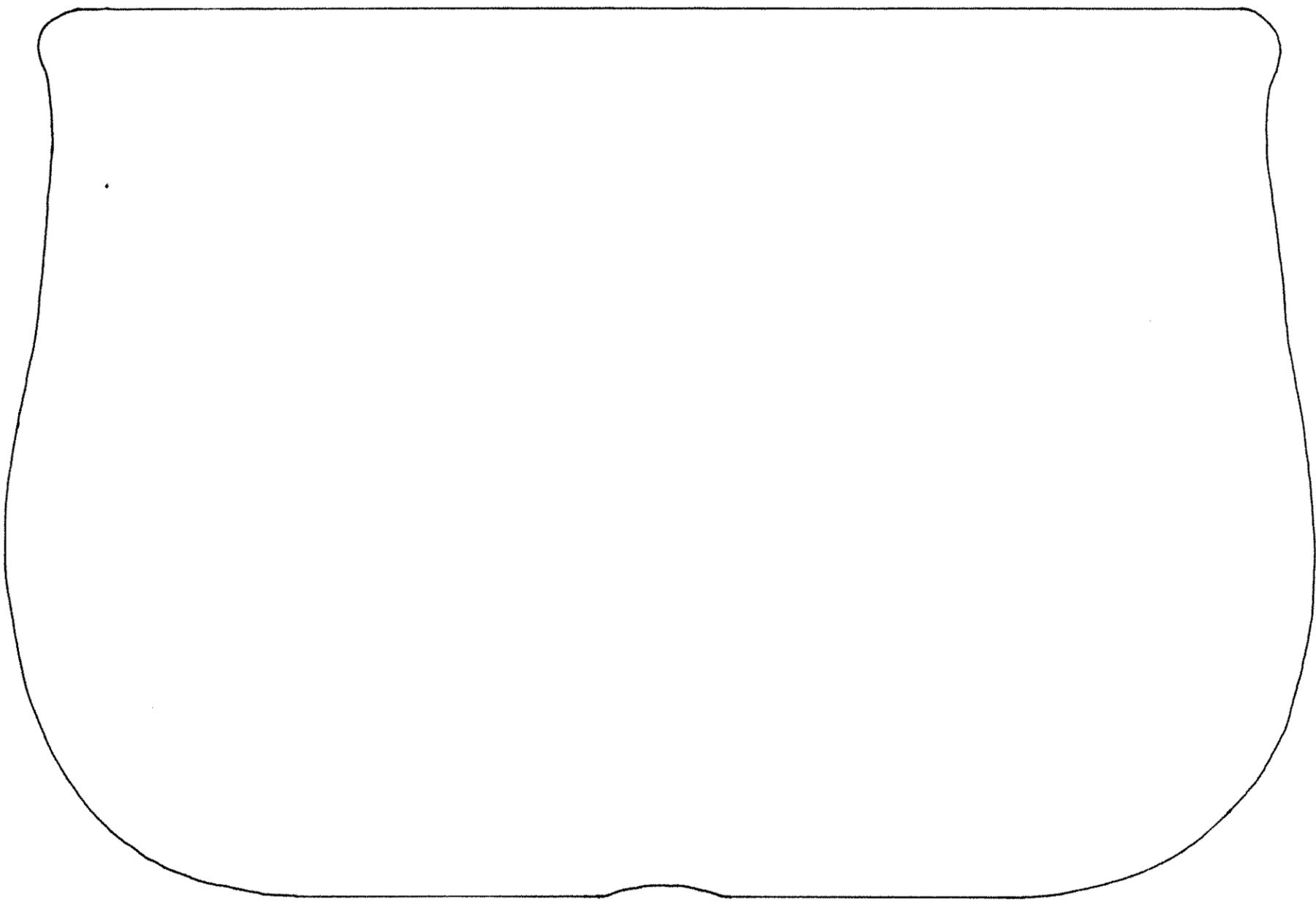
Ceramistas Pré-Colombiais do Brasil  
da Babilonga - Arqueologia e Etnoci-  
dade Dioné da Rocha Bandeira



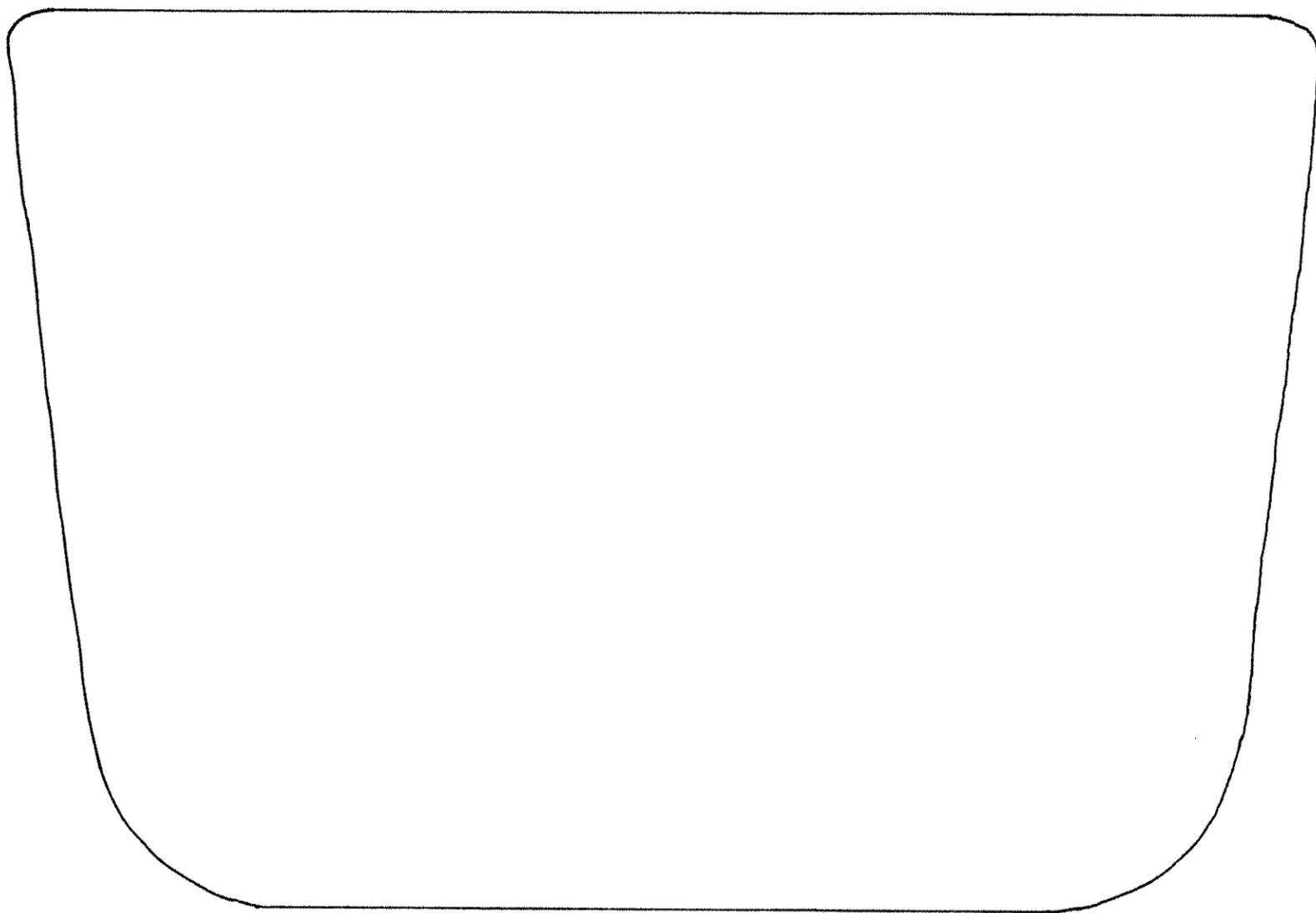




Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 11 ESC. 1/1



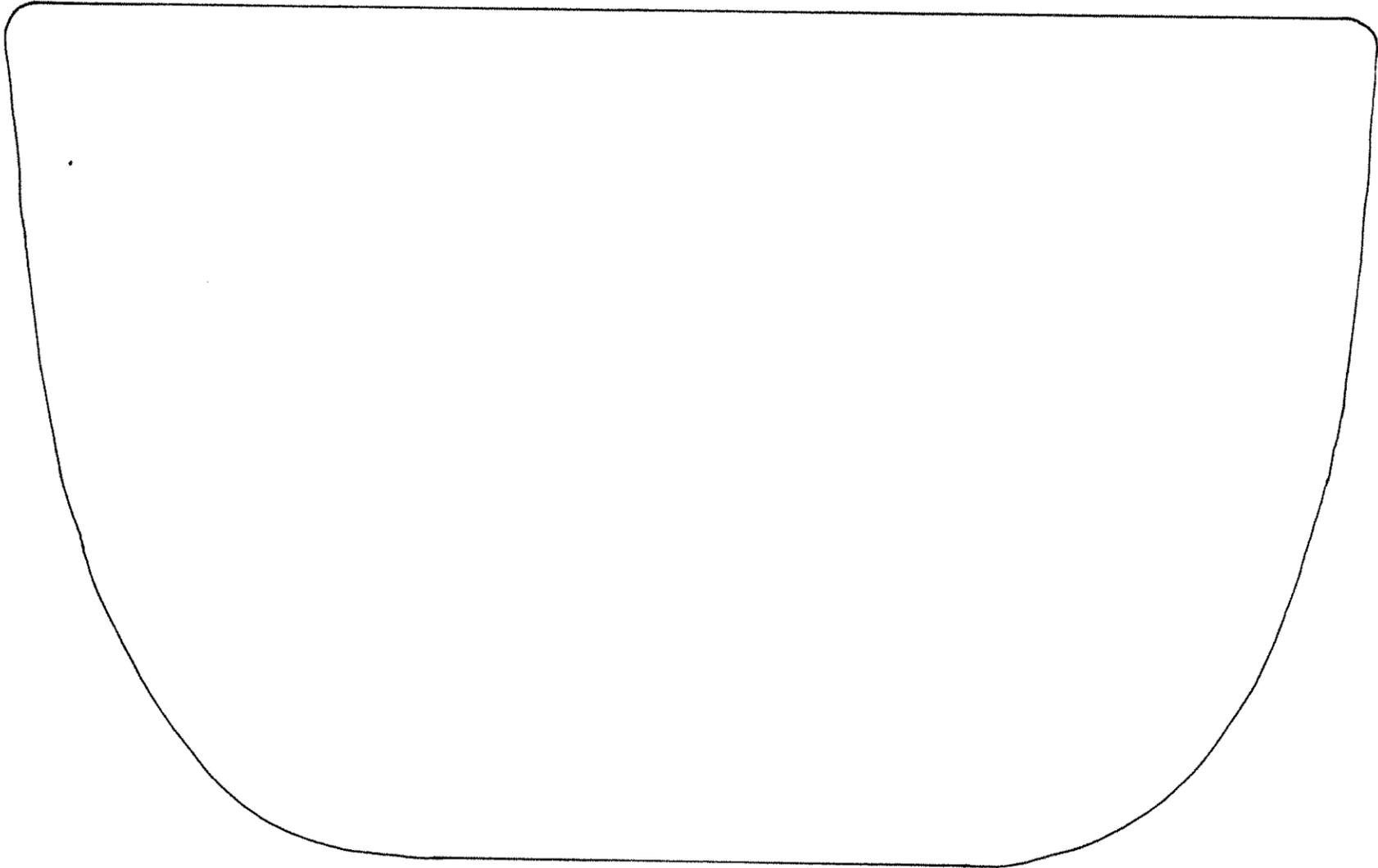
Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 12 Esc: 1/1



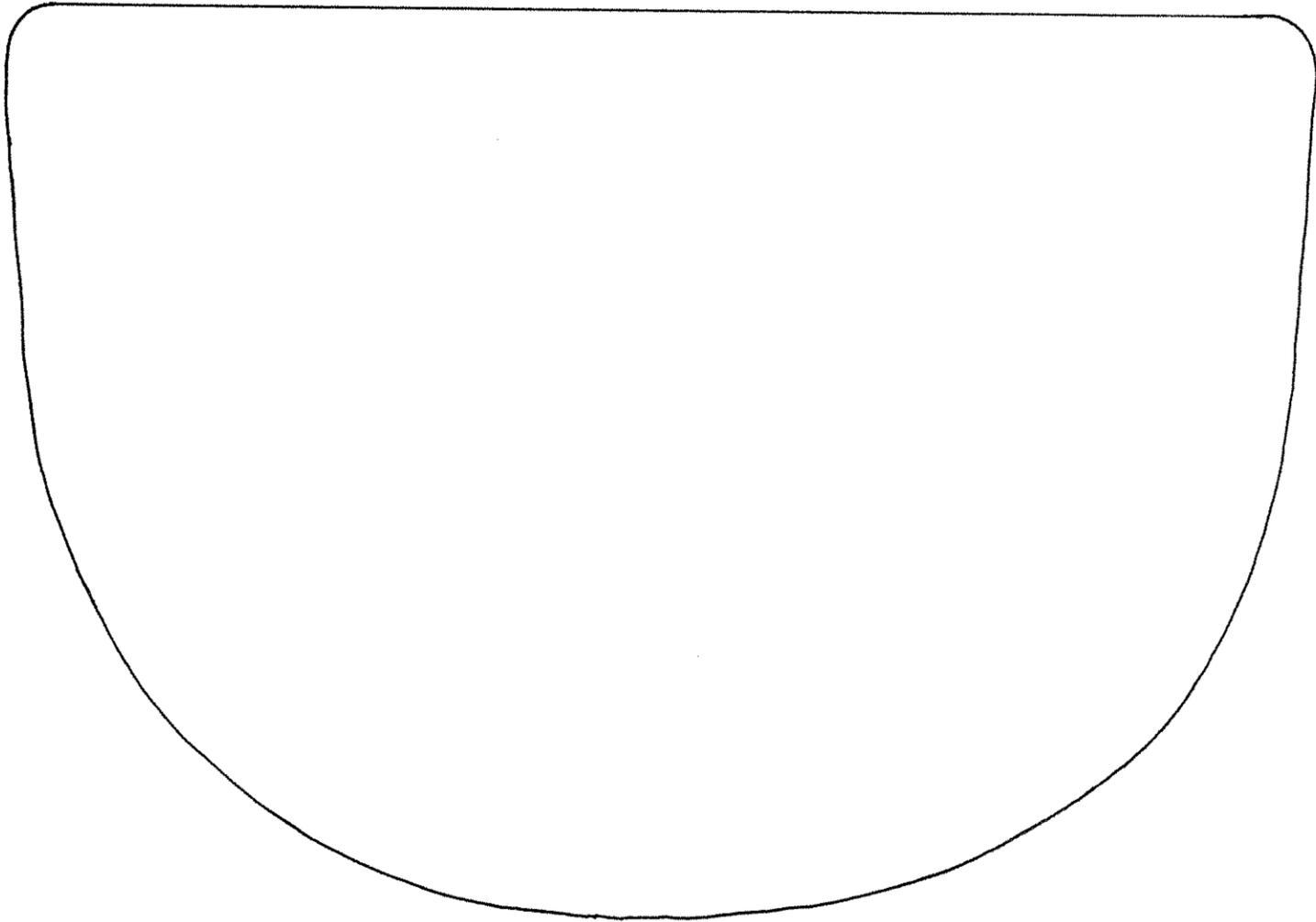
Karina A. Carpinin 10.12.03 CIA/17

Ceramistas pré-coloniais na casa  
da Babilonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

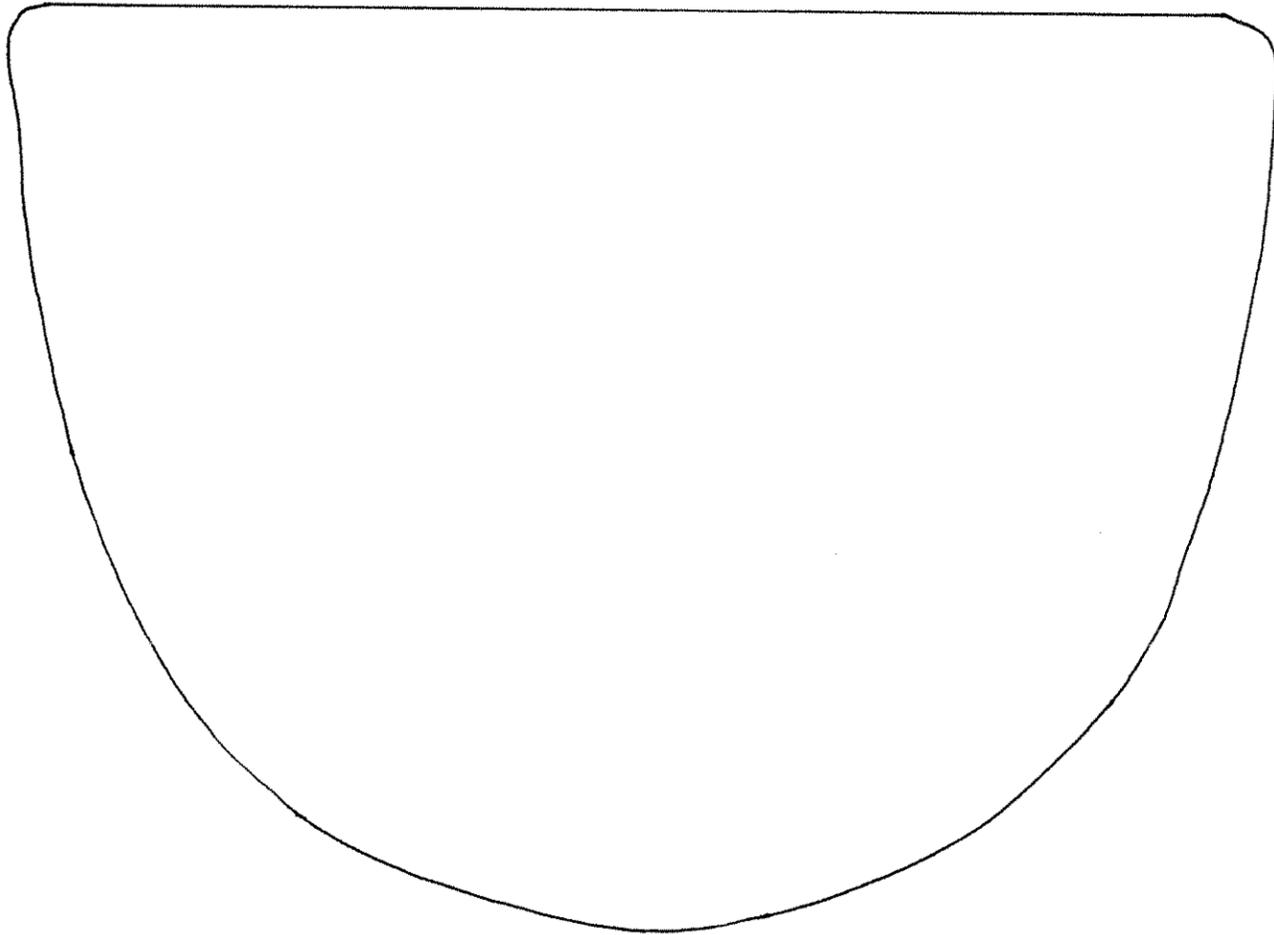
Reconstituição (It 8365)  
Sambaqui Itacoara



Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 14 EIC:AM

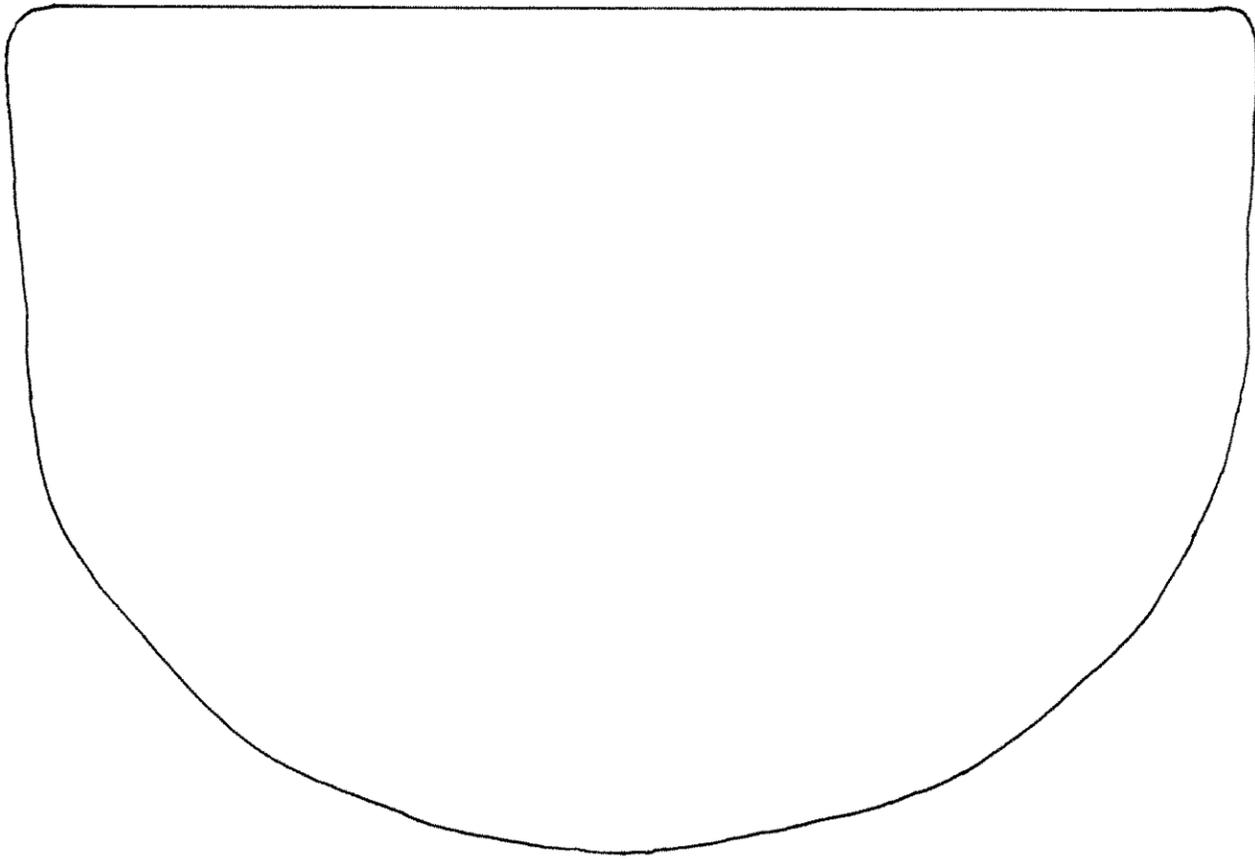


Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 15 ESC. 1/4



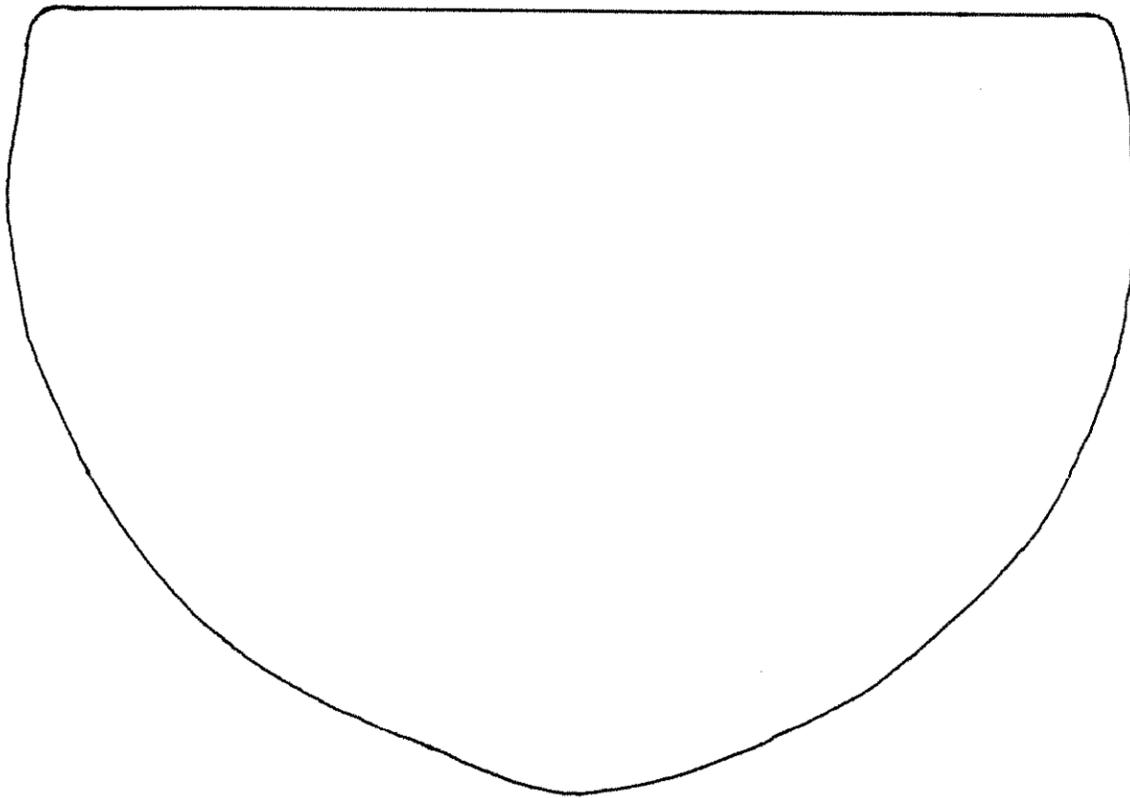
Karinna A. Cargnin 10.12.03

FIG. 16. ESC. 1/1

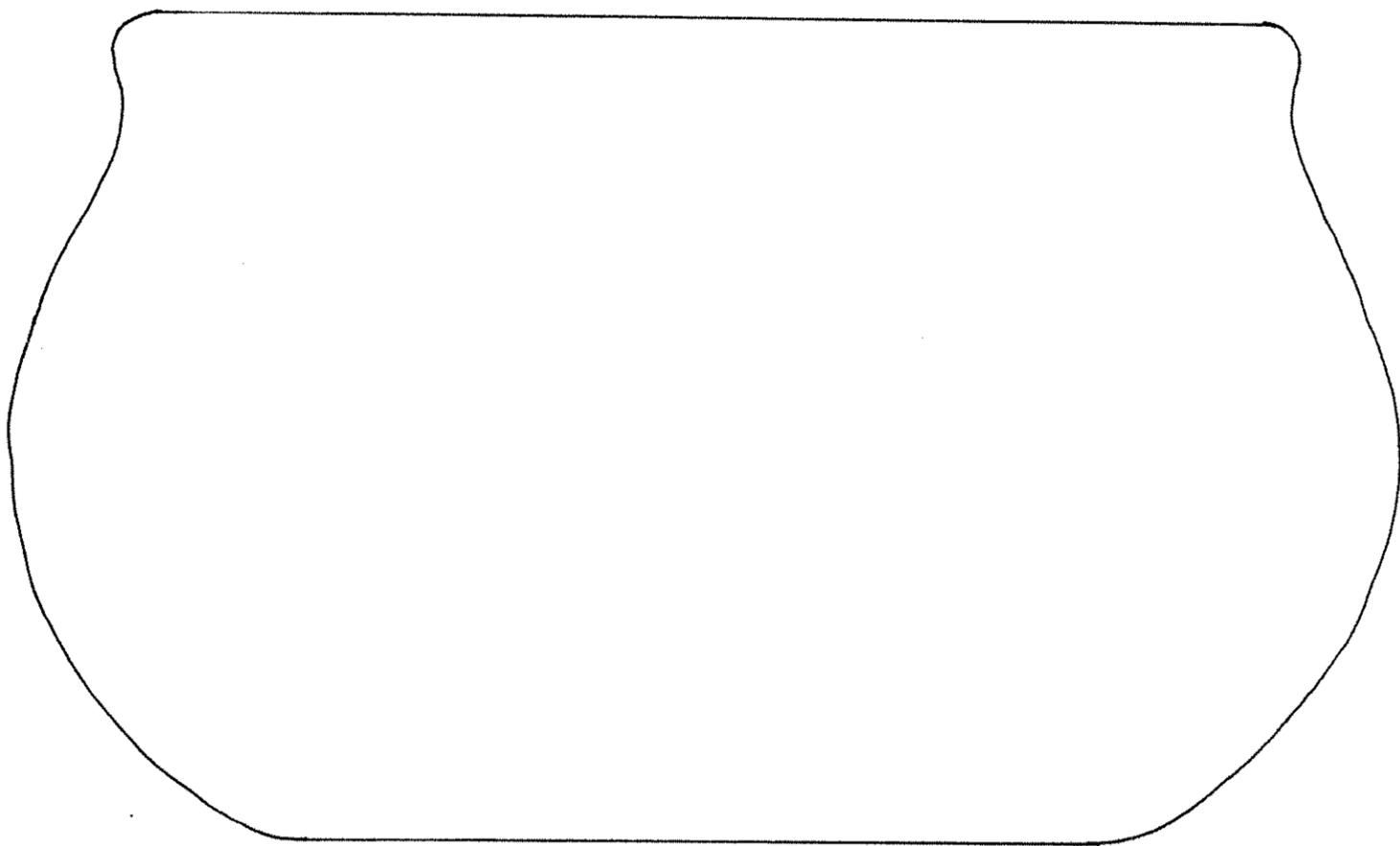


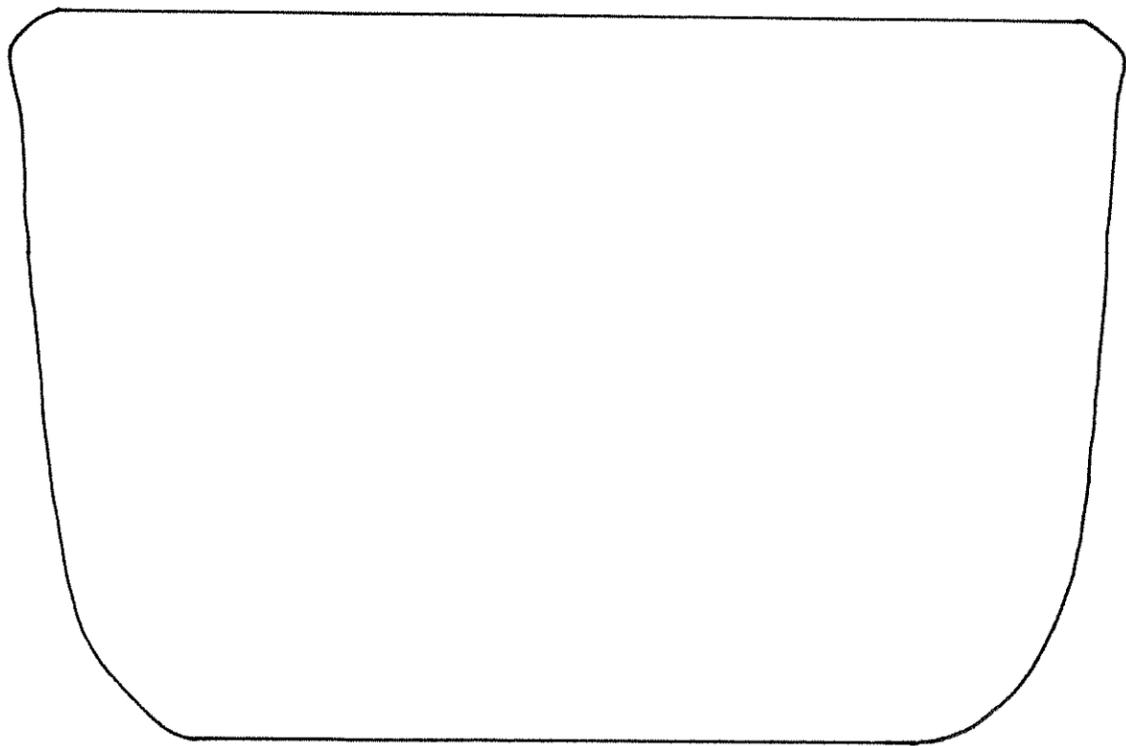
Leramistas pré-coloniais da Baía  
da Babilonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

Reconstituição (IT 8458)  
Sambaqui Itacoara



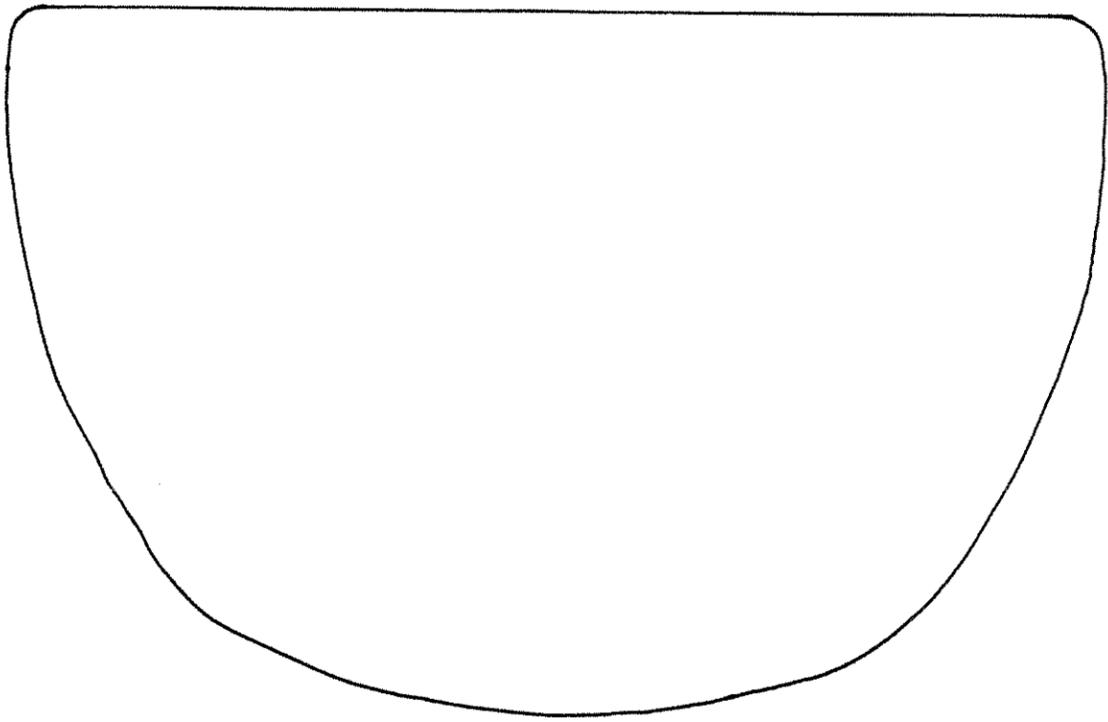
Karina A. Garginin 10.12.03 FIG. 18 ESC. 1/1



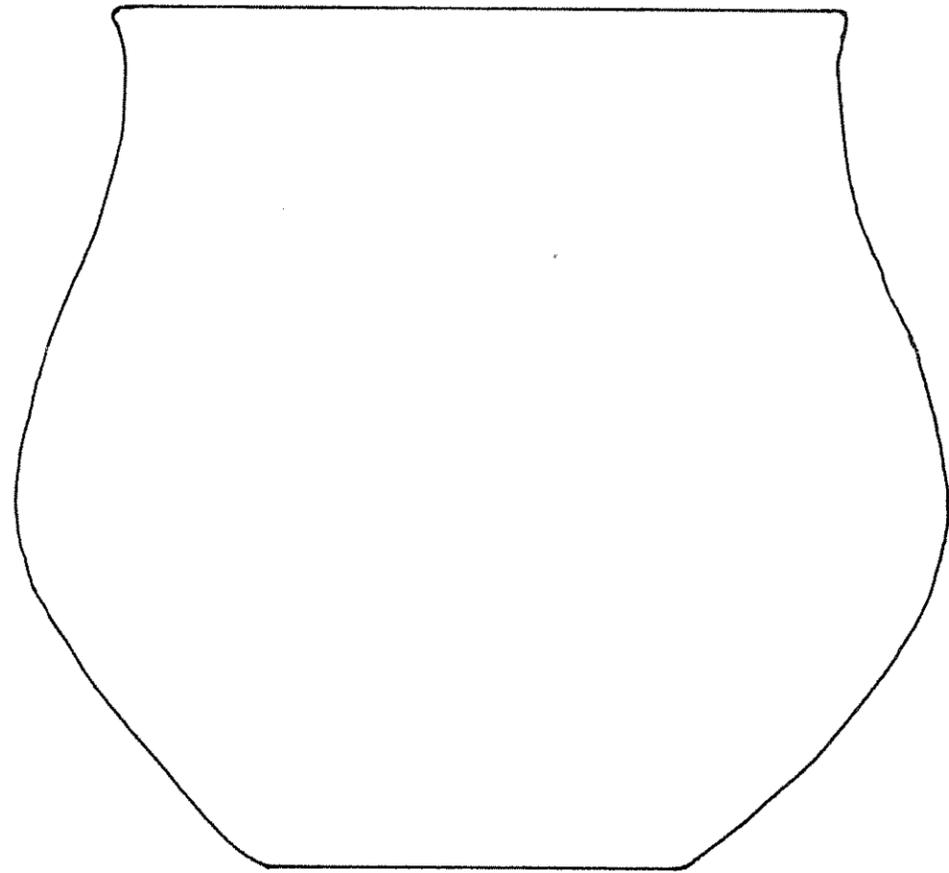


Karina A. Carginin 10.12.03

Fig. 20 esc. 1/1



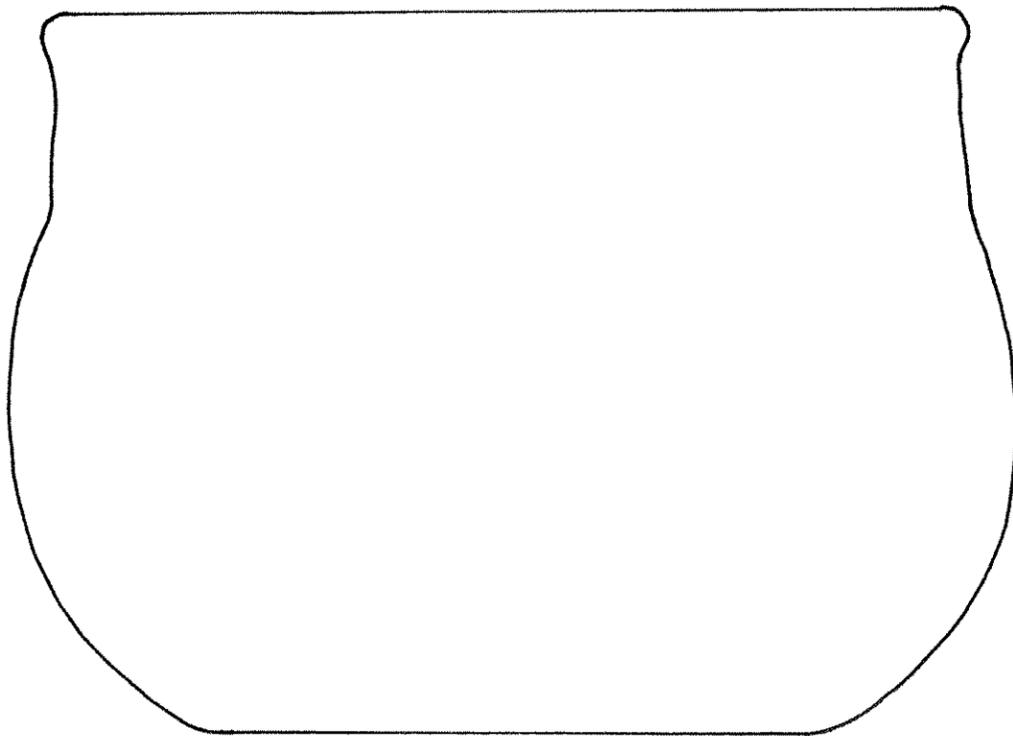
Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 21 ESC: 1/1



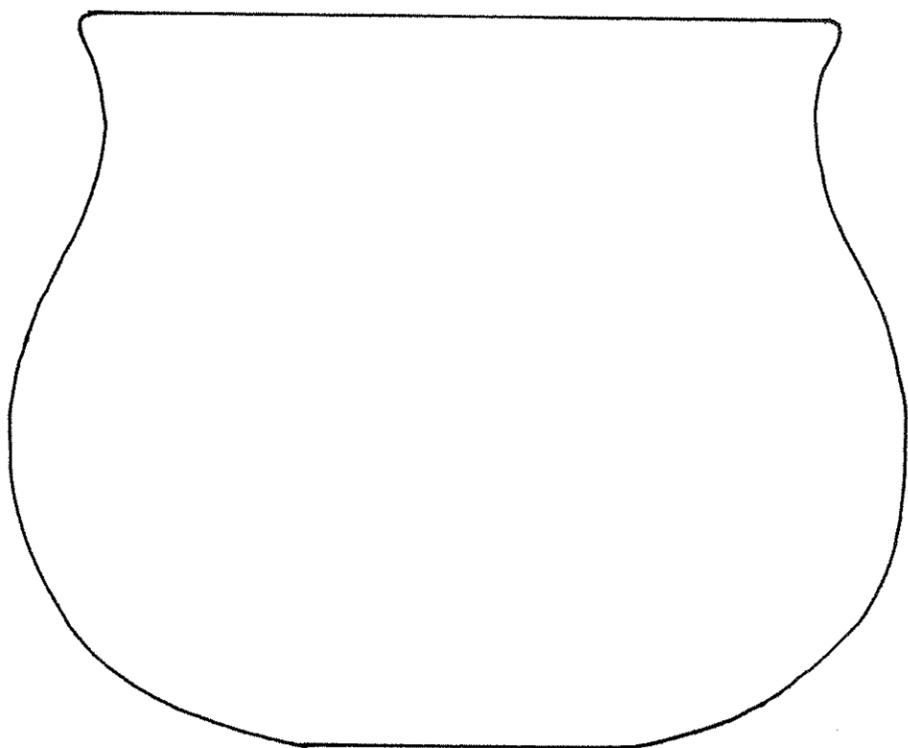
Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 22 Esc: 1/1

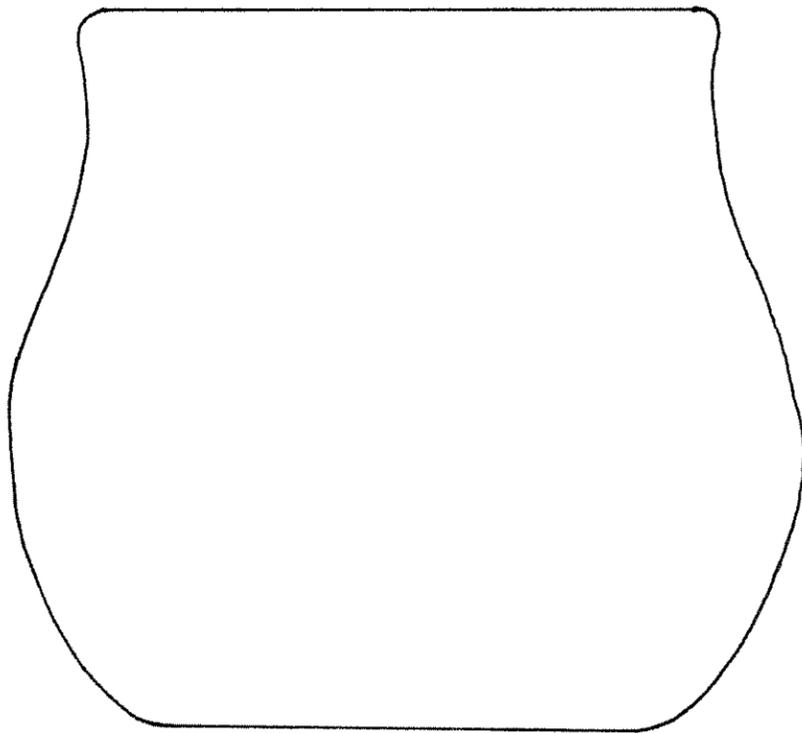
Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
da Babilonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

Reconstituição (It 8324/8337)  
Sambaqui Itacara

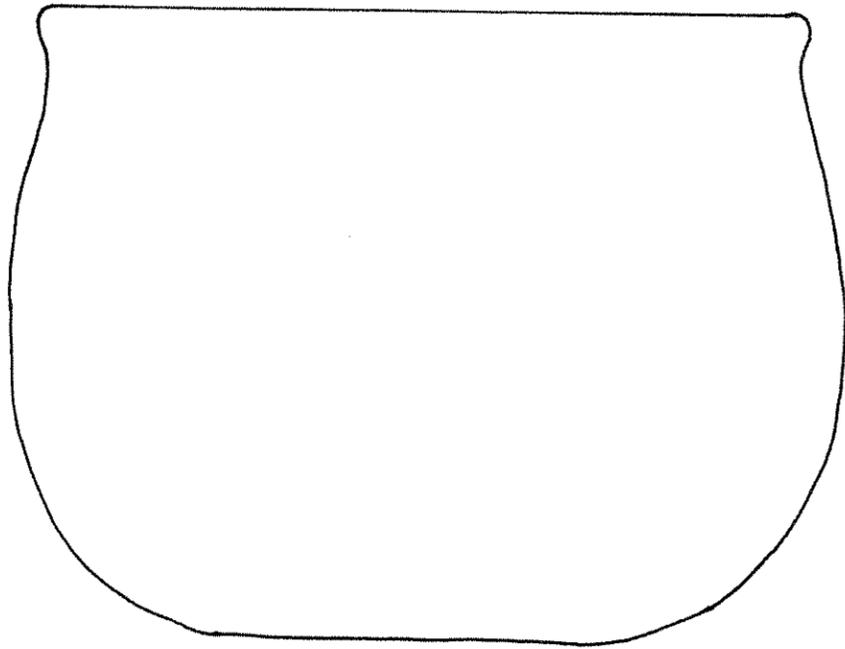


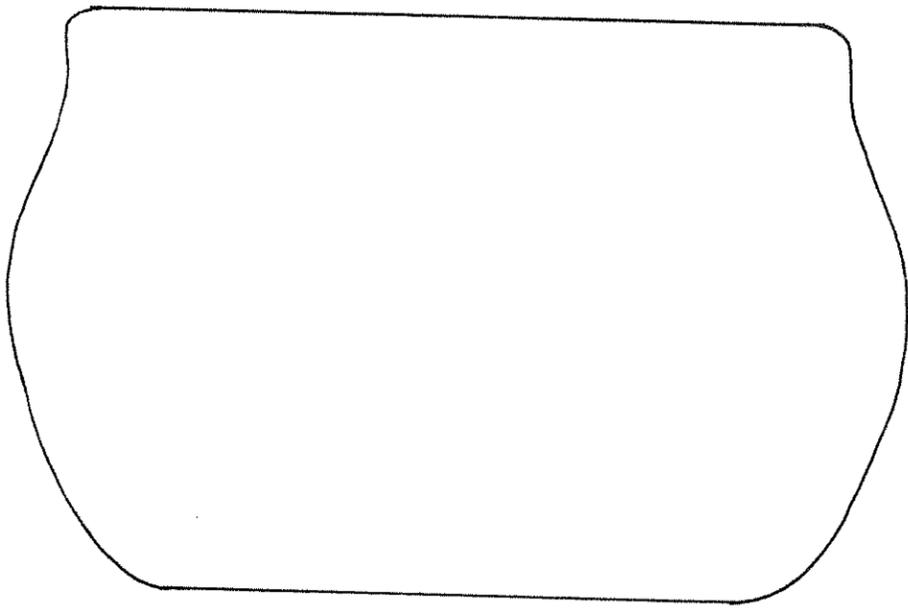
Karina A. Carginin 10.12.03 EIB 97





Karinnaff Carginin 10.12.03 FIG. 25 ESC. 1/1





Karinna A. Caughin 10.12.03

Fig. 27 Esc: 1/1

Os artefatos ósseos identificados (gráfico 10) correspondem a adornos, agulhas, anzóis, furadores, bipontas, pontas simples e fragmentadas, num total de 67 peças, coletadas em toda a área escavada. Além desses tipos, ocorrem, ainda, caninos de porco do mato com a coroa desgastada numa das laterais e extremidade, talvez usados para riscar, furar ou raspar, e muitas peças com quebras em ponta, com marcas de corte, etc, certamente, associadas ao processo de produção desses artefatos Os adornos são de ossos de tubarões (Foto 11), com perfurações; uma única peça é feita de osso longo de ave ou pequeno mamífero. (Foto 13). Ocorrem ossos curvos, com pontas e irregulares, que acreditamos serem furadores (Foto 14). Há dois tipos de instrumentos que consideramos agulhas, ambos os tipos se caracterizam por serem de osso, bem polidos, regulares, curvos, com uma extremidade pontuda e outra com depressão ou corte que, acreditamos, ser local para a amarração. Porém, só um tipo é feito com osso mais robusto e tem o local de prensão diferenciado (Foto 12 à direita). Este tipo ocorre em uma única peça, uma das poucas inteiras da coleção (Foto 12). Há pontas simples e bipontas, sendo a maioria fragmentada, que podem ser de um tipo ou outro (Fotos 15, 16 e 17). Algumas são extremamente convexas, há também as bem planas, pouco convexas. Há pontas pequenas, delicadas e outras bem robustas (entre 0,5 a 1,8 cm de largura máxima), certamente, relacionadas a funções diferenciadas, que não pudemos, até o momento, inferir. Ocorrem, ainda, fragmentos de anzóis (Foto 13). Há uma maior quantidade de agulhas e bipontas até 50 cm de profundidade, Camada I.

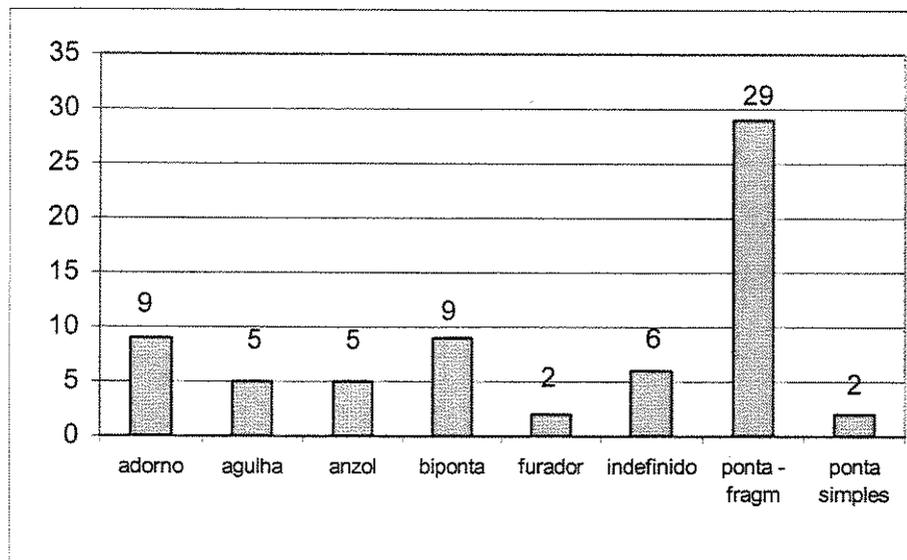


Gráfico 10 – Itacoara. Número de artefatos ósseos.

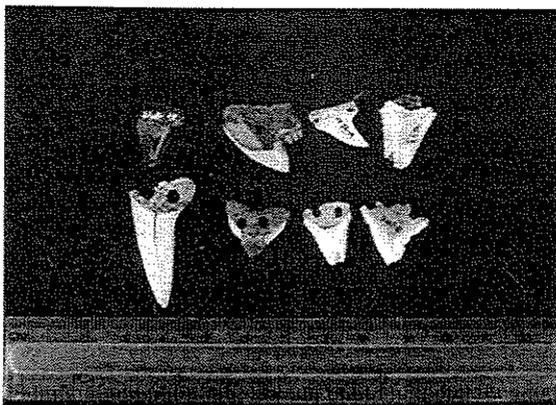


Foto 11 – Itacoara – Artefatos ósseos – Adornos de dentes  
(Martins, 07/12/03).

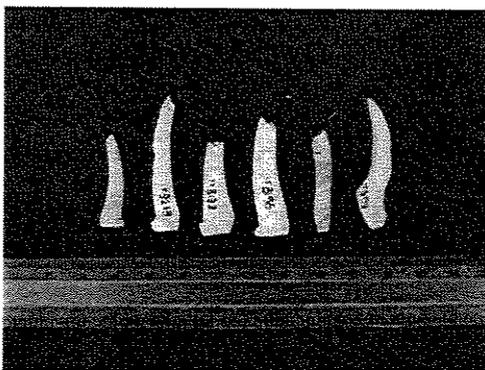


Foto 12 – Itacoara – Artefatos ósseos – Agulhas  
(Martins, 07/12/03).

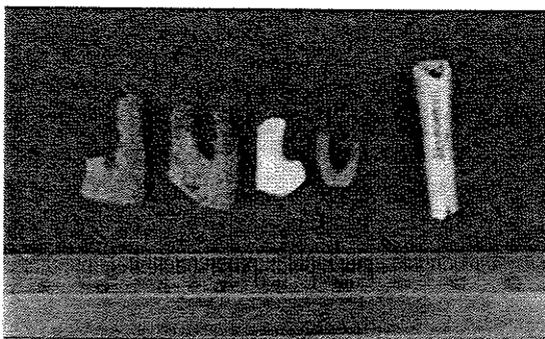


Foto 13 - Itacoara- Artefatos osseos – ANZOIS e Adorno de osso  
(Martins, 07/12/03).

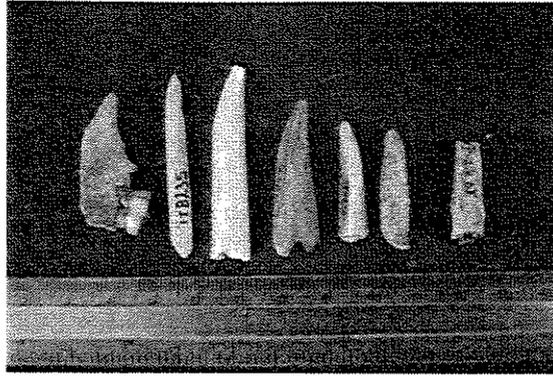
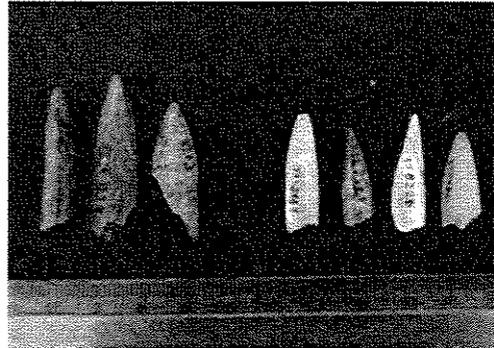
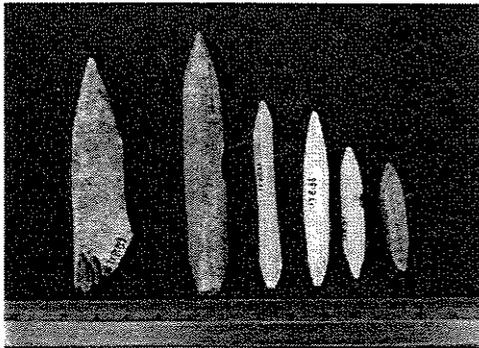


Foto 14 – Itacoara- Artefatos ósseos – Furadores e Indeterminado  
(Martins, 07/12/03).



Fotos 15 e 16 – Itacoara – Artefatos ósseos – Pontas diversas  
(Martins, 07/12/03).

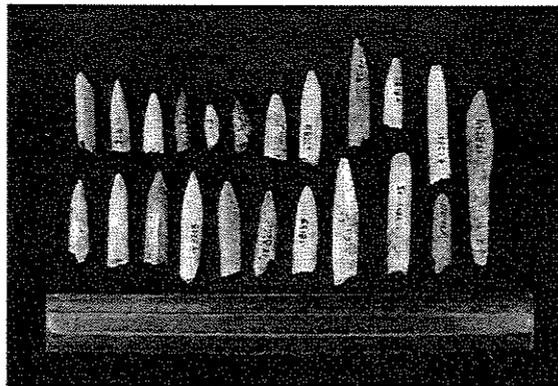


Foto 17 – Itacoara – Artefatos ósseos – Pontas diversas  
(Martins, 07/12/03).

Há uma grande quantidade de peças rochosas na coleção. Maior parte consiste de rochas não alteradas (ecofatos). Ocorrem peças com, somente, marcas decorrentes do uso (batedores e polidores), polidas (lâminas) (Gráfico 11) (Foto 18) e lascas, naturais e produzidas, com e sem retoques (Foto 19). Entretanto, nesse momento, não foi possível analisar o material lascado. Os artefatos líticos ocorrem, na maioria, em diabásio (lâminas), mas há, ainda, granito (polidores), rochas encontradas na região. Entretanto, duas peças (um

peso-de-rede e um polidor) são feitas de matéria-prima que não ocorre na região. O peso-de-rede<sup>46</sup> é de riolito (à direita na foto 18) alterado que ocorre na região de Campo Alegre (serra). O polidor parece ser de um arenito que ocorre próximo de Lages (planalto). Foram identificados, ainda, fragmentos de quartzo com pontas e lisos, aparentemente naturais, mas que podem ter servido como instrumento, talvez, furadores. Somente análises mais profundas poderão esclarecer. Há, ainda, corantes, que trataremos mais adiante.

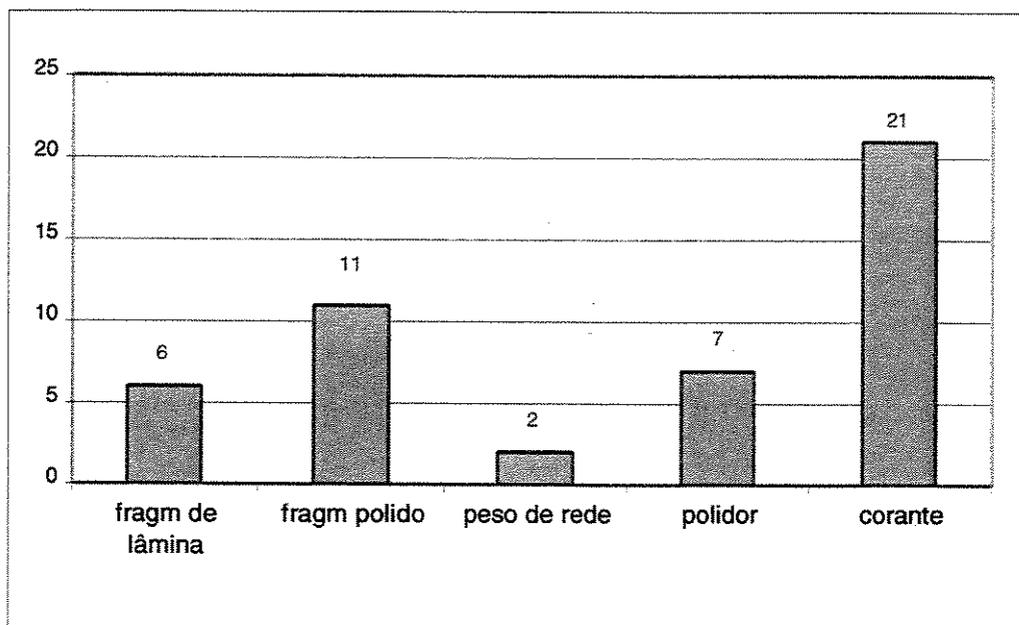


Gráfico 11 – Itacoara. Número de artefatos líticos.

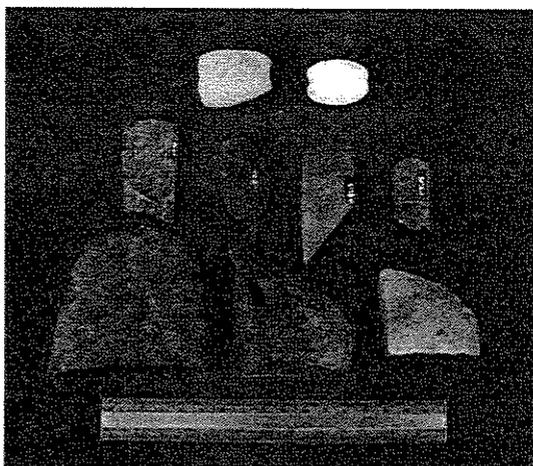


Foto 18 – Itacoara – Artefatos líticos polidos (Martins, 07/12/03).

<sup>46</sup> A rocha da qual foi confeccionado o outro peso-de-rede não foi determinada.

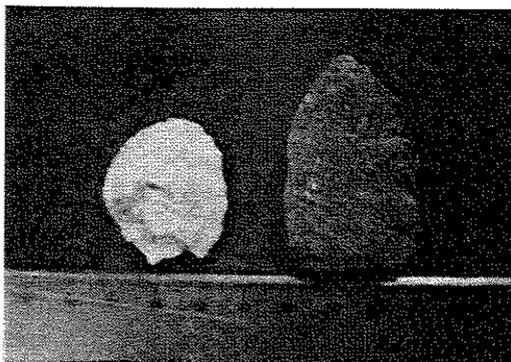


Foto 19 – Itacoara – Artefatos produzidos a partir de lascas (Martins, 07/12/03).

#### 4.2.1.2.3. Material humano

Em todos os setores escavados foram encontrados vestígios ósseos humanos.

As análises<sup>47</sup> realizadas são preliminares, seu aprofundamento, o que não foi objetivo deste projeto, deve contar com especialista neste campo.

A grande maioria desse material apresentou-se sem contexto, e somente foi possível evidenciar quatro sepultamentos articulados, sendo dois adultos e dois infantis (**SEP 01, 02, 03 e 04**). Durante o processamento do material ósseo (humano e faunístico) foram identificados ossos de uma criança, escavados nos setores PT1. 2Z e PT1. 3Z; porém, como não foi identificado e evidenciado em campo, estamos considerando **Esqueleto 01**.

Os vestígios sem contexto são considerados **RO - Restos Ósseos**, foram agrupados por setor e receberam marcação<sup>48</sup>. Os **RO** estão listados adiante.

#### *Sepultamento 01*

Procedência – Setor PT1. 1A - quadrantes 2 e 3 e Setor PT1. 2A quadrantes 1 e 2 – 20/50 cm

Posição - **Fletido – decúbito lateral E**

Sexo - **Feminino**

Faixa etária – **Adulto**

Sepultamento adulto articulado, contendo ossos do esqueleto pós-crânio. O crânio, o fêmur E e a tíbia E não foram encontrados. Esse sepultamento foi evidenciado bem próximo ao

---

<sup>47</sup> Todo o material foi limpo com escova macia e água, a fim de retirar o sedimento e possibilitar a análise, o que nos permitiu restaurar e identificar algumas características físicas e patologias dos sepultamentos.

<sup>48</sup> Alguns desses ossos tiveram uma primeira classificação como fauna, onde receberam numeração; após foram identificados como humanos e optou-se por deixar a numeração já marcada.

SEP 02, podendo ter havido mistura de material. Os ossos são resistentes e estão em bom estado de conservação. Possui nove vértebras e algumas costelas quase inteiras. Os ossos longos dos braços estão quase completos, assim como a perna direita. As mãos e os pés possuem vários ossos. Os coxais estavam fragmentados, porém após reconstituição, foi possível estimar o sexo e faixa etária.

Foi identificada deformidade no púbis (Foto 20), há necessidade de avaliar para sabermos as causas.



Foto 20 – Itacoara – Sepultamento 01 – Púbis  
(Santos, 2003)

#### *Sepultamento 02*

Procedência – PT1. 2A - quadrantes 1 e 4 e PT1. 2Z – quadrante 4 – 30/50 cm

Posição - **Fletido – decúbito lateral D**

Sexo - **Maculino**

Faixa etária - **Adulto**

Sepultamento adulto, contendo ossos de várias partes do esqueleto, inclusive do crânio e da mandíbula. Os úmeros, a ulna D, o rádio E, a fíbula D e a tíbia E não foram encontrados.

Esse sepultamento foi encontrado articulado, bem próximo ao SEP 01, podendo ter havido mistura de material. Alguns ossos foram identificados de acordo com a estrutura óssea, principalmente os pés e as mãos. O fêmur E (Foto 23) foi encontrado no setor PT1. 2A e a epífise distal no setor PT1. 2Z. Os ossos são resistentes e estão em bom estado de conservação. Possui nove vértebras e algumas costelas quase inteiras. As mãos e os pés possuem vários ossos. Há vários dentes do lado E da mandíbula e da maxila. Somente poucos fragmentos de coxal, porém o suficiente para identificar o sexo. A faixa etária foi estimada através do desgaste dentário, das suturas cranianas e da fusão das epífises.

Neste indivíduo foi identificada uma ponta de projétil (Fotos 21 e 22), medindo 3,8 cm, inserida em uma das vértebras torácicas, provavelmente a 7ª, 8ª, ou 9ª, da parte anterior para a posterior.

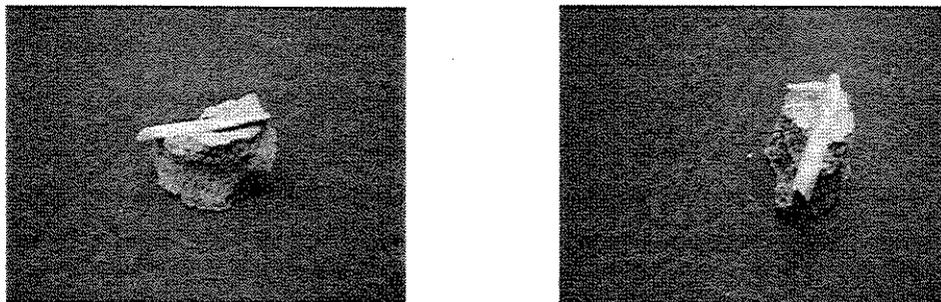


Foto 21 e 22 – Itacoara – Sepultamento 02 – Vértebra com ponta óssea (Santos, 2003).

Há dois fragmentos ósseos não identificados, podendo ser de escápula ou vértebra com patologia. Há necessidade de avaliar para sabermos as causas.



Foto 23 – Itacoara – Sepultamento 02, setor PT1. 2A, quadr. 1, nível 40 a 50 cm (Bandeira, 13/01/03).

### *Sepultamento 03*

Procedência – PT1. 1C – quadrantes 3 e 4 – 10/20 cm

Posição – **Fletido - decúbito lateral D ?**

Sexo – **Indeterminado**

Faixa etária - **Por volta de 5 anos**

Sepultamento infantil articulado, contendo ossos muito fragmentados de várias partes do esqueleto inclusive do crânio e da mandíbula (Foto 24).

Nenhum osso longo inteiro, não sendo possível identificar braços e pernas. Possui algumas vértebras imaturas, fragmentos de costelas, epífises não fusionadas. As escápulas e clavículas não estão inteiras, mas em bom estado de conservação. Os fragmentos de crânio apresentam-se muito finos e não foi possível reconstituir.

A idade foi estimada a partir da erupção dentária. Possui 15 dentes decíduos, 15 dentes permanentes oclusos. Há patologia nos dentes incisivos e caninos superiores do lado esquerdo; há necessidade de avaliar para sabermos as causas.



Foto 24 – Itacoara- Sepultamento 03, setor PT1. 1C, quadrantes 3 e 4, nível 10 a 20 cm (Bandeira, 11/09/02).

#### *Sepultamento 04*

Procedência – PT1. 1B – quadrante 3 – 20/30 cm

Posição – **Fletido - decúbito lateral D**

Sexo – **Indeterminado**

Faixa etária - **Menos de 1 ano**

Sepultamento infantil, contendo ossos muito fragmentados de várias partes do esqueleto inclusive do crânio e da mandíbula (Foto 25).

Possui os úmeros quase completos e fragmento de um osso longo, provavelmente rádio. Há vértebras imaturas e fragmentos de costelas. As escápulas e clavículas não estão

inteiras, mas em bom estado de conservação. Os ossos da cabeça apresentam-se muito finos e fragmentados, mesmo assim foram identificados ossos de todas as partes do crânio.

A idade foi estimada a partir da erupção dentária. Possui todos os 20 dentes decíduos.

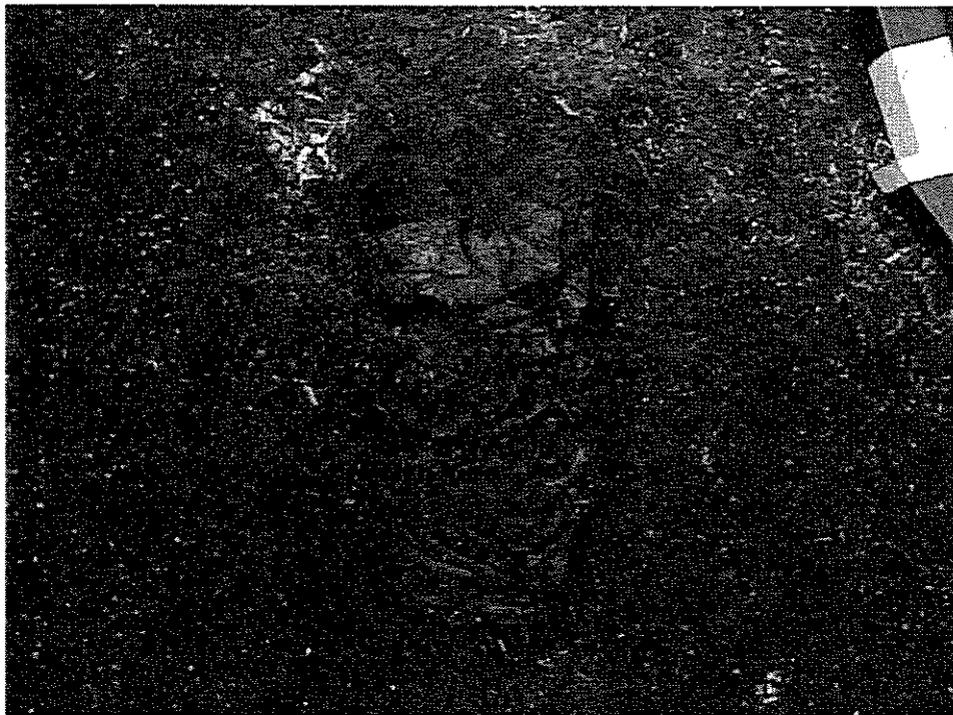


Foto 25 – Itacoara - Sepultamento 04, setor PT1. 1B, quadrante 3, nível 10 a 20 cm (Bandeira, 12/09/02).

### *Esqueleto 01*

Procedência – **PT1. 2Z e PT1. 3Z – 0/50 cm.**

Posição - **Indeterminada**

Sexo – **Indeterminado**

Faixa etária – **Infantil**

Possui vários ossos longos, sendo fêmur D e E, tibia E, úmero E, fragmento de ulna E, de fibula e de tibia E. Fragmentos de coxal D e E e de escápula E, algumas costelas.

### *Restos Ósseos*

RO 01 – Buraco 01 (BT1) – Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos, maxilar, dentes, costelas, escápula, carpos, tarsos, falanges.

RO 02 – Perfil 01 (PF1) – Vestígios sem contexto – poucos fragmentos de coxal, sacro, falanges imaturas.

RO 03 – Coleta Superficial – Vestígios sem contexto – poucos fragmentos de crânio, sacro, fêmur e costela.

RO 04 – PT1. 0B - Vestígios sem contexto – poucos fragmentos de ossos longos e de crânio de indivíduo adulto.

RO 05 – PT1. 1B - Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos do membro inferior e alguns ossos do tarso de indivíduo adulto.

RO 06 – PT1. 1C – Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos e um dente de indivíduo adulto.

RO 07 – PT1. 1Z – Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos, costelas, escápula e um dente de indivíduo adulto.

RO 08 – PT1. 2Z - Vestígios sem contexto – alguns ossos de carpo e de tarso, falanges, fragmentos de ossos longos, epífises e costelas.

RO 09 – PT1. 3Z - Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos, crânio, costelas.

RO 10 – PT1. 1A – Vestígios sem contexto – fragmentos de ossos longos, crânio, costelas e vários ossos não identificados.

RO 11 – PT1. 2A – Vestígios sem contexto – fragmentos de costela, vértebras, ossos longos, epífises, carpos, tarsos, coxal, ossos não identificados. Ossos de indivíduos adultos e infantis.

#### 4.2.2. Bupeva II

Conforme já mencionado anteriormente, trata-se de um dos sambaquis que Bigarella *et alli* (1954) e Rohr (1984) descrevem na Bupeva<sup>49</sup>, povoado extinto, no extremo sul da Praia Grande, São Francisco do Sul, entretanto, nenhum dos dois fez referência à presença de cerâmica. O sítio encontra-se em meio à mata de restinga na localidade de Bupeva, sul da Praia do Ervino (ou Praia Grande) e sul da ilha de São Francisco do Sul (coordenadas UTM 0739183/7072548) (Figuras 1, 28, 29). Está assentado junto à borda de cordão de dunas fixas, a 483 m do oceano, a 378 m, a norte, do Canal do Linguado e a 632 m, a leste, do rio Bupeva. Tem forma alongada (161 m de comprimento máximo, 30 m de largura máxima e área total de

---

<sup>49</sup>Tivemos informação do Sr. Tarcisio Possamai que naquelas redondezas havia cerâmica. Fomos levados, a este sítio, pelo filho do Sr. Tito, pescador do Balneário Barra do Sul, Sr. Edson, em novembro de 2002.

4.397,27 m<sup>2</sup>) (Figura 30) e é constituído de duas elevações com altura máxima de 6 m em relação ao nível do mar.<sup>50</sup>

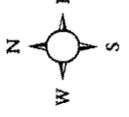
Os trabalhos de demarcação desse sítio foram um pouco diferentes dos aplicados aos outros que escavamos. A partir de um ponto em que aflorava material arqueológico, estabelecemos linhas radiais para norte, sul, leste e oeste e outras quatro entre estas, num total de 8 linhas. Em cada linha fizemos uma primeira sondagem, 5 m após o ponto em que não mais se observava material arqueológico na superfície. Se constatássemos material sob a superfície, realizávamos outra sondagem, 3 m à frente e assim por diante até obtermos resultado negativo. Quando não encontrávamos mais material, voltávamos 1, 2 ou mais metros e sondávamos, até encontrarmos evidência arqueológica.

Optou-se por estabelecer três pequenas trincheiras (Área 1, Área 2 e Área 3) de, pelo menos, 2m x 1m, em pontos mais elevados em que havíamos constatado presença de camada arqueológica significativa. Todavia, devido às limitações financeiras e do cronograma, não nos foi possível escavar a Área 3. Os trabalhos de escavação foram realizados em duas etapas, em fevereiro e abril de 2003, num total de 11 dias de campo. Na primeira, foram escavados os setores A1. 1 e B0.1 e, na segunda, os A1. 2, A2. 2, A3. 2. Foram escavados, parcialmente, 5 setores, numa área total de 5 m<sup>2</sup>. Os setores foram escavados por nível artificiais de 10 cm. Na primeira jornada de campo, todo o material proveniente da escavação foi peneirado (malha 0,5 cm) em área próxima ao sítio<sup>51</sup>. Na segunda jornada, o material escavado dos setores foi ensacado e levado para ser peneirado no MASJ. De alguns setores, coletamos amostra de sedimento para análises sedimentológicas e flotação, no futuro. Nenhum material humano foi encontrado.

---

<sup>50</sup>Pelo que nos disse um informante e, pelo que pudemos observar, o mesmo está preservado (sem retirada de material para caieira ou pavimentação). Informação que tivemos de outro morador é de que sobre ele “tempos atrás havia a roça do Julio”.

<sup>51</sup> Estas áreas situaram-se fora do sítio e estão indicadas na sua planta.

<b>LEGENDA</b>	
●	Sambaqui Bupeva II (29) (Itararé)
○	Sambaquis
	
	
ESCALA 1: 50.000 Projeção Universal Transversa de Mercator	
<b>NOTAS</b>	
Base Cartográfica: IBGE, folha Joinville - SC (SG-22-Z-B-II-3), escala 1:50.000.	
<b>Título:</b> Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga - SC Arqueologia e Etnicidade.	
<b>Autora:</b> Dione da Rocha Bandeira Doutorado em História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	
<b>Mapa:</b> Figura 28 - Localização do Sítio Bupeva II	
DATA JUNHO/2003	ESCALA 1:50.000
FOLHA	

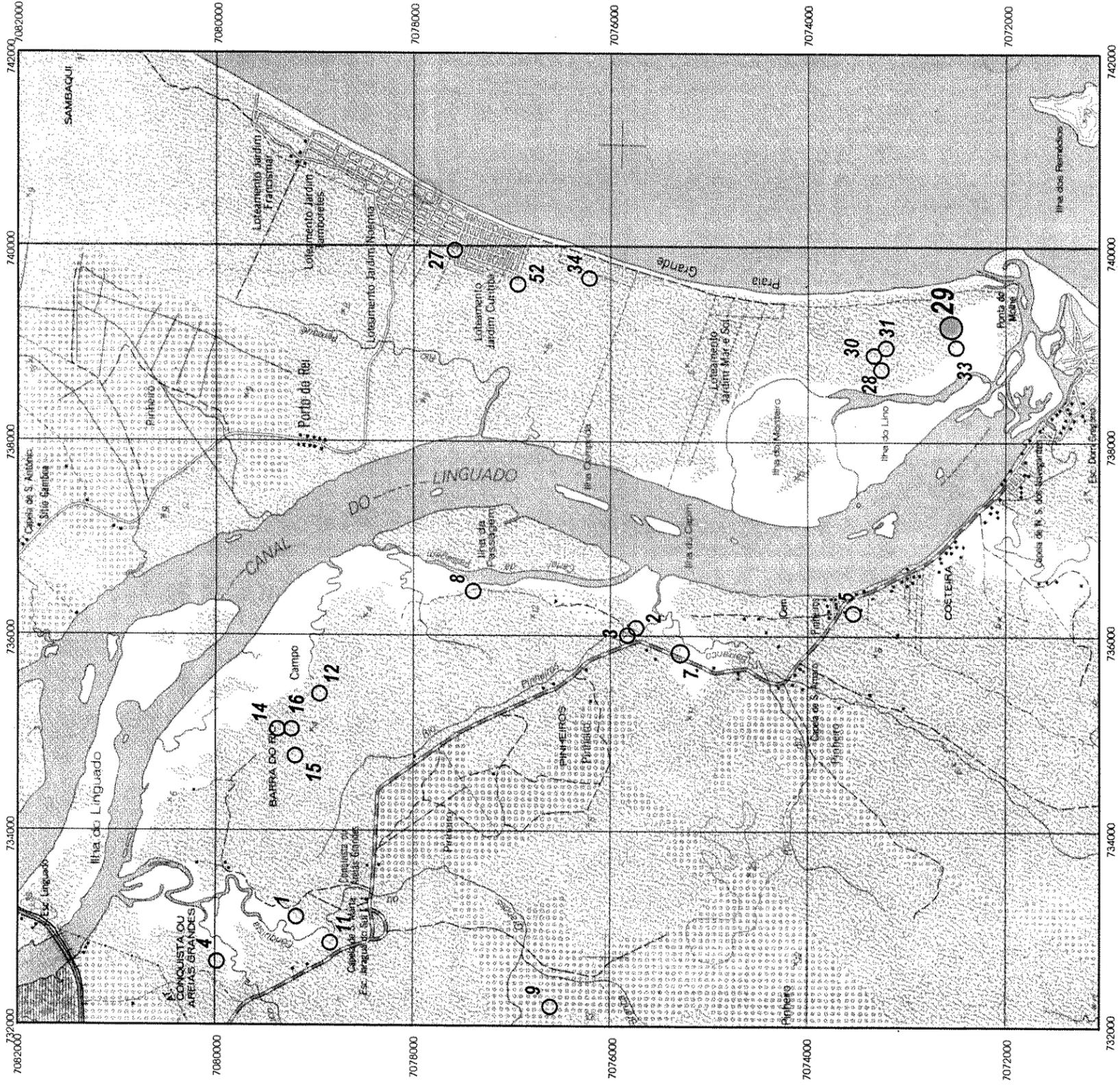
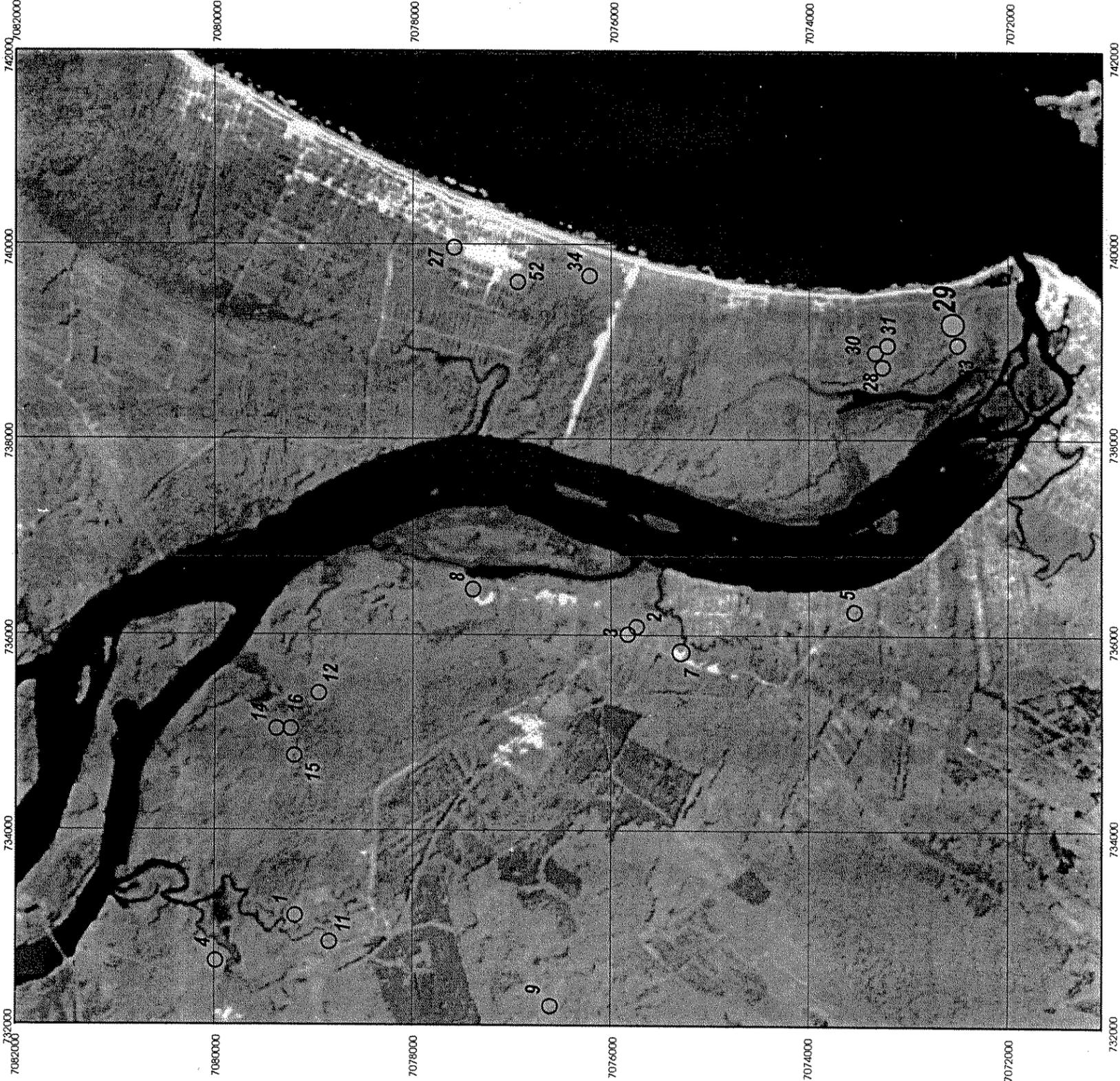


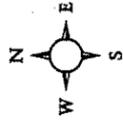
Figura 28 - Localização do Sítio Bupeva II



**LEGENDA**

● Sambaqui Bupeva II (29) (Itararé)

○ Sambaquis



**NOTAS**

Imagem de satélite Landsat 7 ETM+, órbita 220, ponto 078, de 07/05/2000, composição RGB das bandas 5, 4 e 3, resolução 15 m.

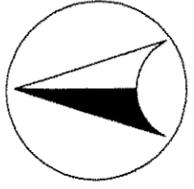
**Título:**  
Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga - SC  
Arqueologia e Etnicidade.

**Autora:**  
Dione da Rocha Bandeira  
Doutorado em História  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

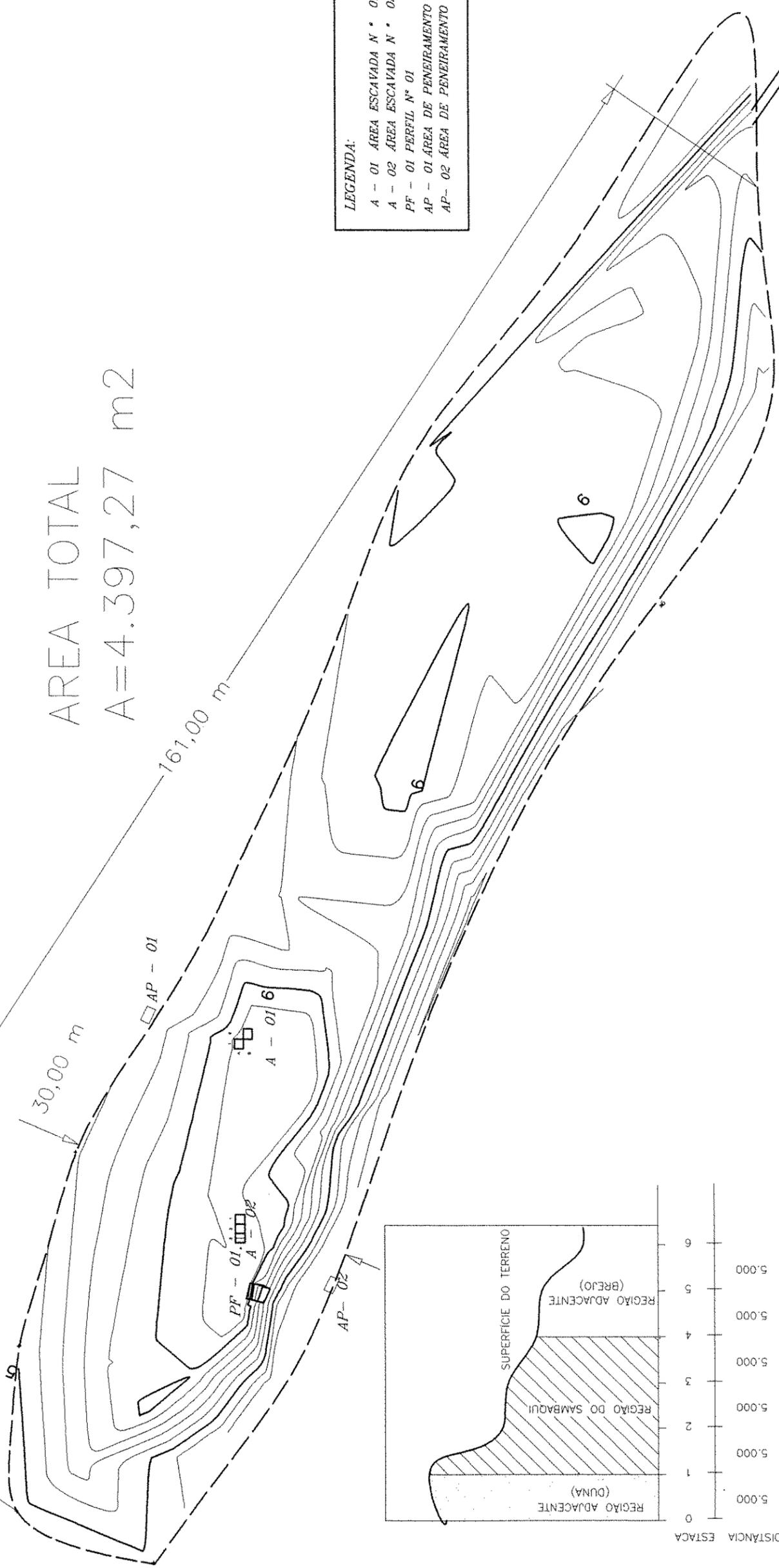
**Mapa:**  
Figura 29 - Uso do Solo no Entorno do Sítio Bupeva II

DATA	JUNHO/2003	ESCALA	1:50.000	FOLHA
------	------------	--------	----------	-------

N

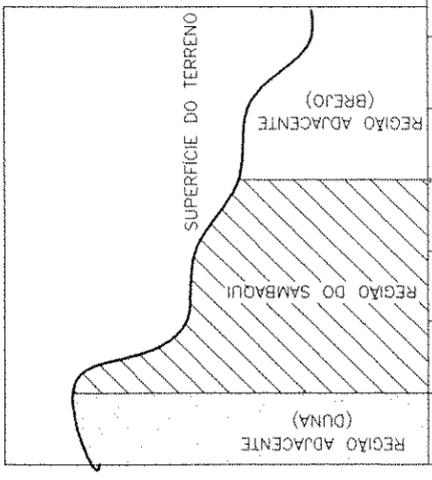


AREA TOTAL  
A=4.397,27 m<sup>2</sup>



LEGENDA:

A - 01 AREA ESCAVADA N° 01 - SETORES A1 E B0  
 A - 02 AREA ESCAVADA N° 02 - SETORES A12, A22 E A.  
 PF - 01 PERFIL N° 01  
 AP - 01 AREA DE PENEIRAMENTO N° 01  
 AP - 02 AREA DE PENEIRAMENTO N° 02



COTAS	PROGRESSIVA	DISTÂNCIA ESTACA
6,021	0,000	0
6,209	5,000	1
5,418	10,000	2
5,356	15,000	3
5,054	20,000	4
4,992	25,000	5
4,545	30,000	6

FIGURA 30  
PLANTA PLANALTIMÉTRICA E CORTE TRANSVERSAL DA SEÇÃO N° 08 (OITO)  
SAMBAQUI BUPEVA II

SERVIÇO: CERAMISTAS PRÉ-COLONIAIS DA BAIÁ DA BABITONIA  
ARQUEOLOGIA E ETNICIDADE

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG. JONICIR MAX SCHARMITZEL  
CREA N° 27.804-0

DATA: 29/09/03 OPERADOR: JONICIR

LOCAL: PRAIA-DO-ERVINO

MUNICÍPIO: SÃO-FRANCISCO-DO-SUL

ESTADO: S.C.

ESCALA: 1:5000

FOLHA: 01

#### A1. 1

Escavou-se este setor até atingir camada estéril (duna) a 120 cm de profundidade. Os 12 níveis artificiais (10 cm cada) escavados apresentaram-se similares, constituídos de sedimento arenoso, predominantemente de conchas de berbigão. Entre as conchas de berbigão, encontravam-se algumas de *Ostrea sp* e *Lucina sp*, fragmentos de rocha, algumas vermelhas alisadas que manchavam a mão ao toque, ossos de fauna, a maioria peixe, e fragmentos de cerâmica, carvão e cinza. A cerâmica ocorreu até 60 cm de profundidade (nível 6) (ainda, um fragmento a 70-80 e dois a 80-90 cm de profundidade, talvez material caído da parede). Observou-se perfil estratigráfico (Figura 31) constituído de diversas camadas que correspondiam à concentração diferenciada de berbigão em relação ao sedimento arenoso, conchas mais inteiras ou mais quebradas, maior ou menor presença de carvão e cinza, ostras ou ameijoas (*Lucina jamaicensis*) (nível 8). Em alguns pontos, havia bolsões de conchas de berbigão completamente soltas, quase sem sedimento. As duas camadas superiores, devido à presença de camada húmica, com muitas raízes, eram mais escuras. A partir do nível 9, a matriz fica mais clara, compactada e a quantidade de material, principalmente conchas, vai diminuindo, significativamente, com a presença de alguns fragmentos de rochas e carvão. Coletou-se cerâmica para datação.

#### B0. 1

Escavou-se este setor até a profundidade de 40 cm. A composição das camadas, coloração, sedimento e materiais coletados foi similar ao setor A1. 1. Foi encontrado no nível 4, quadrante 2, ossos de animal articulado. A cerâmica esteve presente em todos os níveis. Coletaram-se alguns fragmentos para datação.

#### A1. 2

Este setor está na Área 2 a 20 m, a oeste, da Área 1. Escavou-se esse setor até a profundidade de 162 cm (Foto 26). A composição das camadas era semelhante a da Área 1. No nível 3 (20-30 cm), há maior quantidade de ossos de peixes e escamas. No nível 4, mantem-se maior quantidade de escamas. No nível 5, havia mais carvão. O nível 7, a partir de 65 cm de profundidade, apresenta maior quantidade de carvão e coquinhos calcinados. A

cerâmica só está presente até 60 cm de profundidade. A partir de 105 cm de profundidade, evidencia-se uma fogueira no centro do setor, composta de carvão, cinza, conchas e rochas sobre areia clara da base do sítio. Escavamos o setor por inteiro até 130 cm de profundidade, a partir daí fizemos decapagem da fogueira. Coletou-se carvão para datação.



Foto 26 – Bupeva II – Setor A1. 2 nível 10-20  
(Bandeira, 17/03/03).

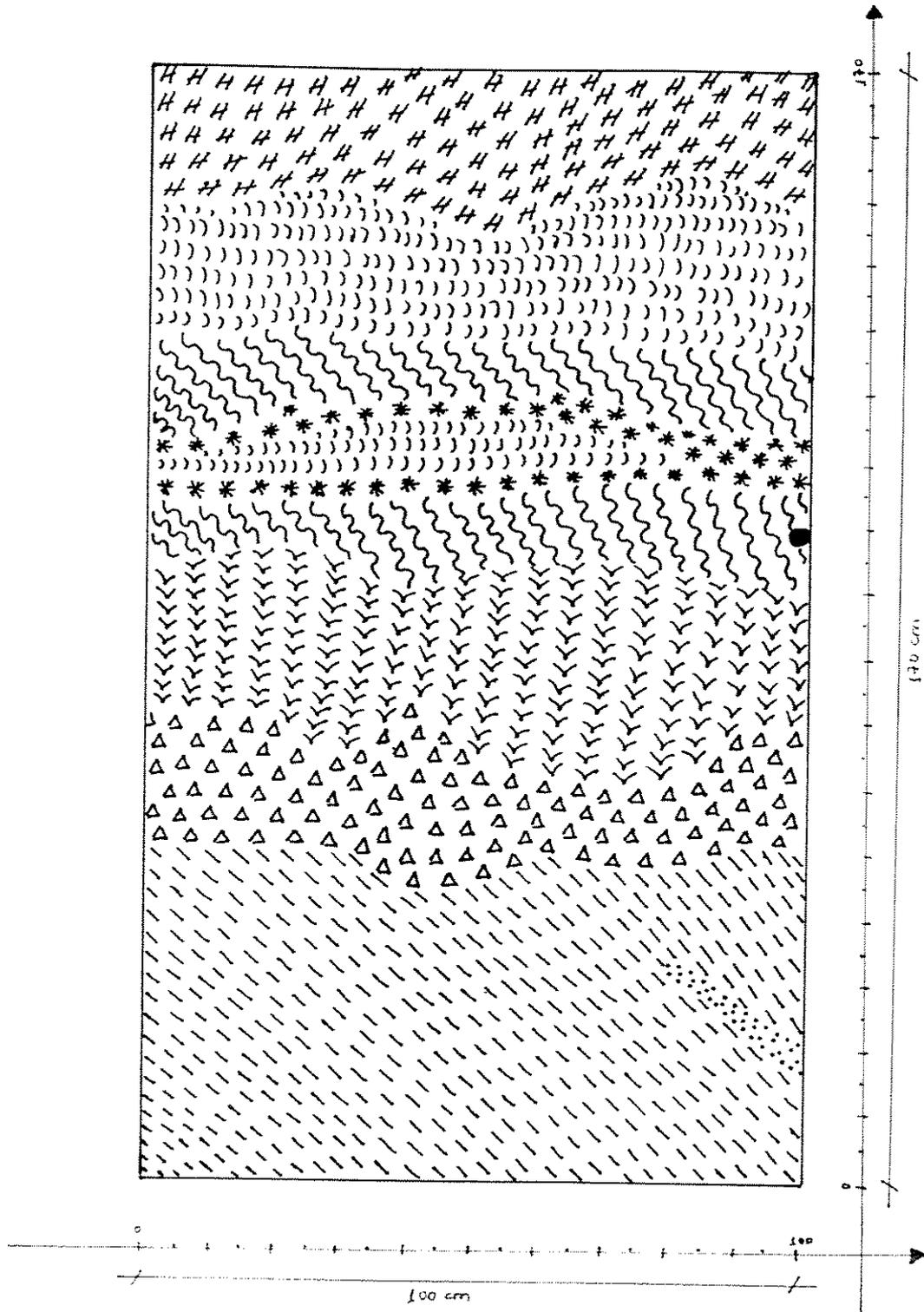
A parede leste desse setor apresentou uma estratigrafia complexa constituída pela sobreposição de camadas em que predominam conchas de berbigão junto a sedimento arenoso cuja tonalidade variava entre preto, cinza e bege, carvões, cinzas e rochas (Figura 31). Havia variação na combinação e concentração desses elementos e a espessura das lentes, que não eram regulares. Do topo para a base identificamos as seguintes camadas:

- arenosa escura (húmica) com conchas predominantes de berbigão e raízes, medianamente compactada;
- conchas, predominantemente de berbigão, soltas;
- arenosa escura (húmica?) com conchas, predominantemente de berbigão e rocha, medianamente compactada;
- cinza;
- conchas, predominantemente de berbigão, soltas;

- cinza;
- arenosa escura (húmica?) com predomínio de conchas de berbigão, medianamente compactada;
- fogueira (conchas -grande maioria berbigão, ossos, carvões e cinzas misturados e de compactação média)
- arenosa bege com carvão
- arenosa clara com fina lente de carvão
- arenosa clara (camada estéril, base)

Perfil Estratigráfico Sambaqui Supera  
 Pareda Leste Setor A 1.2

Cerâmicas Pré-Coloniais da Baía  
 da Babitonga - Arqueologia e Estratigrafia  
 Dione da Rocha Bandeira



- Legenda:
- Areia clara
  - Areia bege com carvão
  - Berbigão solto
  - Humica com berbigão
  - Carvão
  - Cinza
  - Fogueira
  - Rocha frável

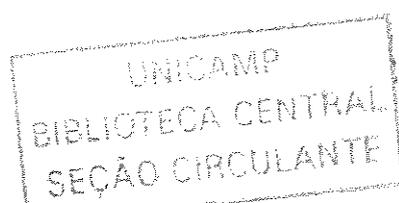
FIG 31 ESC: 1/100

Karina A. Carpin 26/09/03

## A2. 2

O rebaixamento se deu até 90 cm. Em termos gerais, a sua composição foi semelhante a do setor A1. 2. A cerâmica ocorreu até 50 cm. No quadrante 1, a 30 cm de profundidade, evidenciou-se ponta de osso longo de mamífero marinho, alinhado no sentido noroeste/sudeste, que se estendia para o setor ao lado (A3. 2), a oeste. Devido à presença dessa peça, resolvemos rebaixar até essa profundidade os quadrantes 3 e 4 do setor A3. 2, o que nos permitiu evidenciá-la, por inteiro, e constatar que a maior parte estava nesse setor, ao lado. A base dessa peça estava a 50 cm de profundidade em A2. 2.

O conjunto consiste de uma estrutura de combustão (EST 1) (Figura 32) (Foto 27) formada por fragmento de costela ou osso longo de mamífero marinho (97 cm de comprimento máximo e 24 cm de largura máxima), que apresenta duas depressões escavadas (com 35 cm de comprimento máximo, 17 cm de largura e 7 cm de profundidade, aproximadamente). Essas depressões estavam cheias de carvão, cinza, conchas e ossos (principalmente peixe), moídos ou esfoliados e queimados, com as bordas queimadas. A estrutura estava associada à matriz semelhante em seu entorno (do nível 2, nos dois setores até nível 8, no setor A2. 2). No quadrante 3, do setor A3. 2, havia concentração de ostras grandes esfoliadas e queimadas. Infelizmente, na retirada, a peça partiu-se em várias partes.



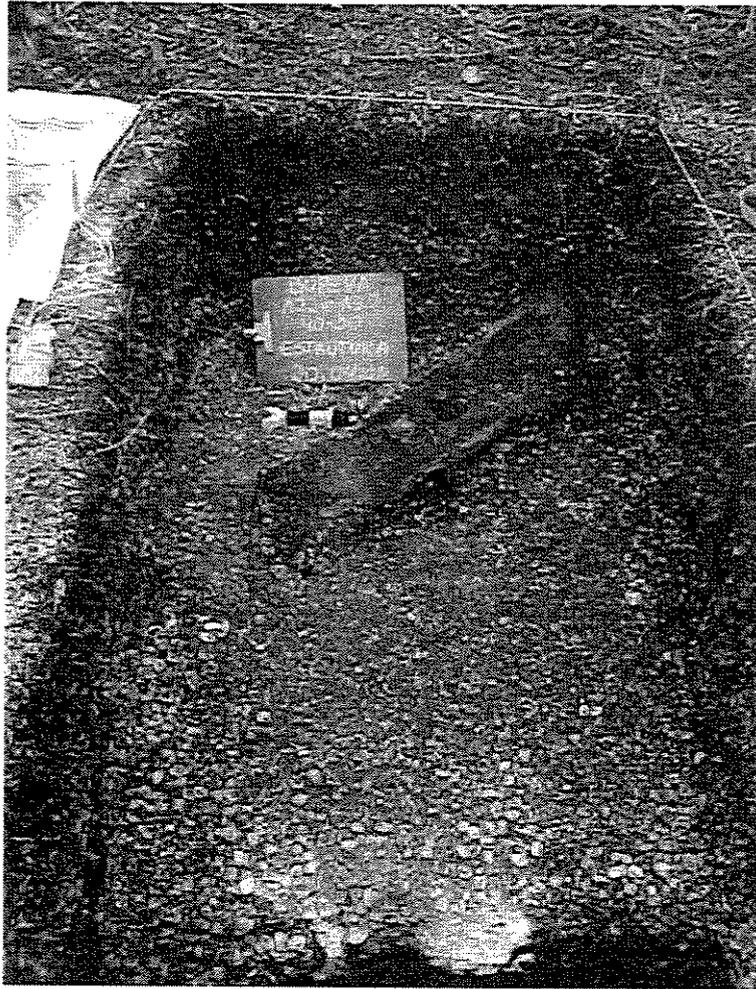
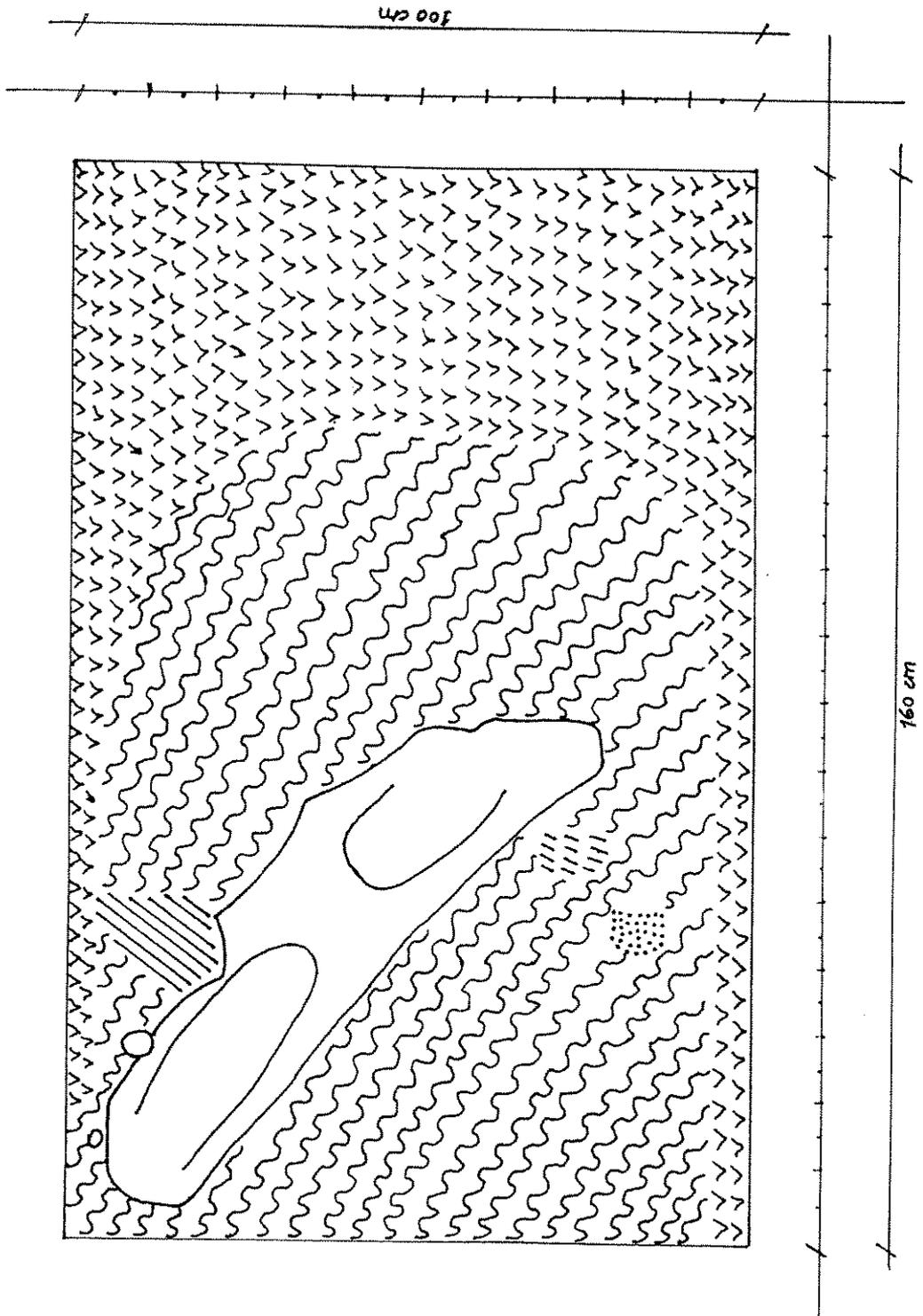


Foto 27 – Bupeva II – Estrutura 1, Setores A2. 2 e A3. 2 nível de 40-50  
(Bandeira)

Ceramistas Pre-Coloniais da Baía  
da Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

Estrutura de Combustão  
(Est. 1)



Legenda:

	Conchas		Rocha Sedimentada
	Ostra		Conchas Queimadas
	Rocha		Vertebra

FIG 32 ESC: 1

Karina A. Cargnin

### A3. 2

Este setor, como já exposto, foi escavado até 50 cm de profundidade (nível 5), para evidenciar estrutura de combustão encontrada inicialmente no setor A2. 2, já descrita. Entretanto no setor A3. 2, a peça óssea aparece somente a 40 cm de profundidade. Em termos gerais a composição da matriz foi semelhante aos demais setores desta área, estando presente a cerâmica até o nível 3 (20-30 cm).

#### 4.2.2.1. Datação

Porção de osso de cetáceo da Estrutura 1 (EST 1) foi enviada para o Dr. Mark Van Strydonck, do Royal Institute for Cultural Heritage, Bruxelas, Bélgica para datação C14. O resultado obtido é o seguinte:

*KIA-22262 (BU3-bone): 2325 ± 25 BP and C/N= 2.97*

$\Delta R = 82.0 \pm 46.0$

*Calibration data set: marine98.14c (Stuiver et al., 1998a)*

<i>% area enclosed</i>	<i>cal AD age ranges</i>	<i>relative area under probability distribution</i>
<i>68.3 (sigma)</i>	<i>cal AD 42– 164</i>	<i>1.000</i>
<i>95.4 (2 sigma)</i>	<i>cal BC 8- cal AD 237</i>	<i>1.000</i>

Um fragmento maior de cerâmica coletado no setor B0. 1 nível 3 (20-30 cm) (amostra BU – I/Código LVD 878), foi datado por termoluminescência pela Dra. Sonia Tatumi, da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC, em **375 ± 40 anos AP**.

#### 4.2.2.2. Discussão

A escavação arqueológica identificou a presença de camadas arqueológicas muito semelhantes, constituída de matriz arenosa com conchas, predominantemente, berbigão em geral, bastante conservadas, de coloração esbranquiçada. Nos níveis superiores, de 0 até 60 cm de profundidade, em média, identificou-se a presença de fragmentos de cerâmica.

A coleção constitui-se de fragmentos de artefatos de cerâmica (605), líticos (78) e de ossos e concha (10), ecofatos de rocha (45,5 kg) e faunísticos. Coletaram-se, ainda, carvões

(madeira e sementes). Analisamos, parcialmente, todas as categorias, de todos os setores e níveis, exceto os restos faunísticos. Com estes, que são em grande número, trabalhamos com amostragens diferentes. Para ossos e similares, consideramos todo o material coletado em um setor<sup>52</sup>. A amostra para conchas consistiu de 10% em peso do material restante no peneiramento de cada um dos 12 níveis escavados no setor A1. 1.

A quantidade de material arqueológico, por nível e o retirado para amostragem, foi a seguinte:

**Tabela 3 - Bupeva II - Amostra - Setor A1. 1**

Nível (cm)	Peso (g)	10% (g)	Nível (cm)	Peso (g)	10% (g)
0-10	79.184	7.918	60-70	56.314	5.631
10-20	80.365	8.036	70-80	39.447	3.944
20-30	81.398	8.139	80-90	63.240	6.324
30-40	71.369	7.136	90-100	41.105	4.110
40-50	71.369	7.136	100-110	50.737	5.073
50-60	70.897	7.089	110-120	22.775	2.277

#### 4.2.2.2.1. Biofatos

Para a quantificação das conchas, contamos todas aquelas que se apresentavam inteiras ou fragmentadas, com charneiras ou umbo, para cada espécie<sup>53</sup>. Foi possível contar o material conchífero desse sítio porque está bem conservado, ao contrário do sítio Itacoara, em que as conchas, de outro tipo, na sua grande maioria de *Diplodon sp* (naiade), estavam em elevado grau de fragmentação. Os fragmentos (sem charneiras ou umbos) das conchas foram, somente, pesados. Também foram quantificadas (peso e contagem) as outras categorias de vestígios da amostra (ossos, rochas e carvões).

<sup>52</sup> Nossa intenção inicial era trabalhar a fauna de um único setor, assim como fizemos com o sítio Itacoara. Entretanto, parte do material faunístico dos setores A1. 1 e A1. 2 foi, equivocadamente, misturada, o que nos obrigou a considerá-la uma coisa só. A título de comparação com o material do Itacoara, dividimos pela metade os dados quantitativos do Bupeva II.

<sup>53</sup> No caso dos bivalves, que apresentam duas conchas, para estimar o número de indivíduos, dividimos o número total de conchas por dois. O procedimento mais adequado é identificar a lateralidade de cada concha e considerar aquelas do lado em maior quantidade. Porém, em função do limite de nosso cronograma, isto não pôde ser feito.

Os resultados das análises da amostra indicam que a matriz arqueológica é constituída, predominantemente, de conchas em relação às outras categorias de vestígios (Gráfico12).

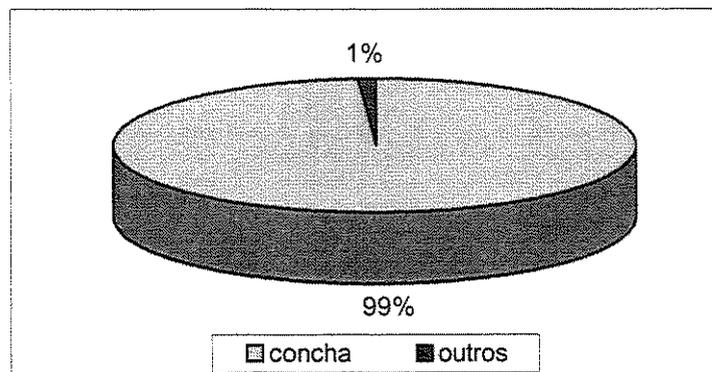


Gráfico 12 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 - Conchas em relação aos demais vestígios em peso.

Entre as conchas predominam as de berbigão (*Anomalocardia brasiliana*) – de 63,5 kg de material total, 62,1 kg são de conchas de berbigão (inteiras e fragmentadas) e 0, 743 kg das outras espécies de moluscos (Gráfico 13).

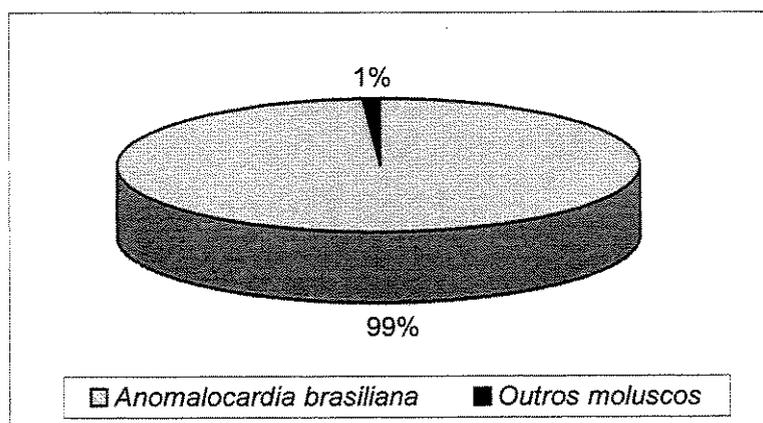


Gráfico 13 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 – Fauna - *Anomalocardia brasiliana* em relação aos demais moluscos em peso.

As demais espécies de moluscos identificadas são: *Ostrea sp*, *Lucina jamaicensis*, da família Mytilidae, *Anadara brasiliana*, *Bulla striata*, *Cerithium atratum*, *Cyrtopleura costata*, *Donax hanleyanus*, *Macoma constricta*, *Murex senegalensis*, *Nassarius sp*, *Neritina virginea*, *Olivella sp*, *Perna perna*, *Risoina sp*, *Tagelus pebleus*, *Thais haemastona*, *Trachycardium muricatum*, *Vitrinella filifera* ou *Episcynia inornata*, sendo os três primeiros os mais abundantes (Tabela 4).

Foram contadas 39.392 charneiras de berbigão; se considerarmos que cada indivíduo apresenta duas, temos um total aproximado de 19.696 indivíduos que produziram um peso, em concha, de 61,5 kg. (Gráfico 14). Esses resultados podem servir para estudos tafonômicos, futuros.

<b>Categoria</b>	<b>Peso (g)</b>
<i>Anadara brasiliiana</i>	3,0
<i>Anomalocardia brasiliiana</i>	62131,0
<i>Bulla striata</i>	2,5
<i>Cerithium atratum</i>	21,8
<i>Cyrtopleura costata</i>	3,5
<i>Donax hanleyanus</i>	1,5
<i>Lucina jamaiscencis</i>	197,0
<i>Macoma constricta</i>	0,5
Mytilidae (família)	152,5
<i>Murex senegalensis</i>	0,4
<i>Nassarius</i> sp	32,0
<i>Neritina virginea</i>	3,6
<i>Odontaspis taurus</i>	3,0
<i>Olivella</i> sp	1,6
<i>Ostrea</i> sp	253,0
<i>Perna perna</i>	0,9
<i>Rissoina</i> sp	1,9
<i>Tagelus pebleus</i>	0,9
<i>Thais haemastona</i>	46,0
<i>Trachycardium muricatum</i>	1,0
<i>Vitrinella filifera/Episcynia inornata</i>	3,2
Bivalve não identificado -	4,1
Gastrópode não identificado -	6,5
Molusco não identificado -	5,0
Crustácea	0,6
Policaeta	0,1
Peixe	246,8
Ave	1,0
Cetáceo	3,5
Mamífero terrestre	8,5
Não identificado	3,5
Carvão	87,5
Rocha	312,0

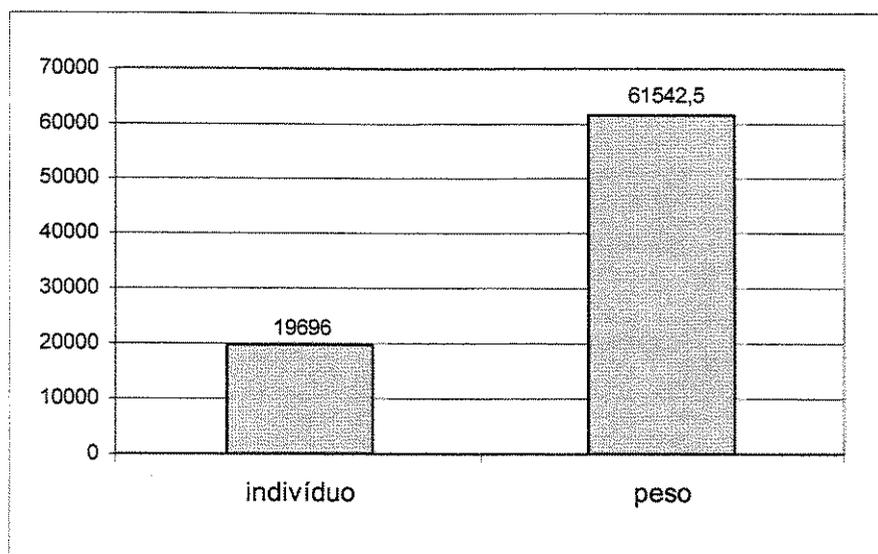


Gráfico 14 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 – Fauna - Relação entre o MNI e o peso das conchas (g) de *Anomalocardia brasiliana*.

A diferença na quantidade de conchas em relação aos ossos da amostra é, ainda, maior, do que em relação aos outros moluscos, menos de 1%. Entretanto, cabe ressaltar que sempre que possível o material ósseo foi coletado em campo durante as escavações, o que altera a relação entre estas duas categorias na amostra, embora, seja claro, que a quantidade em peso de osso preservado é sempre bastante menor.

A presença do carvão é, também, bem maior na camada com cerâmica, como demonstra o Gráfico 15.

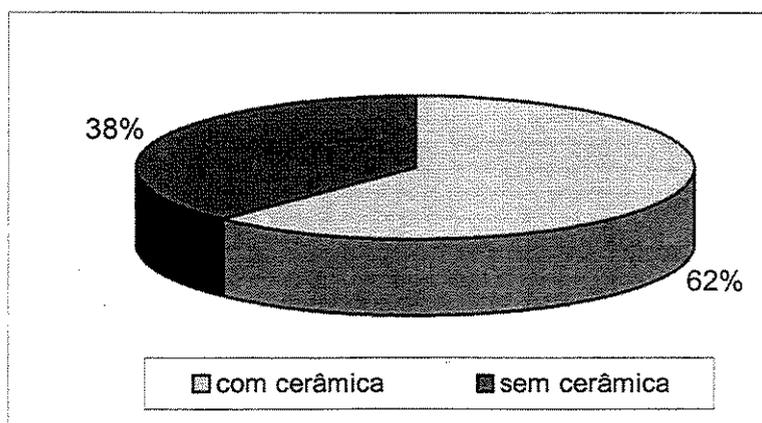


Gráfico 15 – Bupeva II. Amostra - Setor A1. 1 – Presença de carvão (g) em relação à presença da cerâmica.

O material ósseo faunístico<sup>54</sup> analisado, dos setores A1. 1 e A1. 2 consiste de 16871 peças. Dessas, 16627 são da Super Classe Piscea, 197 da Mamifera (110 terrestre e 111 marinhos), 11 Ave. Ocorreram, ainda, três peças de crustáceos. Ou seja, 99% do material, é constituído de ossos de peixe e 1%, das demais classes que ocorrem no sítio, excetuando-se a de moluscos (Gráfico 16)<sup>55</sup>.

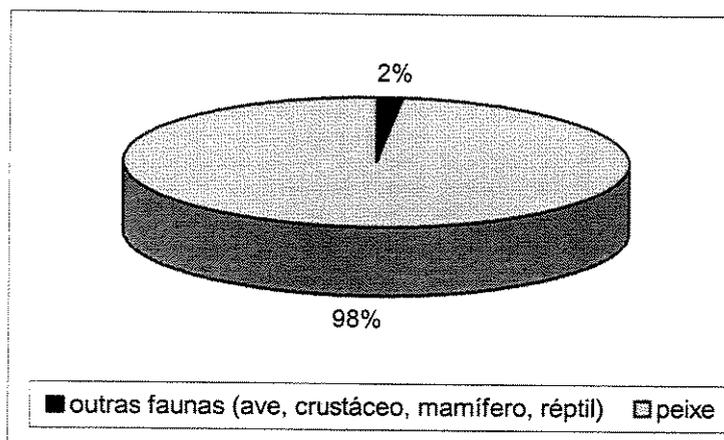


Gráfico 16 – Bupeva II –Setores A1. 1 e A1. 2<sup>56</sup> - Fauna - NISP peixe x outras faunas.

Entre os peixes, ocorrem 23 espécies diferentes. As mais frequentes, em número de fragmentos (NISP), são o roncador (*Conodon nobilis*), a miraguaia (*Pogonias chromis*), o robalo (*Centropomus parallelus*) e o peixe-espada (*Trichiurus lepturus*) (Gráfico 17).

<sup>54</sup> Todos os elementos ósseos identificados por classe, neste sítio, estão listados no Quadro 15, Apêndice 2.

<sup>55</sup> No cálculo do NISP, neste sítio, desconsideramos os fragmentos muito pequenos e não identificados dos peixes.

<sup>56</sup> As peças dos dois setores foram consideradas juntas e o número total de peças foi dividido por dois, conforme já mencionado.

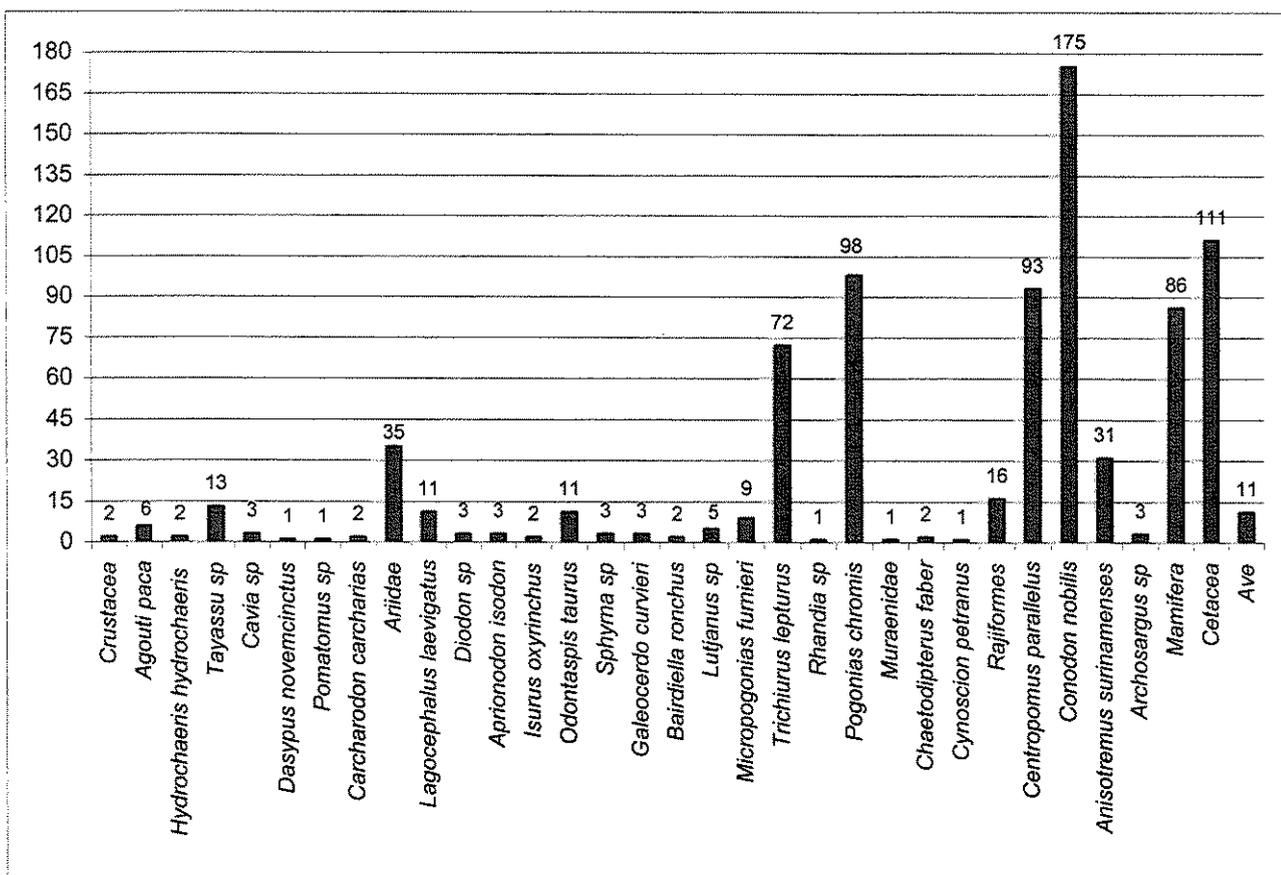


Gráfico 17 – Bupeva II – Setores A1.1 e A1.2 - Fauna. NISP

Fragmentos de peixes cartilagineos, também, ocorrem, mas são em pequeno número, se comparados aos ósseos (Gráfico 18).

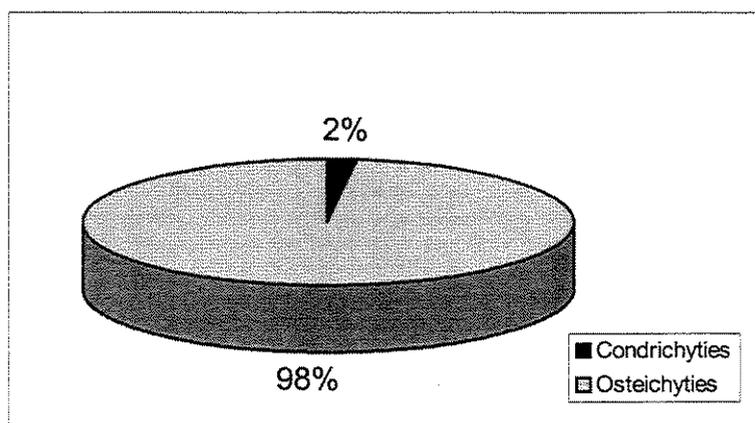


Gráfico 18 – Bupeva II – Setores A1.1 e A1.2 – Fauna - NISP nas classes Chondrichthyes e Osteichthyes.

Se considerarmos o número mínimo de indivíduos (MNI)<sup>57</sup>, a situação modifica-se um pouco - ao invés da miraguaia (*Pogonias chromis*), é o robalo (*Centropomus parallelus*) quem está em segundo lugar, seguido pelo peixe-espada (*Thrichiurus lepturus*), em terceiro, e pelo bagre (Ariidae) e o sargo-de-beiço (*Anisotremus surinamensis*), na mesma quantidade, mantendo-se o roncador (*Conodon nobilis*) em primeiro (Gráfico 19).

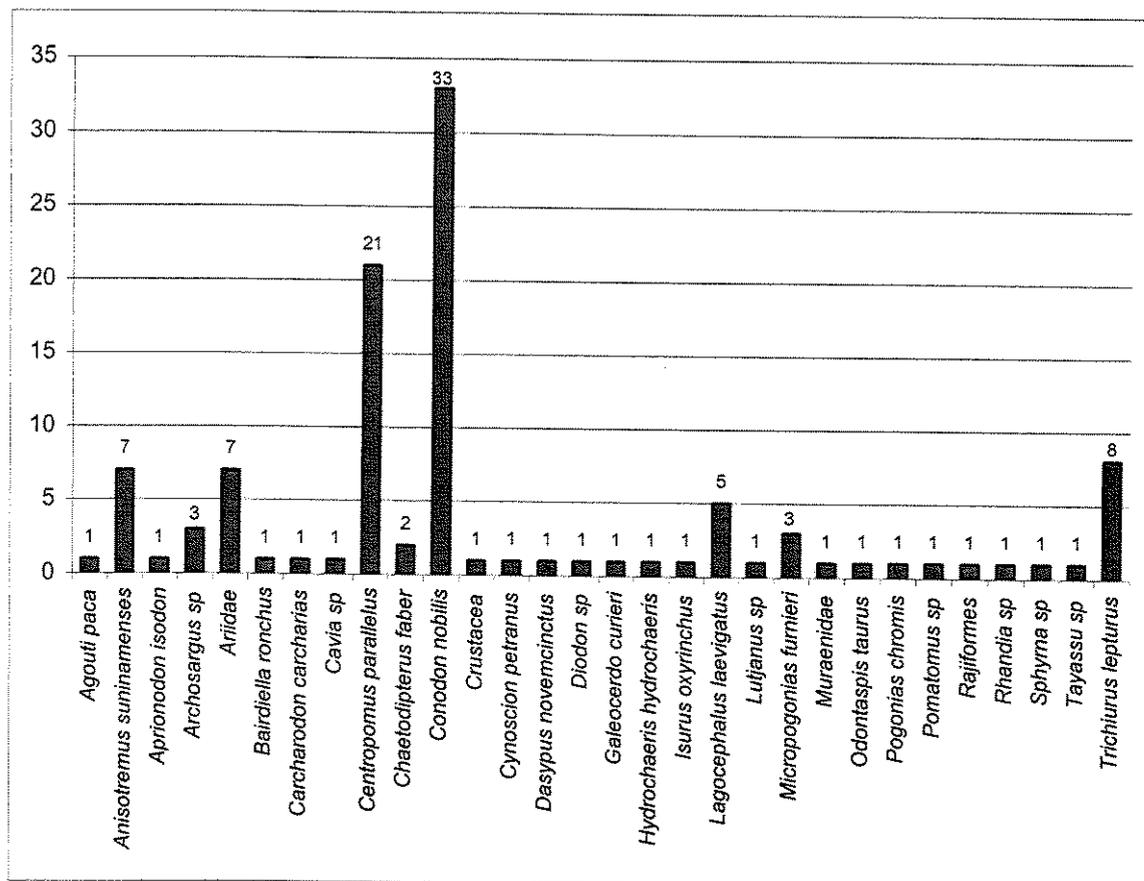


Gráfico 19 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2. - Fauna. MNI

A variação na quantificação da miraguaia é facilmente entendida, pois ela apresenta elevado número de grandes dentes que superestimam sua presença na amostra.

A segunda classe de animais mais freqüente, em número de peças, é a Mamífera, (Gráfico 20), com os cetáceos em maior número, porco do mato (*Tayassu* sp), seguidos pela paca (*Agouti paca*) (Gráfico 17). Em termos de número mínimo de indivíduos (MNI), todos os mamíferos ocorrem na mesma quantidade (Gráfico 19).

<sup>57</sup> Os elementos ósseos com os quais foi calculado o MNI estão listados no Tabela 7, Apêndice 2.

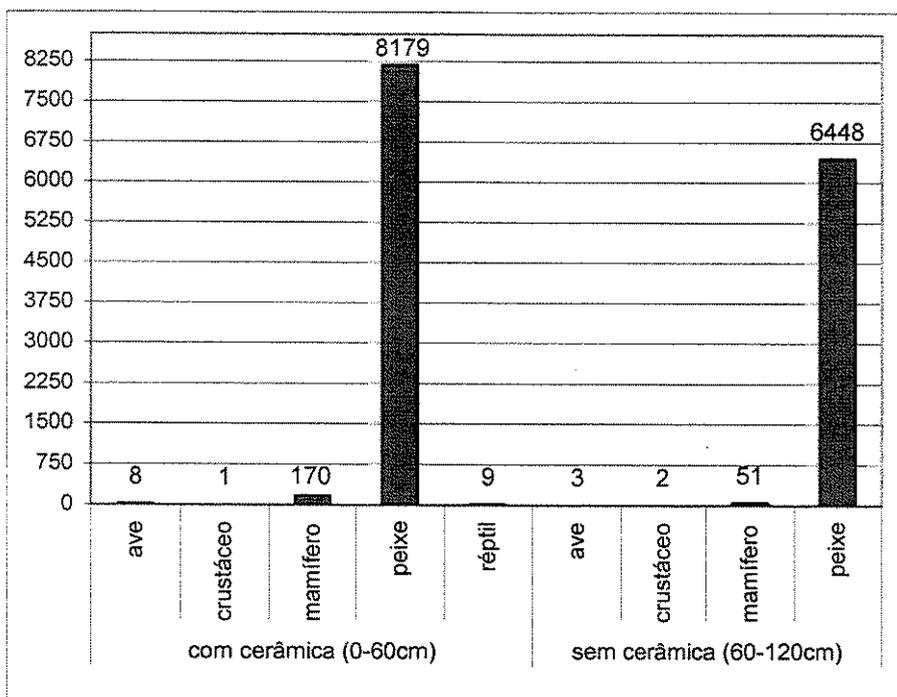


Gráfico 20 – Bupeva II –Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna. NISP por classe em relação à presença de cerâmica

O sambaqui Bupeva II, embora não contenha diferenciação estratiográfica que remeta claramente a ocupações por grupos distintos, apresenta, conforme já mencionado, cerâmica somente na metade superior do sítio, até cerca de 60 cm de profundidade. Comparando o tipo e a quantidade de restos faunísticos entre estas duas porções do sítio, constatamos um maior número de fragmentos na com cerâmica (Gráfico 21) e uma queda entre as duas (Gráfico 22).

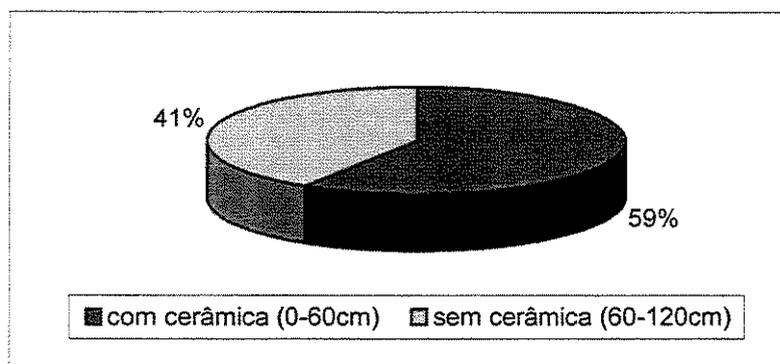


Gráfico 21 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna. NISP em relação à presença de cerâmica

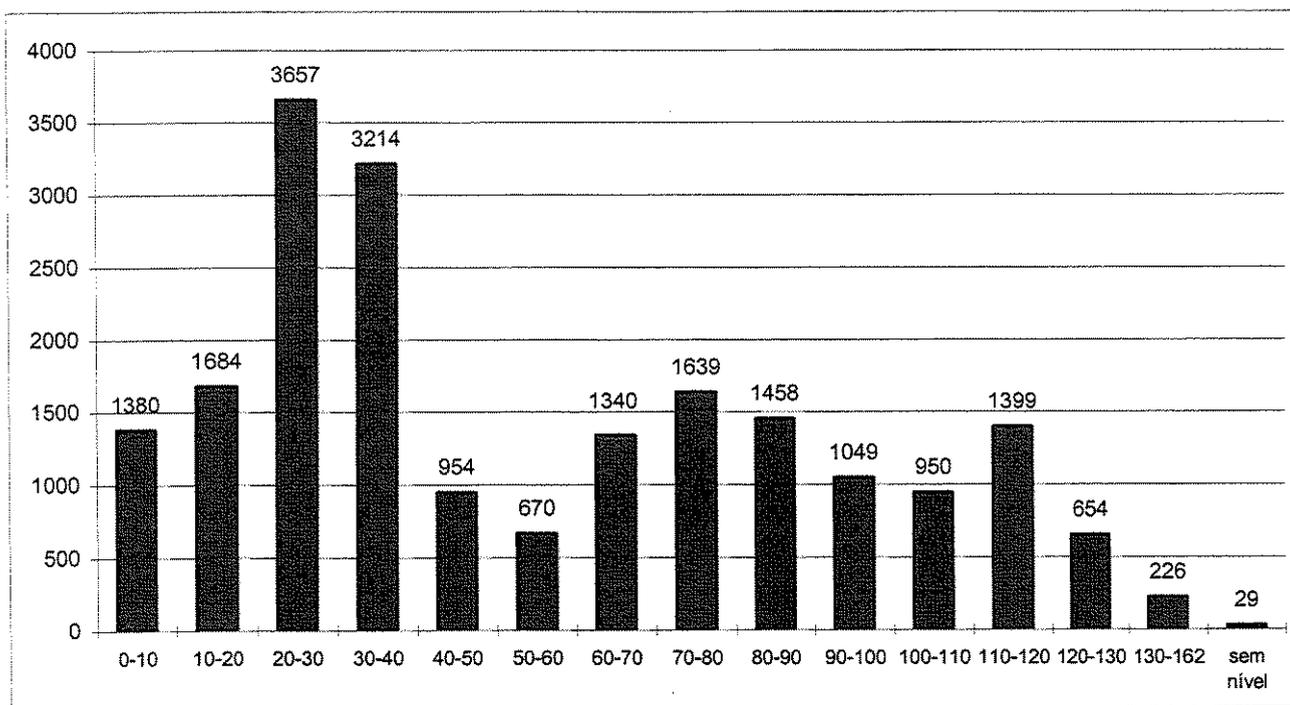


Gráfico 22 – Bupeva II – Setores A1. 1 e A1. 2 - Fauna. NISP por nível<sup>58</sup>.

Se considerarmos as classes animais, mantém-se o predomínio de peixes seguido de mamífero (Gráfico 20).

Considerando o material quantificado na amostra (10% do setor A1. 1), o mesmo ocorre, ou seja, maior quantidade de material total (todas as categorias juntas), em peso, nos níveis com cerâmica (Gráfico 23). Assim como nos setores A1. 1 e A2. 2, na amostra há leve diminuição de conchas de berbigão entre as porções com e sem cerâmica (Gráfico 24).

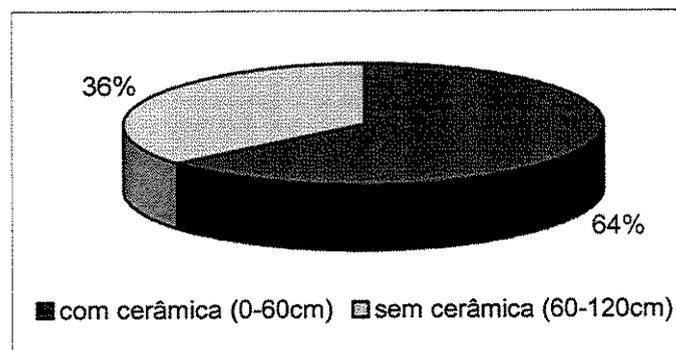


Gráfico 23 – Bupeva II – Amostra - Setor A1. 1 --Fauna - Peso (g) total por camada.

<sup>58</sup> Neste gráfico, os fragmentos muito pequenos e não identificados de peixes foram computados pois, não se refere a nenhum táxon.

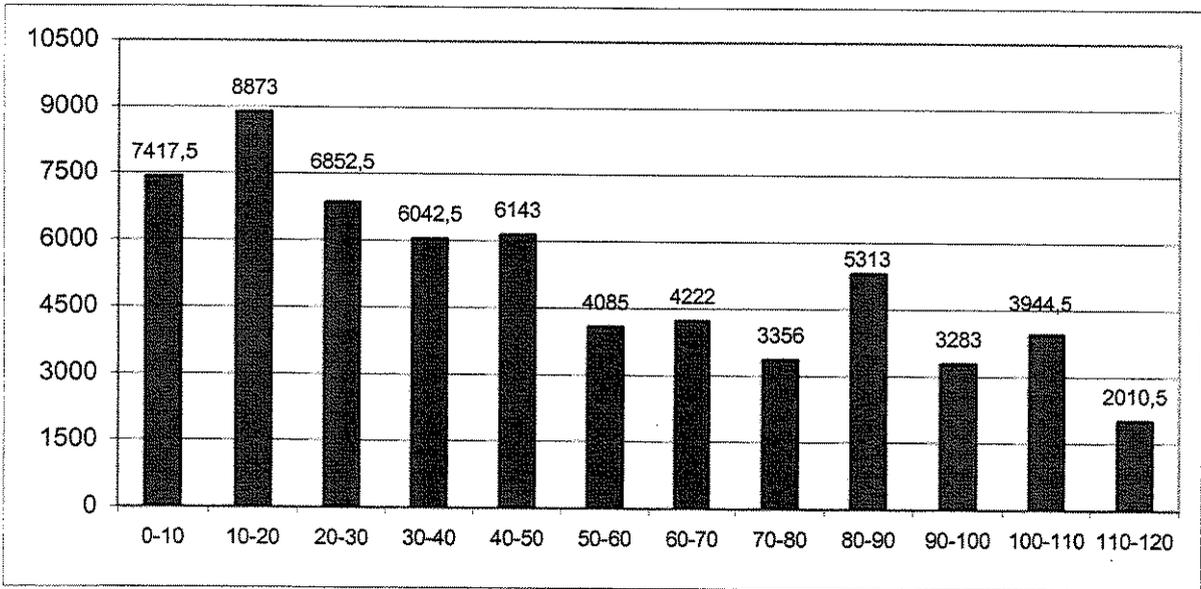


Gráfico 24 – Bupeva II – Setor A1. 1 - Amostra. Peso (g) das conchas de *Anomalocardia brasiliana*, por nível.

#### 4.2.2.2.2. Artefatos

A cerâmica coletada consiste de 605 fragmentos, cuja técnica de confecção predominante foi o acordelado. Os fragmentos apresentam espessuras que variam entre 1 e 14 mm, predominando entre 6 e 7 mm (Gráfico 25).

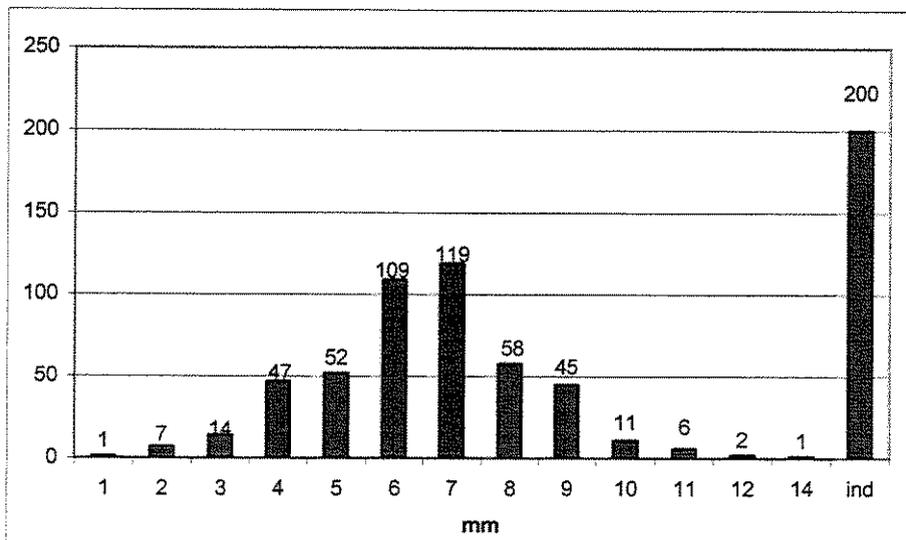


Gráfico 25 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pela espessura.

Desses, 67 são de bordas, 8 de bases (1 plana, 3 plano-côncava, 1 côncava, 3 arredondadas) e 530 de bojos. Todos os fragmentos correspondem a pedaços de vasilhames.

Observaram-se fragmentos com pasta com coloração toda escura (queima reduzida), toda clara, em geral alaranjada (oxidada), ou com faixas claras e escuras (queima incompleta). Há o predomínio da pasta escura (queima redutora) (Gráfico 26).

A tonalidade das superfícies dos fragmentos de cerâmica é similar à que ocorre no Itacoara, varia entre o bege e o marrom, entre o laranja e o vermelho e entre o cinza e o preto, com predomínio dos tons escuros.

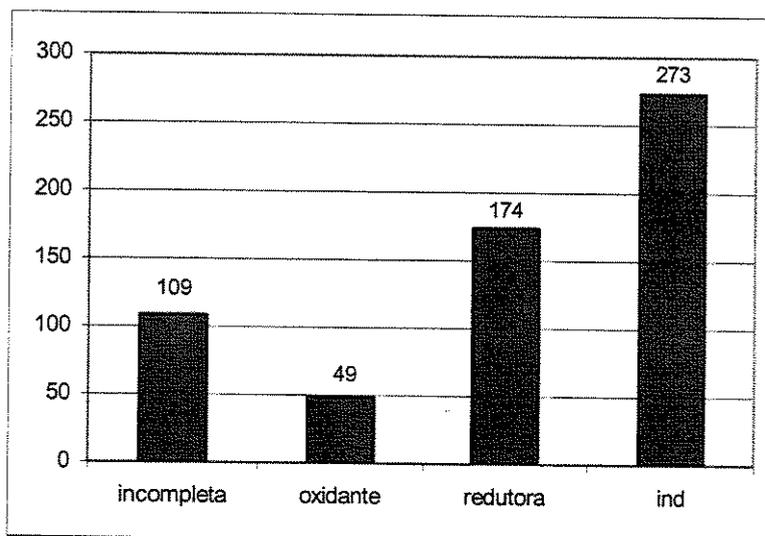


Gráfico 26 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pelo tipo de queima

O antiplástico é mineral com grãos com tamanho entre 0,5 a 8 mm. A face externa dos vasilhames era sempre alisada, às vezes com revestimento (engobe), e/ou polida e/ou enegrecida (brunidura) (Gráfico 27). As peças de superfície negras geralmente apresentavam brilho intenso. A superfície interna era, sempre, alisada, algumas vezes, com engobe e/ou enegrecida e/ou polida. Pelotas de barro foram coletadas abaixo de 70 cm, curiosamente, em níveis em que a cerâmica não ocorre.

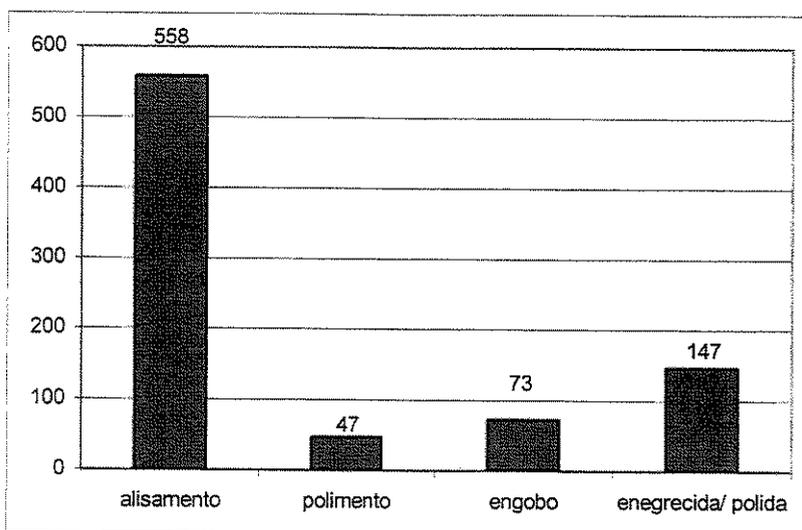


Gráfico 27 – Bupeva II – Cerâmica. Número de peças pelo tipo de tratamento na face externa

Entre a cerâmica, identificamos os seguintes tipos de bordas e lábios (Figuras 33, 34, 35) (Foto 28).

<b>Quadro 10 – Bupeva II – Cerâmica. Tipos de bordas e lábios</b>			
<b>Borda</b>	<b>Direção</b>	<b>Lábio</b>	<b>Quantidade</b>
Reforçada externamente	extrovertida	plana	3
Reforçada externamente	extrovertida	apontada	24
Reforçada externamente	vertical	arredonda	13
Reforçada externamente	introvertida	arredonda	6
Direta	vertical	apontada	2
Direta	vertical	arredondada	6
Direta	vertical	plana	1
Direta	introvertida	arredondada	4
Indeterminadas	indeterminadas	indeterminadas	8
<b>Total</b>			<b>59</b>

Bordas  
Sambaqui Bupera

Cerâmicas Pré-Coloniais da Baía  
da Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
de Dione da Rocha Bandeira

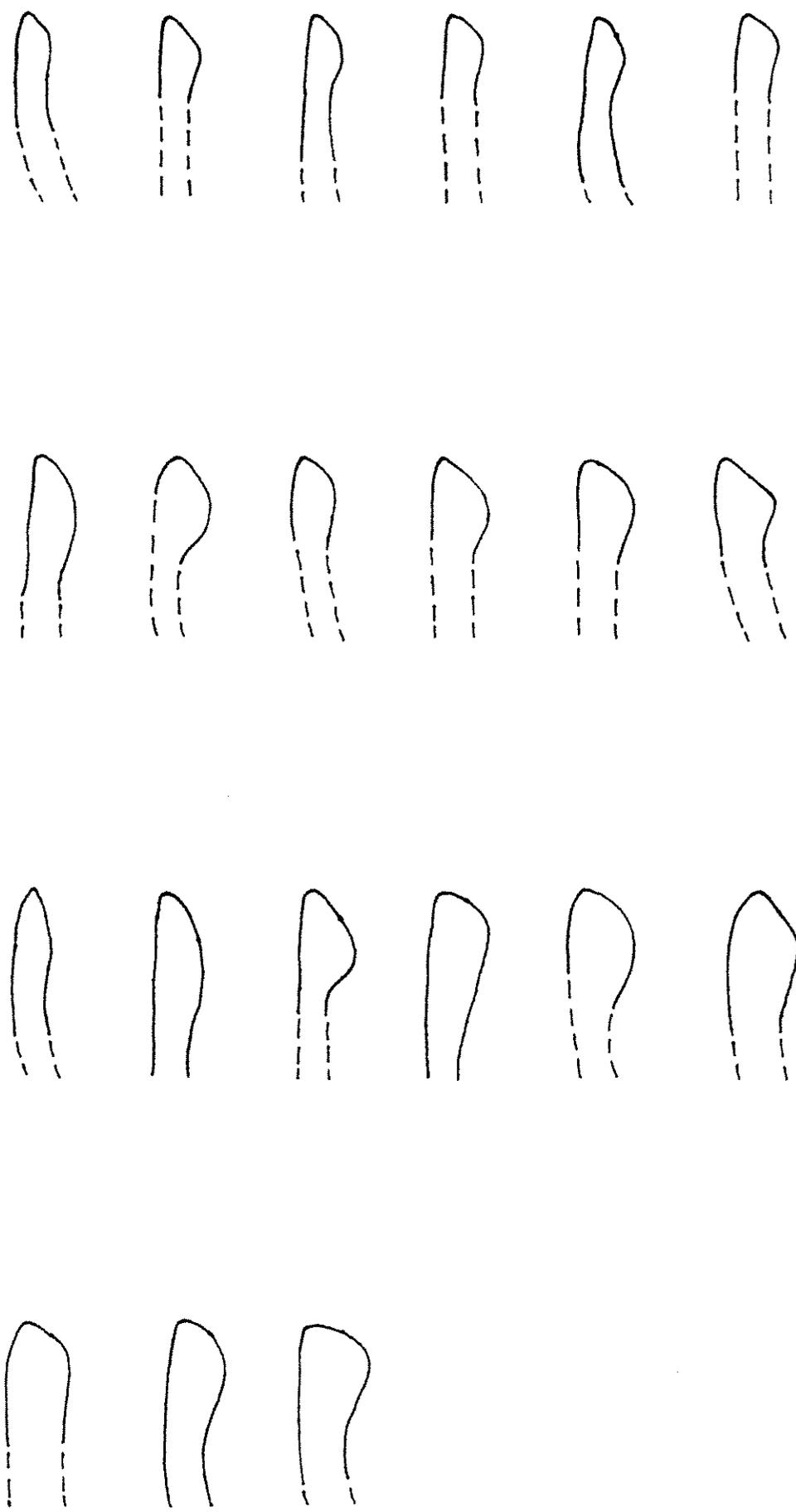
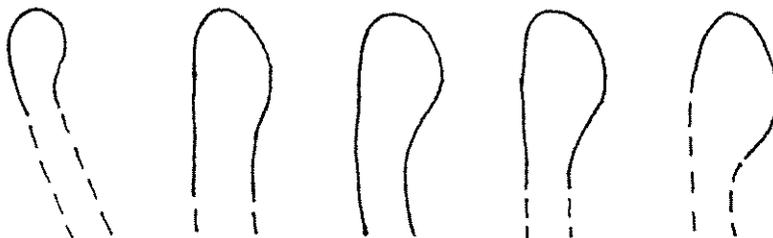
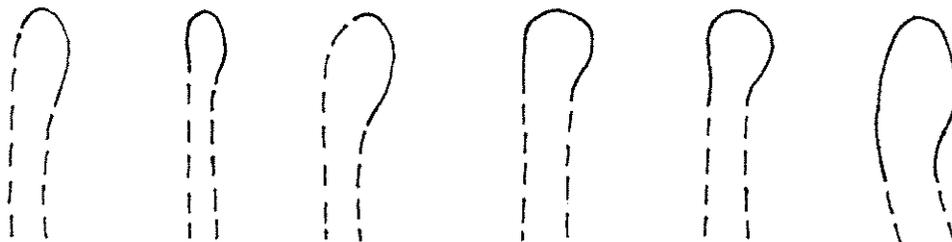
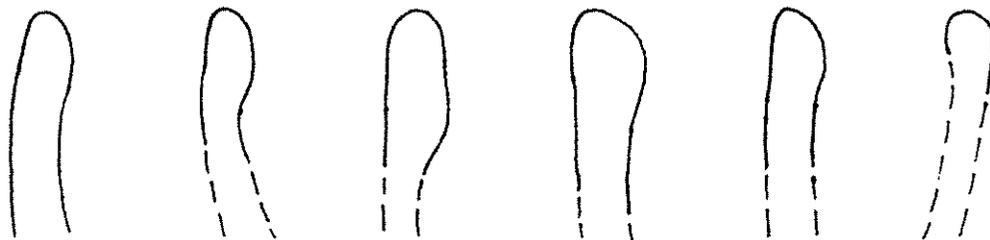


FIG 33 Esc: 1

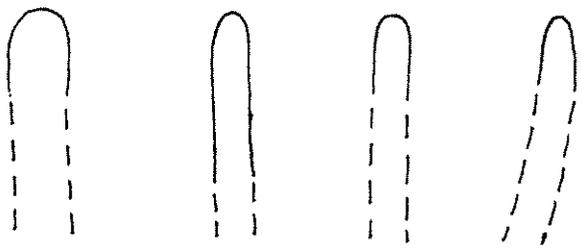
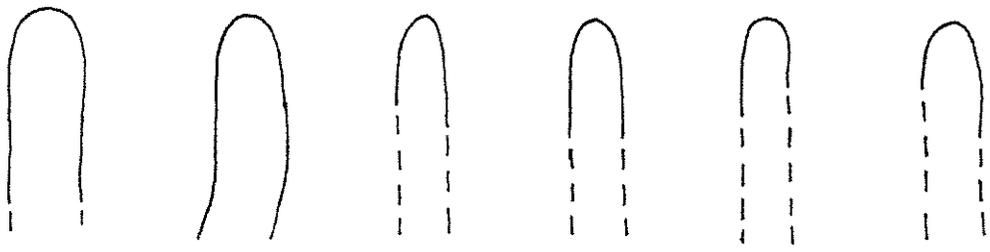
Bordas  
Sambaqui Bupera

Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
de Babitonga - Arqueologic e Etnicidade  
Diane da Rocha Bandeira



Bordas  
Sambajui, Bupera

Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
da Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira



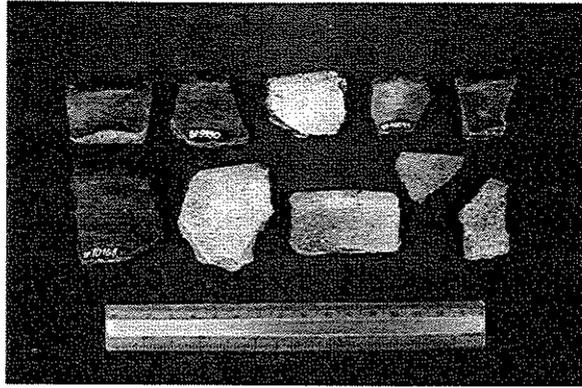
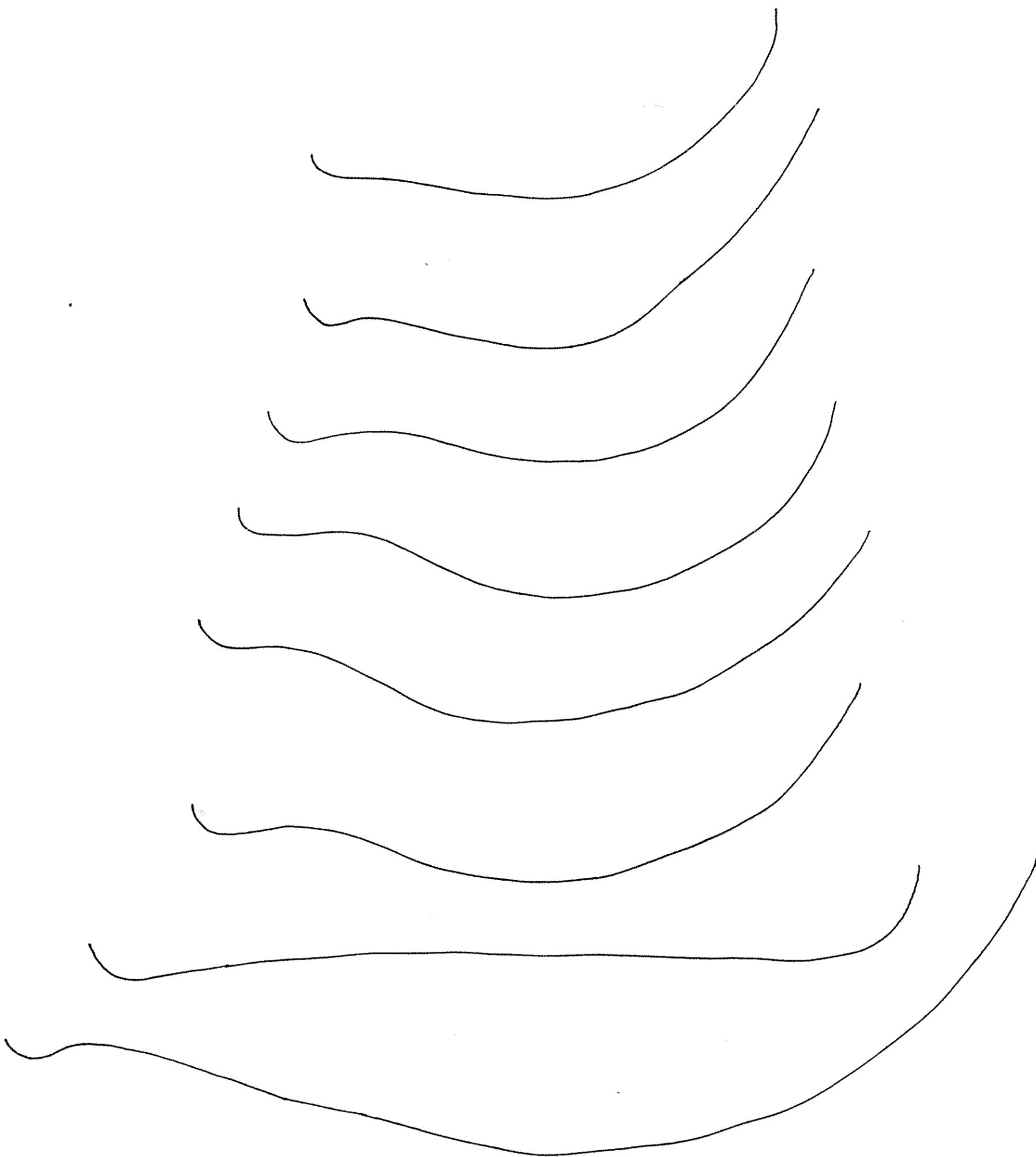


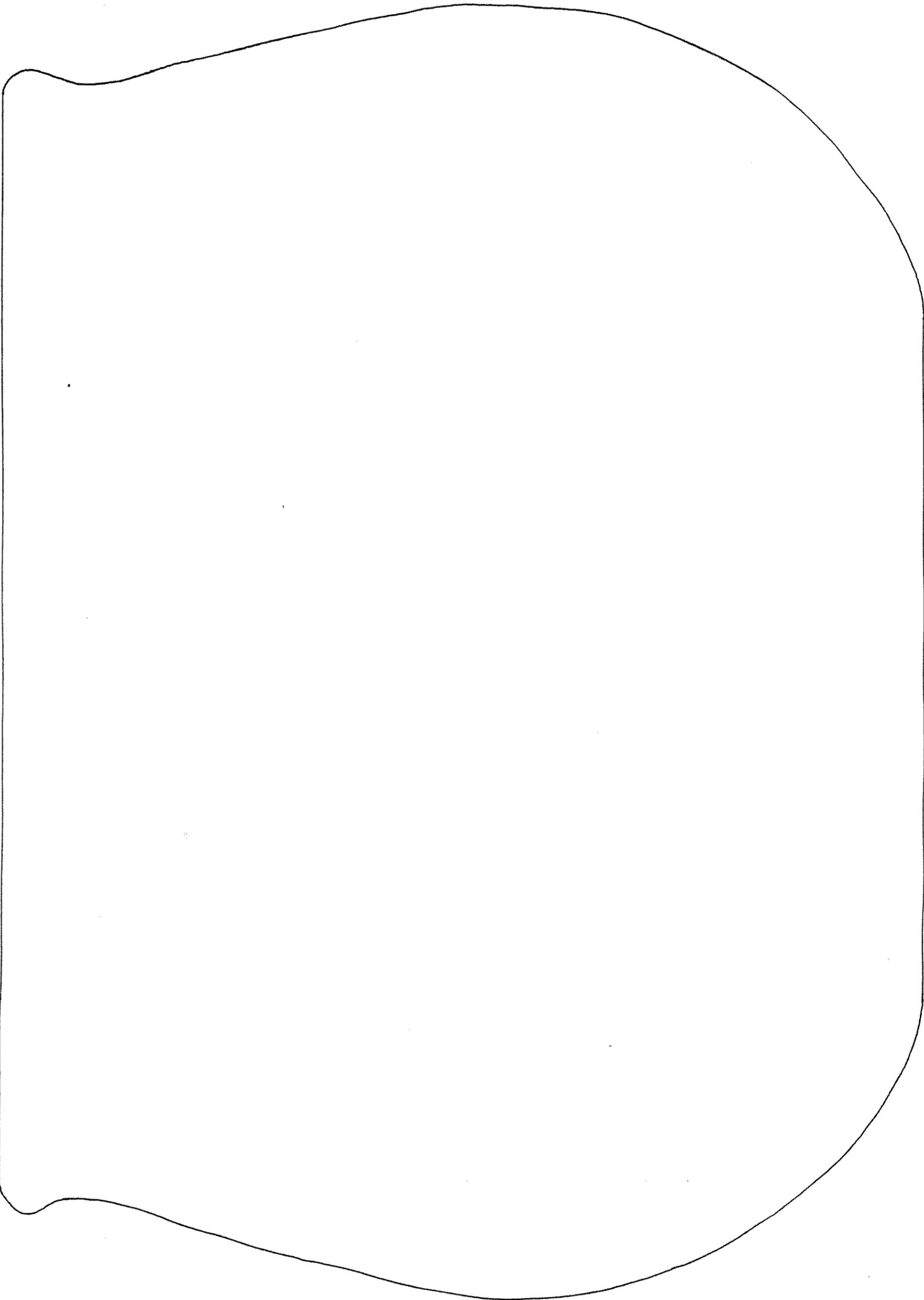
Foto 28 – Bupeva II – Cerâmica – Bordas  
(Martins, 07/12/03).

Os vasilhames têm a forma, predominantemente, arredondada, ocorrendo, também, as retas (Figuras 36 a 44).



Ceramistas Pré-Colônias da Baía  
da Babilonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

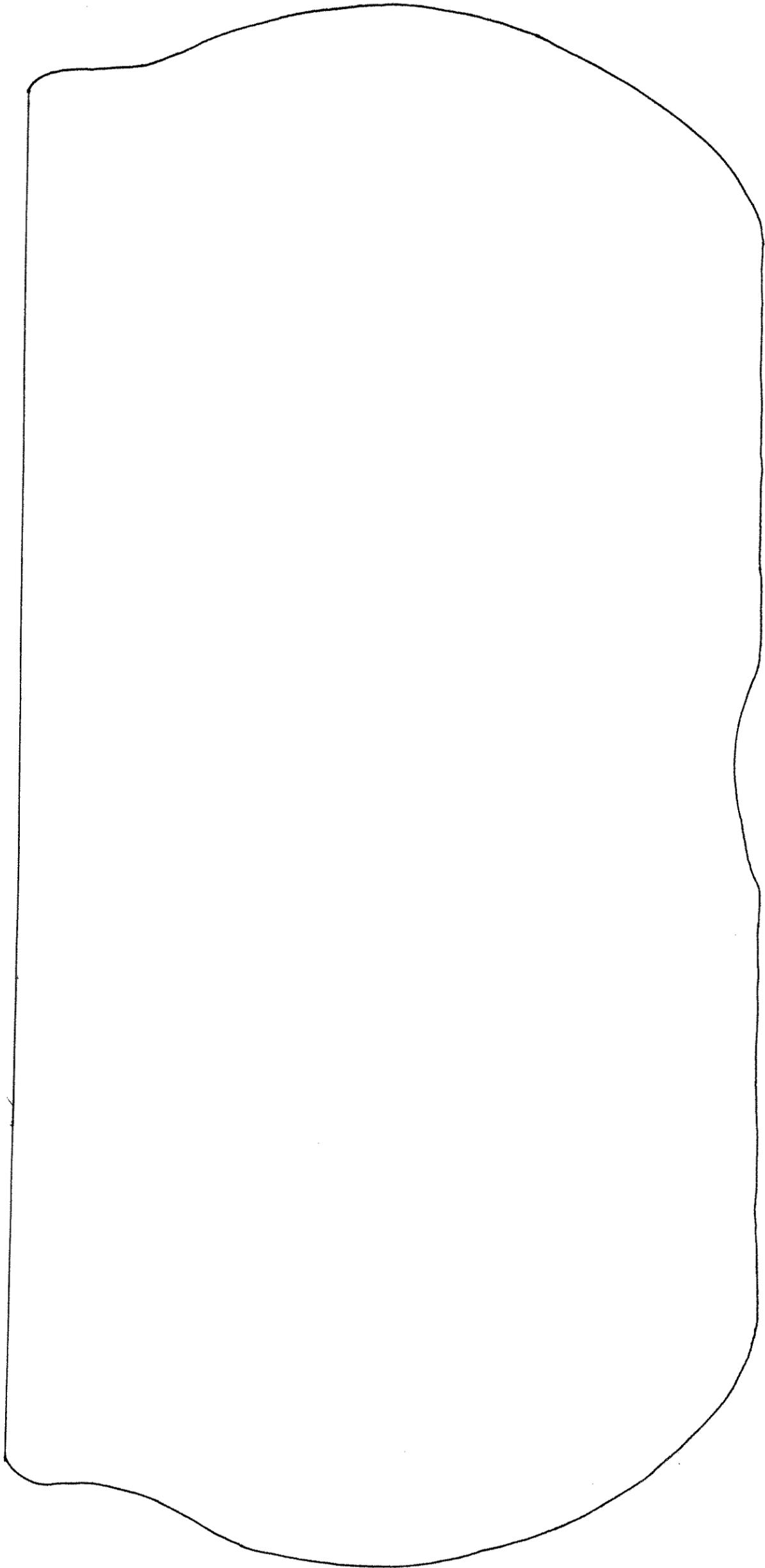
Reconstituição (BP 10/03)  
Sambaqui Bupera



Rafina A. Carginin 10.12.03 FIG. 37 Esc: 1/10

Ceramistas Pré-Coloniais da Baía da  
Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dionne da Rocha Bandeira

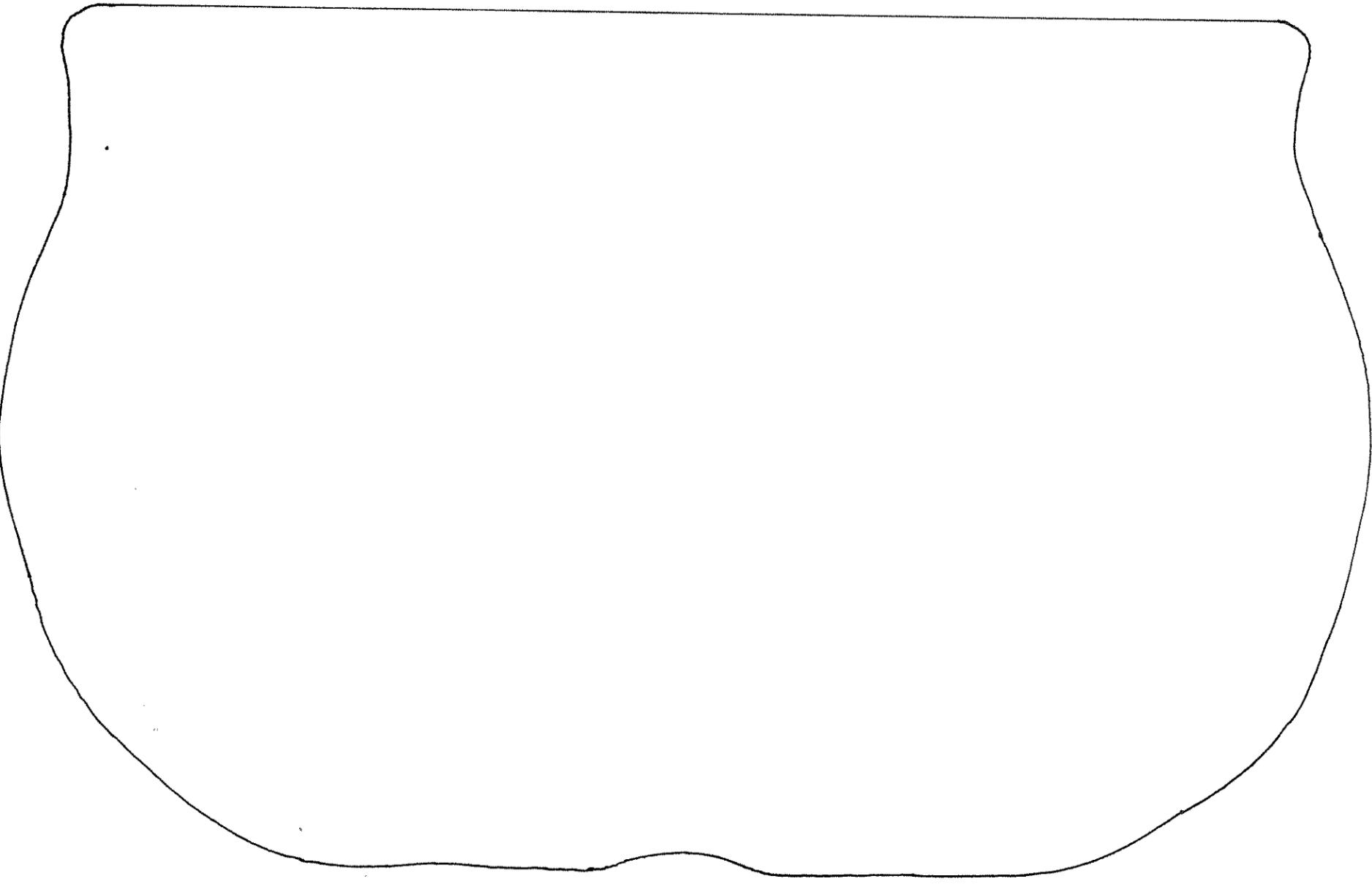
Reconstituição (BP9824)  
Sambaqui Bupeva



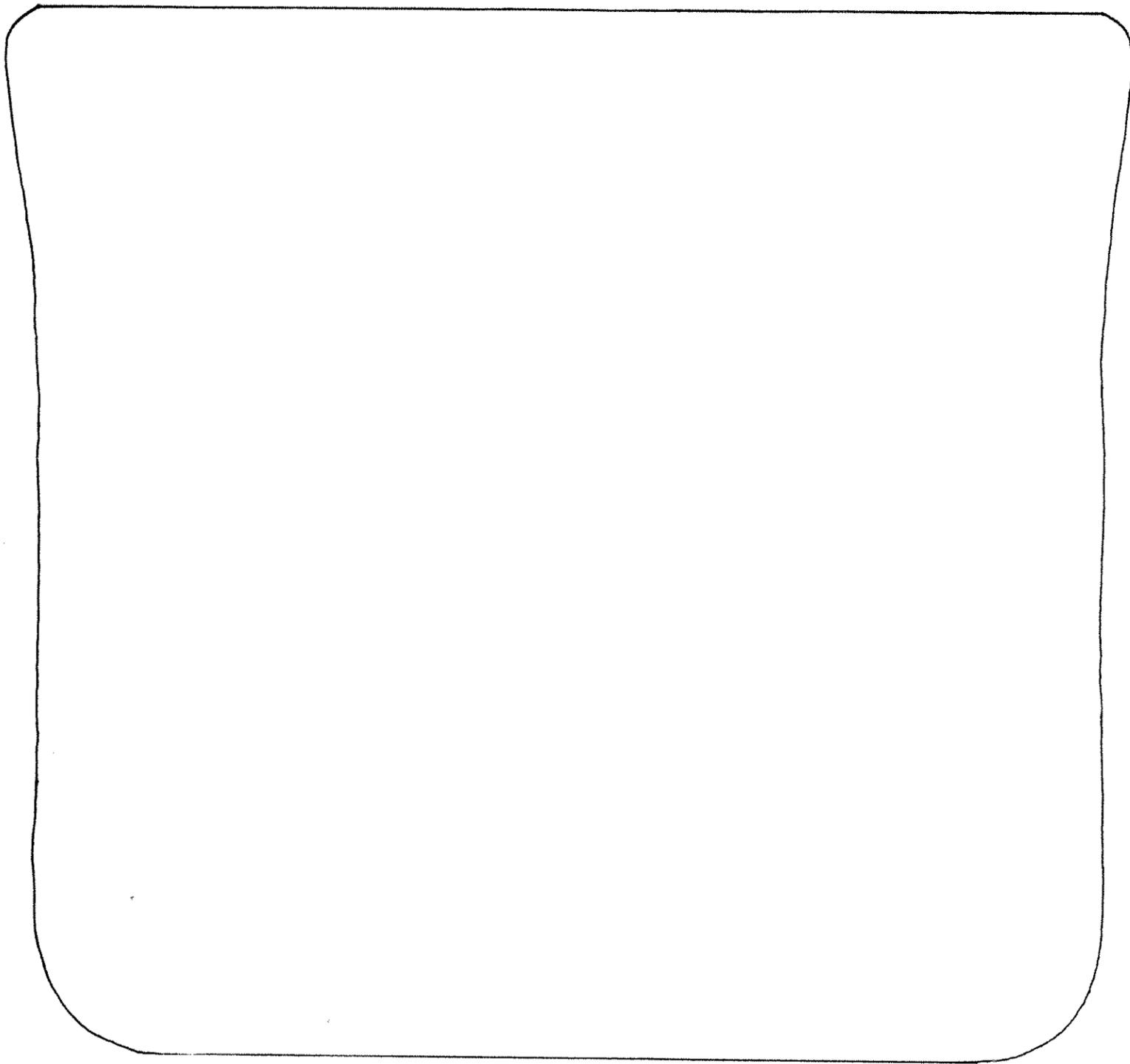
Karina A. Carginin 10.12.03 FIG.38 ESC: 1/1

Cerâmicas Pré-Coloniais da Barra  
da Babilonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

Reconstituição (BP9912)  
Sambaqui Bupera



Rafaela A. Carginin / 10.12.03 FIG. 39  
ECC: 7/11

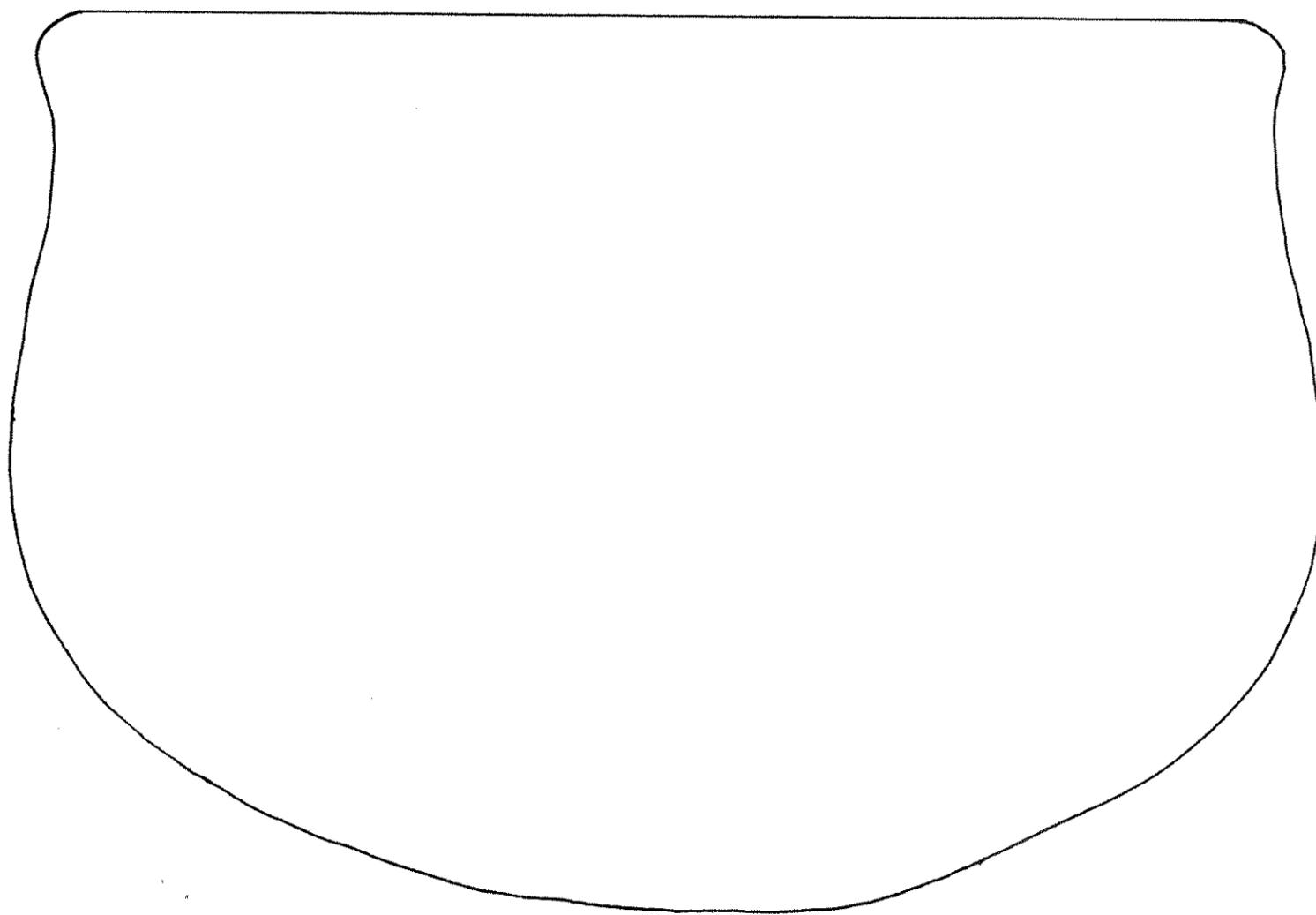


Karina A. Carginh 10.12.03 FIG. 40 ESC. 1M

Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
da Babilonga - Arqueologia e Etnici-  
dade - Dione da Rocha Bandeira

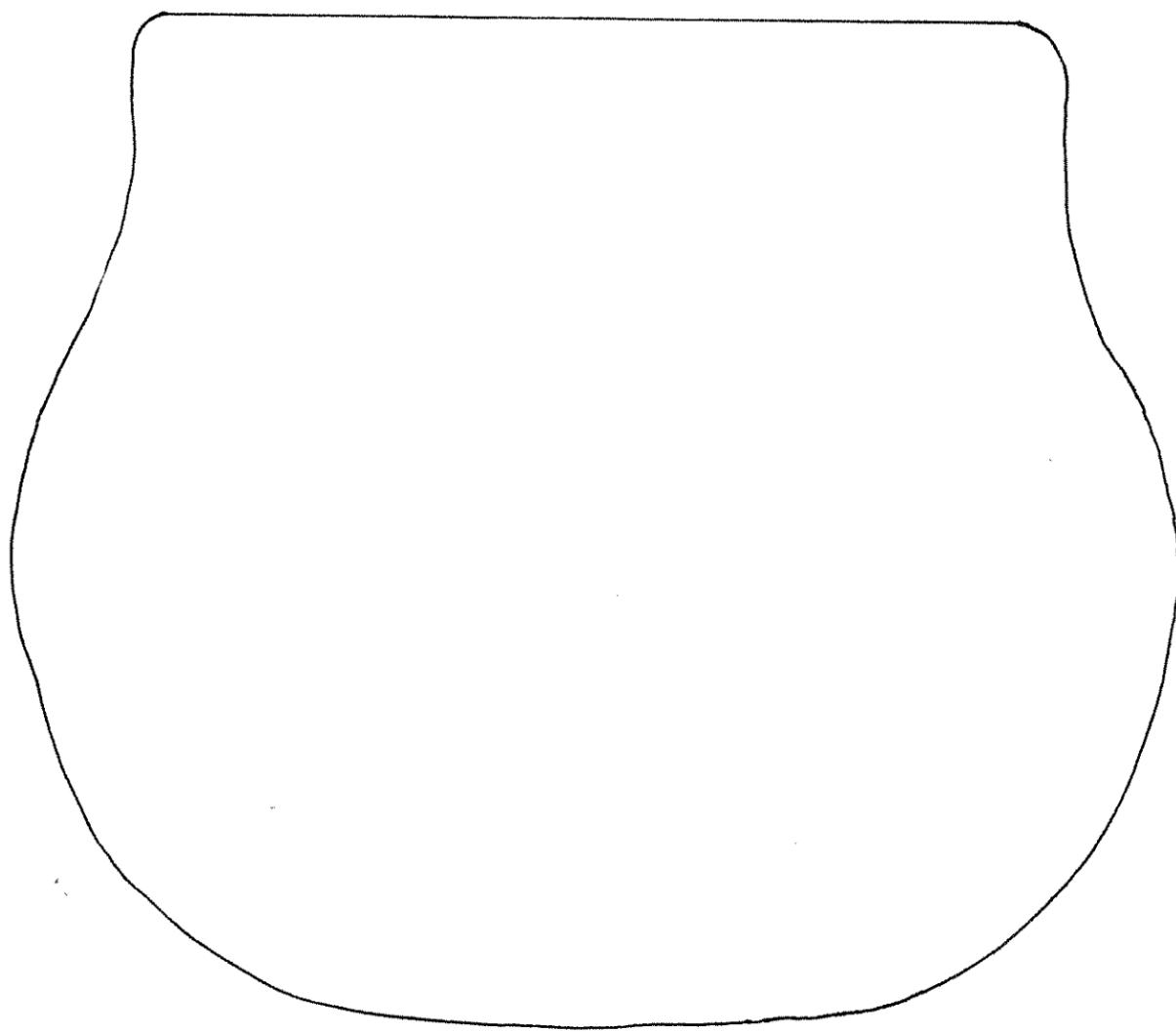
Reconstituição (BP9768)  
Sambaqui Supera

Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 41 Esc. 1/1

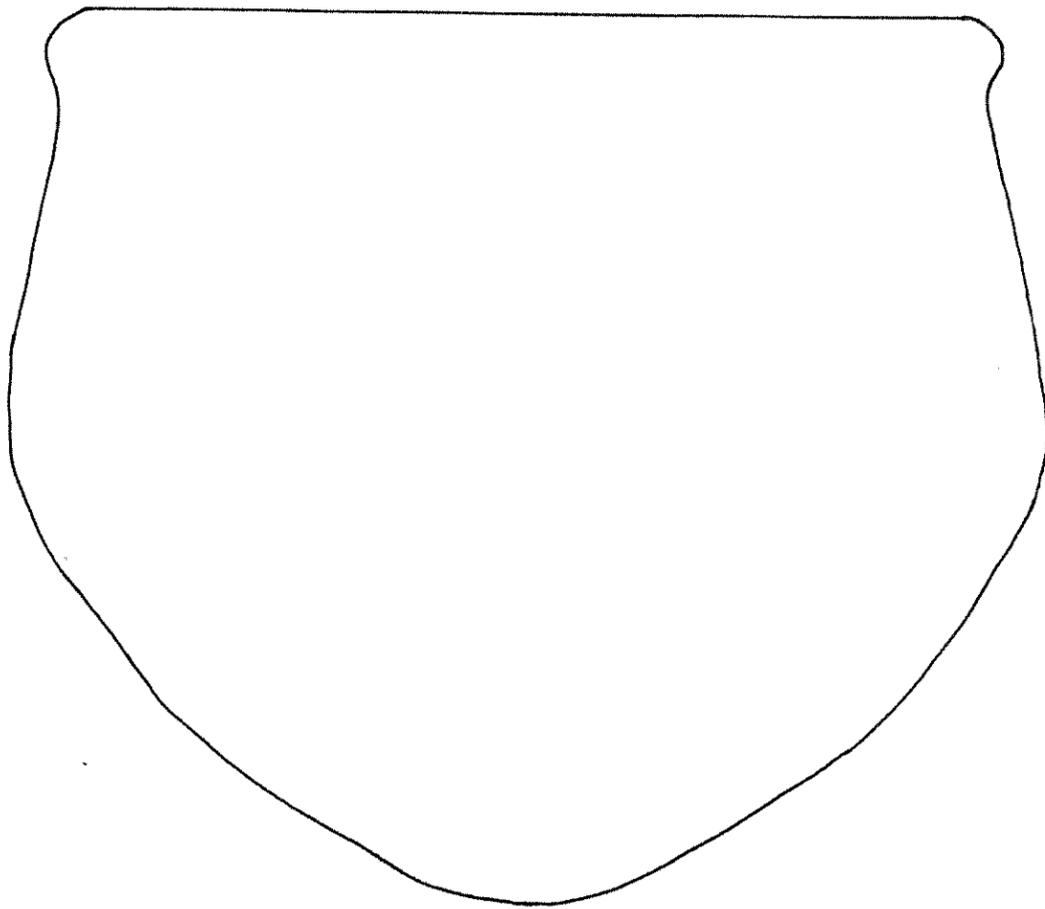


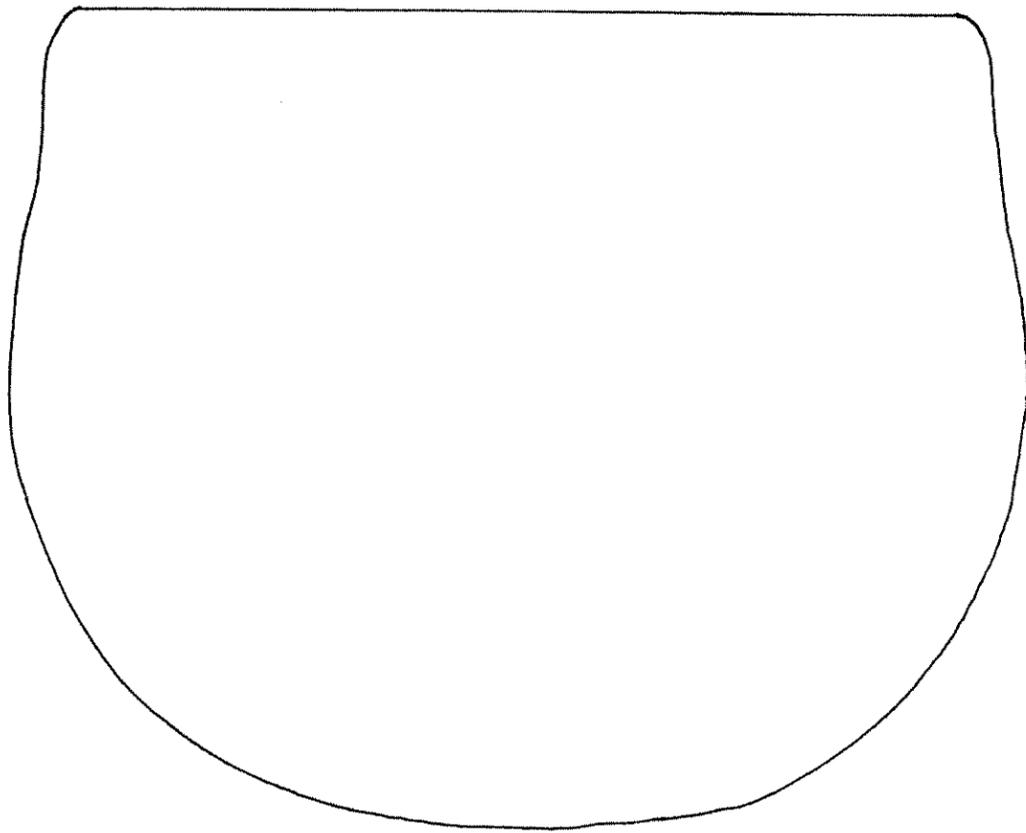
Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
da Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira

Reconstituição (BP9990)  
Sambagui Bupera



Karina A. Carginin 10.12.03 FIG. 92 ESC: 1/1





Karina A. Carginin 10.12.03 FIG 99 ESE. 119

A coleção de artefatos ósseos é pequena, se comparada a do Itacoara. Os tipos e a quantidade das peças identificadas estão sintetizados no gráfico 28. Além dos artefatos, ocorrem poucas peças com marcas de corte, certamente, associadas ao processo de produção desses. Foi identificado um único adorno de concha, com perfuração central, provavelmente, de um bivalve. Há dois fragmentos de anzóis similares aos que ocorrem no Itacoara. Há, ainda, pontas, todas fragmentadas, que, mesmo em pequena quantidade, indicam formas e tamanhos, variados (Foto 29).

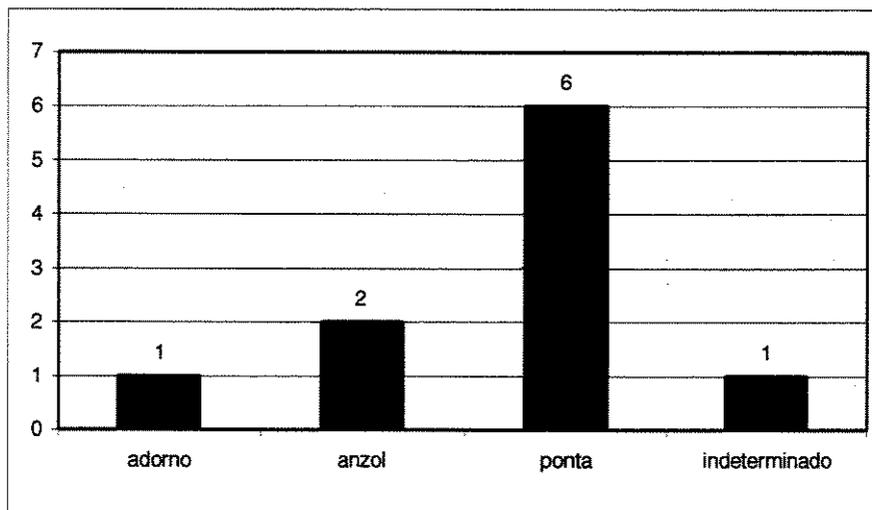


Gráfico 28 – Bupeva II. Artefatos ósseos. Número de peças.

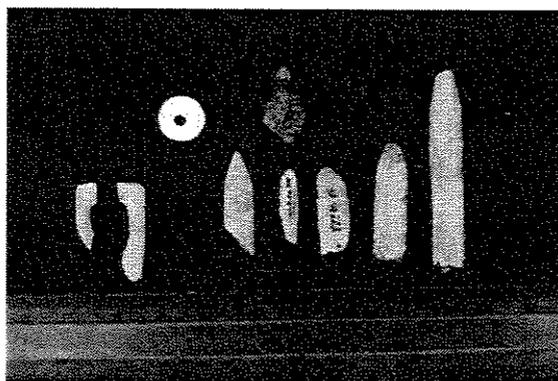


Foto 29 – Bupeva II – Artefatos ósseos e conchíferos (Martins, 07/12/03).

A maior parte da coleção consiste de rochas não alteradas (ecofatos), seixos e lascas. O material lascado não pôde ser analisado. As peças, com marcas decorrentes do uso, são seixos com faces polidas e/ou picoteadas, utilizadas, certamente, como polidores e batedores, respectivamente. Coletou-se um único fragmento de lâmina polida de diabásio (Foto 30).

O que mais se destaca na coleção são os corantes vermelhos, que, além da quantidade expressiva, maior que qualquer outra peça lítica deste sítio e maior que a quantidade de corantes do Itacoara, pela sua constituição. Os corantes têm aparência de pelotas ou concreções friáveis, com lados polidos e ranhuras, muito pigmentadas, que deixam a mão vermelha ao toque. Não são rochas naturais, constituídas unicamente de minerais, mas, sim, uma matriz silto-argilosa vermelha com grãos angulosos de quartzo hialino e magnetita (arcabouço), resultante de uma mistura, intencional, dos minerais com corante vermelho, que por ser extremamente fino, parece de origem vegetal, queimada. Essa matriz pode ser encontrada na região. O corante talvez seja o urucum. Há variação na tonalidade dessas peças; algumas apresentam um vermelho bem vivo, mais friável e outras com tom de vermelho mais escuro, mais firme. Talvez isso seja decorrente da queima, mais ou menos intensa. Observa-se, na parte interna dessas peças, que em geral estão quebradas, coloração mais escura, talvez, também, decorrente de uma maior queima (Foto 30).

Identificaram-se, ainda, seixos com rachaduras, em estado de desagregação e fragmentação intensa, e coloração e textura diferenciadas, que acreditamos serem decorrentes da proximidade ao calor, uma vez que estavam associados a fogueiras (Gráfico 29).

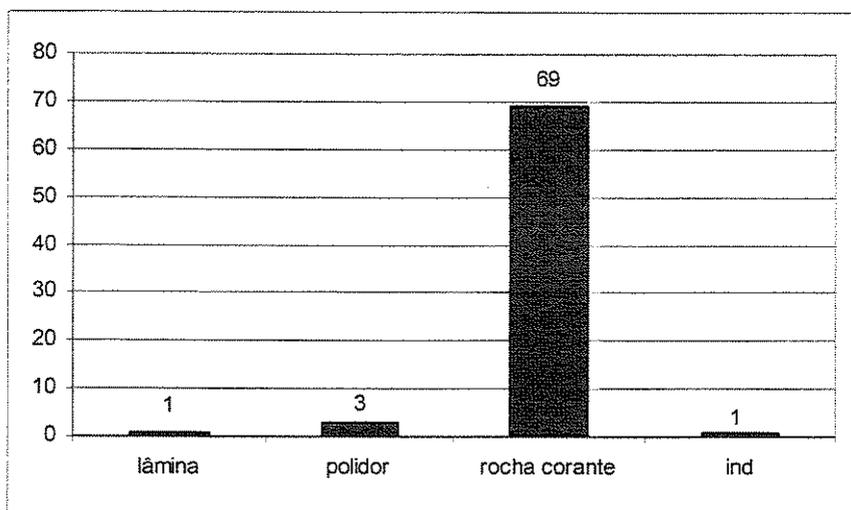


Gráfico 29 – Bupeva II. Artefatos líticos. Número de peças.

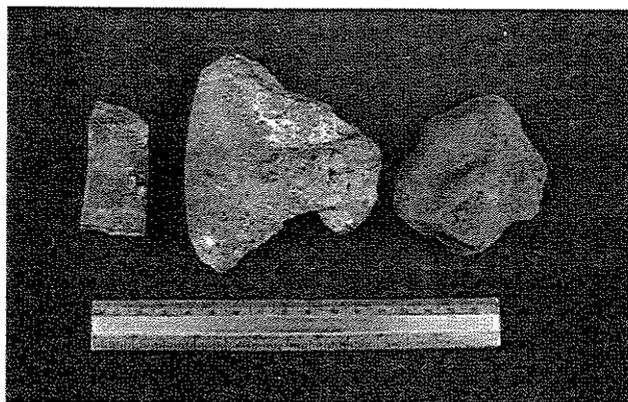


Foto 30 – Bupeva II – Artefatos líticos – Lâmina e corantes  
(Martins, 07/12/03).

#### *4.3. Os ceramistas mais antigos da baía da Babitonga.*

##### **4.3.1. Similaridades e diferenças entre os sítios**

Se considerarmos todos os sítios pesquisados na baía da Babitonga nos quais ocorre uma cerâmica similar: Bupeva II, Itacoara, Rio Pinheiros II, Enseada I e Forte Marechal Luz, há similaridades e diferenças, que merecem ser discutidas.

Comparando-se os resultados obtidos nas análises dos restos de **vertebrados** dos sítios Itacoara (setor PT1. 3Z) e Bupeva II (setores A1. 1 e A1. 2<sup>59</sup>), escavados por nós, como um todo (sem considerar as camadas com e sem cerâmica), constata-se que o sambaqui Bupeva II, mesmo desconsiderando-se a categoria “sem identificação”, constituída de fragmentos menores de peixe, contém sete vezes mais peças ósseas (7436 peças) do que o Itacoara (1251 peças) (Gráfico 30), apesar da área escavada ter sido maior neste último.

---

<sup>59</sup> Para quantificação, o total dos dois setores foi dividido por 2, conforme já explicitado anteriormente.

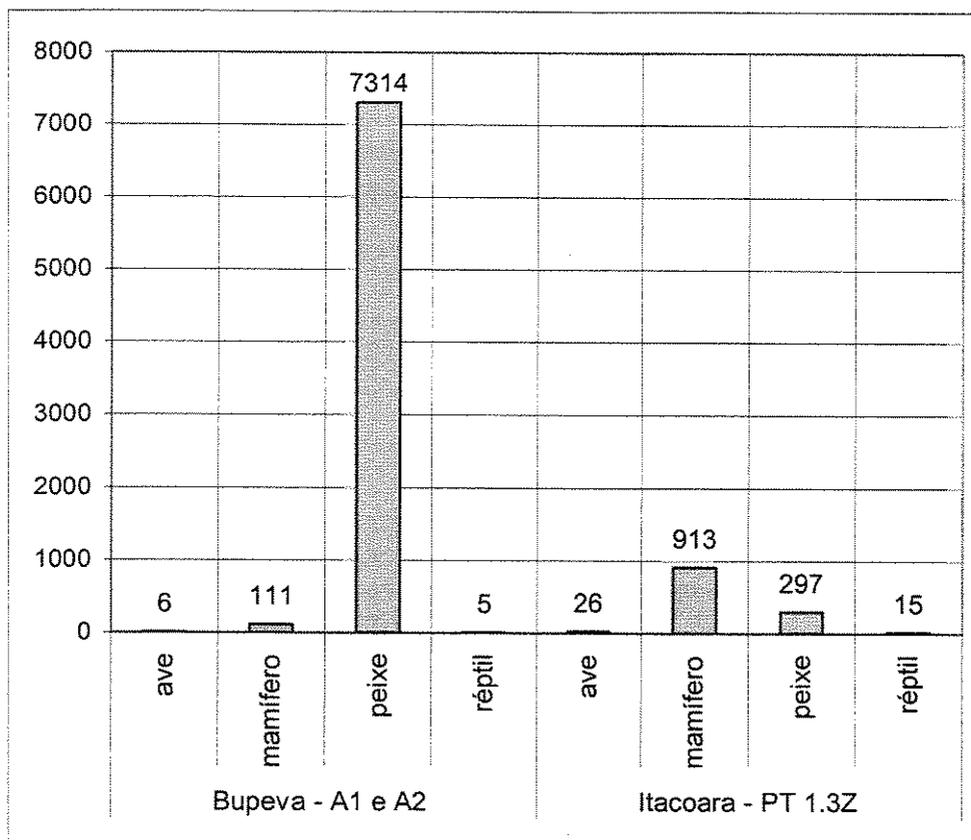


Gráfico 30.- Bupeva II e Itacoara – Vertebrados. NISP

Essa diferença quantitativa, para além das possíveis diferenciações demográficas entre os sítios e o tempo de ocupação em cada um, pode ser decorrente da diferença de ambientes em que cada sítio encontra-se e da capacidade para a conservação dos restos faunísticos em cada um. Enquanto o Itacoara está sob mata e em solo areno-argiloso e úmido, o Bupeva II está sob vegetação de restinga e em solo arenoso, mais seco. Além do mais, o Bupeva II é todo constituído de conchas que criam um ambiente menos ácido, mais favorável à preservação.

A maior diferença entre os dois sítios está no número de peças da superclasse Peixe. Enquanto este grupo de animais é mais abundante no Bupeva II, no Itacoara é a classe Mamífera. Pode-se dizer que a representação dessas categorias é invertida nos dois sítios.

No Bupeva II, o peixe é a categoria mais abundante nas camadas com e sem cerâmica, variando somente no número de peças, seguido pelos mamíferos (Gráficos 20 e 21, pg.134 e 22, pg.135 ).

No Itacoara, a situação é diferente; entre as camadas I (superior com cerâmica) e II (inferior sem cerâmica), há diferença significativa. Enquanto na I, 82,7% dos ossos são de mamíferos (NISP) e 15,2% são de peixes, na II, a quantidade de mamíferos cai para 58,3%

enquanto o peixe sobe para 37% (Gráfico 4). Parece haver preferência pelos vertebrados terrestres nas duas ocupações deste sítio. O porco e a capivara são, em ambas camadas, os mais representativos. Esses animais deviam ocorrer com abundância nas imediações do sítio e, como os adultos são de grande e médio porte e andam em grupos, a caça ali parece ter sido uma atividade bastante rentável (Perlman, 1980 *apud* Figuti, 1994-95). Todavia, considerando a quantidade de anzóis presentes na camada I, talvez o peixe tenha sido mais importante do que nossos resultados indicam, na camada com cerâmica.

Entre os peixes do Itacoara, predominam (NISP) os fluviais nas duas camadas, embora haja peças de peixes marinhos como tubarões. Entre os artefatos de ossos, oito, cerca de 20% do total, foram confeccionados com dentes destes peixes. Estas espécies podem ter sido obtidas em excursões de pesca ou trocadas com grupos que viviam mais próximos ao mar. Talvez somente os dentes fossem trocados, já que não identificamos nenhuma outra estrutura destes peixes na coleção. Via de regra, encontram-se, pelo menos, vértebras que são bem diferentes das dos peixes ósseos. Embora no rio Pirai encontrem-se espécies marinhas que suportam níveis de salinidade baixos, como o robalo, a saricanga e o badejo, não há registro de tubarões (Pinheiro & Mouga, 2002).

As espécies importantes (NISP) de peixe na Camada I (com cerâmica) do Itacoara são o jundiá e o bagre. Na camada II, os mais frequentes são a traíra e o jundiá. Foram identificadas 7 espécies na Camada I, e 5, na II. Aqui parece haver uma incongruência, pois, como a Camada II tem maior quantidade de material de peixes, esperava-se uma maior variedade de espécies dessa categoria, mas não é isso que ocorre. Esse dado reforça a idéia de que a pesca foi, também, importante para os ceramistas neste sítio. Entre os mamíferos, como era de se esperar, há maior número de espécies na Camada I que na Camada II (11 e 7, respectivamente).

No Bupeva II, cerca de 50% dos fragmentos (NISP) de mamíferos são de cetáceos, na sua grande maioria calcinados (Gráfico 20), o que aumenta a representatividade de fauna relacionada ao ambiente marinho, muito embora esses animais apresentem ossos de tamanho muito maior do que qualquer outra categoria e que facilmente se partem, principalmente após a queima, podendo provocar um viés na quantificação. Não obstante, por algumas espécies serem mais abundantes no inverno (Palazzo Jr & Both, 1988), época em que diminui a oferta da maioria dos peixes, eles podem ter sido importantes na alimentação, seja como alimento, seja como combustível das fogueiras nas quais é preparado. Neste sítio e no sambaqui Forte

Marechal Luz, onde ossos desses animais também são abundantes, foram registrados estruturas de combustão com carvão e cinza, constituídas de ossos de cetáceos. Bryan (1993) acredita que o miolo desses ossos pode ter servido para fazer braseiro. A estrutura do Bupeva II, embora com bordas queimadas, assemelha-se mais a uma base de apoio ou panela. Com material dessa classe animal são confeccionados artefatos, mas não encontramos nenhum.

Os peixes do Bupeva II são marinhos de grande diversidade, se comparados com os do Itacoara. Foram identificados 24 tipos diferentes de peixes (Gráfico19), sendo que há estruturas, ainda não identificadas, que devem corresponder a, pelo menos, outras 5 espécies. Os mamíferos, também, são em menor número; somente 5 espécies foram identificadas.

No Bupeva II, os peixes mais capturados (MNI) nas duas camadas foram o roncador e o robalo e em segundo lugar, o peixe-espada. Estas espécies de peixes são de pequeno e médio porte e ocorrem durante o ano todo, mas em maior quantidade no verão (Bandeira, 1992, Figuti, s/d, Figuti, 1999). Os mamíferos que ocorrem nas duas camadas em maior frequência (NISP) são os cetáceos, o porco e a paca.

As aves e os répteis, os quais não puderam ser especificamente identificados, ocorrem com baixa frequência tanto no Bupeva II como no Itacoara, em relação às outras classes de animais. No Itacoara eles estão em maior número que no Bupeva II.

No sambaqui Enseada I, um comportamento semelhante ao Bupeva II ocorre<sup>60</sup>. Há um aumento na quantidade de fragmentos na camada com cerâmica, na grande maioria das categorias animais, mas, principalmente, com relação ao peixe, como se pode ver na tabela abaixo.

<b>Categoria Geral</b>	<b>1ª Ocupação</b>	<b>2ª Ocupação</b>
Mamíferos	75	438
Peixes	2259	15674
Aves	52	137
Répteis	148	432
Crustáceos	1757	13850
Equinodermos	195	159
<b>Total por Ocupação</b>	<b>4486</b>	<b>30690</b>
<b>Total Geral</b>		<b>35176</b>

Tabela 5 – Enseada I - NPI por categoria geral e por ocupação (adaptado da tabela 8 de Bandeira, 1992: Anexos).

<sup>60</sup> Devido a o fato das conchas não terem sido coletadas de modo sistemático, os dados sobre elas não foram considerados.

Em termos das espécies de peixe, não há muita variação entre as duas ocupações (com e sem cerâmica), predominando o peixe-espada, seguido do baiacu e da corvina (para NPI e NMI, conforme Bandeira, 1992). As duas primeiras espécies ocorrem em maior quantidade no verão, a corvina é mais abundante no inverno. Os mamíferos mais freqüentes, na camada sem cerâmica (primeira ocupação), são os cetáceos seguidos pelas pacas, na camada com cerâmica, o porco está em primeiro lugar e os cetáceos em segundo.

No sambaqui Forte Marechal Luz, quanto aos vertebrados, Bryan (1993) constatou maior quantidade de fragmentos de ossos de peixes nas camadas com cerâmica, sendo o baiacu e o sargo as espécies mais pescadas. Estas são mais abundantes no verão, na costa catarinense. Considerando que a maior parte das estruturas ósseas dos peixes cartilagosos (tubarões e raias) não se preserva, os 136 ossos (34% do material) dessa categoria identificados na Zona VII (Zonas de I a V sem cerâmica; VI e VII com cerâmica), indicam que eles deveriam estar entre os mais capturados. Talvez, a principal motivação fossem os dentes dos tubarões (conforme discutido anteriormente) e os esporões das raias, com os quais são feitos artefatos. Não obstante, devem ter sido, também, consumidos. Nas camadas sem cerâmica, os peixes mais capturados foram o baiacu e o enxada.

Os mamíferos terrestres também estão em maior quantidade nas zonas com cerâmica. Os animais que mais ocorrem são o porco e a paca. Já os mamíferos marinhos estão em maior número nas camadas sem cerâmica (60%). Entre répteis e aves, não há diferenças significativas.

Na Tabela 6 (extraída de Bryan, 1993: 13), constata-se o forte aumento na captura de peixe quando a cerâmica está presente.

Table 3. Distribution of Unaltered Fish Bones by Occupation Zone (Also see separate description of bones and teeth artifacts). (Forte Marechal Luz)

Specimen	II	III	IV	V	VI	VII
Bagre (catfish) (probably marine) ( <i>Bagre</i> sp)	2	1	1	2		4
Corcoroca (grunt) ( <i>Haemulon</i> sp)				1		2
Enchova (bluefish) ( <i>Pomatomus saltratrix</i> )				1		2
Corvina (croaker) ( <i>Micropogon furnieri</i> )				4		2
Baiacu (smooth puffer) ( <i>Lagocephalus laevigatus</i> )		4	2	15	2	48
Baiacu de espinha (porcupine fish) ( <i>Diodon hystrix</i> )						9
Sargo (porgy) ( <i>Archosargus probatocephalus</i> )	2	2	1	6		29

Marimbá (porgy) ( <i>Diplodus argenteus</i> )	1			3		11
Pargo (red porgy) ( <i>Pagrus pagrus</i> )						1
Pirangiça (sea chub) ( <i>Kyphosus sectratrix</i> )				1		
Enxada (spadefish) ( <i>Chaetodipterus faber</i> )			4	8	2	20
Xaréu (jack) ( <i>Caranx</i> sp)				4		2
Espada (snakfisch) ( <i>Trichiurus</i> sp.)	1	1	1	5		14
Sea bass (Serranidae)	1			1		6
Unidentified teleost fish	12	8	6	26	3	110
Eagle Ray ( <i>Aetobatus</i> sp.)			1	4	1	9
Crow-nosed ray ( <i>Rhinoptera</i> ) or eagle ray ( <i>Myliobatis</i> )	4	3	5	12	1	45
Unidentified ray	3	1	1	3		11
Unidentified shark vertebrae	8	6	5	20	3	71

Tabela 6 –Peixes identificados no sambaqui Forte Marechal Luz (extraída de Bryan, 1993: 13).

No sambaqui Rio Pinheiros II, pesquisado por Tiburtius (*Tiburtius et alli*, 1954), em que a cerâmica ocorre na camada superior (Camada 4), pouco é possível falar sobre os restos faunísticos em termos qualitativos e quantitativos. Os autores informam que na Camada 4 há “grande quantidade de restos de peixes” (*idem*: 151). Entretanto, fazem comentário semelhante para a Camada 2 (sem cerâmica): “Foram encontrados (..) grande quantidade de conchas perfuradas, espinhas, guelras, escamas e dentes de peixes trabalhados em parte” (*idem*:154). Essas informações, embora não deixem claro se há diferença em termos quantitativos entre as camadas com e sem cerâmica no consumo do peixe, permitem concluir que, na camada 2, ao contrário da idéia de um consumo centrado no molusco pelos não produtores de cerâmica, que provoca o grande acúmulo de conchas, a pesca era atividade significativa. Esse resultado vai ao encontro ao que os estudos de zooarqueologia têm apontado (Figuti, 1989).

A diferença maior entre as camadas parece se refletir nos artefatos confeccionados com ossos. Enquanto há referência a somente duas pontas, na Camada 4, os autores descrevem 12 pontas, instrumentos e adornos feitos de dentes de paca, cutia, capivara, porco do mato, anta, onça, puma, jaguatirica, peixes e baleias, além de adornos de conchas, na camada 2 (sem cerâmica). Esses resultados indicam uma incongruência frente às informações disponíveis sobre outros sítios, com estas características na região. Os resultados do Enseada I, Forte Marechal Luz e Itacoara, indicam um incremento da indústria óssea, principalmente pontas,

juntamente com o surgimento da cerâmica. Outro diferenciador é a ausência de anzóis, no Rio Pinheiros II. Esse artefato só ocorre na camada com cerâmica, ou muito próximo a ela, no Enseada I, no Itacoara e no Forte Marechal Luz. No Bupeva II, ela está presente ao longo das camadas.

Os **moluscos**, medidos nas amostras do Itacoara e Bupeva II, são abundantes nos dois sítios, sendo que no Itacoara ocorrem, praticamente, só na Camada II. A diversidade de moluscos é muito baixa no Itacoara, predominando, sobremaneira, conchas de *Diplodon* sp, o que nos autoriza considerar esta porção do sítio como um sambaqui fluvial. No Bupeva II, a diversidade é maior, mas em termos quantitativos, predomina, e muito, a *Anomalocardia brasiliiana* (Tabela 4) em ambas camadas, sendo em maior quantidade na camada com cerâmica (Gráfico 24).

Há, portanto, clara preferência por moluscos específicos pelos grupos que ocuparam esses locais. O ecossistema em que o grupo ocupante do Itacoara inseriu-se, por exemplo, oferece outras espécies de moluscos, como o terrestre *Megalobulinus* sp, que ocorre no sítio em pequena quantidade. Nos sambaquis fluviais de São Paulo, estudados por Figuti, são esses moluscos terrestres os mais freqüentes (comunicação pessoal com esse arqueólogo).

Na publicação sobre o Rio Pinheiros II (Tiburcius *et alli*, 1954), há uma listagem de 26 espécies de moluscos, em que o berbigão é colocado como predominante, mas sem indicação da camada em que ocorre. Pela descrição das camadas, percebe-se que está em todas, assim como o bacucu (*Modiolus brasiliensis*), enquanto a ostra ocorre na camada sem cerâmica e o molusco terrestre, *Strophocheilus* sp, ocorre somente na Camada 4, com cerâmica. No Forte Marechal Luz (Bryan, 1993) predomina o berbigão misturado com bacucu (autor diz não conseguir distinguir um tipo de concha do outro) e ostra, ao longo de todas as camadas; no Enseada I os moluscos mais abundantes são o berbigão e a ostra.

Quadro 11 – Animais mais representados (NISP) nos sítios da baía da Babitonga										
Espécies	Enseada I		F. Marechal Luz		Bupeva II		Rio Pinheiros II		Itacoara	
	S/C	C/C	S/C	C/C	S/C	C/C	S/C	C/C	S/C	C/C
<b>Peixes</b>										
Roncador					1.º*	1.º*				
Peixe-Espada	1.º	1.º								
Robalo					2.º*	2.º*				
Baiacu	2.º	2.º	1.º	1.º						
Sargo			2.º	2.º						
Traíra									1.º	
Jundiá									2.º	
<b>Moluscos</b>										
<i>Diplodon</i>									1.º	1.º
Berbigão	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º		
Bacucu			1.º	1.º			2.º	2.º		
Ostra	2.º	2.º	2.º		2.º	2.º				
<b>Mamíferos</b>										
Porco-do-mato		1.º	2.º	1.º						1.º
Cetáceos	1.º	2.º	1.º	2.º						
Capivara										2.º
Paca	2.º									

C/C com cerâmica; S/C sem cerâmica

1.º o mais abundante, 2.º segundo mais abundante

\* Calculado pelo MNI

Não há, ainda, material e estudos suficientes sobre a utilização de recursos faunísticos nas camadas com cerâmica Taquara/Itararé da baía da Babitonga. Constatamos que há diferenciação entre as espécies de peixe mais procuradas entre os sítios, mesmo entre aqueles que estão em ambientes semelhantes, como é o caso dos sítios Enseada I e Bupeva II, ambos situados na Praia Grande em São Francisco do Sul, cujas espécies predominantes são peixe espada e roncador, espécies de maior abundância no verão, sendo que a primeira ocorre em águas rasas (Praia da Enseada) e a segunda em praias arenosas (Praia Grande). Todavia, no Enseada I o peixe-espada corresponde a cerca de 70% do NMI (NISP), e no Bupeva II o robalo ocorre também em grande quantidade. Esses dados são significativos porque parecem indicar pesca especializada no Enseada I (Figuti, 1999). Essa diferenciação entre os sítios pode ser de ordem cultural ou estratégias na captura de espécies diferenciadas.

Chama-nos a atenção a ausência de vestígios de tainha, uma espécie muito abundante numa época do ano em que as demais espécies de peixe diminuem. Figuti (1999) levanta a hipótese de estar havendo problema amostral devido ao reduzido tamanho dos ossos desse animal, com o que concordamos. Embora haja vários esqueletos de tamanhos diferenciados do gênero *Mugil* na coleção osteológica do MASJ e tenhamos feito coletas de sedimentos para

análises de microvestígios, isso não pode ser encaminhado neste momento. Essa questão deverá ser prioridade de estudos zooarqueológicos futuros na baía da Babitonga.

A diferenciação maior está entre o Itacoara e os demais, entretanto, as diferenças ambientais também são muito grandes. Temos que considerar outros aspectos para discutir a relação entre eles. Retomaremos esta questão adiante.

Todas as camadas com cerâmica dos sítios pesquisados por nós e os demais sítios estão **assentadas** sobre um mesmo tipo de base – elevações, maiores ou menores, de conchas. As espessuras das camadas com cerâmica, em geral, não variam muito. No Itacoara, na área pesquisada por nós, ela tem entre 20 e 50 cm; Tiburtius *et alli* (1950-51) identificaram uma camada com 40 cm, nesse sítio. No Rio Pinheiros, Bupeva II e Forte Marechal Luz ela tem, cerca de 60 cm. No Enseada I, ela é a mais espessa, atingindo 150 cm. Todas as camadas com cerâmica têm conchas, e em geral as mesmas das camadas sem cerâmica, porém com menor concentração. Apesar de que são poucos os estudos quantitativos entre moluscos, conforme mencionado anteriormente. No Itacoara, ao contrário, há variação enorme na composição da malacofauna entre as camadas com e sem cerâmica. O que reforça, ao nosso ver, a idéia de reocupação diferenciada. Não há camada intermediária “estéril” visível em todos esses sítios. Exceto Beck, que menciona isso para o Enseada II, como um dos seus fortes argumentos para defender o abandono e a reocupação desse sítio por grupo “culturalmente” distinto.

Podemos distinguir 3 tipos de **ambientes** (Figuras 1, 2, 3, 28 e 29) nos quais sítios com cerâmica Itararé estão inseridos: planície marinha e restinga, planície marinha e mangue e planície aluvional e floresta ambrófila densa aluvial.

Na planície marinha e restinga situam-se os sítios, Forte Marechal Luz (canal norte), Bupeva II (canal sul) e Enseada I. Este último difere-se um pouco porque, apesar de estar ao norte da Praia Grande, está afastado do canal norte, cerca de 8 km. Uma outra questão que distingue esses 3 sítios é o fato de dois deles estarem sobre elevações. Mas enquanto o Forte Marechal Luz está no sopé da face oeste de um morro (João Dias, com cerca de 150 m de altura) que impede maior visibilidade para o leste e o sul, o Enseada I, está sobre pontão rochoso (com cerca de 5 m de altura) com boa visibilidade em todos os sentidos. Figuti (1998) acredita que esta posição facilita a visão de cardumes de peixes e talvez isso explique a grande quantidade de peixe-espada que ocorre nesse sítio. Por meio desse raciocínio, a tainha deveria ser abundante, porque também ocorre na região em grandes cardumes. Podemos pensar que o grupo não estava ali na época em que este peixe ocorre (outono/inverno), ou praticava uma

pesca especializada, conforme aquele autor sugeriu, ou ainda que há problema amostral, conforme discutido anteriormente. O Bupeva II está em meio à vegetação de restinga, “apoiado” em cordão de dunas baixo (cerca de 2 m), local do qual não se tem visibilidade para nenhum lado, dada a vegetação fechada do entorno (uma aldeia escondida?). Há ao longo da Praia Grande sambaquis neste mesmo ambiente mas que atingem alturas de mais de 20 m, situações similares ao Enseada I, em termos de visibilidade. Todos os sítios estão próximos de rios (rio Acaraí para o Enseada I, rio Bupeva e Perequê, para o Bupeva II e o rio Ubatuba para o Forte Marechal Luz, que apresentam graus elevados de salinidade) e de áreas com vegetação de mangue. As margens dos dois canais e a foz dos rios Acaraí, Bupeva, Perequê e Ubatuba apresentavam mangue.

As rochas que ocorrem nessa região são migmatitos, gnaisses, granitóides e intrusões de diabásio, que foram utilizadas por esses grupos.

O sítio Rio Pinheiros II estaria num ambiente (planície marinha e mangue) um pouco diferenciado. Está situado às margens do Rio Pinheiros, muito próximo à margem direita do Canal do Linguado (na qual há abundante vegetação de mangue), igualmente sobre substrato arenoso (como o Bupeva II), porém sobre camadas com conchas de altura elevada (15 m no total), o que deve ter permitido, igualmente, uma boa visibilidade. Está bem mais afastado do mar aberto (6 km de barco pelo canal ou 4 km a pé em linha reta cruzando o canal e o mato). Interessante notar que esse sítio está junto a ilha da Passagem, cujo nome sugere ser ali um dos pontos em que, pelo menos no período histórico, era feita a travessia para a ilha de São Francisco do Sul<sup>61</sup>. De fato, ali está o ponto de menor distância entre o continente e a ilha. Talvez por ali fosse a rota que seguiram os grupos que ocuparam a ilha na pré-história, pelo menos aqueles que vieram do sul ou sudoeste. Esta ilha está defronte a foz do Rio Perequê e que, segundo antigos moradores, no passado, antes do Canal do Linguado ser fechado, tinha ligação com o rio Acaraí, cuja foz está ao norte da Ilha entre a Praia de Enseada e Ubatuba. Poderiasse cruzar a ilha, na sua faixa leste através destes dois rios (Figura 1).

O sítio Itacoara estaria num ambiente diferenciado (planície aluvional com floresta ambrófila densa aluvial), longe do mar aberto e restingas. Está assentado na meia encosta oeste de um morro (com cerca de 50 m de altura), do qual só se tem visibilidade para oeste e norte (de modo similar ao Forte Marechal Luz), muito próximo a um pequeno rio (Lagoa Grande) e sua foz num rio maior (Piraí). A vegetação predominante é de Mata Atlântica

---

<sup>61</sup> Esta questão nos foi apontada pela arqueóloga Maria Cristina Alves, comunicação pessoal.

(Floresta Ombrófila Densa Aluvial). A foz do rio Pirai é ao sul, no rio Itapocu que, por sua vez, desemboca no mar. No ponto em que se situa o Itacoara, a salinidade no Pirai é menor do que daqueles rios da ilha e das margens dos canais, anteriormente mencionados, próximos aos outros sítios. Isto confere ao Pirai uma abundante fauna ictiológica dulcícola.

Em termos geológicos, ocorre nas proximidades do sítio quartzito e gnaiss, entretanto, há peças, na coleção desse sítio, de diabásio e granito, que ocorrem com mais abundância a leste, e duas peças (um polidor e um peso-de-rede), confeccionadas com riolito e arenito, oriundos da serra e do planalto. Essas peças estão associadas à cerâmica. Tiburtius coletou 74 pesos-de-rede, mas não há indicação da procedência e nem da matéria prima. No Bupeva II, nenhuma peça desse tipo foi encontrada.

Essas peças com matéria-prima do planalto e da serra indicam alguma espécie de vínculo com o oeste.

Se compararmos as **cerâmicas**, do Itacoara e do Bupeva II, predominam as semelhanças, mas há diferenças entre elas. Os dois grupos utilizaram o mesmo tipo de antiplástico e mesma técnica de confecção (acordelado). Porém, o tamanho dos grãos minerais varia. No Itacoara são menores (0,1 a 5 mm) que no Bupeva II (0,5 a 8 mm). Isso pode estar relacionado à espessura mais grossa das paredes dos vasilhames do Bupeva II (7 mm de espessura em média), enquanto no Itacoara a espessura média é menor (5 mm). Pode haver uma relação, também, com as dimensões dos vasilhames reconstituídos a partir das bordas, que no Bupeva II são maiores<sup>62</sup> (peça 10103, figura 37). A queima, predominante, nos dois sítios, é a incompleta, indicando a utilização de fogueiras a céu aberto para o preparo da cerâmica, nos quais o controle da queima não é total. O tratamento de superfície é similar, mas com algumas diferenças, entre os dois sítios. A maior parte das peças é alisada. Ocorrendo, algumas vezes, o engobo (16,5% das peças no Itacoara e 9% das do Bupeva II). Em ambos os sítios, ocorre a cerâmica preta, em geral, com mais brilho (brunidas). Entretanto, a frequência desse tipo de tratamento é relativamente maior no Bupeva II (18% das peças) do que no Itacoara (9%), embora a área escavada e coleção sejam maior neste último sítio. Enquanto no Itacoara a decoração plástica ocorre em torno de 4 % dos fragmentos (Gráfico 31), no Bupeva II, nenhuma peça, com esse tipo de decoração, foi coletada. Nesse sítio a decoração parece ser

---

<sup>62</sup> Não foi possível, neste momento, fazer o cálculo do volume das peças a partir das medidas obtidas com as reconstituições. Este é um aspecto que deverá ser tratado futuramente.

o enegrecimento com polimento, que quanto mais intenso mais lisa é a peça e maior o seu brilho.

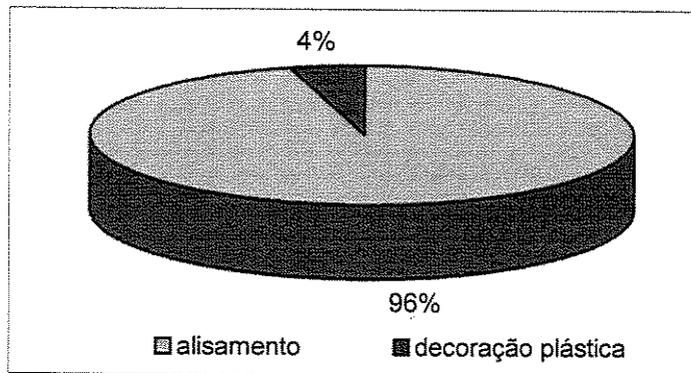


Gráfico 31 – Itacoara – Cerâmica. Tratamento de superfície

Na nossa coleção de cerâmica do Itacoara, os padrões da decoração plástica são diferentes daqueles identificados por Tiburtius *et alli* (1950-51). Este não faz menção a nenhuma peça com incisão. Considerando que ele coletou material de ampla área do sítio, ao contrário de nós, e que a frequência desse material não é desprezível na nossa coleção (Gráfico 32), acreditamos que, talvez, Tiburtius, ao selecionar as peças para a sua coleção, não tenha percebido aquelas com incisões, que são discretas. Nosso material apresentou algumas peças com variações simples de unglado que podem ocorrer também em sítios não Guarani, em outras regiões, conforme mencionado anteriormente. Estas apresentam uma espécie de capa de argila sobre a qual teria sido feita a decoração plástica que as deixa, em média, mais grossas e um tanto mais diferenciadas das peças lisas e com incisões. Aliás, entre estas últimas, há pouca diferença, afora as incisões. Estas peças ungladas, coletadas por nós, apresentam decoração diferente das peças coletadas por Tiburtius (beliscado assimétrico, corrugado, unglado e serrungulado) (Foto 31).

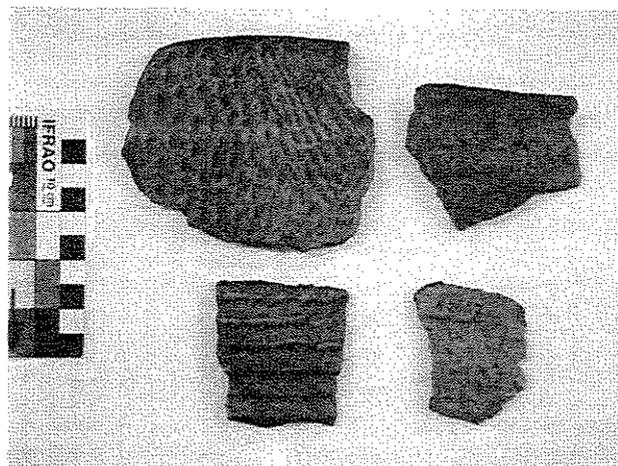


Foto 31 – Itacoara – Cerâmica. Coleção Guilherme Tiburtius (Bandeira, 2002).

Apesar das características diferenciadas de alguns fragmentos de cerâmica, os demais elementos do sítio não apontaram nenhuma evidência que indique uma última ocupação Guarani. As peças com decoração, se relacionadas a uma última ocupação por este grupo, deveriam estar nos primeiros 10 cm em contexto primário de deposição, no entanto, ocorrem peças com decoração plástica até 50 cm de profundidade, onde não identificamos perturbação entre as camadas, como se pode ver no Gráfico 32.

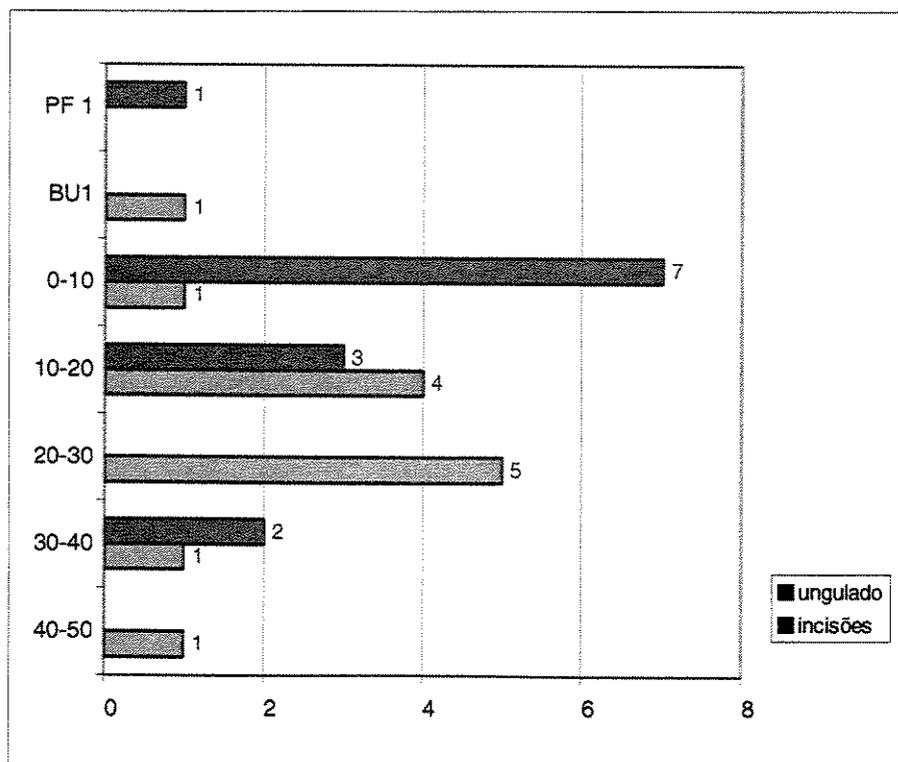


Gráfico 32 – Itacoara – Cerâmica. Decoração plástica por nível.

Chymz (2002:86), recentemente, referindo-se ao sítio Itacoara diz o seguinte: “*O sítio é multicomponencial apresentando, na camada superficial, indícios das tradições cerâmicas Itararé e Tupiguarani, sendo esta menos representada. Os poucos tipos de decoração que foram descritos ou estampados nas figuras 44 e 45 [refere-se à publicação de Tiburtius et alli, 1950-51] apontam, inquestionavelmente, para a tradição Tupiguarani mas, entre as formas reconstruídas, não existem as que são diagnósticas em Paranaguá, como por exemplo, urnas com contorno infletido (as denominadas piriformes e as que não formam carena na junção entre o ombro e o bojo saliente), as tigelas e as urnas com contorno composto (carenadas), os recipientes com boca retangular, as bordas inclinadas interna e externamente, contraídas e cambadas.*”

Ao nosso entender, se não há nenhuma outra evidência no sítio que indique a presença Guarani, como por exemplo enterramentos em urnas, além de alguns fragmentos com decoração plástica diferenciada, semelhante à produzida por este grupo. Há, uma série de outras evidências que remetem a outros grupos. Assim, não podemos considerar o Itacoara um sítio ocupado pelo Guarani. Com os resultados que temos, o máximo que podemos pensar é em contatos. Análises físico-químicas futuras desses vários tipos de cerâmica talvez possam contribuir nessa questão<sup>63</sup>.

Em termos de formas, no Itacoara ocorrem vasilhas de contorno restringido infletido (peças 1208, 9779, 8429/8430, 8618, 1193, 8539, 8378, 8324/8337, 3325) e não restringido simples (peças 8490, 8458, 8445, 8363, 8439, 8370, 8403, 8349) com bojós cônicos e esféricos de tigelas e panelas. No Bupeva II ocorrem os mesmos tipos, com predomínio do restringido infletido (peças 9769, 9990, 9768, 9712, 10103, 9824); duas reconstituições foram do tipo não restringido simples (peças 9892, 10099). Predominam as bordas reforçadas externamente, lábios arredondados e vasilhas de pequena dimensão, embora haja vasilhames maiores neste sítio.

A cerâmica do Forte Marechal Luz é acordelada, com paredes com espessuras entre 5 e 10 mm: grãos minerais de tamanho entre 1 e 3 mm; recipientes pequenos (jarras e tigelas); bordas finas verticais ou bojudas (reforçadas), extrovertidas; e bases arredondadas e planas;

---

<sup>63</sup> Tínhamos a intenção de realizar análises físico-químicas da cerâmica dos sítios que escavamos. Estas possibilitam definir composição da cerâmica, temperatura de queima, tipos de corante utilizados, etc. Enviamos material para o prof. José Carlos Simoni do Instituto de Física da Unicamp, entretanto, as análises não foram concluídas. Isso deverá ser encaminhado futuramente, na continuação do estudo desses sítios.

sem decoração plástica, de tons que variam do preto ao cinza e do marrom ao marrom avermelhado, laranja e amarelo.

A cerâmica do Enseada I é roletada, com grãos minerais com até 3 mm, paredes de 3 a 12 mm de espessura; bordas reforçadas externa e internamente, expandidas e extrovertidas; lábios arredondados, apontados e planos; bases planas e arredondas com depressão central e tigelas e vasos (as vezes com gargalo) com bojós ovóides, em meia calota e cônicos e sem decoração plástica, de tons do preto ao cinza, marrom, marrom avermelhado e laranja.

Embora, a cerâmica seja similar entre todos os sítios da região (há maior afinidade entre a do Bupeva II e Enseada I quanto a espessuras das paredes), somente no Itacoara ocorrem peças com decoração plástica. O enegrecimento da superfície, com polimento intenso (brunidura), está presente em todos os sítios. Bryan (1993) fala em banho preto para a cerâmica escura do Forte Marechal Luz. No Enseada I, as peças de cor preta, são atribuídas ao brunido<sup>64</sup>. No Itacoara e Bupeva II, percebemos que, algumas vezes, a cor preta e brilhosa da superfície é decorrente da queima redutora que deixa a pasta escura, cuja superfície foi bem polida (brunida). Muitas peças, contudo, apresentam fina camada bastante escura sobre pasta clara, indicando o uso de alguma técnica para o enegrecimento. Muller (1978) relata o emprego da fumaça para este fim, por índia Kaingang de São Paulo. No Espírito Santo, a cerâmica preta recebe um tratamento de superfície à base de tanino, uma tinta retirada da casca da *Rhizophora mangle*, uma outra possibilidade, já que é uma espécie abundante no mangue da baía da Babitonga. Não sabemos como o escurecimento das peças foi feito nos sítios pesquisados por nós, mas em algumas fica clara a presença de um revestimento escuro, tanto na face interna quanto externa. Em nossa avaliação, o enegrecimento homogêneo da face interna de um vasilhame através do esfumamento é difícil de obter, sendo mais fácil, neste caso, um banho ou pintura.

Os **corantes**, anteriormente descritos, trazem uma questão interessante. Não conhecemos nenhuma referência na literatura arqueológica regional que se refira a corantes com a composição similar aos identificados nos sítios Bupeva II e Itacoara. Tiburtius & Leveprost (1952) falam de rochas, ricas em minerais ferruginosos, como hematitas, para a composição dos corantes dos sítios pesquisados pelo primeiro. A produção de material corante, constatada nos sítios por nós pesquisados, é similar ao que foi descrito para os Waurá

---

<sup>64</sup> Estamos nos referindo às análises feitas por Jairo Rogge, cujos resultados foram apresentados em Bandeira (1992).

(índios do Alto Xingu, cuja língua é Arauak): eles (...) “preparam uma pelota de barro misturado com urucum (*Bixa orellana*), que é levada ao fogo para queimar, adquirindo assim uma tonalidade vermelho-clara. Esta pelota é raspada, o pó resultante é dissolvido em água e esta solução reveste a parte externa da peça, [cerâmica] sobretudo as laterais, raramente o fundo” (Lima,1986:177). Esta planta é encontrada na região da baía da Babitonga, o que nos permite levantar a hipótese de ela ter sido utilizada aqui também. Para testá-la, análises microscópicas, futuras, devem tentar identificar estruturas dessa planta no material, bem como a realização de experimentos procurando reproduzir essa mistura de urucum com barro.

Embora não tenhamos encontrado sepultamentos com pigmentos vermelhos, como ocorre com frequência em alguns sítios costeiros, identificamos algumas peças cerâmicas com vestígios de engobo vermelho no Itacoara e no Bupeva II.

As coleções de **artefatos ósseos** dos dois sítios pesquisados por nós são bastante díspares, em termos quantitativos. Enquanto no Itacoara foram coletadas 67 peças, no Bupeva II, somente 10. São feitas de ossos de mamíferos, aves e peixes. Cerca de 50% das pontas do Bupeva II foram confeccionadas de esporões de raia. Bryan (1993) considerou as pontas de esporão de raia do sambaqui Forte Marechal Luz como os únicos artefatos que poderiam ter sido usados na pesca, antes do surgimento dos anzóis, que naquele sítio ocorre tardiamente. No Bupeva II, essas pontas de esporão estão presentes desde os níveis superficiais, onde há cerâmica, até a base do sítio (120-130 cm) e os anzóis até 80 cm de profundidade, abaixo dos níveis com cerâmica. No Itacoara, os anzóis encontrados por nós ocorrem somente até 50 cm de profundidade, muito provavelmente estão associados à camada I. Tiburtius (*et alli*, 1950-51) coletou diversos, entretanto, sem indicar se provinham de uma ou de outra camada..

A presença de anzol tem sido associada com a cerâmica. No caso do Itacoara isso parece ocorrer. Todavia, no Bupeva II, parece que o mesmo não acontece. Voltando à questão alimentar, acredita-se, via de regra, que a partir do surgimento da cerâmica no litoral, teria havido um maior consumo de pescados. Isso foi constatado no sambaqui Enseada I (Gráfico 33, retirado de Bandeira, 1992), onde juntamente com o surgimento da cerâmica, surgem os anzóis e o aumento dos restos de peixes, embora o peixe já fosse um recurso importante antes, possivelmente até mais que os moluscos. No Forte Marechal Luz, Bryan (1993) fez a mesma constatação. É a partir da zona de ocupação V, que aumenta significativamente a presença de ossos de peixes, de anzóis e também ocorre a cerâmica, conforme já mencionado. Não foram identificados anzóis no Rio Pinheiros.

No Itacoara (Gráfico 4), a camada com cerâmica apresenta muito mais restos de mamíferos do que de peixe, como já mencionado. Poder-se-ia pensar que a preferência por mamíferos está relacionada com o ambiente em que o sítio está inserido, próximo à mata, habitat rico em fauna terrestre própria para a caça. Entretanto, temos, abaixo, camada em que restos de peixes e moluscos fluviais são mais representativos, recursos que também abundavam naquela região. Temos aqui uma situação interessante. Em um mesmo ambiente há o aproveitamento prioritário de recursos bastante diferentes. Neste caso, há provas incontestáveis de comportamentos alimentares prescritos culturalmente. Mais uma forte indicação de diferenças culturais entre as camadas.

As agulhas, estranhamente, ocorrem somente no Itacoara e Bupeva II. A maior parte das peças é bastante similar nos dois sítios (Bupeva II e Itacoara). Coletamos no Itacoara, no nível IV (30-40 cm de profundidade), uma peça que acreditamos ser uma agulha, confeccionada com outro tipo de osso (?) e apresentando formato diferente daquelas encontradas, por nós no Bupeva II, e nas pesquisas de Tiburtius no Itacoara.

A forma como os mortos são **sepultados** está em todas as sociedades, imbuída de forte significado e simbolismo, e deve manifestar crenças sobre vida e morte, sobre o mundo sobrenatural, sobre a cosmologia particular de cada sociedade, mas não só, também sobre diferenciação social, hierarquia, status, tecnologia etc. Devem, portanto, se diferenciar de uma sociedade para outra. Por isso, são considerados elementos importantes da identidade dos grupos. No Itacoara, tanto a nossa pesquisa quanto a de Tiburtius (Tiburtius *et alli*, 1950-54) identificaram sepultamentos. Nossa mostra, no entanto, é mais reduzida. Nas duas pesquisas, todos estavam associados à camada superior do sítio. Entretanto, a maioria dos exumados por nós estava em decúbito lateral esquerdo e fletido. Tiburtius só menciona esqueletos em decúbito dorsal. Em nossa pesquisa não identificamos padrão na disposição dos esqueletos, nem dos crânios ou das faces. Tiburtius fala que os crânios estavam sempre dirigidos para o rio, e portanto não informa à qual rio está se referindo, já que o sítio está praticamente no encontro de dois. Dos três crânios que evidenciamos, somente um estava apontado na direção do rio Pirai. Como Tiburtius, também nós identificamos seixos junto aos sepultamentos, e um indivíduo que tinha uma vértebra perfurada por uma ponta óssea, conforme mencionado anteriormente. Tiburtius diz não haver ossos isolados ou esparsos, ao contrário do que constatamos.

Estudos no campo da Antropologia Física, realizados na região, indicam diferenças entre os sítios. Mello e Alvim & Pereira Filho (1968 *apud* Schmitz, 1993) estudaram a morfologia de esqueletos do sambaqui Forte Marechal Luz concluindo que eles eram de uma população à parte em relação aos demais sambaquis, e com afinidade com populações da Patagônia. Entretanto, seu estudo não diferencia esqueletos das camadas com e sem cerâmica deste sítio. Já Neves (1984), a partir da paleogenética, ainda que precariamente, comparou esqueletos de vários sambaquis, com e sem cerâmica. Constatou que entre os sem cerâmica, da região, há grande afinidade, mas comparados com os grupos não produtores de cerâmica do litoral centro e sul de Santa Catarina, percebeu diferenciações. Comparados aos ceramistas da região, no entanto, os não produtores de cerâmica se diferenciam, indicando uma descontinuidade biológica. O melhor exemplo disso é a diferenciação entre os esqueletos das camadas com e sem cerâmica do sambaqui Enseada I. Entre os ceramistas há, também, diferenças. A população do sítio Itacoara estaria, biologicamente, mais próxima dos grupos que não produziavam cerâmica.

Consideramos válidas essas comparações, pois além de nos permitirem somar informações visando o maior conhecimento sobre essas sociedades, nosso objetivo maior nesta pesquisa, elas indicam o quanto são problemáticas as questões amostrais e provisórias as reconstruções e inferências que produzimos. Temos claro que nosso estudo está sujeito a isso, principalmente quanto à pesquisa no Bupeva II, para o qual só nossos dados estão disponíveis e a partir de amostragem bastante reduzida.

No Rio Pinheiros II, Tiburtius *et alli* (1954) mencionam sepultamentos nas camadas 2 e 4. Na camada 4, com cerâmica, foram identificados 14 entre 15 e 55 cm de profundidade, todos em decúbito lateral e pernas flexionadas, sem padrão na orientação do corpo, como os que identificamos no Itacoara. Chama a atenção os sepultamentos da camada 2 que ao contrário, ocorrem em diversas posições - decúbito lateral e dorsal com pernas fletidas e esticadas, e quase todos com corante.

No Enseada II, os sepultamentos na camada com cerâmica distinguem-se por apresentarem-se, algumas vezes, em covas de argila revestidas de areia, e esqueletos com as pernas fletidas. Todavia, os com corante ocorrem em todas as camadas.

Pelas descrições de Bryan (1993), o Forte Marechal Luz é, de todos os sítios, o que apresenta maior variedade entre os sepultamentos pelas descrições de Bryan (1993), entretanto, sem maiores diferenças entre as camadas com e sem cerâmica. Esse autor

identificou sepultamentos: em covas circulares, simples ou compostos, primários ou secundários e sob montículo, este na Zona de Ocupação VII (camada com cerâmica). A maioria dos esqueletos estava em decúbito lateral e pernas fletidas, sem orientação do corpo. Há, nesse sítio, diversos sepultamentos sem crânio. Esse autor, levanta a hipótese de haver algum ritual envolvendo essa parte do corpo, talvez envolvendo enterramentos secundários. Encontramos no Itacoara sepultamento sem crânio, também.

No Bupeva não identificamos sepultamentos nem ossos humanos esparsos.

O estudo **estratigráfico/cronológico**, dos dois sítios escavados por nós, indica situações diferenciadas. No Bupeva II não foi possível perceber maiores diferenciações entre as camadas, do topo à base. Essas eram constituídas, predominantemente, de conchas de berbigão, cuja variação indica, aparentemente, a concentração variada de carvão, cinza e areia entre uma e outra. Não há diferenças qualitativas entre elas, exceto a presença de cerâmica até 60 cm de profundidade. Há um leve aumento do número de peças na camada com cerâmica. O corante, que consideramos, pela sua constituição, muito peculiar, ocorre em todos níveis de 0 a 120 cm de profundidade.

Esses resultados levaram-nos a pensar, inicialmente, que o mesmo grupo teria reocupado aquele local, em diversos momentos, trazendo, nas últimas vezes, vasilhames cerâmicos, como Bryan interpretou o Forte Marechal Luz. Pensamos também que o sítio teria sido construído da base ao topo por um mesmo grupo produtor de cerâmica e, que por coincidência, ela não estaria nas camadas mais profundas de nossa amostra. Entretanto, as datações para esse sítio, não respaldam essas hipóteses. A estrutura de combustão datada, encontrada em torno de 50 cm de profundidade, foi confeccionada com osso de animal (cetáceo) que morreu em torno de 2325 anos AP, enquanto a cerâmica<sup>65</sup> teria sido produzida, aproximadamente, há  $375 \pm 40$  anos AP (entre 415 e 335 anos AP). Essa data, feita por TL, pode não ser fiel<sup>66</sup>, do contrário teríamos que pensar numa pequena aldeia indígena em meio à restinga da Praia Grande em torno do ano de 1575, quando navegadores europeus já andariam nesta costa há mais de 70 anos (além de ser esta a data mais recente para esse tipo de cerâmica no litoral de SC). Os europeus que por aqui haviam passado já teriam provocado alterações na configuração populacional da região e, muito provavelmente, expedições de apresamento de escravos indígenas, por paulistas, já deveriam estar ocorrendo.

---

<sup>65</sup> A cerâmica datada estava na camada de 20 a 30 cm de profundidade.

<sup>66</sup> Esse método de datação, feito no Brasil, tem apresentado uma série de erros.

De todo modo, essa data sugere a presença, na região, de um grupo não Guarani, em torno de 1500. A última datação do Forte Marechal Luz também não é muito antiga, cerca de 170 antes do “descobrimento” (e 275 anos antes da do Bupeva II), como comentaremos a seguir. Essas datas, tão recentes, também permitem tentar relacionar esses sítios com grupos indígenas que viveriam na região. E, talvez, expliquem a ausência ou baixa quantidade de sítios Guarani na baía da Babitonga, conforme discutiremos no próximo capítulo.

Voltando à questão anterior, da relação entre as camadas com e sem cerâmica do Bupeva II, mesmo que a cerâmica seja mais antiga do que obtivemos na datação, parece pouco provável que descendentes de um mesmo grupo estivessem voltando ao mesmo local, mais de mil anos depois, além do que, há uma proximidade estratigráfica muito grande entre a estrutura óssea datada e a camada mais profunda em que ocorre cerâmica (60 cm). Ou seja, não há indícios que o grupo estaria ocupando de forma direta ou reocupando temporariamente aquele espaço, até o momento que traz a cerâmica. Pensamos que a cerâmica foi trazida por um grupo outro, muito tempo depois, apesar de não termos nesse sítio maiores diferenças estratigráficas, nem camada que indique longo período de desocupação.

Algo parecido pode ser afirmado para o Itacoara. Embora a datação de 1570 anos AP do nível IX (camada II, início da sem cerâmica) não seja tão antiga quanto à do Bupeva II, é uma data bastante recuada, considerando-se a datação de 550 anos AP, obtida para a cerâmica desse sítio, por TL. As mesmas ressalvas devem ser feitas para essa datação em TL. Contudo, temos, nesse sítio, ao contrário do Bupeva II, diferenças estratigráficas muito marcantes que indicam exploração diferenciada de recursos, além da cerâmica e de outros diferentes elementos da cultura material (anzóis). Acreditamos, ao contrário de Tiburtius para este mesmo sítio, que aquele espaço foi reocupado por um outro grupo, culturalmente distinto (não Guarani).

No Forte Marechal Luz, Bryan enfatiza que o mesmo grupo teria ocupado aquele local sempre, passando por algumas alterações ao longo do tempo, como a introdução da cerâmica, trazidas por mulheres de outro grupo, de anzóis e pré-formas de lâminas bifaciais lascadas, conforme já mencionado. Sobre esses argumentos Schimtz (1993:13) diz o seguinte: *“Também não é fácil de entender que estas mulheres e suas descendentes produzissem a maior quantidade de cerâmica conhecida de qualquer sítio Itararé, sem interferir no resto da cultura, e da população, p. ex. gerando mestiços”*.

A cerâmica do sítio Rio Pinheiros teria sido produzida num período próximo às últimas ocupações do Forte Marechal Luz,  $660 \pm 65$  anos AP, cerca de 100 anos antes do início da vinda dos primeiros europeus. Nesse sítio, Tiburtius menciona camadas de conchas, cinza e carvão sem material arqueológico elaborado, entre as camadas com e sem cerâmica. Não considera isso indício de desocupação, diz tratar-se de um sítio com três culturas diferentes. Uma não produziria artefatos de rocha e ossos (camadas 1 e 3), outra produziria material típico de sambaquí (camada 2) e a outra, cerâmica (camada 4).

A cronologia disponível para as camadas com cerâmica de sítios da baía da Babitonga<sup>67</sup> (Gráfico 33) indica os primeiros assentamentos na região nordeste da Ilha de São Francisco do Sul. A cerâmica do Enseada I seria a mais antiga<sup>68</sup>, aproximadamente 900 anos antes do “descobrimento” ( $1390 \pm 40$  anos AP), e cerca de 570 anos antes da cerâmica mais antiga do Forte Marechal Luz que aparece em torno de 430 antes da chegada dos primeiros

<sup>67</sup> As datações para os sítios da baía da Babitonga são as seguintes (16 sítios):

Palmital	$5.420 \pm 230$ anos AP (Martin <i>et alli</i> , 1988).
Rio Comprido	4.815 anos AP; 4.665 anos AP; 4.490 anos AP; 4.170 anos AP (Oliveira, 2000).
Rio Pinheiros B (II)	$4.580 \pm 120$ anos AP, $3.850 \pm 140$ anos AP. (Schmitz, 1984), <b><math>600 \pm 65</math> anos AP</b> (cerâmica, TL) produzida na presente pesquisa.
Forte Marechal Luz	$4.290 \pm 130$ anos AP; $3.660 \pm 130$ anos AP; $2.060 \pm 120$ anos AP; $1.440 \pm 100$ anos AP; $1.110 \pm 100$ anos AP; <b><math>880 \pm 100</math> anos AP (camada com cerâmica); <math>850 \pm 100</math> anos AP; <math>640 \pm 100</math> anos AP; <math>620 \pm 10</math> anos AP</b> (camada com cerâmica) (Bryan, 1993).
Conquista B	$4.070 \pm 220$ . (Schmitz, 1984)
Morro do Ouro	$4.030 \pm 40$ anos AP (Oliveira, 2000).
Enseada I	$3.920 \pm 40$ anos AP; <b><math>1.390 \pm 40</math> anos AP (camada com cerâmica)</b> (comunicação pessoal de Marco Aurélio Nadal De Masi em 2001).
Praia Grande II (?) (59)	$3.850 \pm 200$ anos AP (Martin <i>et alli</i> , 1988).
Lagoa do Acaraí I? (63)	$3.600 \pm 180$ anos AP (Martin <i>et alli</i> , 1988).
Ilha dos Espinheiros II	$3.015 \pm 130$ anos AP; $3.000 \pm 95$ anos AP; $2.730 \pm 80$ anos AP; $1.170 \pm 200$ anos AP (Oliveira, 2000).
Espinheiros II	$2.970 \pm 60$ anos AP; $1.270 \pm 60$ anos AP; $1.160 \pm 45$ anos AP (Oliveira, 2000).
Espinheiros I	$2.920 \pm 100$ anos AP; $2.870 \pm 100$ anos AP; $2.220 \pm 210$ anos AP (Martin <i>et alli</i> , 1988).
Linguado B	$2.830 \pm 145$ (Schmitz, 1984).
Rio Perequê	$2.760 \pm 160$ anos AP (Martin <i>et alli</i> , 1988).
Linguado A	$2.590 \pm 140$ (Schmitz, 1984).
Guanabara II	$2.350 \pm 120$ anos AP (Oliveira, 2000).
Bupeva II	$2325 \pm 25$ anos AP C14; <b><math>375 \pm 40</math> anos AP</b> (cerâmica, TL), produzidas na presente pesquisa.
Itacoara	$1570 \pm 20$ anos AP C14; <b><math>550 \pm 55</math> anos AP</b> (cerâmica, TL), produzidas na presente pesquisa.

<sup>68</sup> A datação da cerâmica deste sítio foi anunciada pelo o arqueólogo Marcos Nadal De Masi, no Congresso da SAB em 2001, no Rio de Janeiro. Não temos maiores informações sobre a procedência do material.

européus (800 ± 100 anos AP). Esse último sítio teria sido ocupado até, cerca de, 620 ± 10 anos AP, data da camada superior do sítio, conforme mencionado anteriormente.

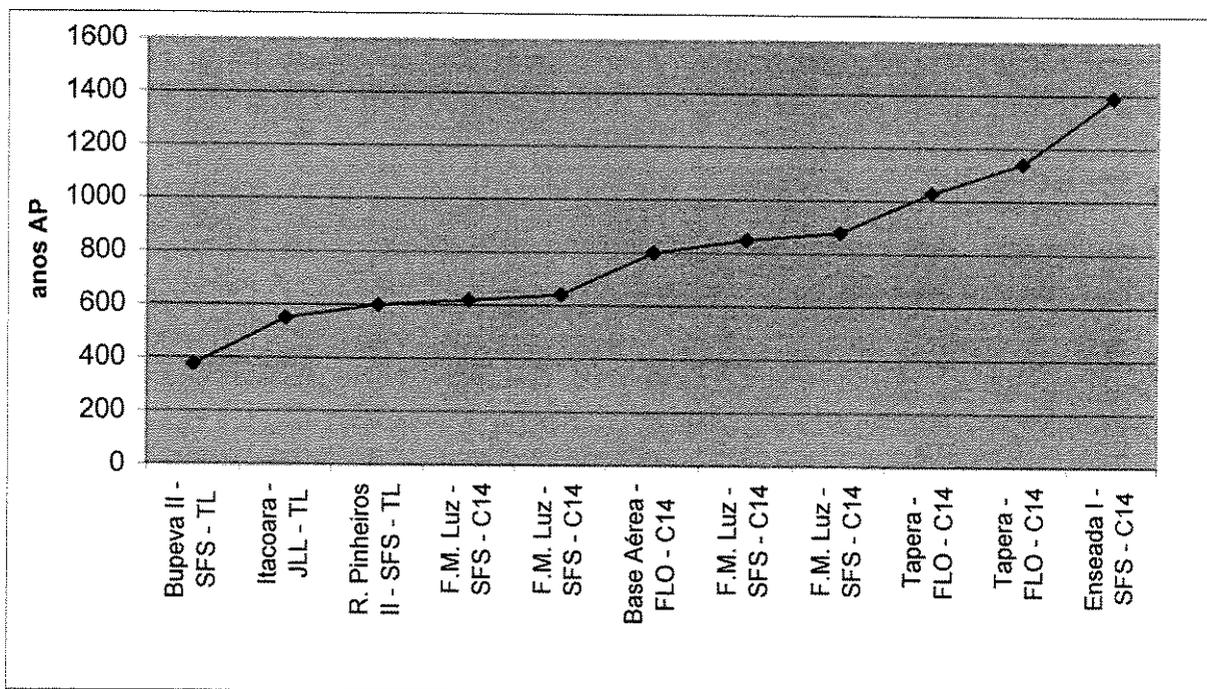


Gráfico 33 – Datações absolutas das camadas com cerâmica dos sítios Taquara/Itararé do Litoral Catarinense

Se compararmos os dados dos sítios da baía da Babitonga com demais sítios com cerâmica similar pesquisados no litoral de Santa Catarina (Cabeçadas em Itajaí, Laranjeiras II no de Balneário Camboriú, Rio Lessa, Base Aérea e Tapera em Florianópolis), identificam-se algumas diferenças que já foram apontadas nas sínteses produzidas por Schmitz (1988 e 1996) e Schmitz *et alli* (1993). As mais conspícuas são: sítios rasos, não acontecem sobre sambaquis, a cerâmica está presente em todas as camadas; ausência de anzóis na quase totalidade dos sítios, somente no Laranjeiras II essas peças ocorrem; os corantes mencionados não se parecem com os identificados por nós, e os sepultamentos apresentam maior variação quanto à disposição do morto do que a queles da baía da Babitonga. Schmitz fala de peças líticas fusiformes que seriam características dos sítios Itararé, entretanto, elas não ocorrem em vários dos sítios.

Nossa intenção nesta parte da pesquisa foi questionar a conformação sócio-cultural estabelecida para as sociedades que viveram na baía da Babitonga na “pré-história” e que produziam, entre outras coisas, peças de cerâmica, que são incluídas na Tradição Arqueológica

denominada Taquara-Itararé ou simplesmente Itararé, tendo como base as indicações de complexidade no que tange às identidades étnicas apontadas em diversos trabalhos em diferentes disciplinas das Ciências Sociais.

Nos propusemos a produzir novas informações e revisar as já existentes com o intuito de, por meio do estudo da cultura material e da Arqueologia, identificar similaridades e diferenças, possíveis indicativos de proximidades ou distanciamentos étnico entre eles. A definição da **identidade** étnica, como tem sido apontada pelos estudos mais recentes sobre o tema, discutidos no Capítulo 5, parece só poder ser estabelecida a partir do discurso dos próprios membros de um determinado grupo social, já que ela pode mudar, sem que necessariamente isso esteja refletido materialmente, ou vice-versa. Portanto, isso, evidentemente, é impossível atingir em grupos pré-coloniais, unicamente estudados por meio da cultura material, parcial e fragmentada. Não obstante, embora saibamos que o contexto envolvente traz implicações, também é certo que a capacidade do homem de dar significado ao mundo à sua volta faz com que todas as coisas materiais com que lida estejam, de uma forma ou de outra, vinculadas com suas crenças, valores herdados, hábitos e tenham uma certa particularidade, embora, como vimos, não haja sempre ligações diretas entre o mundo material e o simbólico.

De todo modo, é este o universo que se apresenta: material e “pré-histórico” e é sobre ele queremos avançar. As comparações que fizemos, ainda que com dados bastante incompletos e provisórios, nos permitiram apontar similaridades e diferenciações, apresentadas anteriormente, que podem ou não estar relacionadas a diferenciações étnicas. Sem voltarmos aos resultados já amplamente apresentados e discutidos, podemos concluir:

- Constatam-se assentamentos dos ceramistas em ambientes diferenciados. Temos pelo menos 3 situações distintas que combinam:
  - mar aberto/rio com mata/mangue /restinga;
  - canal/rio com mata/mangue
  - rio com mata e banhado
- Embora não haja, na maioria dos sítios que pesquisamos, níveis estratigráficos indicativos de períodos de abandono, como camadas estéreis arenosas ou húmicas, nos moldes que Beck (1973) identificou no Enseada I, os indícios mais fortes apontam no sentido de serem as camadas com cerâmica de grupos distintos daqueles que construíram sambaquis e não produziam cerâmica, que além dela, se

distinguem pela diferenciação na utilização de recursos faunísticos, mais nítida no Itacoara, pelos sepultamentos (fletidos e não fletidos) e artefatos ósseos.

- O que se percebe é que há um apelo adaptativo muito forte à região e talvez isso seja característico do litoral, que faz com que grupos que parecem distintos culturalmente utilizem recursos similares.
- Concluimos que a definição qualitativa e quantitativa dos recursos faunísticos principais de um grupo nem sempre representam as diferenciações culturais entre um e outro. É possível que as diferenças estejam mais claras na forma de elaborar e/ou de consumir os alimentos e descartá-los (Reitz & Wing, 2001) que, também, podem ser inferidos por meio da Zooarqueologia, com metodologias de campo e de laboratório específicas. De fato, nenhuma categoria de vestígio arqueológico deve ser considerada isoladamente, como bem tem sido apontado pela Arqueologia Contextual e os estudos sobre Etnicidade.
- Talvez as pequenas diferenciações que identificamos nas camadas com cerâmica entre um sítio e outro indiquem, também, dessemelhança entre eles. Estamos pensando particularmente nas incisões da cerâmica, nas rochas de regiões distantes que ocorrem somente no Itacoara e sua localização bastante diferenciada dos demais sítios. Há que se pensar nessa possibilidade, afinal, os Xokleng e os Kaingang são considerados por eles mesmos etnicamente distintos, apesar de uma série de semelhanças, inclusive na cerâmica que era produzida pelos antigos. Pensamos também nos corantes fabricados no Itacoara e Bupeva II.
- Não queremos adentrar na discussão sobre os vínculos entre os sítios com cerâmica Itararé da baía da Babitonga e os que existem no interior dos estados meridionais brasileiros. Entretanto, se seguirmos o raciocínio de Silva (2001) e nos a tivermos nos enterramentos, constata-se uma variação muito grande entre os sítios daqui e os de lá. No planalto há registro de sepultamentos sob aterros, cremados (?) e em abrigos. Isso pode indicar diferenciação no status social de alguns membros do grupo. Ou ainda, modos peculiares de diferentes etnias que viveram na mesma região em momentos distintos. Entretanto, quando pensamos nos enterramentos que temos no litoral, a situação é completamente diferente. Não ocorrem em abrigos e nem sob aterros, mas sim em meio a conchas. Se constatamos similaridades, maiores são as diferenças. Se os ancestrais do Xokleng e Kaingang,

que certamente eram os mesmos, dada a similaridade entre as línguas, eram apenas aqueles que construíam as estruturas subterrâneas, as galerias e os montículos; temos dificuldades de estabelecer relações dos ancestrais com os ceramistas da baía da Babitonga, embora a etno-história antiga e recente (Lavina, 1994) indique a presença de Xokleng na baía da Babitonga, e tenhamos, num dos sítios (Itacoara), cerâmica com incisões nos moldes das que Silva (2001) está considerando grafismo Proto-Jê ou Proto-Kaingang/Xokleng. Não obstante os esforços que estamos fazendo, ainda não sabemos quem eram, de onde vieram e para onde foram os produtores “pré-históricos” de cerâmica da baía da Babitonga.

- Estes sítios, pelo que conhecemos até o momento, estão concentrados na margem leste da baía da Babitonga. Não conhecemos junto ao mangue na porção interior dela. Talvez isso indique a presença de outros grupos nesse local, embora exista um sítio na ilha do Mel com cerâmica desse tipo, e a indicação de que ela estava presente, também, na camada superior do sambaqui Cubatãozinho (Joinville) (Schmitz *et alli*, 1993 e Prous & Piazza, 1977). Não obstante, a possibilidade de sambaquianos e ceramistas terem sido contemporâneos por algum tempo ou mesmo compartilharem a região de alguma forma não pode ainda ser totalmente descartada. Há que se considerar, também, os recentes achados que indicam estruturas subterrâneas e sítios líticos na região. Tudo isso indica um cenário muito mais diverso e complexo que a “pré-historiografia” regional tem indicado.

Em síntese, concordamos com Robrahn-Gonzáles (1992: 623) quando diz, (...) *“It is no longer possible to classify sites by general characteristics of their pottery. Further work should focus on structure and composition sites, along with their distribution and setting in the landscape”*. E foi o que tentamos fazer.

## 5. TRADIÇÃO GUARANI

### 5.1 Contexto atual

A Tradição Arqueológica Tupiguarani (grafada sem hífen para diferenciar-se da família lingüística Tupi-Guarani) é definida a partir de uma cerâmica pintada (policrômica, com decoração geométrica, em predomínio) e/ou com decoração plástica, de formas e funções variadas, encontradas em sítios rasos (manchas pretas) que ocorrem no litoral brasileiro e na bacia do rio Paraná (inclusive Argentina, Uruguai e Paraguai). Além da cerâmica é característico o sepultamento em urnas.

Inicialmente essa tradição foi subdividida nas subtradições<sup>69</sup>: Corrugada<sup>70</sup>, com predomínio deste tipo de decoração plástica na cerâmica que ocorria em sítios no sul do Brasil (litoral e bacias dos grandes rios), Pintada<sup>71</sup>, com predomínio deste tipo de decoração que ocorria em sítios do litoral (sudeste e nordeste) e Escovada, com predomínio deste tipo de decoração plástica que ocorria em sítios com influência européia (Prous, 1992).

Pesquisas que reúnem informações arqueológicas, etno-históricas e lingüísticas apontam a Amazônia como local de origem dos povos que constituíram a tradição Tupiguarani e que teriam cerca de 3.000 anos A P, dispersado-se para o sul, seguindo duas rotas, uma pelo interior, pelos rios Madeira, Guaporé e Paraguai e a outra, pela costa atlântica a partir da foz do rio Amazonas. (Brochado, 1980, 1989; Scatamachia, 1996, Buarque, 1999). Elas são consideradas, devido aos aspectos acima mencionados, ancestrais de falantes da família lingüística Tupi-Guarani (tronco lingüístico Tupi), Guarani (Tape, Carijó, Arachã, etc) e Tupi (Tupinambá, Tupiniquim, entre outros).

No início da colonização, os Guarani viviam em áreas junto à bacia do rio Paraná e litoral sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP até Cananéia e países vizinhos) e os Tupi no litoral sudeste e nordeste (Prous, 1992). Por esta distribuição, atualmente, as subtradições Corrugada e Pintada, estão sendo denominadas Guarani e Tupi, respectivamente. O limite das áreas ocupadas por elas é o mesmo entre índios Tupi e Guarani, o rio Paranapanema, entre São Paulo e Paraná (Scatamachia, 1996).

---

<sup>69</sup> Inicialmente as diferenciações que deram origem às subtradições (predomínio de um tipo de decoração) foram relacionadas a diferenças cronológicas entre elas, sendo a Pintada considerada a mais antiga. Hoje essas diferenças são interpretadas como manifestações regionais (Prous, 1992).

<sup>70</sup> Atualmente esta subtradição é tratada, pela maioria dos arqueólogos, como tradição Guarani.

<sup>71</sup> Atualmente esta subtradição é tratada, pela maioria dos arqueólogos, como tradição Tupinambá.

Com base nessa literatura, em termos gerais, pode-se afirmar que os tupiguarani pré-históricos tinham preferência por ambientes com temperatura e umidade média, nunca ocupando áreas de clima seco e frio com mais de 400 m de altitude. Estavam sempre próximos a rios navegáveis, eram exímios navegadores fluviais, à mata e muitos, também, junto ao oceano (Prous, 1992).

Para a sua subsistência, plantavam, caçavam, pescavam e coletavam, diversos alimentos. Na plantação empregavam o sistema conhecido como coivara, que consiste no estabelecimento de roças mistas temporárias (cerca de 3 a 4 anos) no meio da mata, próximo à aldeia, em que a retirada de plantas maiores e a queima eram procedimentos prévios. Entre os cultivos mais conhecidos estão o milho e a mandioca, mas também feijões, amendoim e algodão, entre outros. Há indicativo de que faziam o manejo das matas próximas às suas aldeias, expandindo ou até introduzindo espécies de interesse.

A tradição arqueológica Guarani, de maior interesse para nós por ter ocupado o litoral sul, é considerada ancestral dos Carijó ou Cário, denominação dada aos Guarani do litoral catarinense, contatados desde a chegada dos primeiros europeus no início do século XVI.

Se em relação a Tradição Guarani, como um todo, há vasta documentação (material arqueológico e documentos escritos e iconográficos) e milhares de referências bibliográficas (Meliá *et alli*, 1987, Noelli, 1993<sup>72</sup>, entre outros) que permitem considerá-los um dos mais estudados no Brasil, para os Carijó, a documentação conhecida é pouca e menor ainda são os títulos publicados.

Há diversos relatos do século XVI que se referem a indígenas no litoral de Santa Catarina. Para o norte do estado os mais conhecidos são os de Binot Palmier de Gonneville (Perrone-Moisés, 1992), francês que esteve em São Francisco do Sul em 1503, e do espanhol Álvaro Nunes Cabeza de Vaca (1999). Este último chegou a Assunção, no Paraguai, em 1541, partindo do litoral de Santa Catarina na altura da foz do rio Itapocu seguindo o Peabiru<sup>73</sup> (caminho indígena) acompanhado e orientado por índios da Ilha de Santa Catarina.

---

<sup>72</sup> Trabalho recente que faz revisão crítica de publicações arqueológicas, etno-históricas, etnológicas e lingüísticas referentes ao Guarani e grupos relacionados (falantes do tronco lingüístico Tupi-Guarani) em todo o Brasil com ênfase ao aspecto subsistência.

<sup>73</sup> Antes dele, em 1542, o português Aleixo Garcia tomou o mesmo caminho atingindo a Bolívia e, em 1555, outros espanhóis, entre eles Hernando de Trejo, partindo da Ilha de São Francisco chegaram a Assunção. Segundo Quandt (2003), o Peabiru partiria do canal de Três Barras na porção nordeste da Baía da Babitonga. Cardoso & Westphalen (1986) indicam uma entrada na altura do rio Itapocu e outra junto ao canal de Três Barras.

A indicação da foz do rio Itapocu, em várias publicações (por exemplo, Cardoso & Westphalen, 1986), como um dos pontos de entrada do Peabiru ao continente, conhecido pelos indígenas que vivem no litoral central de Santa Catarina, como atesta a expedição de Cabeza de Vaca, tem levado a considerar essa região como área de domínio dos Carijó, ou seja, Guarani.

Dessa forma, no litoral de Santa Catarina, o que se conhece hoje desse povo tem como base documentos, publicações e estudos etnográficos dos Guarani que viveram em outras regiões.

O Guarani, em termos gerais, segue o mesmo padrão da Tradição Tupiguarani sucintamente caracterizada acima. Elementos distintivos que podem ser apontados são, além de um percentual maior da decoração plástica sobre a pintada na cerâmica, a preferência no cultivo da mandioca ao invés do milho e uma quase ausência do canibalismo.

As datações existentes indicam sua presença no centro-oeste e no sul do Brasil entre  $2.010 \pm 75$  anos AP (Foz do Iguaçu/PR) e  $85 \pm 75$  anos AP (Foz do Iguaçu/PR) (Noelli, 1999-2000).

Um aspecto extremamente marcado neste grupo, segundo importantes pesquisas arqueológicas realizadas (Brochado, 1989, Noelli, 1993, Noelli, 1999-2000) é a sua paulatina expansão territorial associada ao crescimento demográfico. A presença do Guarani em extenso território, que inclui o oeste e o sul do Brasil mais territórios de países vizinhos, fez emergir uma imagem de conquistador que, ao se expandir, iria dominando, no dizer de alguns, *guaranizando* (De Masi, 2000) os povos ou pessoas (Noelli, 1999-2000) que ia encontrando. Segundo Noelli (1999-2000:247-48), o Guarani tinha *“a prescricividade como norma. As pessoas e as “coisas novas” eram incorporadas e enquadradas nos seus códigos e estruturas (...) eram radicalmente prescritivos reproduzindo-se continuamente com pouca variabilidade na cultura material”*.

Em suas aldeias viviam entre 300 a 600 pessoas, em média, reunidas em famílias nucleares que compunham algumas famílias extensas em torno de uma liderança. O líder não conquistava esta posição por herança, mas por suas qualidades. Os assentamentos desses grupos se deram, em geral, como já afirmamos, próximos a cursos de água.

Em termos de alimentação, além da caça e da pesca generalizada, a coleta de plantas (e mel) e o plantio eram a base da subsistência. A plantação era feita não somente nas roças dentro da mata, mas em outros locais tais como junto às casas e caminhos (Noelli, 1999-2000).

Tinham um grande conhecimento das regiões onde se instalavam, manejando espécies de interesse. Há informações que indicam terem eles trazido para o sul espécies vegetais da Amazônia.

Há inúmeros estudos sobre a cerâmica que indicam uma grande variedade de formas, tamanhos e tratamentos de superfície em vasilhames que serviam para a preparação de alimentos e para o consumo. Entre os primeiros destacam-se as panelas (*yapepó*), que pelo tamanho avantajado também podiam servir de urna funerária, os *cambuchi*, talhas utilizadas para preparar e servir a bebida fermentada da mandioca (cauim) e também utilizada como urna funerária. Entre aqueles, com função de servir alimento, destacam-se os copos (...) para a bebida fermentada (*cambuchi caguatá*) e os pratos (*ñae* e *ñaembé*) (Noelli, 1999-2000).

Em Santa Catarina, pela Arqueologia pouco foi produzido sobre os Guarani. Há bem mais referências a sítios identificados com informações de moradores em todo o estado do que a partir de pesquisas em sítios arqueológicos. No litoral, Piazza (década de 60), Eble e Rohr (década de 70) e Lavina, recentemente (1999, 2000b), realizaram pesquisas em sítios Guarani.

Desde a década de 90, com o advento dos estudos ambientais, muitas áreas passaram a ser alvo de levantamentos arqueológicos. Entretanto, nas áreas atingidas pela Usina Hidrelétrica (UHE) Quebra Queixo (São Domingos e Ipuacu), pela Linha de Transmissão (LT) Quebra Queixo-Pinhalzinho (de Ipuacu a Pinhalzinho, extremo oeste), pela UHE Barra Grande (de Anita Garibaldi a Lages), pela UHE Salto Pilão (Ibirama, Lontras e Apiuna) e pela LT Blumenau-Itajaí, nenhum sítio Guarani foi encontrado<sup>74</sup>. Já no litoral sul e central, a maioria dos levantamentos tem identificado sítios dessa tradição<sup>75</sup>.

Somente dois sítios Guarani foram parcialmente estudados no litoral do Paraná, segundo Chymz (2002). Os registros desses sítios foram todos frutos de descobertas pontuais, ou seja, poucas foram as áreas com levantamentos sistemáticos. Esta falta de informação deve-se, segundo ele, ao privilégio dado aos sambaquis.

Os registros de cerâmica Guarani no litoral do Paraná remontam ao início do século passado, em Paranaguá e Antonina, associados a sítios a céu aberto (manchas pretas) (*idem*). Bigarella (1950-51) registra 3 sítios com cerâmica que atribui aos Guarani, às margens da baía de Guaratuba. Chymz (2002) em visita a estes sítios constata que apresentam cerâmica Itararé.

---

<sup>74</sup> Conforme informação oral da arqueóloga Ana Lúcia Herbets que participou destes levantamentos.

<sup>75</sup> Conforme informação oral da arqueóloga Ana Lúcia Herbets, no levantamento da BR 101, doze novos sítios Guarani foram localizados, além de três sítios cerâmicos, provavelmente Itararé. Em Florianópolis, dois sítios Guarani foram identificados em estudos ambientais na Praia do Campeche.

Somente um deles teria camada com cerâmica Guarani sobre a Itararé. Esta cerâmica Guarani corresponde a vasilhas com acabamento simples, corrugado unglado e unglado tangente e grãos grossos de antiplástico.

Apesar da cerâmica analisada por Chymz ser considerada Guarani, consultando-se relatos do século XVI, sobre presença indígena no litoral do Paraná, encontram-se indícios de que lá estariam índios Tupiniquin, apontando uma contradição entre dados arqueológicos e etno-históricos e levantando dúvida acerca dos limites entre os Guarani e os Tupi.

Piazza trabalhou em Santa Catarina enquanto esteve vinculado ao PRONAPA no litoral norte, no planalto de Canoinhas, nos campos de Lages, no vale do Itajaí e no médio e alto Uruguai. Sítios Guarani identificou somente no litoral norte e no médio e alto Uruguai (Piazza, 1971 e 1974). No litoral norte, localizou um sítio a partir do qual criou a fase Itapocu, da subtradição Corrugada, situada cronologicamente entre 1500 e 1600 depois de Cristo (d.C). No médio Uruguai, identificou sítios para os quais propôs a fase Mondaí, da subtradição Corrugada, datada em torno de 500 d.C. Já para o alto curso desse rio propôs duas fases, a Ita e a Ipira, sendo a primeira da subtradição Corrugada e a segunda da Escovada. Para a fase Ita obteve datação em torno de 1000 anos AP, enquanto para a Ipira, obteve uma cronologia que estaria entre 1500 e 1600 d.C.

Esse mesmo autor realizou escavações no sítio Rio Tavares, situado em área de dunas em Florianópolis (Piazza, 1965). Para a Ilha de Santa Catarina, além dos trabalhos de Rohr e Piazza, Schmitz (1959) faz uma síntese da cerâmica Guarani.

No Vale do Itajaí foram realizados levantamentos nas décadas de 60 e 70, por Piazza e Eble que constataram a presença de grande número de sítios de diferentes tipologias – casas subterrâneas, abrigos-sob-rocha, grutas, sítios cerâmicos e sítios abertos, mas um único sítio Guarani (SC-VI-69) (Eble & Scatamachia, 1974). Este sítio, segundo Eble (1973:47) “*está completamente dissociado do contexto geográfico que normalmente suporta material tupiguarani, isto é, o litoral e a região do Vale do Rio Uruguai*”.

Rohr (1984), na sua publicação *Sítios Arqueológicos de Santa Catarina* refere-se ao litoral registrando os seguintes paradeiros Guarani: 20 em Jaguaruna, 02 em Imbituba, 02 em Garopaba, 01 em Paulo Lopes, 01 em Palhoça, 06 em Florianópolis e na bacia do Uruguai, 51 no município de Itapiranga, 02 em Mondaí, 02 em Caxambu do Sul, 01 em Chapecó e 04 em São Carlos.

Note-se que os sítios Guarani cadastrados por Rohr, no litoral de Santa Catarina, ocorrem somente nos municípios do sul do Estado (o município mais ao norte é Florianópolis), embora cadastre grande quantidade de sambaquis e “sítios rasos de sepultamento” (cerâmica Itararé) em vários municípios do litoral norte.

O tamanho das aldeias Guarani varia entre 60 e 10.000m<sup>2</sup> e estão, na maioria das vezes, próximas a cursos de água doce (lagoas e rios) e até a 5 km de distância do oceano, principalmente em áreas de substrato arenoso, como as restingas (Rohr, 1984, Lavina, 1999 e 2000b).

Há, entretanto, raros registros de sítios Guarani em encosta de morro no litoral, como é o caso do sítio cadastrado por Lavina no Canto Norte da Praia do Rosa, em Garopaba, a uns 60 m de altura em frente a uma lagoinha.

Algumas vezes, a cerâmica Guarani ocorre sobre ou misturada com cerâmica da Tradição Itararé. Este é o caso do sítio raso da Tapera, em Florianópolis, pesquisado por Rohr, cujo material foi revisto por Silva *et alli* (1990).

No litoral de Santa Catarina, as datações mais antigas indicam o início da ocupação em torno de 500 anos antes da chegada dos primeiros europeus no Brasil (1050 ± 150 anos AP, mancha 19, Tubarão, Lavina, 1999).

No litoral sul, Lavina (2000b), através dos estudos realizados para a construção de uma rodovia interpraiais, escavou três sítios Guarani (Acampamento da Escola Isolada Lagoa dos Esteves, Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves e Aldeia da Lagoa Mãe Luzia). Datações de 720 ± 70 e 610 ± 60 anos AP foram obtidas para os últimos dois sítios. Esse mesmo arqueólogo, em estudo realizado na ZPE, em Tubarão (*idem*, 1999), também no litoral sul, localizou 25 estruturas de habitação. Das escavadas obteve datações entre 715 ± 75 e 1050 ± 150 anos AP. Nessa região, Eble & Schimtz (1972) escavaram um sítio sobre dunas no município de Laguna.

No litoral norte, apesar das menções a indígenas desde o início da colonização, os dados arqueológicos publicados a que tivemos acesso, referem-se a um único sítio Guarani, às margens do Rio Poço Grande, afluente do rio Pirai (Piazza, 1974), nos limites entre os municípios de Joinville e Guaramirim, localidade denominado Poço Grande. Há suspeita de sítio com cerâmica Guarani junto ao rio Sambaqui, afluente do rio Palmital, em Joinville, cujas informações apresentaremos adiante.

Uma única referência, que conhecemos, a possível, sítio Guarani é de Gualberto (1908:296) quando se refere a sambaquis na região. Declara: “... se tem encontrado nos Sambaqui igaçabas ou urnas de barro, como um facto raro, e eu mesmo encontrei e possuo fragmentos que se podem atribuir a um desses vasos, achados em um Sambaqui, perto da foz do rio Paraty, pouco distante do canal do Araguay, que é a barra sul do rio de S. Francisco do Sul”. Pela terminologia que usa – igaçabas - parece estar referindo-se a um sítio com cerâmica Guarani. Entretanto, ao mencionar que possuía fragmentos, parece não ter encontrado um vasilhame inteiro de grandes dimensões que é característico desta tradição. Além disso, não se tem, via de regra, ocupações Guarani sobre sambaquis; isto tem sido uma característica das ocupações Itararé. Segundo Santos (1951:95 *apud* Chymz, 2002:75) o frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII, teria mencionado “*achados de “...pedaços de panellas quebradas...” em ostreiras da Província de Santa Catarina*”. Acreditamos ser a mesma situação.

Por outro lado, a toponímia das denominações de diversos acidentes geográficos, municípios, localidades e bairros da região indicam suas origens em língua indígena que acreditamos ser Tupi-Guarani. Para o nome da baía, Babitonga, há diferentes interpretações. Para Gualberto (*apud* Pereira, 1984) Babitonga seria uma variação de *ibiporanga* – *ibi* - terra e *poranga* - formosa. Teodoro Sampaio (*idem*) considera ser Babitonga variação de *Bopitanga*, por sua vez, variação de *mbipitanga* que significa - de vermelho ou avermelhar, ou variação de *mbaé-pitanga* - a vermelha. Tenório de Albuquerque (*idem*) acredita ser corruptela de *babaétoungá* – lugar contornado pelas águas ou lugar das pitangueiras.

Identificamos outros topônimos que parecem corresponder a palavras (ou radicais) de língua Guarani. Conforme o dicionário de Luiz Caldas Tibiriçá (1989) e Bueno (1984), seus significados podem ser os seguintes:

<b>Quadro 12 – Topônimos da Baía da Babitonga</b>			
Topônimo	Tipo/ Município <sup>76</sup>	Correlato em Guarani segundo Tibiriçá (1989)	Correlato em Guarani segundo Bueno (1984)
Acarai	Rio /SFS	Carai - senhor, vinho ou chicha de cará A – fruto, semente, sombra, alma	Acara – cascudo Carai – variedades de macacos Acaray – rio dos acarás
Araquari	Município/ARA	Ara – dia Cuarahi – sol	Araquara – esconderijo de papagaio

<sup>76</sup> SFS, São Francisco do Sul; ARA, Araquari; JLLE, Joinville; ITA, Itapoá; GUAR, Guaramirim

		Cuari – furo	Ara – dia, nascer, correr, alto Quara – furado, cuá, kuá - 'cintura, meio – ri – líquido, água corrente, Araguari – rio das baixadas dos papagaios ou araras
Arataca	Estrada/ JLL	Ara – dia, tempo, céu, firmamento, mundo, época	Arataca – armadilha para caça de pequeno porte
Babitonga	Baía/ diversos	Mba - totalidade	Embopitanga – nome dado à barreira a vermelhada nas costas de SC
Bupeva	Localidade/SFS	Peva (= pea) – esse (a), abrir, sacar, separar.	Yby – terra Peba – chata, plana, planície
Cubatão	Rio/JLL		
Gamboá	Rio Localidade/ SFS		Caá-mbó – o feixo, barreira para peixe
Iperoba	Localidade/SFS	Ipe – na água, Ipé – pato I – pé – o que é plano, raso Ro – amargo, rançoso, variedade de mandioca.	Ypé-roba – casca amarga, igual a Peroba Árvore de lenho duro
Ipiranga	Localidade/ ARA	I – água, rio Piri – junco, esteira Anga – alma, espírito, essência, ânimo.	Ipyrunga – começar Ypy – pé planta, fundo do rio
Iririu	Bairro/JLL	Iriru – recipiente de água Riru – vasilha, recipiente I – água, rio	Iriru = riri – ostra, molusco U – comer, beber, morder, preto, negro
Itapoá	Município/ ITA	Ita – pedra Po-a – sorte Pu-ã – levantar-se, por-se de pé Pu – rebentar, som. Ã – sombra, alma. Á – cair, desprender-se	Ita-apuã – cabo de pedra Ita – pedra Pu – onomatopéia de estampido Ã – cousa, objeto, instrumento redondo
Itaum Itaum-açu	Bairro e rio/ JLL	Ita – pedra Hu (~) – negro, flecha. Assu – lado esquerdo	Itaú – pedra preta
Itinga	Bairro/ JLL	Tingá – quebrar as pontas I – água, rio	Itinga – água branca, rio branco I – água Tinga – branco
Itacoara	Morro/ JLL	Ita – pedra Cuara (= cuá) – furo, cova, orifício, abertura	Itakuara – cova de pedra, furna, gruta Taquara – bambu I - água
Itapocu	Rio/ diversos	Ita – pedra Pucu – comprido, alto	Itapucu – pedra comprida
Jacu	Localidade/AR A	Jacu – ave galinácea de carne saborosa	Yacu – desconfiado, ave
Jacutinga	Rio Morro/SFS	Jacu – ave galinácea de carne saborosa Ingá – arvore da família leguminosa	Yacu -tinga – jacu branco
Jaguaruna	Rio/Localidade/ ITA		Yaguara – cão, onça, tigre Una – preto
Jarivatuba	Bairro/JLL	Jarivá – variedade de palmeira Tuva - pai	Jaribá – fruta que cai antes de amadurecer Tuba – pai
Jativoca	Localidade/ JLL	Jati – montículo, amontoado Oca – praça, rua	Jativ – ia-ti – que está por tinga, ou abelhas claras Jatii – furúnculo, tumor

			Boc – cova, buraco
Mutuca	Rio/JLL		Mutuca ou butuca – vespão, mosca grande
Paranaguá-mirim	Bairro/JLL	Paraná – rio caudaloso Guá – indica procedência Miri (~) – pouco, pequeno.	Paranaguá – enseada do mar, baía, porto Mirim – pequeno
Parati	Rio/ARA	Pará – matizado, tabaco, mar, oceano. Ti (^,~) – nariz, bico, pudor, vergonha, urina, montão, ponta, branco Parati – Tainha	Paraty – baía, porto e mar tranquilo Paratyy – rio das tainhas Pirati - tainha
Pirabeiraba	Distrito/JLL	Pira – crua, cru.	Pira – pelo, couro Pirábiá – peixeiro, cevar peixe Eirabiá – gosto do mel
Pirai	Rio/JLL	Pira – cru, crua Pirai – peixe de dente aguçado terrivelmente agressivo	Pira – couro, pele Pira – peixe de pele ou couro I – água
Quati	Rio/GUA	Cuati – pequeno roedor	Quati – quati
Quiriri	Rio e serra /JLL	Kiriri – calar, silenciar, silêncio, quietude	Quiriquiri – gavião, falcão
Saguaçu	Lagoa/JLL	Saguassu – grande (fruta, semente), variedade de bugio	
Sai (Sai-mirim e Sai-guassu)	Localidade/ITA	Sai – galinheiro, Sa-i - pequeno, pouco, escasso Sa-i – nome de várias aves Miri (~) – pouco, pequeno Guassu – grande	Sai – pássaro Sai (~) – olhos pequenos, esperto
Tapera	Localidade/SFS	Taperá – espécie de andorinha grande Taperé – tapera, casa abandonada, em ruínas	Taperá – andorinha Taba-era – taba (aldeia) abandonada em ruínas
Ubatuba	Rio e Localidade /SFS	Tuva – pai	Yba tyba – pomar Uibá-tyba – canavial das flechas Ybá-tyba – porto das canoas
Una	Localidade/SFS		Una – preto, Uná - grãos

Não foram identificadas novas evidências de ocupação Guarani, a partir dos levantamentos efetuados neste projeto. Nenhum dos 72 sambaquis prospectados apresentou material que possa ser associado a esta Tradição. Os pesquisadores entrevistados que estudaram a região no passado (Anamaria Beck, Walter Piazza e João José Bigarella) não tinham informações além das já publicadas sobre sítios Guarani, embora Piazza tenha declarado ter material inédito de suas antigas pesquisas na região, mas que não tivemos acesso. Obtivemos informação, com alguns moradores contatados, sobre sambaquis com cerâmica, porém, nenhum deles apresentou cerâmica desta Tradição.

Em visitas a aldeias existentes na região de nosso interesse, os indígenas contatados informaram que não tinham conhecimento de nenhuma antiga aldeia Guarani na região. O Cacique Milton da Aldeia Tekoá Pindoty (Araquari) declarou ser possível obter informações

sobre isto com os mais velhos e indicou local em que haveria antigo cemitério indígena, próximo a essa aldeia, mas prospecções na área nada evidenciaram.

Considerando não termos identificado outro sítio desta Tradição na região, realizamos escavação no sítio Guarani já conhecido, denominado Poço Grande, cujo alto grau de destruição produzido por quase 100 anos de plantio, inclusive com maquinário moderno, permitiu unicamente a coleta de algum material cerâmico muito fragmentado e desgastado.

## *5.2. Pesquisa Arqueológica*

### **5.2.1 Poço Grande<sup>77</sup>**

Este sítio encontra-se na planície aluvial do rio Poço Grande, junto à sua margem direita (UTM 0714993/7073270), a cerca de 400 m de sua foz no rio Pirai e a 30 km em linha reta do oceano (Figuras 1, 2 e 3). O rio Poço Grande está bastante assoreado e tomado por vegetação, o que faz com que desapareça em épocas de seca.

A área onde se localiza o sítio, atualmente, é pasto e, portanto, coberta por gramíneas, cujo solo é extremamente compactado e duro (Foto 32).

---

<sup>77</sup> Chegamos a este sítio graças a informações dos antigos proprietários da fazenda onde se situa o sítio e dos moradores da localidade de Poço Grande (a sudoeste de Joinville, no limite entre este município e Guaramirim) Atualmente a propriedade pertence à família de Urbano Franzle. Na primeira visita, realizada em janeiro de 2002, acompanhados do sr. Germano Pauster, foi nos indicado o local onde, no passado, quando a terra era lavrada, encontravam-se cacos de cerâmica. Numa pequena sondagem, com enxada, identificamos fragmentos de cerâmica. O sr. Germano contou-nos que, quando criança, conheceu um alemão que lhe deu um caminhãozinho de madeira. Acreditamos ser Guilherme Tiburtius, que era marceneiro, quem presenteou o menino. Entretanto, não encontramos no acervo do MASJ peças deste sítio. A segunda visita realizada no sítio foi em outubro de 2002.



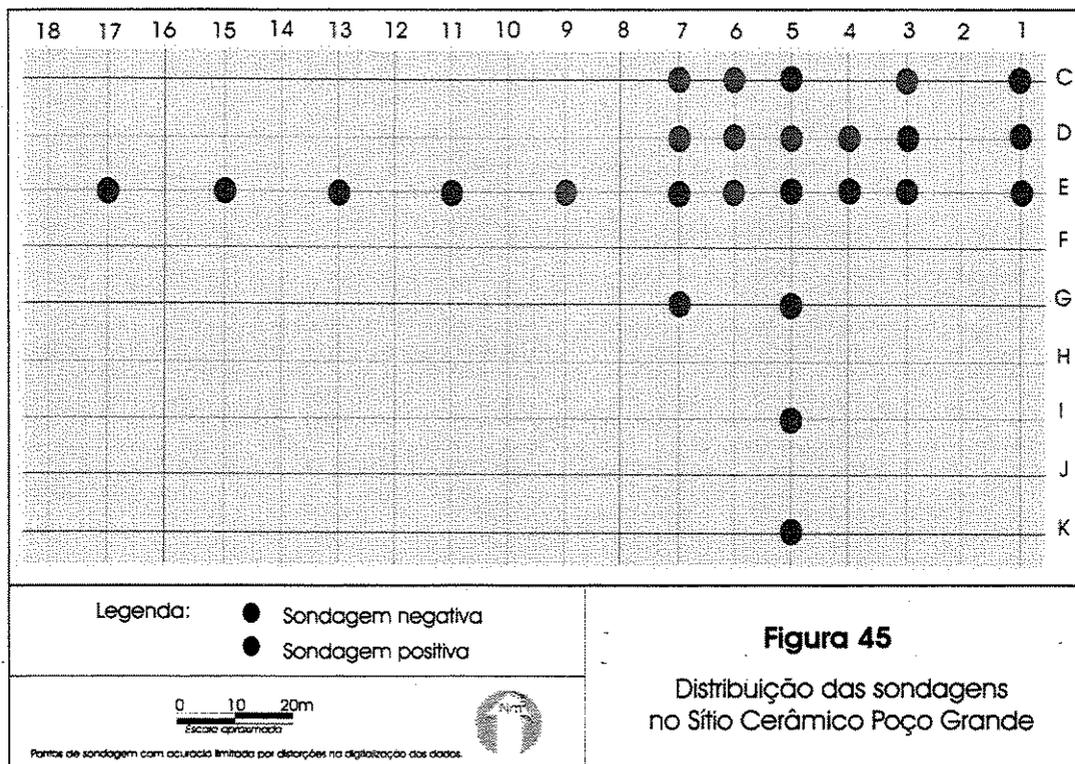
Foto 32 – Sítio Poço Grande – Visão geral  
(Bandeira, 30/01/03).

Para definição da localização e extensão do sítio, foram estabelecidas linhas paralelas no sentido norte/sul, com 20 m de distância entre cada uma, a partir de um ponto próximo ao local onde havia sido identificada a cerâmica na primeira visita. Nestas linhas, foram realizadas sondagens de 30 cm de profundidade, a cada 20 m, para avaliação do subsolo, utilizando-se trado metálico manual. Conforme foi sendo identificado material arqueológico, o espaçamento entre as sondagens foi sendo reduzido e novos alinhamentos foram criados.

No total, foram realizadas 26 sondagens<sup>78</sup>. Destas, em 9 foram identificados fragmentos cerâmicos, que permitiram avaliar uma área para o sítio de cerca de 80 x 30 m (2400 m<sup>2</sup>) (Figura 45).

---

<sup>78</sup> Mais três sondagens foram feitas que não estão plotadas – uma no ponto mais elevado do pasto, outra em ponto onde o caseiro indicou presença de cerâmica e outra no ponto onde foi coletada cerâmica na primeira visita.



Em todas as sondagens, não se observou camada arqueológica estratificada e, sim uma camada húmica fina (3 cm) superficial com solo arenoso escuro com raízes de gramíneas e, abaixo, solo argiloso de coloração entre o alaranjado e o marrom, muito compactado. Observaram-se manchas pretas esparsas, similares a carvão, entre a camada húmica e solo, que, segundo informação do encarregado da fazenda, era esterco – refugo queimado de engenho de arroz. Tivemos oportunidade de ver, próximo a área do sítio, este material amontoado.

Piazza (1974), ao referir-se a este sítio, declarou que o mesmo teria uma extensão em torno de 2.500 m<sup>2</sup> e seria, segundo informações, constituído de várias manchas pretas de 5 m de diâmetro.

Em nossa pesquisa, foram encontrados poucos fragmentos de cerâmica, todos pequenos e extremamente desgastados, certamente, pela ação do arado que vem sendo utilizado na área desde o início da colonização. Segundo informação do encarregado da fazenda, quando se prepara a terra para o plantio do pasto são utilizados o arado de cerca de 50 cm e a rotativa, máquina que quebra em pequenos pedaços os torrões de terra. Além da cerâmica, foram coletados alguns fragmentos de rocha, sem sinal de trabalho.

Optou-se por estabelecer quadriculamento da área em setores de 1x1 m a partir do ponto de sondagem D6, no qual havia sido coletado o maior número de fragmentos de cerâmica, e o rebaixamento por níveis artificiais de 10 cm cada.

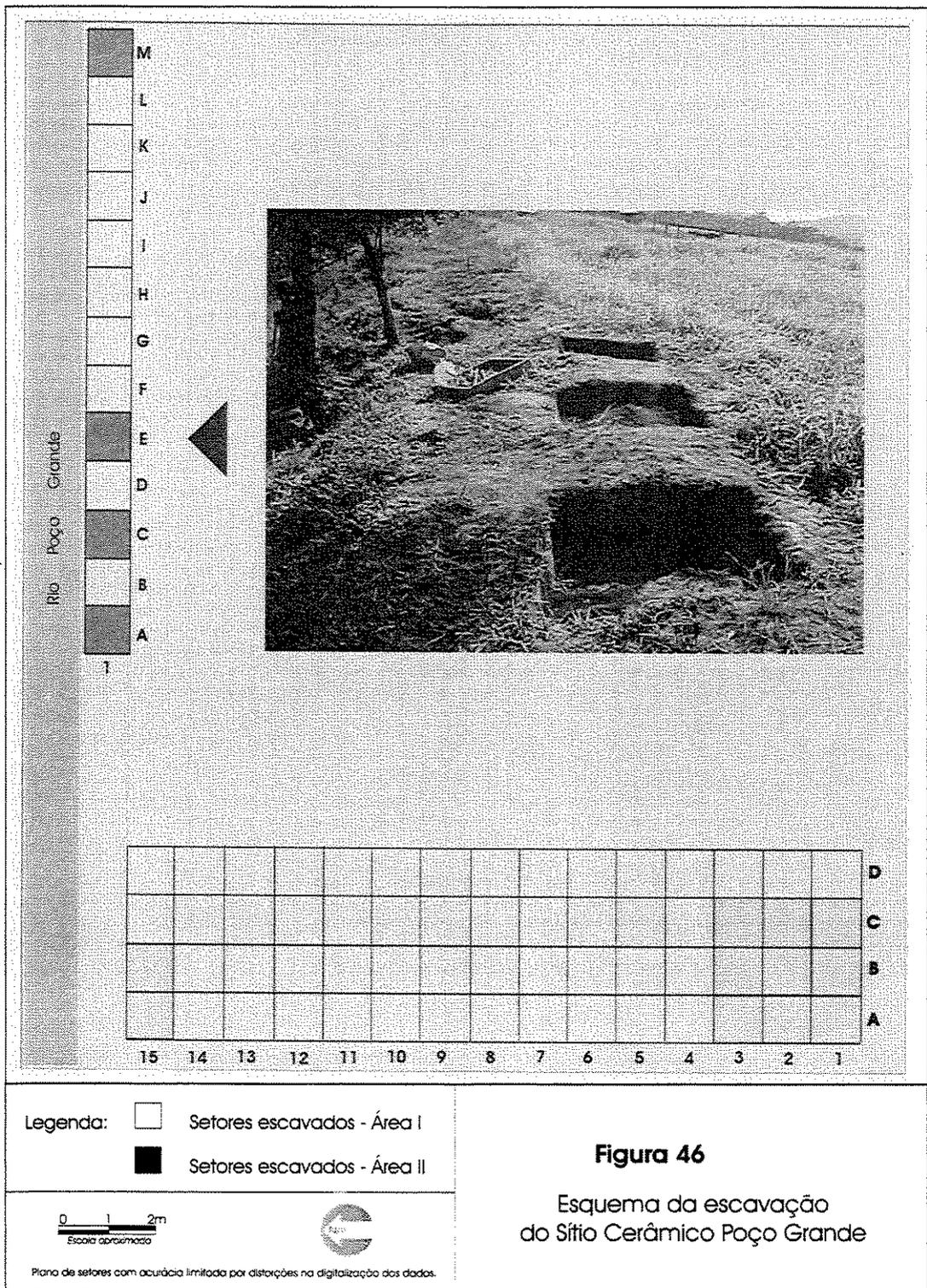
Os trabalhos de escavação foram realizados em duas etapas (outubro de 2002 e janeiro e fevereiro de 2003), num total de 12 dias de campo<sup>79</sup>. Entre uma e outra expedição o proprietário do terreno, apesar de saber da existência do sítio arqueológico e do nosso interesse em pesquisar, passou novamente maquinário (arado e rotativa) e replantou pasto. Isto nos impediu de dar continuidade à escavação na área em que estávamos trabalhando, já demarcada. Como havia uma pequena faixa junto ao rio, que não havia sido atingida pela plantação, optamos em escavar mais alguns setores nesta, que estamos denominando Área II.

Foram escavados 15 setores num total de 15 m<sup>2</sup> (Figura 46). Na área I foram escavados os seguintes setores (a profundidade rebaixada está entre parênteses): A1. I (10 cm), A2. I (10 cm), A3. I (10 cm), B1. I (10 cm), B2. I (10 cm), B3. I (10 cm), C1. I (10 cm), C2. I (10 cm), C3. I (10 cm), A15. I (10 cm), B15. I (10 cm)<sup>80</sup>. Na área II escavamos os setores A1. II (30 cm), C1. II (20 cm), E1. II (20 cm), e M2. II (30 cm). Os setores da área II foram, ao centro, sondados com cavadeira manual até a profundidade de 80 cm.

---

<sup>79</sup> Tivemos dificuldades de trabalhar neste sítio por falta de colaboração do proprietário. A área era utilizada como pasto e havia animais agressivos, só podíamos escavar quando o gado estava em outro local. Como o proprietário não queria que realizássemos a pesquisa, sempre que podia colocava o gado na área em que estávamos trabalhando. Algumas vezes chegamos para trabalhar e o gado impediu-nos, em outras, a área demarcada para escavação estava pisoteada e cheia de estrume.

<sup>80</sup> Fomos impedidos de continuar a escavação nestes setores pelos motivos expostos anteriormente.



**Figura 46**

Esquema da escavação  
do Sítio Cerâmico Poço Grande

Por ser constituído de um solo extremamente compactado pelo uso da área como pasto, a escavação só foi possível através de enxadão e para o peneiramento (malha de 1 x 1 cm) os torrões de terra foram pressionados contra a peneira.

Em todos os setores<sup>81</sup> escavados, observou-se o mesmo tipo de sedimento e coloração identificados nas sondagens. Não se identificou camada arqueológica nem estrutura de espécie alguma, somente fragmentos de cerâmica e rochas<sup>82</sup> (Foto 33). A cerâmica ocorreu em maior quantidade nos dois primeiros níveis, até 20 cm. No terceiro nível pouco material foi encontrado. Nas sondagens que fizemos, nos setores da área, nenhum material foi encontrado abaixo de 30 cm. Observamos alteração de coloração do solo. Nos setores A1. I, A2. I, A3. I, B1. I, B2. I e B3. I era marrom claro (1.0YR  $\frac{3}{4}$  da tabela de cor Mansell) e nos A15. I e B15. I, junto ao barranco do rio, avermelhado (7.5YR  $\frac{4}{6}$  da tabela de cor Mansell). Talvez por essa faixa não estar sendo atingida pelo pasto.

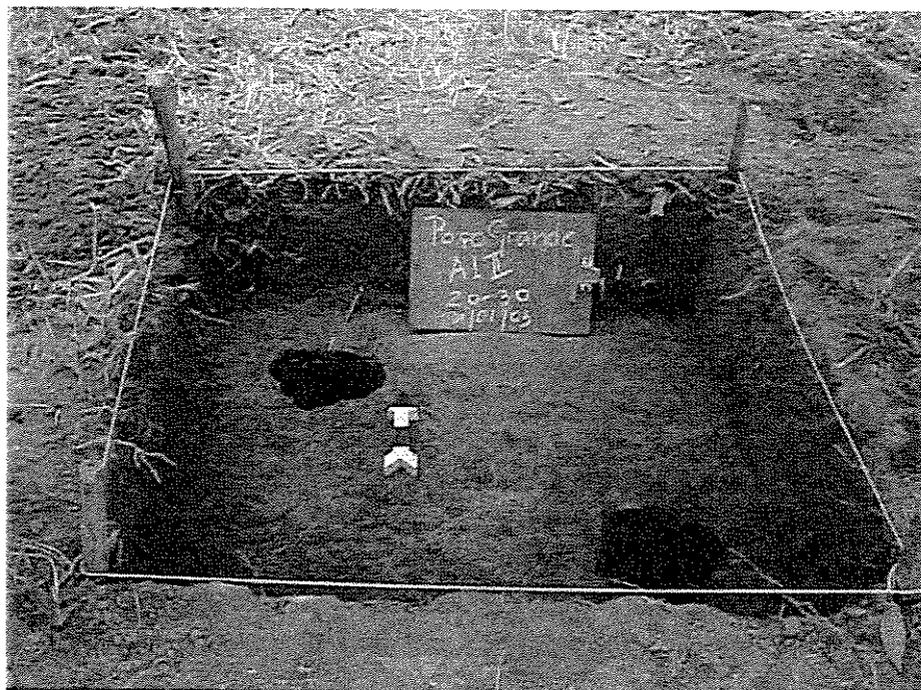


Foto 33 – Poço Grande - Setor A1. II, nível de 20-30 cm - sondagens (Bandeira, 31/01/03).

#### 5.2.1.1. Artefatos

O material coletado, tanto nas sondagens como na escavação, consiste-se de 249 fragmentos de cerâmica, cuja técnica de confecção predominante foi o acordelado, com espessuras que variam entre 5 e 15 mm, predominando 9 mm. Dentre esses, 12 são fragmentos

<sup>81</sup> Não descreveremos cada setor individualmente, pois todos se apresentaram iguais. Só houve pequena variação na quantidade de material coletado.

<sup>82</sup> Em função disto, não fizemos registros em desenho deste sítio (croquis de setor e perfil).

de bordas (5 a 9 mm de espessura), 2 de bases (8 mm de espessura), 235 de bojos (5 a 15 mm de espessura) e 8 que se constituíam de pelotas de barro (Gráfico 34).

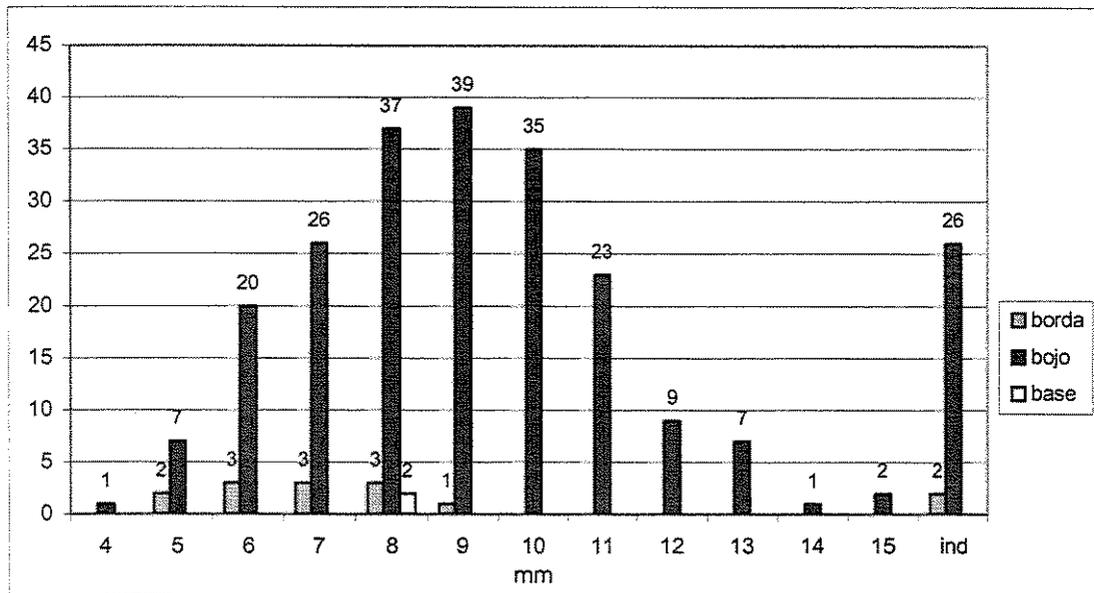


Gráfico 34 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pela espessura

Observaram-se fragmentos cuja pasta apresentou coloração toda escura (queima reduzida), toda clara (oxidada), em geral alaranjada, ou com faixas claras e escuras (queima incompleta) (Gráfico 35).

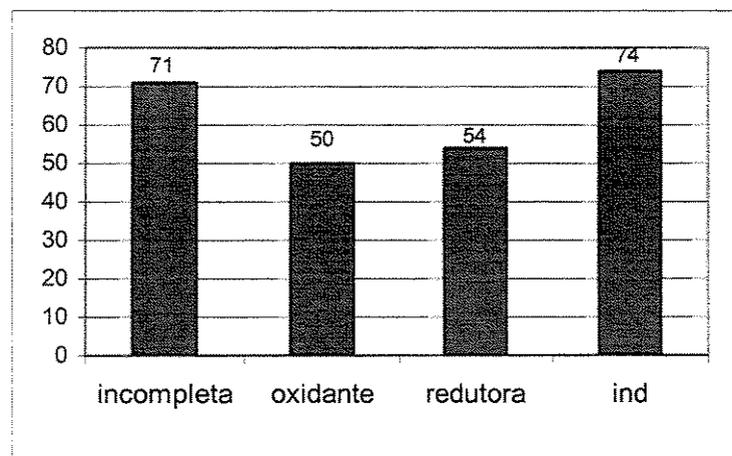


Gráfico 35 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pela queima

Também foram encontrados minerais cujo tamanho varia de 0,5 a 8 mm. Entretanto, a maior parte dos fragmentos apresentava areia e rocha moída de 0,5 a 2mm, sendo os menores próprios da argila e os maiores adicionados a ela, possivelmente (Gráfico 36).

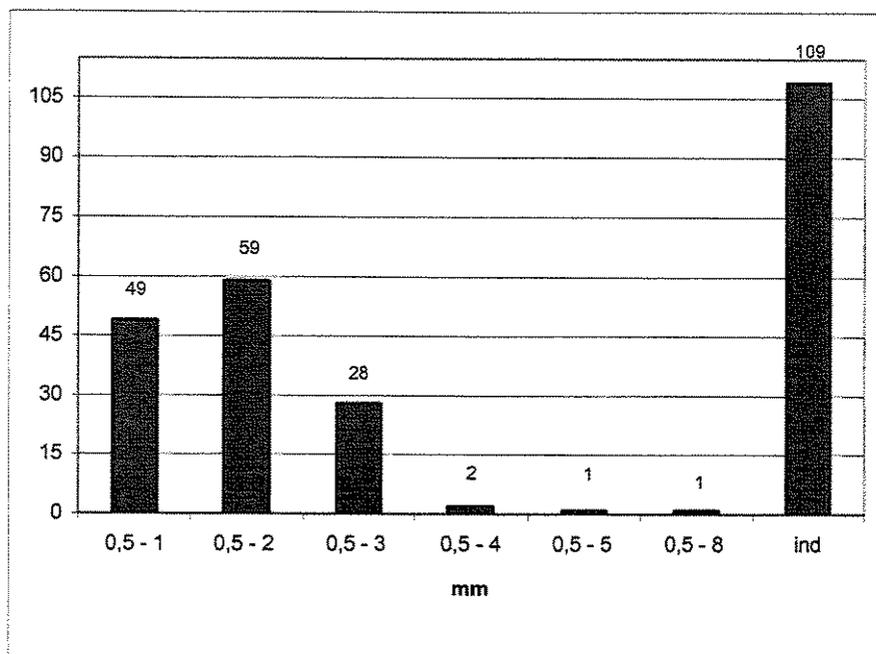


Gráfico 36 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pelo tratamento do antiplástico

Em 10 fragmentos identificou-se um aditivo preto, semelhante a pequenos fragmentos de cerâmica moída (Gráfico 37) (Foto 33).

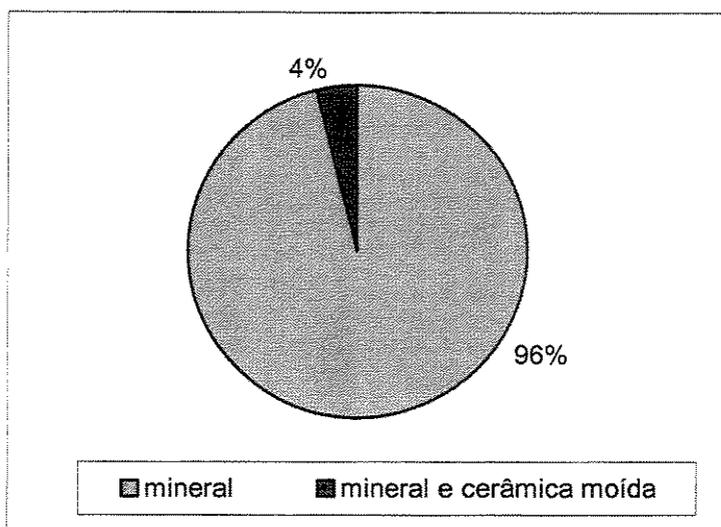


Gráfico 37 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peça por tipo de antiplástico

Embora muito alterados, conseguimos identificar, com segurança, 11 fragmentos com decoração plástica ungluada na superfície externa. Enquanto que, os demais fragmentos são lisos (mas extremamente ásperos pelo desgaste pós-deposicional), alguns com vestígios de corante avermelhado decorrente, possivelmente, de pintura (Gráfico 38, Foto 34). Em duas peças, identificaram-se ângulos agudos, que indicam tratar-se de pontos de inflexão de bojo carenado.

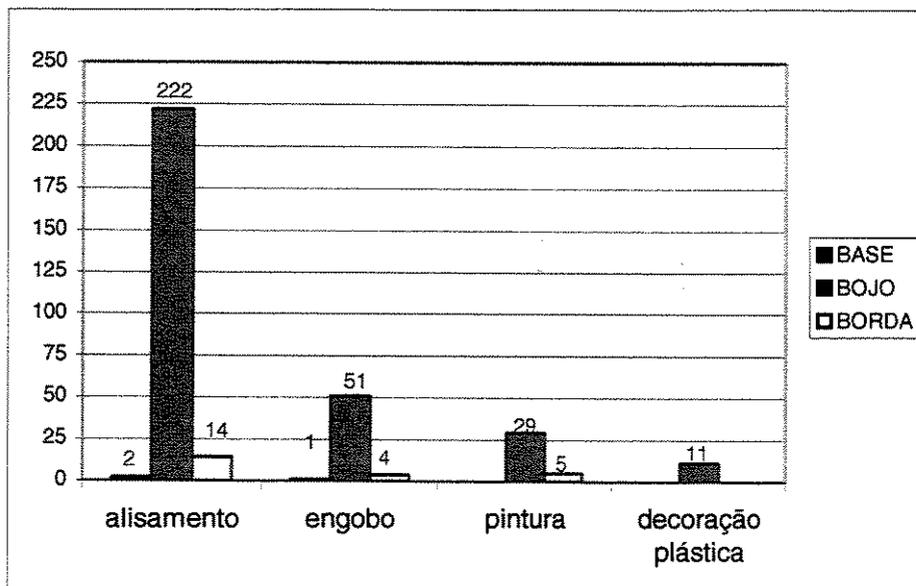


Gráfico 38 – Poço Grande – Cerâmica. Número de peças pelo tratamento na face externa



Foto 34 – Poço Grande – Cerâmica decorada (Martins, 07/12/03).

As bordas e lábio identificados são os seguintes (Figura 47) (Foto 35).

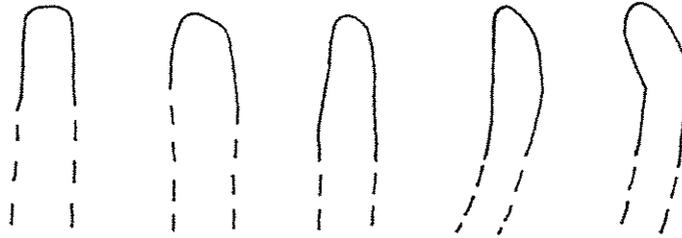
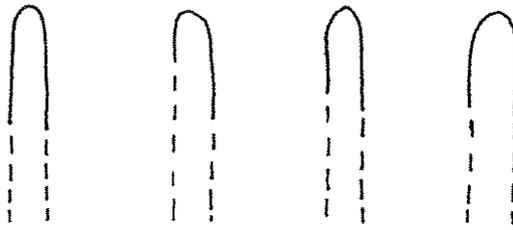
<b>Quadro 13 – Poço Grande – Cerâmica. Tipos de bordas e lábios</b>			
<b>Borda</b>	<b>Direção</b>	<b>Lábio</b>	<b>Quantidade</b>
Direta	introvertida	arredondada	2
Direta	vertical	arredondada	2
Direta	vertical	plana	1
Reforçada externamente	vertical	apontada	2
Reforçada externamente	vertical	arredondada	1
Não determinada	não determinada	não determinada	4
<b>Total</b>			<b>12</b>



Foto 35 – Poço Grande – Cerâmica - Bordas.  
 Observam-se peças com pintura vermelha e pontos pretos (antiplástico de cerâmica moída).  
 (Martins, 07/12/03).

Bordas  
Sambaqui: Poço Grande

Ceramistas Pré-Coloniais da Baía  
da Babitonga - Arqueologia e Etnicidade  
Dione da Rocha Bandeira



Nenhum outro tipo de artefato foi coletado<sup>83</sup>. Além da cerâmica, somente material rochoso, não trabalhado, foi coletado (2,5 kg). Entretanto, devido às alterações ocorridas na área, não podemos associá-los, com segurança, à ocupação indígena.

#### 5.2.1.2. Datação

Um fragmento maior de cerâmica coletado no setor A2. I nível I (0-10 cm)<sup>84</sup> (amostra PG-I/Código LVD 877) foi datado por termoluminescência pela Dra. Sonia Tatumi, da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC, em  $340 \pm 35$  anos AP.

### 5.3. *Por uma Etno-história para o litoral norte de Santa Catarina*

#### 5.3.1. Etno-história

Percebe-se que, nos últimos anos, tentando superar o caráter bastante descritivo dos trabalhos arqueológicos da tradicional corrente histórico-cultural e buscando dar alternativas interpretativas para diversos contextos arqueológicos, por exemplo, nos estudos voltados para os Guarani (Silva & Noelli, 1996) e Jê do Sul (Noelli, s/d), a Etno-história tem sido colocada como campo a ser explorado. Tem-se afirmado que somente com um “*amplo e aprofundado levantamento de todos os dados etno-históricos*” é possível avançar no conhecimento desses grupos (*idem*: 4) (grifo no original).

Na grande maioria dos trabalhos de Arqueologia no Brasil que se referem à Etno-história, esta é considerada fonte dos primeiros períodos de contato entre grupos indígenas e colonizadores.

Estas informações estariam em documentos escritos tais como diários, crônicas, relatos, cartas, atas e relatórios de missionários, viajantes, naturalistas, militares e administradores, principalmente do século XVI ao XVIII, que se encontram em arquivos, museus e bibliotecas, no Brasil, mas também em outros países.

---

<sup>83</sup> De alguns setores coletamos amostra de sedimento para análises sedimentológicas e flotação futuras, apesar dos problemas que o sítio apresenta.

<sup>84</sup> Em maior profundidade, não conseguimos material com as dimensões mínimas para datação.

O interesse dos arqueólogos é identificar informações que possam ser utilizadas como análogas para interpretações de evidências arqueológicas, do período pré-contato, com vistas à reconstrução histórica e cultural.

O texto *A Ocupação Tupi-guarani do Estado de São Paulo: Fontes Etno-históricas e Arqueológicas*, Scatamacchia (1984:197), bem exemplifica o que estamos apontando ao afirmar que:

*“Temos, portanto, informações etno-históricas e arqueológicas, que embora distanciadas temporalmente, devem ser correlacionadas para a reconstituição do processo cultural do grupo em questão. Através da análise bibliográfica dessas fontes pretendemos fazer um balanço dos conhecimentos sobre a presença dos grupos Tupi-guarani no Estado de São Paulo.”*

Mas o que é Etno-história?

### **5.3.2. Arqueologia e Etno-história**

De fato, não há uma definição consensual para Etno-história, conforme Sheridan (1988:168), *“ela é uma daquelas disciplinas híbridas, recalcitrantes que resistem a uma definição conveniente”*.

Carrasco (1982), conceituou-a como: 1) os estudos antropológicos feitos a partir de documentos históricos; 2) os conceitos sobre sua própria história que tem um determinado grupo; 3) o estudo sobre a formação e desenvolvimento de um grupo étnico.

Já Ribeiro (1990: 39), no trabalho *Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos (1957-1988)* divide a Etno-história em duas vertentes: *“1) estudos baseados exclusivamente em fontes históricas e 2) aqueles que, além das fontes escritas, utilizam a memória tribal, o levantamento genealógico e a narrativa mítica”*.

A partir desses conceitos percebe-se que há abordagens bastante diferentes dentro do que se chama Etno-história - algumas em que é entendida como um meio, uma metodologia utilizada por outras ciências e, em outras, como um fim, a história de determinados grupos humanos.

De fato, desde o seu surgimento é discutido se a Etno-história é uma disciplina independente ou um ramo da História ou da Antropologia, se é uma metodologia ou se são os

dados, se busca a reconstrução de culturas antigas ou o estudo das mudanças que ocorreram em culturas indígenas desde o contato com europeus<sup>85</sup> (Trigger, 1982).

Entretanto, segundo Trigger (*idem*: 2), “a *Etno-história usa evidências documentais e tradições orais para estudar mudanças ocorridas em sociedades ágrafas desde o tempo dos primeiros contatos com os europeus*” (grifo nosso).

Neste sentido, distingue-se da Antropologia, que enfoca, via de regra, o presente dos grupos que estuda, e da História, cujo alvo é o europeu antes e depois de se estabelecer no mundo (*idem*, 1982).

A Etno-história, ao preocupar-se com mudanças, constituiu-se, desde seu início, justamente neste espaço em que a Antropologia não se aprofundava por considerar que as mudanças que ocorriam nas sociedades indígenas, pós-contato, levavam, na maioria das vezes, à desintegração, à extinção ou à assimilação (*ib. idem*).

E justamente porque se voltava para grupos sem escrita após o contato com europeus, seu surgimento ocorreu na América do Norte, Austrália e região do Pacífico, não acontecendo na Europa (*ib. idem*).

A partir dos estudos sobre aculturação, desenvolvidos por antropólogos como Redfield, Linton, Herskovits e Spicer, entre outros, que a perspectiva histórica para entender culturas nativas passou a ser considerada importante. A partir da década de 50 do século passado, o termo etno-história começou a ser utilizado e, alguns anos depois (1954), foi criada a revista intitulada *Etnohistory* (*ib. idem*).

Em seu início, então, a Etno-história foi desenvolvida, principalmente, por antropólogos que passaram a pesquisar documentos. Porém, por falta de uma formação mais específica, os documentos eram vistos como diários de campo e, portanto, como relatos fidedignos de acontecimentos passados.

Desde, pelo menos, a década de 70, entretanto, muitos historiadores e até profissionais de outras áreas, como por exemplo, geógrafos, têm desenvolvido estudos em etno-história (*ib. idem*).

---

<sup>85</sup> Processo semelhante também tem passado a Arqueologia. Às vezes é entendida como pré-história e vista como um dos ramos da Antropologia ou um período da História, às vezes é considerada uma metodologia específica para o estudo de objetos, cujos resultados devem ser interpretados por aquelas disciplinas. Inerente ao processo pelo qual passam todas as disciplinas durante sua constituição, a Arqueologia, atualmente, coloca-se como uma ciência que se caracteriza por sua natureza extremamente interdisciplinar, mas com fundamentos teóricos e metodológicos próprios. Talvez, processo semelhante, também, esteja percorrendo a Etno-história.

Muitos dos trabalhos etno-históricos trouxeram contribuições às sociedades indígenas em várias questões tais como as que dizem respeito a litígios de terras, mas, sobretudo, na conscientização dos próprios grupos sobre sua história e condição.

Esta última questão, de uma certa maneira, contribuiu para que os grupos, muitas vezes, criticassem as interpretações da história produzidas pela Etno-história, consideradas, superficiais, ofensivas e distorcidas, caracterizando aquilo que Trigger (*ib. idem*: 6) chamou de *Pitfalls of Ethnohistorical Method*.

Depois de mais de duas décadas, a Etno-história é definida um pouco diferente de como a foi por Carrasco e Trigger nos anos 80. Pelo menos entre os etno-historiadores, é entendida como a história dos grupos que têm ficado fora da história, aquelas populações marginalizadas, ditas vencidas, tais como de indígenas e de negros, buscando a percepção deles (Sider, 1994), a partir deles mesmos e de fontes escritas.

Conforme Ferreira Neto (1997:328) “(...) a etno-história aponta para uma ruptura crescente com as formas auto-centradas de entendimento das relações entre os homens (...). Colocando as etnias em evidência, aprofundou o significado da liberdade de ser, ao mesmo tempo que contribui decisivamente para a gênese de novas formas de relação com a alteridade e com a singularidade, acima de tudo dialéticas”.

Recentemente, talvez como um recorte deste campo acima definido como Etno-história, ou como uma expansão do campo de ação da História em direção às sociedades indígenas, que vinham sendo ignoradas, com raras exceções, por esta ciência (Monteiro, 1992), vê-se uma série de publicações que se referem à *História Indígena*. Em alguns desses trabalhos, além dos estudos de campo com vistas a levantar informações orais e do levantamento da documentação escrita, consideram-se os estudos de Arqueologia e Antropologia Física.

A publicação *História dos Índios do Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha em 1992, em que estão incluídos, por exemplo, os trabalhos do antropólogo físico Francisco Salzano e das arqueólogas Niéde Guidon e Anna Roosevelt, retrata esta perspectiva que estamos destacando.

Nesta História Indígena, ao contrário do que vinha acontecendo até então, em que as informações etno-históricas eram buscadas pelos arqueólogos como subsídios para seus estudos, as interpretações arqueológicas são requeridas para a construção dessa história.

Nesta ótica, defende-se que *“os vestígios arqueológicos são importantes documentos para o estudo da história indígena e que é um equívoco pensar que a história das populações indígenas está apenas ligada à expansão dos europeus”* (Neves, 1995: 175).

Há uma tendência nas Ciências Sociais<sup>86</sup>, em particular a História, a Antropologia e a Arqueologia, e os profissionais que as exercem, na busca de um mais completo e profundo conhecimento científico das sociedades humanas, de se mesclarem em termos de objetivos, enfoques e metodologias, como atestam as várias sub-disciplinas Etno-história, História Indígena, Etno-arqueologia, entre outras, que vêm se configurando nas últimas décadas.

### 5.3.3. Etno-história e Identidade Étnica

As contribuições da Etno-história para o estudo de grupos étnicos e questões ligadas às identidades são imensas. Destacando dois enfoques importantes, consideramos que (1) eles revelam a complexidade que envolve as inter-relações entre grupos, perspectiva importantíssima para se pensar em interpretações de contextos arqueológicos pré-coloniais e históricos e (2) possibilitam, aos grupos étnicos, subsídios para suas lutas frente aos grupos dominantes (Sider, 1994).

Este último aspecto corresponde a uma etno-história, diríamos, mais engajada. Sider (*idem*: 111), estudando nativos do sudeste dos EUA no período colonial, destaca que, embora tenham sido os índios que ensinaram aos colonizadores o plantio de importantes cultivares, a eles foi atribuída a identidade *“de selvagens das fronteiras das florestas e campos.”*

Levando a fundo o papel que a Etno-história deve exercer em favor das sociedades indígenas hoje, Sider (*ib. idem*: 115) defende que a Etno-história seja entendida como uma *“luta sobre a produção e distribuição da cultura e ao mesmo tempo da existência dos povos”*, uma luta contra estas falsas identidades culturais construídas e por ele exemplificada acima.

Por outro lado, a cultura, para esse autor (*ib. idem*:116), seria constituída de *“profundos conflitos onde as pessoas buscam criar diferentes histórias materiais e conceituais dentro e contra a mesma história geral, uma história em que as pessoas procuram continuamente criar ou transformar”*.

Em suma, para esse autor, correndo o risco de simplificar muito suas idéias, as identidades surgem e desaparecem a partir de contextos culturais e históricos permeados de

---

<sup>86</sup> E não somente, haja vista as inter-relações com a Biologia, por exemplo.

conflitos. À Etno-história caberia esforçar-se para que grupos étnicos possam fazer e contar a sua história.

Nas pesquisas voltadas para afro-americanos têm sido recorrentes os enfoques sobre novos arranjos identitários. As *nações* Yorubá e Voodoo/Jeje em vários países da América, segundo Matory (1999), retratam a dinâmica e a complexidade da constituição de identidades étnicas, perspectiva que diz respeito ao outro campo em que a Etno-história traz grandes contribuições, acima mencionado.

Essas nações, mais especificamente a Yorubá, do modo que foram constituídas na América, foram fruto da “*agency - ou intencionalidade e ação estratégica bem-sucedida – dos oprimidos e sua sabedoria cosmopolita*” (*idem* :61).

O mesmo pode-se dizer da nação Jeje. Ela não era mais identificada na África e no Brasil, mas, em torno de 1930, volta a florescer neste último. Esta ressurreição, conforme Matory (*ib. idem*: 66), seria uma reação a “*a posição de destaque simbólico dada à identidade étnica djedji*”.

Esse autor, embora não seja esta a questão central deste seu trabalho, vai à contramão dos argumentos primordialistas que consideram que as manifestações afro-americanas são “sobrevivências mais ou menos puras” (*ib. idem*:68) de culturas originais africanas.

Em uma palavra, para Matory (*ib. idem*: 68), “*muito do que é chamado de memória cultural ou coletiva da diáspora africana, e em toda nação, o corre em contexto de poder, negociação e recriação*”.

O estudo sobre os Tupinambá, de Viveiros de Castro (1992), trata, também, de questões relativas às identidade étnicas.

Apesar de um discurso ou atitudes abertas quanto às doutrinas católicas que passaram a ser impostas aos Tupinambá, pelos jesuítas no século XVI, esses índios mantinham ou retomavam, enquanto foi possível, suas crenças e práticas (Viveiros de Castro, 1992).

Para esse autor, embora se possa acreditar que toda sociedade tende a preservar sua cultura, “*que o ser de uma sociedade seja o preservar*” e que depois de modificada elas não mais retrocedem, emergindo somente um “*simulacro inautêntico de memória, onde a “etnicidade” e a má consciência dividem o espaço da cultura perdida*” (*idem*:27), não é isto que ocorreu entre os Tupinambá. Foi somente com a proibição do canibalismo e os rituais relacionados a ele, e não pela crença e prática nos ritos cristãos, que a identidade Tupinambá foi atingida.

“A troca, ao invés da identidade, [era] o valor fundamental a ser mantido”, conforme Viveiros de Castro (*ib. idem*: 32) citando Clifford (1988), nós diríamos, é a troca o valor fundamental da identidade.

Whitehead (*idem*), ao pesquisar grupos nativos do Suriname, desde os primeiros contatos com os colonizadores, em particular com os holandeses, constata que um processo de surgimento (*ethnogenesis*) e desaparecimento (*ethnocide*) de identidades étnicas ocorre.

Em função das pressões vindas dos colonizadores, há uma redução da variedade cultural e uma reordenação dos sistemas políticos e econômicos, “*novas identidades de grupos foram criadas e velhas caíram em desuso*” (*ib. idem*: 21).

Para embasar seus argumentos, esse autor apresenta um outro conceito, o de *formação étnica*, que para ele significa “*the range of native political structures, economic systems, and cultural practices that went together to define the ethnicity of any particular group*” (*ib. idem*: 20).

Esta formação étnica seria uma *estrutura unitária* adequada para a análise histórica, em que a noção da possibilidade de mudança é sugerida. Com isso se buscava evitar aquela visão de culturas nativas isoladas e discretas.

Whitehead faz crítica à teoria de Barth (1969), na qual as bases culturais são vistas como determinantes no modo como identidades étnicas são produzidas.

Segundo ele, “*arguments for a strong continuity through the contact period are always in danger of a simplistic projection of present ethnic categories onto the heterogeneous data from the past*” (Whitehead, 1996:34).

Como apontam esses estudos, as discussões que a Etno-história tem produzido são importantes para o estudo do Guarani no Litoral Norte de Santa Catarina. Permitem uma abordagem que se contrapõe aos modelos fechados em que a noção de continuidade é preponderante ao tratar deste grupo, por exemplo.

Os estudos arqueológicos sobre o Guarani avançaram muito na última década, enfocando subsistência (Noelli, 1993), simbologia (Tocchetto, 1996), etnoarqueologia (Assis, 1999), gênero (Landa, 1999) e organização social (Soares, 1996) atestam isso. Entretanto, há uma forte tendência de ver o mesmo Guarani desde os tempos pré-coloniais.

A Etno-história é um campo fundamental para os projetos arqueológicos. Não somente pelo aporte de dados essenciais que fornece para as tentativas de reconstrução histórico-culturais, se entendida como fonte, mas sobretudo, pelas discussões que tem suscitado sobre a

permanência e mudança, o surgimento e o desaparecimento de identidades étnicas, ou seja, a complexa dinâmica que envolve as situações de contato entre índios e europeus, e com certeza, também, nas situações de contato entre indígenas, inclusive, antes da conquista.

Há, naturalmente, que se ter cautela ao lidar com as fontes quando se trata da questão das identidades étnicas porque, no geral, quando se trabalha com textos de cronistas, há muitas dificuldades, inclusive de se identificar “*unidades sociais significativas e suas fronteiras*” (Fausto, 1992:383). Pois, conforme esse autor (*idem*: 385), ao se referir aos documentos etno-históricos, os “*dados sobre diferenças interétnicas, sinais diacríticos de identidade, distinções dialetais são mínimos, pois os cronistas preferiam antes enfatizar a unidade de costumes e língua*”.

#### 5.3.4. Etno-história Guarani no litoral norte de Santa Catarina

Há uma vasta lista de publicações e documentos que se referem ao litoral brasileiro nos primeiros séculos de colonização. Entretanto, em se tratando de Santa Catarina e, em particular o litoral norte, são escassas.

A literatura mais acessível apresenta informações dos séculos XVIII e XIX e do Litoral central, como é o caso da publicação *Ilha de Santa Catarina – Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX* (Haro, 1996). Alguns desses viajantes estiveram no Litoral Norte e mencionam a cidade ou porto de São Francisco ou São Francisco do Sul e cujos textos podem ser encontrados nos volumes reeditados na *Coleção Reconquista do Brasil*, das editoras Itatiaia e da USP. O inglês Mawe (1978:57), que esteve em Santa Catarina em 1807, refere-se ao magnífico porto de São Francisco. O francês Auguste Saint-Hilaire (1978) apresenta, em *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, capítulo específico sobre o Distrito de São Francisco, no qual teria estado em 1820. Seu relato é interessante porque remete constantemente a outros autores que escreveram sobre a região, no século XIX, como Aubé e Mawe, e também nos primeiros séculos da colonização, como Gabriel Soares de Souza (em sua viagem de 1587). Saint-Hilaire (1978) quando se refere aos indígenas da região menciona o Carijó. Diz “*A ilha de São Francisco tinha sido outrora o cupada pelos índios Carijós*” (*idem*: 141). Deixando claro, com esta afirmação e com uma outra frase que inicia com “*No tempo dos índios...*” (*idem*: 139), que na época de sua visita não havia mais índios na região.

Há várias outras publicações que tratam de visitas à região de São Francisco como as de Carl Seidler em 1825 (1980), de Robert Avé-Lallemant em 1858 (1980), de Ferdinand Denis (1980) e do Pe. Aires de Casal (1976).

Entretanto, não há referência à presença indígena. Pelo decurso dos séculos anteriores, não mais havia índios Guarani no litoral catarinense. Quando mencionados nesses relatos, o foram com base em informações de personagens que estiveram em Santa Catarina, nos séculos XVI e XVII.

Muitos foram os europeus que passaram pela costa catarinense nos dois primeiros séculos da colonização. Nas obras clássicas que tratam da História de Santa Catarina (Boiteux, 1912; Cabral, 1994, Luz, 2000 e Piazza, 1983) há referência, para o século XVI, aos seguintes viajantes:

Binot Palmier de Gonneville (1504), Dom Nuno Manoel e Cristovão de Haro (1514) – deram o nome de São Francisco à região (conforme Boiteux, 1912),

João Dias Solis (1515), refere-se à Ilha da Prata, que alguns consideram Santa Catarina e outros São Francisco, e deu o nome de São Francisco à região (segundo Pereira, 1984),

Cristovão Jacques (1521),

Fernão de Magalhães (?),

Alonso Garcia (1522),

Garcia Jofre de Loyasa e Don Rodrigo de Acuña (1525),

Sebastião Caboto (1526 ou 1542),

Martin Afonso de Souza (1530?),

Pedro Mendoza e Gonzalo de Mendoza (1534),

Alonso Cabrera (1537),

Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1541),

Juan Hernandes (?) - vindo do Paraguai para incentivar o cultivo da mandioca entre os índios para abastecer navios (conforme Cabral, 1994)

Diego Sanabria (Filho de Juan de Senabria) com Juan de Salazar y Espinoza (1553),

Hans Staden (1549),

Dom Pedro Ortiz de Zarate (1572),

Rui Dias de Melgarejo (1573),

Don Diego Mandieta (1573),

Francis Drake (1581),

Juan Ortiz de Zarate (?),

Jaime Rasquim (?),

Diogo de Mendieta (?).

A historiografia regional, em geral, tem considerado que a expedição do capitão francês Binot Palmier de Gonneville esteve em São Francisco do Sul nos primeiros anos do século XVI (de 05 de janeiro a 3 de julho de 1504). O município de São Francisco do Sul está comemorando seus 500 anos em 2004. Entretanto, há controvérsias se esta expedição esteve mesmo em São Francisco do Sul.

O relato dessa expedição seria a primeira, e uma das poucas, até o momento, conhecidas, referência aos indígenas que viviam no Litoral Norte de Santa Catarina nesse período. No livro de Leyla Perrone-Moisés (1992), intitulado *Vinte Luas*, há, na íntegra<sup>87</sup>, o documento (Relação da Viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias) em que Gonneville conta, resumidamente, como foi a viagem e descreve as aldeias e alguns dos costumes indígenas, já que o diário de bordo foi perdido com o naufrágio do navio após ataque de piratas.

Os aspectos da cultura material dos nativos descritos são fontes importantes para uma possível analogia entre as informações arqueológicas e dos Guarani em geral. Destacamos os seguintes trechos:

*(...) vivendo da caça e pesca, e do que a terra lhes dá de per si, e de alguns legumes e raízes que plantam; indo meio nus, os jovens e a maioria dos homens usando mantos, ora de fibras trançadas, ora de couro, ora de plumas, como aqueles que usam em seus países os egípcios e os boêmios, exceto que são mais curtos, com uma espécie de avental amarrado sobre as ancas, indo até os joelhos, nos homens, e nas mulheres até o meio das pernas; pois homens e mulheres se vestem da mesma maneira, exceto que a vestimenta da mulher é mais longa.*

*E usam as fêmeas colares de pulseiras de osso e de conchas; não o homem, que usa, em vez disso, arco e flecha tendo por virotão um osso devidamente acerado, e um chuço de madeira muito duro, queimado e afiado no alto; o que constitui toda a sua armadura.*

*E vão as mulheres e as meninas com a cabeça descoberta, tendo os cabelos gentilmente trançados com cordéis de ervas tingidas de cores vivas e brilhantes. Quanto aos homens, usam longos cabelos soltos, com um círculo de plumas altas, de cores vivas e bem dispostas. (...)*

*Também dizem que o dito país é medianamente povoado.*

*E as habitações dos índios formam aldeias de trinta, quarenta, cinqüenta ou oitenta cabanas, feitas à maneira de galpões com estacas unidas umas às outras, ligadas por ervas e folhas, com as quais os ditos habitantes são igualmente cobertos; e têm por chaminé um buraco, para sair a fumaça. As portas são bastões corretamente ligados; e eles as fecham com chaves de madeira, quase como as que se usam, nos campos da Normandia, nos estábulos.*

*E seus leitos são as esteiras macias cheias de folhas ou penas, suas cobertas são esteiras, peles de animais ou plumagens; e seus utensílios domésticos são de madeira, mesmo as panelas, mas estas são revestidas de uma espécie de argila da espessura de um dedo, o que impede que o fogo as queime.*

---

<sup>87</sup> Tradução feita por esta autora do documento original em francês.

*Também dizem ter notado que o dito país está dividido em cantões, cada um com seu Rei; e embora os ditos Reis não sejam mais bem alojados e vestidos do que os outros, são muito reverenciados, por seus súditos; e nenhum é tão atrevido que ouse desobedecer-lhes, já que eles têm poder de vida e de morte sobre seus vassallos (...)*

*O dito rei era aquele em cuja terra permaneceu o navio; seu nome era Arosca. Seu país tinha a extensão de um dia, e era povoado de cerca de uma dúzia de aldeias, cada uma das quais tinha seu capitão particular, e todos obedeciam ao dito Arosca.*

*(...) em paz com os Reis vizinhos, mas eles e seus vizinhos guerreavam com outros povos das terras interiores: contra os quais investiu duas vezes, durante a estada do navio, levando de quinhentos a seiscentos homens cada vez.(...) (Perrone-Moisés, 1992:21-23).*

Entretanto, para Pereira (1984) a questão acerca do local onde aportou a expedição de Gonneville continua em aberto. Não há semelhança entre a baía de Babitonga e o rio francês Orne, conforme foi afirmado pelos expedicionários, quando adentraram a costa à procura de um porto. Além das diferenças morfológicas (o rio Orne seria muito menor), a questão básica é que a Babitonga não é um rio, embora a maioria das baías brasileiras tenham sido identificadas como rios (Rio de Janeiro, por exemplo, entre outros). As publicações todas (Cândido Mendes de Almeida, Tristão de Alencar Araripe, H. Boiteux, entre outros) que afirmam ter estado Gonneville e sua expedição na baía da Babitonga, basearam-se na conjectura do geógrafo francês Armand d’Avezac (*idem*: 24) que, em 1869 publicou a relação autêntica. Neste documento, declara:

*“Como a terra onde aportaram era ao sul do trópico e aí chegaram ao cair das calmarias, torna-se evidente que o surgidouro deverá ser na costa do Brasil, entre as latitudes de 24’ por lado e 27’ a 30’ por outro lado. Ora, na latitude média entre os dois termos, aos 26’ e 10 sul, desemboca o Rio de São Francisco do Sul, no país habitado pelos Carijós” (*idem*: 17).*

Aleixo Garcia (em 1522) e Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (em 1541), também estiveram na costa norte catarinense. Percorreram o caminho indígena conhecido como Peabiru que ligava o Atlântico a o Pacífico. O segundo viajou até Assunção e o primeiro até os Andes, tendo sido o primeiro europeu a conhecer o império Inca (Bond, 1998). Ambos deram início à viagem na foz do rio Itapocu, acompanhados de índios Guarani. Outro viajante, que também empreendeu esta viagem, foi Juan de Salazar y Espinoza, em 1551.

Tivemos acesso ao relato de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, através da edição de 1999 de seu livro *Naufrágio e Comentários*. Entretanto, nada menciona sobre o litoral Norte e nem sobre indígenas que habitavam aquelas terras. Unicamente diz: *“Cruzaram pelo rio Itabocu, tendo tomado posse do mesmo e de toda aquela terra em nome de Vossa Majestade, como terra nova descoberta”* (Cabeza de Vaca: 156).

Hans Staden (1974), na segunda viagem que fez ao Brasil, em 1549, com Juan de Salazar y Espinosa, esteve, devido ao naufrágio da embarcação em que viajava, durante dois

anos na Ilha de Santa Catarina. Menciona em alguns momentos a presença indígena, porém, sem apresentar maiores informações. Ao aproximar-se da ilha num bote, diz: “*De quando em quando procurávamos divisar alguma fumaça, mas nada descobríamos. Pareceu-nos então ver em frente da floresta, num vale, algumas choças. Seguimos para lá. Eram velhas choças, sem ninguém dentro*” (*idem*: 59). E, mais adiante: “*Logo avistamos, como navegássemos nessa direção, cinco canoas repletas de índios, que remavam direto ao nosso encontro*” (*idem*:61).

Dado importante relativo a esta viagem é que parte da tripulação que ficou na ilha de Santa Catarina mudou-se para a Ilha de São Francisco e lá permaneceu por cerca de dois anos. Entre eles está o casal Hernando de Trejo e Maria de Sanábria<sup>88</sup>, que teve, nesta ilha, o filho Hernando de Trejo y Sanábria, posteriormente, bispo de Tucuman e fundador da Universidade de Córdoba. Em 1553, o jesuíta Leonardo Nunes, chega à ilha para resgatar as senhoras.

Entretanto, não encontramos nenhuma publicação que trouxesse maiores informações sobre este período ou referência a documento produzido por alguns dos membros da expedição.

Um outro tipo de fonte, em que é possível encontrar informações sobre indígenas de Santa Catarina, são os relatos de religiosos. Uma das mais importantes referências é a obra de Serafim Leite (1945) *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Há um capítulo específico no livro V sobre Santa Catarina.

São relatadas, para a segunda metade do século XVI e século XVII, as missões dos seguintes padres:

Leonardo Nunes em 1553,

Pero Correia e João de Souza em 1554,

Agostinho de Matos e Custódio Pires em 1596,

Jerônimo Rodrigues e João Lobato entre 1605-1607 (A Missão dos Carijó),

Afonso Gago e João de Almeida em 1609,

João Fernandes Gato e João Almeida em 1617,

Antônio de Araújo e João de Almeida em 1622,

---

<sup>88</sup> Em pesquisa no Arquivo Nacional [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br) e Biblioteca Nacional [www.bn.br](http://www.bn.br) não encontramos informações disponíveis indexadas a este período e a estes personagens. O mesmo ocorreu em pesquisa que fizemos no Arquivo Público de Santa Catarina (só documentação a partir XVIII). O *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827* de Serpa e Flores (2000) não trata de documentação referente aos primeiros séculos de colonização.

Pedro da Mota e Pero Rodrigues em 1624,

Manuel Pacheco e Francisco de Moraes em 1628,

Inácio de Siqueira e Francisco de Moraes em 1635.

A missão dos padres Jerônimo Rodrigues e João Lobato, que tivemos oportunidade de ler na íntegra, não se refere a índios do litoral norte de Santa Catarina. Apesar de que, na relação produzida pelo Padre Jerônimo Rodrigues, ao relatar a origem e uma das justificativas da missão, diz (...) *em que lhe pedia Padres pera virem com ele a pousar no Rio de S. Francisco, que está naquela paragem, aonde os Carijós mataram nossos Irmãos (...)* (Leite, 1940:197).

Entretanto, o destino dessa missão era Laguna. Ao se referir à chegada à Laguna, Padre Jerônimo diz *“E assim chegamos à terra dos Carijós, aos 11 de Agosto de 605 (...)”* (idem: 215). Como se ali vivessem os Carijós e não, em outros pontos do litoral.

Durante a viagem, são forçados a adentrar o Rio de São Francisco. Deste trecho da viagem a única menção a indígenas é a seguinte:

*“Saídos pois de Paranaguá, fizemos nossa viagem com mares mui grossos, e sempre a remos. E, chegando de frente da barra de um rio, que se chama Guaratiba, não achamos remédio pera nele podermos entrar, e botar muitos escarcéus ao mar. E assim nos foi forçado (ainda que era quase noite) irmos, por diante, ao Rio de S. Francisco, que estava dali a quatro ou cinco léguas, no qual entramos perto da meia noite, como se entráramos por um rio morto, por ter uma barra mui fermosa, grande e funda. Só dos padres moços tínhamos lástimas, por já não poderem consigo, com haverem remado sem descançar, desde pela manhã até a aquelas horas; mas quis-nos o Senhor logo consolar com acharmos ali uma canôa de Carijós, que logo pela manhã nos vieram visitar; pregando um deles, e mostrando alegria com nossa vinda; mas, depois, não foi qual nos cuidávamos que fôsse. Este foi um dos que o P. Custódio Pires e o P. Agostinho de Matos tinham trazido de S. Vicente aos Patos. E assim logo disse ao Padre que desse facas a todos os que ali tinha consigo, sem nos o ferecer nem sequer uma talhada de carne de moquém da muita que tinha (idem: 212-213)”*.

Temos a impressão que já neste período não havia maiores concentrações de índios no litoral norte. Por sua proximidade maior com paulistas, deve ter sido uma das primeiras regiões alvo das sangrentas expedições de aprisionamento e escravização. Conforme Monteiro (1994:37) *“(...) já existia, antes mesmo da fundação de São Vicente, um modesto tráfico de escravos do litoral sul, encontrando-se, no meio do século [XVI], muitos escravos carijó nos engenhos de Santos e São Vicente”*.

O relato do padre Jerônimo refere-se a Carijós passando fome, aldeias pequenas com poucos índios como atesta esse trecho em que conta *“(...) E assim nos metemos na primeira casa da primeira aldeia, que segunda nem terceira e outra alguma tinha. E assim são cá todas as aldeias, de maneira que, a uma casa, chamam aldeia. E esta não tinha dentro em si mais de*

*tres moradores, ou para melhor dizer tres casai com tres ou quatro filhos (...)*” (*idem*: 216-17).

É indubitável o alto grau de alteração que o modo de vida destes índios já sofrera no início do século XVII, o que torna qualquer tentativa de usar estes relatos como fonte para atingir o Guarani pré-colonial, muito frágil.

Embora não trate de nossa região de estudo, consultamos a obra do padre jesuíta Antônio Ruiz de Montoya (1997) que missionou, em meados do século XVII, pelas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Há várias indicações de costumes dos Guarani e diferenças entre eles.

Não há dúvidas que no litoral norte de Santa Catarina há indícios da presença Guarani atestada pelo sítio cadastrado por Piazza e neste projeto parcialmente escavado. Com todos os prejuízos que a cerâmica coletada apresenta, percebem-se elementos que podem ser relacionados à cerâmica Guarani. Antiplástico constituído de grãos de minerais e cacos de cerâmica moídos (em menor quantidade). Fragmentos com espessuras de 15 mm, que remetem a vasilhames de grandes proporções. Cerca de 15% dos fragmentos com vestígios de pintura, além de fragmentos com decoração plástica dos tipos ungulado simples, dígito-ungulado e ungulado em barra longitudinal. Essas características são as mesmas identificadas nas cerâmicas descritas para sítios de Paranaguá, Paraná (Chymz, 2002), de Florianópolis (Shmitz, 1959 e Piazza, 1965) e do litoral sul de Santa Catarina (Lavina, 1999, 2000b).

Além disso, o local de implantação – planície aluvial às margens do rio Poço Grande – corresponde a ambiente similar a outras antigas aldeias Guarani no litoral de Santa Catarina. Entretanto, esse sítio não está na baía da Babitonga. Nesta, ainda, não foi registrado, com segurança, nenhum sítio Guarani. Este fato, certamente, pode ser decorrente da baixa visibilidade que estes sítios têm se comparados aos sambaquis. Nosso levantamento trabalhou somente com informações existentes na bibliografia arqueológica e de moradores de diversas localidades da região.

Também pode-se considerar que suas aldeias estivessem justamente onde hoje estão as cidades. São freqüentes os registros de sítios pré-históricos sob estruturas urbanas (por exemplo, o sambaqui que havia onde está hoje o Clube Harmonia Lyra, em Joinville, no centro da cidade).

Outro ponto a se considerar é a maior fertilidade que os solos de antigas aldeias apresentam. Com o acúmulo de matéria orgânica durante a ocupação, estas áreas tornam-se

melhores para a horticultura. Há registros de sambaquis cuja superfície foi utilizada para lavoura (por exemplo, sambaqui Espinheiros II em Joinville e Bupeva I em São Francisco do Sul). O plantio, como pudemos constatar no sítio Poço Grande, pode destruir as camadas arqueológicas, principalmente quando se trata de sítios com camadas delgadas como é característico de sítios Guarani, que não ultrapassam 50 cm (Lavina, 1999). Entretanto, todos os sítios não podem ter sido destruídos.

A literatura etno-histórica que se refere explicitamente a grupos que viviam nesta região, ainda é escassa. Descrição com maior detalhamento conhecida é a relação de Gonneville, cujo ponto da costa que arribou não está inquestionavelmente definido.

No litoral do Paraná a situação não é diferente – a presença indígena no início da colonização não é conhecida. Chymz (2002:74) diz o seguinte sobre esta questão: *“Pouquíssimos dados podem ser resgatados na documentação existente com relação ao tipo humano e aos usos e costumes dos índios”*.

A descrição que Gonneville faz dos indígenas que viviam na região, se comparada com as produzidas para os Guarani em outras regiões, levanta alguma dúvida quanto à sua vinculação com este grupo. Temos aqui uma situação intrigante. Se Gonneville esteve mesmo na Ilha de São Francisco duas possibilidades se colocam:

- contactou grupo Guarani com diferenças significativas daqueles descritos em outras regiões;
- ou contactou grupos de outras etnias que vivam na região.

Ambas hipóteses levantam dúvidas acerca do modelo de ocupação solidamente estabelecido para o litoral catarinense que preconiza que eram os Guarani ou Carijó que viviam nesta região, no período da chegada dos europeus.

Por outro lado, ao se considerar Guarani o grupo mencionado, questiona-se, também, a tese da manutenção, por estes índios, de um mesmo padrão cultural por todas as regiões que ocupou, desde sua saída da Amazônia, defendida por alguns (Noelli, 1993).

Lavina (2000b: 91), referindo-se a Gonneville como um dos primeiros europeus a entrar em contato com os Guarani diz: *“embora uma leitura atenta da cultura material e da sociedade encontrada pelos navegadores levante dúvidas a respeito [da vinculação dos indígenas descritos por ele e os Guarani], já que muitos dados não condizem com o que se conhece a respeito da cultura Guarani convencional”*.

Em nossa avaliação<sup>89</sup>, pelo menos três pontos da descrição dos indígenas distinguem-se bem das descrições feitas dos Guarani:

1) Em todos os relatos é colocado como hábito Guarani o de dormir em rede e não em esteiras.

Conforme Gonneville, *seus "leitos são as esteiras macias cheias de folhas ou penas, suas cobertas são esteiras, peles de animais ou plumagens"*. Descrição que não está de acordo com o colocado para o Guarani, mas sim com os Jê (Lavina, 1994).

2) O mesmo pode-se dizer da panela. Embora em todos os relatos sobre modo de vida Guarani haja menção à enorme variedade de formas de utilização de madeira – para construção das casas, canoas, instrumentos musicais, armas etc. não vimos referência a panelas revestidas de barro. Noelli (1993:221) referindo-se a recipientes de madeira, diz que *“estes itens são questionáveis, sujeitos a serem rejeitados em outras análises, mas haveria a possibilidade de existir pratos, "cochos" escavados na madeira, a exemplo dos pilões e canoas"*. A descrição de Gonneville – *“seus utensílios domésticos são de madeira, mesmo as panelas, mas estas são revestidas de uma espécie de argila da espessura de um dedo, o que impede que o fogo as queime”* – vai de encontro ao descrito para o Guarani. Ao referir-se a utensílios de cozinha seria de se esperar que ele mencionasse as panelas de barro, também.

3) As habitações descritas por Gonneville – *“feitas à maneira de galpões com estacas unidas umas às outras, ligadas por ervas e folhas, com as quais os ditos habitantes são igualmente cobertos; e têm por chaminé um buraco, para sair a fumaça. As portas são bastões corretamente ligados; e eles as fecham com chaves de madeira, quase como as que se usam, nos campos da Normandia, nos estábulos”*, também fogem do “padrão” Guarani. As ilustrações de Hans Staden (1974), de 1557, dos Guarani da Ilha de Santa Catarina e de Ulrich Schmidl, de 1599 (Perrone-Moisés, 1992), dos Cariós não representam orifícios.

A maioria das fontes que estamos utilizando permitem questionar a presença Guarani no litoral norte de Santa Catarina.

A etno-história, a partir informações contidas na documentação referente aos primeiros contatos entre nativos e europeus no início da colonização, aponta dúvidas sobre a identidade do grupo étnico que vivia no litoral norte de Santa Catarina, no século XVI. Por um lado, há fonte que os descreve de modo diferenciado ao Carijó contatado em outros pontos do litoral. Por outro lado, há uma falta de pesquisa sobre a documentação quinhentista sobre esta região.

---

<sup>89</sup> Rodrigo Lavina, com quem discutimos a questão, partilha a mesma opinião.

As publicações que tratam da questão baseiam-se em publicações anteriores e não em pesquisas na documentação original.

Além disso, são recorrentes, nessa literatura, indicações de fortes diferenciações sócio-culturais entre grupos tomados como um mesmo. A seguinte citação de Montoya (1997:211) indica, certamente, uma das causas para esta percepção. “(...) *Esta redução [Nossa Senhora dos Reis] forjou-se a Companhia de várias nações de índios com a diversidade de suas línguas, ainda que todos se entendam através da comum, guarani*”.

Os relatos que falam dos Guarani, assim como demais indígenas no litoral do Brasil no início do século XVI, em geral, mencionam a presença de outros grupos, nitidamente diferenciados, são chamados de Tapuias ou Guayana.

Gabriel Soares de Souza, em 1587 (2001:93), ao se referir a os nativos próximos ao porto de D. Rodrigo (Ilha de Santa Catarina) diz: “(...) *Essa terra é possuída dos tapuias, ainda que vivem algum tanto afastados do mar, por ser esta terra desabrigada dos ventos*”.

Isto indica que *"apesar do quadro sugerido pelas primeiras fontes escritas, os Guarani - conhecidos na época como Carijó ou Cario - não ocupavam esta vasta região de modo homogêneo ou exclusivo"* (Monteiro, 1992:477).

Entretanto, isto tem sido mais facilmente aceito para o interior. Para o litoral, há uma forte tendência em considerar o Guarani o único grupo em toda a sua extensão, embora indicações ao contrário.

Isto retrata o predomínio, que via de regra, as fontes escritas têm perante as materiais. Mesmo parcial e superficialmente estudadas, como parece ser o caso do litoral norte de Santa Catarina, as escritas têm sido tomadas como fontes exclusivas de informações sobre passado. O estudo da cultura material através da Arqueologia raramente ocorre e os poucos trabalhos produzidos não são consultados.

Segundo Jones (1998:219) “(...) *a interpretação de grupos étnicos dentro da Arqueologia Histórica está inserida dentro de uma estrutura narrativa derivada de fontes escritas e reflete o status privilegiado tradicionalmente concedido às palavras*”. E há diferenças entre as representações da etnicidade na literatura e a forma como ela é inscrita e expressa nas práticas culturais. O que torna necessária, para a interpretação de grupos étnicos, a superação da questão da interação do texto e da cultura material.

A materialidade permeia todas as atividades humanas, desde aquelas mais cotidianas, como as ligadas à produção de alimentos até aquelas mais esporádicas como os rituais

relacionados ao nascimento ou à morte de membros do grupo. Essas manifestações materiais, utensílios usados nas refeições ou as pinturas corporais, por exemplo, são, a um só tempo, reflexos e condutores das concepções culturais e relações sociais de grupos humanos. Consistem na cultura material que, nas palavras de Funari (1988:79), é a “*totalidade material socialmente apropriada (...) e toda a representação física da cultura*”.

O estudo da cultura material, através da Arqueologia, oferece a possibilidade de uma abordagem mais ampla do passado, na medida em que se volta para os vestígios de todos os segmentos da sociedade e não apenas àqueles dominantes (*idem*, 1999). Perspectiva esta que justificou e norteou a nossa pesquisa.

A possibilidade de haver regiões no litoral em que outras etnias existiam, é, pois, grande.

A questão da toponímia permanece em aberto, entretanto, há que se considerar três possibilidades alternativas. Pela similaridade das línguas faladas no litoral (Família Tupi-guarani), os conquistadores desenvolveram uma forma de se comunicarem com todos os grupos utilizando elementos comuns delas, é a Língua Geral (Scatamachia, 1995). As denominações de origem indígena podem estar relacionadas a esta língua. Durante o Estado Novo, através do movimento em prol da construção de uma nacionalidade, há uma valorização do mestiço. “*Elementos da arte marajoara foram incorporados na arquitetura de edifícios públicos e a mudança dos nomes de localidades para nomes em língua Guarani representa uma etapa na construção de uma identidade nacional*” (Hilbert, 2001: 111). Essas alterações podem ter atingido a região. Além disso, as similaridades lingüísticas nem sempre estão relacionadas às similaridades étnicas.

A Arqueologia, até o momento, não conseguiu produzir indicadores incontestes da presença Guarani na baía da Babitonga. Embora tenha produzido informação considerável para outras regiões de Santa Catarina, inclusive, no litoral.

De acordo com pesquisas arqueológicas (baseadas também em dados lingüísticos e etnográficos), os Guarani teriam sua origem no sudoeste da Amazônia, região a partir da qual se dispersaram em direção a o sul, pelo interior do continente. Sua dispersão ocorreu “*pelo sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai, pela costa atlântica adjacente e as bacias dos rios costeiros(...)*” (Brochado, 1989:74), conforme já mencionado.

A tomada de direção para o litoral deve ter ocorrido a partir do interior, em um ou mais pontos. Ao chegarem ao litoral, o Guarani teria se dispersado tanto para o sul como para o

norte, nas áreas onde conseguiu penetração, uma vez que o litoral como um todo deveria estar sendo habitado por outras sociedades.

As datações disponíveis para esta tradição em Santa Catarina indicam o extremo oeste, Itapiranga, a região com a mais antiga ocupação, com data de 1180 anos AP. Um pouco mais recentes estão as datações no litoral sul de Santa Catarina, em torno de 1000 anos AP. As mais recentes estão no litoral central, 910 e 555 anos AP (Gráfico 39).

Com base nestas datações pode-se pensar que o Guarani estaria ocupando o litoral de Santa Catarina mais tardiamente, a partir do sul. Aliás, isto já é um consenso, embora datação recente para o litoral central tenha recuado bastante a ocupação desta região.

De todo modo, pode-se cogitar a possibilidade de que as datações mais recentes para o litoral de Santa Catarina estejam no norte. A datação que efetuamos, em termoluminescência (TL), com material cerâmico do sítio Poço Grande, forneceu uma data de  $340 \pm 35$  AP. Esta data, extremamente recente, se real, reforça esta idéia de uma ocupação tardia no norte e talvez por isso mais tênue, mais rarefeita.

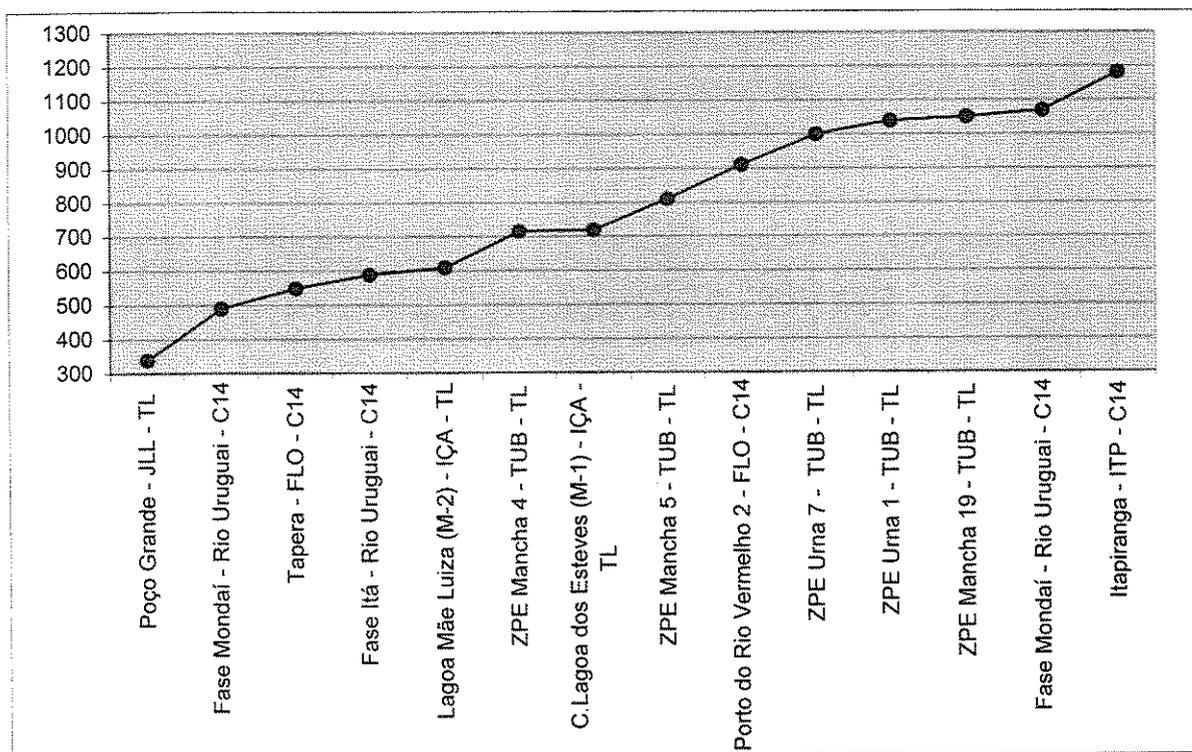


Gráfico 39 – Datações absolutas de sítios Guarani de Santa Catarina<sup>90</sup>.

<sup>90</sup> As abreviações referem-se aos municípios em que se situam os sítios datados - Joinville: JLL; Florianópolis: FLO; Içara: IÇA; Tubarão: TUB e Itapiranga: ITP.

A questão do limite norte da ocupação Guarani não é uma questão fechada. Chymz (2002), conforme já mencionado, levanta dúvida, com base em informações etno-históricas, sobre a identidade dos indígenas no Paraná. Talvez a divisão política entre sul e sudeste tenha influenciado a definição entre as duas sub-tradições.

## 6. CONCLUSÕES

Nosso entendimento sobre identidade étnica vai ao encontro do que tem sido defendido por antropólogos e arqueólogos, como Sian Jones. Ou seja, algo complexo, vinculado com tradições, mas também, com o contexto em que cada grupo se insere num determinado momento, e que depende da auto-percepção do grupo, o que imprime muita subjetividade à esta questão. Torna-se muito difícil interpretá-la a partir da cultura material unicamente. Por isso, não tínhamos a pretensão de definir grupos étnicos que ocuparam a baía da Babitonga na “pré-história”, nossa intenção, com esse referencial teórico, foi o de problematizar.

Para discutirmos a “pré-história” a nível micro e macro-regional são necessárias nomenclaturas para as variações que são constatadas, signifiquem ou não diferenças étnicas. Portanto, não estamos propondo que sejam abandonadas as filiações dos diferentes sítios em tradições arqueológicas ou substituídas por outras, que certamente apresentariam os mesmos problemas. Nosso enfoque nesta temática, já tão insistentemente tratada pela arqueologia brasileira, teve a intenção de alertar, em particular para a “pré-história” da baía da Babitonga, que estas classificações devem ser vistas como denominações provisórias, em que alguns elementos ou traços identificados através da cultura material estão sendo destacados, e que muito provavelmente não correspondem a grupos com fronteiras definidas, isolados e homogêneos, mesmo a nível micro-regional.

A produção, a partir da presente pesquisa, de novas informações sobre sítios com cerâmica na baía da Babitonga juntamente com uma revisão das pesquisas (documentação e acervos) realizadas até então, por pesquisadores amadores e arqueólogos, permitiu esboçar um quadro um pouco diferente do que se dispunha, até então.

O enfoque, nas publicações que trazem informações sobre os primeiros momentos de contato entre índios e brancos na região da baía da Babitonga, sob a perspectiva da Etnicidade, apontam que as leituras contidas em relatos e iconografias sobre o “outro”, não são, muitas vezes, respaldadas pela Arqueologia.

Referimo-nos ao discurso de ocupação por um único grupo no litoral de Santa Catarina no início da colonização. A Arqueologia, a partir de nosso trabalho, indica uma situação de diversidade e complexidade maior nesta região, mesmo que as interpretações só permitam falar de uma pré-historiografia regional, ainda bastante provisória. Muito poucos sítios foram pesquisados na baía da Babitonga, se considerarmos o número total de sítios que deve passar

de 200. Antes de nós, a última pesquisa em sítios com cerâmica foi realizada no início da década de 70, no sambaqui Enseada I, por Beck e outros. A continuação na pesquisa dessas sociedades deve ser agenda prioritária para a arqueologia regional futura.

A pesquisa arqueológica nos sítios em que há cerâmica semelhantes a Itararé, parece indicar diferenciações. Pelo menos dois grupos de produtores de cerâmica, não vinculados aos índios Guarani, viveram na região.

A pesquisa Zooarqueológica que vem sendo realizada nos sítios da baía da Babitonga, tem se revelado profícua. Identificou-se diferenciações nos recursos faunísticos utilizados na sua maioria, certamente, na alimentação, entre sítios próximos. Há elevado consumo de determinadas espécies em cada um dos sítios (roncador – Bupeva II, peixe-espada – Enseada I, baiacu e sargo, no Forte Marechal Luz). Isso pode indicar preferência alimentar, talvez, associada a diferenciações culturais, ou a aplicação de diferentes estratégias de pesca por um mesmo grupo. De fato, cada uma dessas espécies ocorre com mais frequência em alguns ambientes, não muito distantes entre si, mas não são exclusivas de nenhum deles.

Estas interpretações só foram possíveis porque conseguimos avançar em relação à coleção ictiológica de referência, aumentando significativamente o número de elementos ósseos identificados dessa categoria animal nas coleções arqueológicas pesquisadas. Entretanto, há, ainda, problemas. Não conseguimos tratar devidamente os micro-vestígios, pelas limitações nas identificações e mesmo nos cronogramas, pois demandam maior tempo. Não obstante, não há outro caminho se queremos estabelecer vínculos entre alimentação e cultura. Nessa questão, há que se trabalhar em áreas mais amplas nos sítios, e com demais elementos e processos relacionados à alimentação.

Reunindo nossas interpretações sobre alimentação, cerâmica e ambiente, diríamos que um dos grupos de ceramistas não relacionados ao Guarani estaria representado pelo Itacoara. Ambiente diferente, alimentação diferente, cerâmica de paredes mais finas, com grãos menores, decoração plástica, vasilhames menores e de cor mais claras. Acrescente-se, ainda, os dados paleogenéticos que também distingue o Itacoara dos demais ceramistas. Um outro grupo, também com diferenciações entre si, deve ser formado pelos ceramistas da costa, em ambientes similares e com afinidades genéticas entre si.

Estas informações que reunimos sobre as Tradições Itararé da baía da Babitonga que indicam diferenciações regionais, embora discretas, com certeza não permitem vincula-los diretamente com grupos não litorâneos. Além da cerâmica que é similar, as diferenciações a

nível alimentar, a estrutura dos sítios e principalmente a forma dos sepultamentos são muito maiores. Numa situação tem-se estruturas e galerias subterrâneas e enterramentos sob montículos e em outra, habitações sobre elevações de conchas em meio as quais são sepultados os mortos. Por mais que as discussões sobre identidade étnica indiquem que não há necessariamente relação entre identidade e cultura material, não podemos pensar que o mesmo grupo alteraria de tal forma boa parte dos seus costumes ao se deslocar para outras regiões. Há que se considerar, ainda, os recentes registros de estruturas subterrâneas, estes sim, mais facilmente associados aos assentamentos Taquara/Itararé das regiões não litorâneas.

A diferenciação do sítio Itacoara era interpretada como presença Guarani. Entretanto, entendemos, ser ela, mais um indicativo de uma situação de maior diversidade cultural, mesmo entre sítios considerados Itararé. Um ecossistema como a baía da Babitonga oferece amplos recursos que se apresentam atrativos para as sociedades humanas, hoje e, mais ainda, no passado. Os sítios com cerâmica estão, na sua maioria, na ilha de São Francisco do Sul, junto à costa leste, em ilhas menores ou já fora da baía, em ambiente lacustre. A ausência ou baixa frequência desses sítios no fundo da baía da Babitonga, região em que há grande concentração de sambaquis, indica a possibilidade, que deverá ser testada com novas datações, de grupos de pescadores-caçadores-coletores, descendentes dos construtores de sambaquis, terem nela permanecido por mais tempo. Há sambaquis, na região, cujas datações indicam ocupações um tanto recentes, se considerarmos que, via de regra, não são datados os topos destes sítios: 1.160 e 1170 anos AP para o Espinheiros II e o Ilha dos Espinheiros II, respectivamente.

Os relatos sobre as populações indígenas que viviam na baía da Babitonga no século XVI e anteriormente são escassos, as informações superficiais, mas sugerem que os indígenas que viviam no centro e sul do litoral de Santa Catarina, no período pré-colonial, e que vinham se deslocando ao longo da costa, segundo teorias expansionistas, de alguma forma foram impedidos de fazer uso exclusivo da baía da Babitonga. Há indicações de que outras etnias viviam nesta região, no período anterior e posterior à invasão européia.

O descaso com que as populações de ceramistas pré e proto-históricas da baía da Babitonga têm sido tratadas, refletem a relação que a sociedade atual tem com a história indígena e grupos indígenas que hoje vivem na região.

No caso da Arqueologia esse distanciamento é herança de uma prática voltada para si. E que também, dá mais ênfase às similaridades que às diferenças.

Constata-se a falta de um reconhecimento em relação à fonte material para a construção de uma historiografia regional. Certamente, isso é decorrente da falta de instituições e profissionais que trabalhem nesta área. Não obstante, há que se considerar de forma conjunta a documentação escrita e iconográfica e sítios arqueológicos e seus vestígios para a (re)construção dos contexto histórico e imediatamente anterior.

A Etno-história no sentido do resgate de informações sobre a história de povos que pouco ou quase nada são incluídos na historiografia regional, com as devidas ressalvas na interpretação das fontes, é um caminho que deve ser trilhado para a região da baía da Babitonga, como tem sido insistentemente destacado por diversos arqueólogos em outros contextos. No caso dessa região, a situação é mais grave, uma vez que pesquisas atuais em fontes primárias referentes ao século XVI inexistem e que nem por isso deixar-se-á de comemorar, em todo o decorrer de 2004, os “500” anos de São Francisco do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES de CASAL, M. (Pe.) 1976 *Corografia Brasilica ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil. Coleção Reconquista do Brasil. (1º Série). Dir. Ferri, M..G. Vol. 27, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp.*
- ALCINA FRANCH, J. 1989 *Arqueología Antropológica. Madrid: AKAL. 221 p.*
- ALVES, Maria C. 2003 *Farinheiros e Pescadores do Interior da Ilha de São Francisco do Sul. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: USP. 127 p.*
- ALVES, Maria C.; OLIVEIRA, M.S.C. 2001 *Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área de Intervenção do Emissário para Lançamento dos Efluentes Sanitários e Industriais da Unidade Industrial da Empresa VEGA do Sul S. A. em São Francisco do Sul – SC.: Relatório Final. Joinville: OAP. 63 p.*
- ALVES, Márcia A. 1991 Culturas Ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: Estudo Tecnotipológico In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1: 71-96.*
- ASSIS, Valéria L. 1999 Questões Etnoarqueológicas Para Pesquisas em Registros Arqueológicos Guarani. In *Revista do Cepa 23(29):228-231.*
- AVÉ-LALLEMANT, R. 1980 *Viagens pelas províncias de santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Coleção Reconquista do Brasil. (2º série) Dir. Ferri, M. G. Trad. Cabral, T. Vol.18,. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp.*
- BANDEIRA, Dione R., ALVES, M. C. & OLIVEIRA, M. S. C. 1997 *Atualização Cadastral e Reconhecimento de Sítios Arqueológicos no Município de Joinville – SC. Primeira Etapa – Recadastramento. Joinville: MASJ (projeto). 22 p.*
- BANDEIRA, Dione R 1992 *Mudança na Estratégia de Subsistência O Sítio Arqueológico Enseada I - Um estudo de caso -. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC.*
- BANDEIRA, Dione R. 1999 Retrospectiva e Perspectivas da Pesquisa Arqueológica no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. (MASJ) In *Revista do Cepa, 23(29):131-141.*
- BANDEIRA, Dione R. 2000 Arqueologia Pré-colonial do Litoral Norte de Santa Catarina - Balanço Preliminar da Produção Científica. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. CD Room, Rio de Janeiro.*

- BANDEIRA, Dione. R., ALVES, M. C. OLIVEIRA, M. C. 2000 *Avaliação e Monitoramento Arqueológico da Área de Intervenção da Rede de Distribuição de Gás atural no Estado de Santa Catarina Área A - Relatório de Andamento VI*. Joinville: MASJ.
- BARRETO, Cristiana. 1998 Brazilian Archaeology from a Brazilian Perspective, In *Antiquity*, 72: 573-581.
- BARTH, F. 1969 Introdução In POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. 1998 *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora UNESP. pp.185-227.
- BECK, A 1968 A Cerâmica dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina. In *Pesquisa, Antropologia/ Estudos Leopoldenses Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: IAP, 18/9: 89-100.
- BECK, A. 1972 *A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- BECK, Ana M. 1973 *Sambaqui de Enseada I -SC.LN.71- Um Estudo de Tecnologia Pré-histórica*. Tese apresentada para obtenção do título de Docente-livre. Florianópolis: UFSC. 96p.
- BIGARELLA, João J. 1950-51 Contribuição ao Estudo dos Sambaquis no Estado do Paraná. II – Regiões Adjacentes à Baía de Guaratuba. In *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba V e VI: 231-292.
- BIGARELLA, João J., TIBURTIUS, G. & SOBANSKI, A. 1954 Contribuição ao Estudo dos Sambaquis do Litoral Norte de Santa Catarina. I. Situação Geográfica e Descrição Sumária. In *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IX: 99-140.
- BOITEUX, Lucas A. 1912 *Notas para a Historia Catharinense* Florianópolis: Livraria Moderna. 434 p.
- BOND. R. 1998. *A saga de Aleixo Garcia: o descobridor do Império Inca*. Florianópolis: Insular/ Fundação Franklin Cascaes. 88 p.
- BRÉZILLON, MICHEL 1969 *Dicionário de Pré-história*. Lisboa: Ed. 70, 297 p.
- BROCHADO, José P. 1980 A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul. In *Clio*. Recife, 3: 47-60.
- BROCHADO, José P. 1989 A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrômica da Amazônia In *Dédalo*. São Paulo, 27: 65-82.

- BRYAN, Allan 1993 The Sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil. In *Brazilian Studies*. Oregon: Center for Study of the First Americans. pp.1-114.
- BRYAN, Allan 1977 Resumo da Arqueologia do Sambaqui de Forte Marechal Luz. In *Arquivo do Museu de História Natural*. Belo Horizonte: UFMG, II: 9-31.
- BUARQUE, A. 1999 A Cultura Tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. *Pré-história da Terra Brasilis*, TENÓRIO, M. C. (ORG). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp. 307-320.
- BUENO, F. S. 1982 *Vocabulário Tupi-Guarani Português* Terceira edição. São Paulo: Editora Brasilivros. 629 p.
- CABEZA DE VACA, Alvar N. 1999 *Naufraágios e Comentários* (1541). Porto Alegre: L&PM. 319 p.
- CABRAL, Oswaldo. R. 1994. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli. 504 p.
- CARDOSO, João L. 1996 Objectivos e Princípios Metodológicos da Arqueozologia – Estado da Questão em Portugal. In *Especial Ciência*. Al-Madan: Centro de Arqueologia de Almada. II série, 5: 78-88.
- CARDOSO, J. A. & WESTPHALEN, C. M. 1986 *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain.
- CARRASCO, P. 1982 Sobre la Etnohistoria en Mesoamérica In *Actas de I Congreso Español de Antropología*, Madrid, II:185-193.
- CARUSO JR, F. 2000 *Termo de Referência para a Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Atividade de Mineração de Areia e Cascalho na Bacia hidrográfica do Rio Itapocu-SC*. Florianópolis.
- CASHDAN, E. 2001 Ethnic Diversity and Its Enviromental Determinants: Effects of Climate, Pathogens, and Habitat Diversity. *American Anthropologist*: 103(4): 968-91.
- CHYMZ, Igor (ORG) 1966 Terminologia Arqueológica Brasileira Para a Cerâmica In *Cadernos de Arqueologia*, Paranaguá: UFPR/CEPA, 1: 119-148.
- CHYMZ. Igor 1968 Considerações sobre Duas Novas Tradições Ceramistas Arqueológicas no Estado do Paraná. In *Pesquisas, Antropologia/Estudos Leopoldense. Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: IAP, 18/9:115-125.
- CHYMZ. Igor 2002 A Traição Tupiguarani no Litoral do Estado do Paraná. In *Círculo de Estudos*. Curitiba , (16): 71-95.

- CORRÊA, M. F. M., VIANNA, M. S. 1992/93 Catálogo de Otólitos de Sciaenidae (Osteichthyes – Perciformes) do Litoral do Estado do Paraná, Brasil. In: *Neritica*. Curitiba: UFPR, 7: 13-41.
- CUNHA, F. L. S., NUNAN, G. W. A. 1980 Pleistocenic Marine Vertebrates (Sciaenidae and Ballaenopteridae) from the Litoral of Santa Vitória do Palmar, RS, Brazil. In: *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Geologia*. Balneário Camboriú, Santa Catarina, 5:
- DARELLA, Maria D. P. 1999 Informações Sobre a Presença dos Guarani em Santa Catarina In *Aldeias, Terras e Índios Guarani no Litoral Centro-norte de Santa Catarina e a BR 101 (GTs Portarias 641/PRES-699/PRES e 922/PRES/1998. Relatório Final*. Florianópolis. pp 25-39.
- DE MASI, Marco A. 2000 O Enigma dos Sambaquis e dos Índios de SC Antes de 1500. *Santa Catarina 500 anos. Índios, Baleeiros e Imigrantes. Aventura Histórica*. CARUSO, M. L. & CARUSO, R. C. (ORG.) Tubarão: Ed. UNISUL, pp. 19-29.
- DENIS, F. 1980 *Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil. (1º série) Dir. Ferri, M. G. Vol.46. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp.
- DIAS, Adriana S. 1994 *Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita 1996 Constructing Identities Through Culture. – The Past in the Forging of Europe. In *Cultural Identity and Archaeology The Construction of European Communities*. GRAVES-BROWN, P.; JONES, S. & GAMBLE, C. (Editores). London: Routledge, pp. 49-61.
- DIAZ-POLANCO, H. 1988 Etnia, Clase y Cuestión Nacional. In *La Cuestión Etnico Nacional*. Madri: Ed. Fontamara. pp 13-34.
- EBLE, A. B. 1973 Problemas Arqueológicos da Região do Alto Vale do Itajaí In *Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 5: 41-50.
- EBLE, Alroino. B. & SCATAMACHIA, M. C. 1974 Sítio Cerâmico Tupi-guarani no Vale do Itajaí (SC-VI-69). In *Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 7: 67-79.

- EBLE, Alroino. B. & SCHMITZ, S. 1972 Sítio Cerâmico Sobre Dunas (SC-LL-70). In *Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 5: 29-53.
- FAUSTO, Carlos 1992 Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da Etnologia como Instrumento Crítico de Conhecimento Etno-histórico. In CUNHA, M. C. (Org.) *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 381-96.
- FERREIRA NETO, Edgar 1997 História e Etnia. In *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (Org). Rio de Janeiro: Campus.
- FIGUEIREDO, J. L. MENEZES, N. A. 1978 *Manual de Peixes Marinhos do Sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia. v.2.
- FIGUEIREDO, J. L. MENEZES, N. A. 1985 *Manual de Peixes Marinhos do Sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia. v.5.
- FIGUEIREDO, J. L. MENEZES, N. A. 1980 *Manual de Peixes Marinhos do Sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia. v.3.
- FIGUEIREDO, J. MENEZES, N. A. L. 1977 *Manual de Peixes Marinhos do Sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia. v.1.
- FIGUTI, Levy 1989 Estudo dos Vestígios Faunísticos do Sambaqui COSIPA-3, Cubatão – SP. In *Revista de Pré-história*, 7: 112-26.
- FIGUTI, Levy 1993 O homem Pré-histórico, o Molusco e o Sambaqui: Considerações sobre a Subsistência dos Povos Sambaquieiros. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3: 67-80.
- FIGUTI, Levy 1994-95 Os Sambaquis COSIPA (4200 a 1200 anos AP): Estudo da Subsistência dos Povos Pescadores Coletores Pré-históricos da Baixada Santista. In *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2): 267-83.
- FIGUTI, Levy & KOKLER, D. 1996a Resultados Preliminar dos Vestígios Faunísticos do Sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* São Paulo, 6: 169-87.
- FIGUTI, Levy & KOKLER, D. 1996b Aspectos da Formação de um Sambaqui: Análise dos Sedimentos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 6.

- FIGUTI, Levy 1999 Estórias de Arqueo-pescador: Considerações sobre a Pesca nos Sítios de Grupos de Pescadores-coletores do Litoral. In *Revista de Arqueologia*, São Paulo: SAB, 11:57-70.
- FOSSARI, Teresa D. 1984 *A Indústria Óssea na Arqueologia Brasileira: Estudo-Piloto do Material de Enseada-SC e Tenório-SP*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FOSSARI, Teresa D. et alli 1989 *Arqueologia: Relatório Final. Usina Hidrelétrica Cubatão/Estudos de Inventário*. Florianópolis: Ambiental Consultoria e Planejamento Ltda.
- FOUCAULT, Michael 1996 *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 79 p.
- FUNARI, P. P. A. 1988 *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática. 85 p.
- FUNARI, Pedro P. A 1989 Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica (Resenha) In *Revista de Pré-história*. São Paulo, 7:203-9.
- FUNARI, Pedro P. A 1995 Cultura Material e a Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas de Identidade Nacional Brasileira. In *Idéias*, 2(1): 29-48.
- FUNARI, Pedro P.A. 1997 Etnicidad, Identidad y Cultura Material: Un Estudio del Chimarron Palmares, Brasil, Siglo XVII. In *Sed Non Satiata Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea* ZARANKIN, A & ACUTO, F. A. (Editores). Buenos Aires: Ediciones del Tridente, pp. 77-96.
- FUNARI, Pedro P.A. 1998 Resenha - Jones, S. The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present, 1997 In *Revista de Antropologia*, São Paulo 41 (1), pp. 247-50.
- GARCIA, Caio D. R. 1969 Levantamento Ictiológico em Jazidas Pré-históricas. In *Estudos de Pré-história Geral e Brasileira*, São Paulo, IPH-USP, pp. 474-486.
- GASPAR, Maria D. 1994-95 Espaços, Ritos Funerários e Identidade Pré-histórica. In *Revista de Antropologia*, 8(2): 221-37.
- GASPAR, Maria D. 1997 A Pré-história do Estado do Rio de Janeiro: Sistemas Sociais Identificados até a Chegada dos Europeus. In *Boletim do Museu Nacional, Antropologia, Nova Série*. Rio de Janeiro, 60, pp.22.
- GODOY, M. P. 1987 *Peixes do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: FURB, ELETROSUL. 571 p.

- GONÇALVES, M. L. & KAUL, P. F. T. 2002 Evolução Geológica. *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 5-8.
- GUALBERTO, Luiz 1908 Os Casqueiros de Santa Catarina ou Sambaquis. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 96(150): 287-304.
- HARO, M. (Org) 1996 *A Ilha de Santa Catarina, Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVII e XIX*. (4ª. Edição). Florianópolis: Editora da UFSC/ Editora Lunardelli, 334 p.
- HILBERT, Klaus 2001 A Interpretação Étnica na Arqueologia dos Caçadores-coletores da Região do Prata. In *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, XXVII(2): 103-19.
- HODDER, Ian 1988 *Interpretación en Arqueologia*. Barcelona: Crítica.
- JACOBUS, André L. 1985 Comparação dos Vestígios Faunísticos de Alguns Sítios Arqueológicos (RS e GO). In *Boletim do MARSUL*. Taquara, 3: 61-76
- JOHNSON, M. 2000 *Teoria Arqueológica Una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A. 284 p.
- JONES, Sian 1997 Discourses of Identity in the Interpretation of the Past. In *Cultural Identity and Archaeology The Construction of European Communities*. GRAVES-BROWN, P.; JONES, S. & GAMBLE, C. (Editores). London: Routledge, pp62-80.
- JONES, Sian 1997 *The Archaeology of Ethnicity. Constructing in the Past and Present*. London: Routledge, 180 p.
- JONES, Sian 1998 Historical Categories and the Praxis of Identity: the Interpretation of Ethnicity in Historical Archaeology In FUNARI, P. P. A; HALL, M. & JONES, S. (Ed.) *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, pp. 219-32.
- JONES, Sian & GRAVES-BROWN, P. 1996 Introduction Archaeology and Cultural Identity in Europe. In *Cultural Identity and Archaeology The Construction of European Communities*. GRAVES-BROWN, P.; JONES, S. & GAMBLE, C. (Editores). London: Routledge, pp 1-24.
- LAMING-EMPERAIRE Annette 1967. A Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. In *Manuais de Pesquisa*. Curitiba: CEPA/UFPR, 2, ..
- LANDA, Beatriz S. 1999 Arqueologia Guarani e Gênero In *Revista do Cepa*. Santa Cruz do Sul, 23(29): 240-44.

- LA SALVIA, Fernando BROCHADO, J. P. 1989 *Cerâmica Guarani*. 2º Edição. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura. 175 p.
- LAVINA, Rodrigo 1994 *Os Xokleng de Santa Catarina: Uma etno-história e sugestões para os arqueólogos*. Dissertação de Mestrado de História. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa/UNISINOS.
- LAVINA, Rodrigo 1999 *Projeto de Salvamento Arqueológico da ZPE Imbituba, SC. Relatório Final*. Criciúma: UNESCO, 192 p.
- LAVINA, Rodrigo 2000a Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. BRANCHES, A. (ORG.) *História de Santa Catarina – Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas/Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, pp. 73-82.
- LAVINA, Rodrigo 2000b *Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias (Trecho Morro dos Conventos – Lagoa dos Esteves). Relatório Final*. Criciúma: UNESCO. 128 p.
- LEITE, Serafim 1945. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI: do Rio de Janeiro ao Prata e Guaporé. Estabelecimento e Assuntos Locais. Séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Lisboa: Livraria Portugália.
- LEITE, Serafim 1940. A Missão dos Carijós – 1605-1607 In *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. Coleção Brasileira (Série 5a) São Paulo: Cia Editora Nacional, 194:196-246.
- LEONE, Mark P.; POTTER JR P. B. & SHACKEL, P. A. 1987 Toward a Critical Archaeology In *Current Anthropology*, 28(3): 283-92.
- LIMA, Tânia A & SILVA, R. C. P. 1984 Zooarqueologia: Alguns Resultados para a Pré-história da Ilha de Santana. In *Revista de Arqueologia*, Belém, 2(2): 10-40.
- LIMA, Tânia A. 1986 Cerâmica Indígena In *Suma Etnológica Brasileira Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes\FIPEP. 1: 173-229.
- LIMA, Tânia A. 1989 Zooarqueologia: Considerações Teórico-Metodológicas. In *Dédalo*. Pub. Avulsas, São Paulo, 1: 175-89.
- LUZ, Á. 2000. *Santa Catarina, Quatro Séculos de História*. CORRÊA, C. H (ORG). Florianópolis: Insular. 360 p.
- LYMAN, R. Lee 1994 Quantitative Units and Terminology in Zooarchaeology. In *American Antiquity*, 59(1):36-71

- MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.; AZEVEDO, A. E. G. 1988 *Mapa Geológico do Quaternário Costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Série Geologia n.28. Secção Geologia Básica n.18. Brasília: DNPM.
- MATORY, J. L. 1999 Jeje: Repensando Nações e Transnacionalismo In *Mana Estudos de Antropologia Social*, 5(1): 57-80.
- MAWE, John 1978 *Viagens a o Interior do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil.(1ª série) Dir. Ferri, M. G. Trad. Viana, S. B. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp. 33, 243 p.
- MEGGERS, Bette J. & EVANS, C. 1970 *Como interpretar a linguagem da cerâmica. Manual para arqueólogos*. Washington: Smithsonian Institution,
- MELLIÁ, Bartolomeu; SAUL, M. V. A.; MURARO, V. 1987 *O Guarani. Uma Bibliografia Etnológica*. Santo Ângelo: Fundação Nacional Pró-Memória/FUNDAMES. 341 p.
- MENEZES, N. A..FIGUEIREDO, J. L. 1980 *Manual de Peixes Marinhos do Sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia, 4.
- MENEZES, Ulpiano B. 1983 A “New Archaeology”: a Arqueologia como Ciência Social In *Diálogos sobre Arqueologia*. Série 1, ano 1, n.1.
- MONTARDO, Deisy L.; AMARAL, M. M. V.; SILVA, O P.; VIEIRA, P & MONTARDO, S. 1996 *O Levantamento Arqueológico das Margens da Rodovia BR 101 - Trecho Garuva-SC (km 0,0) Palhoça-SC (km 216,5) Relatório Final*. Florianópolis: UFSC,. 95 p.
- MONTEIRO, John M. 1992 O Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII In *História dos Índios do Brasil*. CUNHA, M, C, (Org.). São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP. pp 476-98.
- MONTEIRO, John M. 1994 A Transformação de São Paulo Indígena, Século XVI In *Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 17-56.
- MONTOYA, A. R.1997 *Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Uruguai e Tape. (1892)* Trad.Bruxel, A. (Pe. da S. J.) e Rabuske (Pe. da S. J.). Porto Alegre: Martins Livreiro. 296 p.
- MORAES, José L. 1999-2000 Arqueologia da Região Sudeste. *Revista da USP*. São Paulo, 44: 194-217.

- MULLER JR, TomO. 1978 Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas. *Arquivo do Museu Paranaense – Nova Série Etnologia*. Curitiba, 2, 51 p.
- NEVES, Eduardo G. 1995 Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e História Indígena no Brasil. In *A Temática Indígena na Escola – Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus*. SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (ORG). Brasília: MEC/MARI/UNESCO, pp.171-92.
- NEVES, Walter A. 1988 Paleogenética dos Grupos Pré-históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). In *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo: LAP, 43, 178 p.
- NEVES, Walter A. 1989 Teorias de Determinismo Ecológico na Amazônia: um Caso de Marginalidade da Comunidade Científica Nacional. In *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- NEVES, Walter A, UNGER, P. & SCARAMUZZA, C. 1984 A Incidência de Cáries Dentárias e Padrão de Subsistência no Litoral Norte de Santa Catarina, Brasil. In *Revista de Pré-história*. São Paulo, 6: 371-80.
- NEVES, Walter A. & BLUM, M. 1998 Afinidades Biológicas entre Populações Pré-históricas do Centro-sul Brasileiro – Uma Análise Multivariada. In *Fronteiras – Revista História, UFMS*. Campo Grande, 2(4): 143-69.
- NOELLI, Francisco s/d *Etnoarqueologia Guarani: um Método de Resgate Controlado de Dados Bibliográficos Úteis à Interpretação Arqueológica*.
- NOELLI, Francisco S. 1993 *Sem Tekohá Não Há Tekó (em Busca de um Modelo como Fundamentos Etnoarqueológico da Subsistência e da Aldeia Guarani Aplicado a uma Área de Domínio no Delta do Jacuí-RS)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NOELLI, Francisco S. 1996 Os Jê do Brasil Meridional e a Antigüidade da Agricultura: Elementos da Lingüística, Arqueologia e Etnografia. In *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, XXII(1): 13-25.
- NOELLI, Francisco S. 1999 Repensando os Rótulos e a História dos Jê do Sul do Brasil a partir de uma Interpretação Interdisciplinar. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 285-302.
- NOELLI, Francisco S. 1999-2000 A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas – 1872-2002. *Revista da USP*, 44:218-69.

- OLIVEIRA, Nanci V. 2001 Arqueologia e Etnicidade: Imagens de Identidade no Brasil. In *Espaço Plural*, III(7):15-16.
- OLIVEIRA, Mário S. C. 2000 *Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville, Litoral Norte de Santa Catarina: Geologia, Paleografia e Conservação In Situ*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 310p.
- OLIVEIRA, Mário S. C. de & HOENICKE, N. F. 1994 *Sítios Arqueológicos em Joinville -SC: Inventário Descritivo Básico*. MASJ/IPPUJ. 38p.
- OLSEN, S.J. 1964 Mammals Remains form Archaeological Sites. In *Papers of Peabody Museum of Archaeology and Ethnology*, 56(1): 1-62..
- ORSER JR., C. 1992 *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros Ltda. 142 p.
- PALLAZZO JR, José T. & BOTH, M. C. 1988 *Guia dos Mamíferos Marinhos do Brasil*. Porto Alegre: Sagra, 156 p.
- PEREIRA, Carlos C. 1984 *História de São Francisco do Sul*. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. 174 p.
- PEREIRA, S. G. 1997 *O Confronto entre Índios e Colonos na Dona Francisca (1851-1900)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Joinville: UNIVILLE.
- PERRONE-MOYSES, Leila 1992 *Relação da Viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias In Vinte-Luas - Viagem de Palmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 186 p.
- PIAZZA, Walter 1965 O Sítio Cerâmico Rio Tavares (Santa Catarina) In *Dédalo*. São Paulo, II: 53-79.
- PIAZZA, Walter 1971 *Dados Complementares à Arqueologia do Vale do Uruguai*. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. (Resultados Preliminares do Quarto Ano). In *Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 15: 71-86.
- PIAZZA, Walter 1974 *Dados à Arqueologia do Litoral Norte e do Planalto de Canoinhas (Resultados Preliminares do Quinto Ano) Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. In *Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 26: 53-70.
- PIAZZA, Walter F. 1983 *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 311 p.
- PIAZZA, Walter, EBLE, A. B. 1969 Arqueologia do Vale do Itajaí: Sítio Cerâmico Rio Plate (SC-VI-19) In *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, IX: 6-14.

- PINHEIRO, Luciana & MOUGA, D. 2002 Peixes Nativos do Piraí: Inventário Preliminar da Diversidade Ictiológica do Rio Piraí. In Caderno de Iniciação à Pesquisa. Joinville: UNIVILLE, 4:45-54.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. 1998 *Teorias da Etnicidade Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora UNESP. 250 p.
- PREUCEL, R. W. & HODDER, I. 1996 *Contemporary Archaeology in Theory: a reader*. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd, 678 pg.
- PROUS, André 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 605 p.
- PROUS, André & PIAZZA, W. 1977 Documents Pour la Préhistoire du Brésil Méridional. 2. L'état de Santa Catarina. *Cahiers d'Archeologie d'Amérique du sud*. Paris, 4. 178p.
- QUANDT, O. R. *O Caminho Velho*. Joinville: Letradagua. 60p.
- REIS, Jose A 1997 *Para uma síntese dos buracos de bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Porto Alegre: PUCRS. 262 p.
- REIS, Maria J. A 1980 *A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense*. Tese de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- REITZ, Elisabeth & WING, E. S. 2001 Zooarchaeology. In *Zooarchaeology*. New York: Cambridge University Press. pp. 1-11
- RENFREW, Collin; BAHN, P. 1993 *Arqueologia Teoria, Métodos y Práctica*. Madrid: Ediciones Akal S.A. 571 p.
- RIBEIRO, Berta 1990 Perspectiva Etnológica para Arqueólogos: 1957-1988 In *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 29:17-77.
- RIOS, E. C. 1994 *Coastal Brazilian Seashells*. Rio Grande: Museu Oceanográfico de Rio Grande. 368p.
- ROBRAHN-GONZALES, Erika M. R. 1992 Regional Pottery-Making Groups in Southern Brazil. In *Antiquity*. 72: 616-24.
- ROHR, João A. 1968 Levantamento de Sítios Arqueológicos em Jaguaruna. In *Pesquisa, Antropologia/Estudos Leopoldenses Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: IAP, 18/9: 47-48
- ROHR, João A. 1977 *O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10*. Florianópolis: IOESC. 114 p.
- ROHR, João A 1984 Sítios Arqueológicos de Santa Catarina In *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis: UFSC, XVI(17): 77- 167.

- ROSA, André O. Análise parcial dos vestígios faunísticos do sítio arqueológico SC-IC-01, Município de Içara, SC.
- ROSA, R. O. 2002 Geomorfologia Domínios Morfoestruturais e Unidades Geomorfológicas. In. *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 9-12.
- RYE, O. S. 1988 Materials and their Preparation In *Pottery – Technology*. Washington: Taraxacum, pp. 29-58.
- SAINT-HILAIRE, A. 1978 *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Coleção Reconquista do Brasil (1º série). Prefácio de Ferri, M. G., Vol. 9. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp.
- SANTOS, E. 1987 *Peixes da Água Doce*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SANTOS, Silvio C. 1987 *Índios e brancos no sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre: Movimento, Brasília: Minc/Pró-Memória/INL. 313 p.
- SCATAMACCHIA, Maria C. M. A. 1984 Ocupação Tupi-guarani do Estado de São Paulo: Fontes Etno-históricas e Arqueológicas. In *Dédalo*. São Paulo, 23: 198-211.
- SCATAMACCHIA, Maria C. M. A. 1993-95 Horticultores Ceramistas da Costa Brasileira In *Rev. Arqueologia Americana*. México, 8, pp. 158.
- SCHIAVETTO, Solange N. O. 2003 *A Arqueologia Guarani – Construção e Desconstrução da Identidade Indígena*. São Paulo: Annablume\Fapesp, 138 p.
- SCHMITZ, Pedro I 1959 A Cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina. In *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo: IAP, 3: 267-324.
- SCHMITZ, Pedro I 1968 Grandes Complexos de Cerâmica Indígena no Sul do Brasil. In *Pesquisas, Antropologia/Estudos Leopoldenses. Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata* São Leopoldo: IAP, 18/9: 127-140.
- SCHMITZ, Pedro I. 1984 Caçadores e Coletores do Sul. In *Caçadores e Coletores da Pré História do Brasil*. São Leopoldo: IAP pp. 1-56.
- SCHMITZ, Pedro I. 1988 As Tradições Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro. In *Documentos*. São Leopoldo: IAP, 2: 75-139.
- SCHMITZ, Pedro I.; BARBOSA, A S. & RIBEIRO, M. B. (editores) 1978/79/80 Os Cultivadores do Planalto e do Litoral In *Temas de Arqueologia Brasileira*. Goiânia: Instituto de Pré-história e Antropologia/ Universidade Católica de Goiás.

- SCHMITZ, Pedro I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. & JACOBUS, A. L. 1993 Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr O Sítio da Praia das Larangeiras II. Uma Aldeia da Traição Ceramista Itararé. In *Pesquisa, Antropologia*. São Leopoldo: IAP, 49, pp. 181.
- SCHMITZ, Pedro I. 1996 Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr Visão de Conjunto dos Sítios da Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. In *Pesquisa, Antropologia*. São Leopoldo: IAP, 53: 183-190.
- SEIDLER, Carl 1980 *Dez anos no Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil (Nova série). Dir. Ferri, M. G. Trad. Klinger, B. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp. 24,
- SERPA, Elio. & FLORES, M. B. R. 2000 *Catálogos de Documentos Avulsos Manuscritos Referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. Florianópolis: Editora da UFSC, 174 p.
- SHEPARD, A. O. 1976 Ceramic Processes and the Techniques of Prewheel Potters. In *Ceramics for the Archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington. pg 49-94.
- SHERIDAN, T. E. 1988 How to Tell the Story of a “People without history”: Narrative Versus Ethnohistorical Approaches to the Study of the Yaqui Indians Through Time. In *Journal of the Southwest*, 30(2): 168-89.
- SIDER, G. 1994 Identity as History Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States. In *Identities*, 1(1): 109-22.
- SILVA, Fabíola A. 1999 As Cerâmicas do Jê do Sul do Brasil e os seus Estilos Tecnológicos: Elementos para uma Etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In *Revista do Cepa*, Santa Cruz do Sul, 23(30): 57-73.
- SILVA, Fabíola. & NOELLI, F. S 1996 Para uma Síntese dos Gê do Sul: Igualdades, Diferenças e Dúvidas para a Etnografia, Etno-história e Arqueologia. In *Estudos Ibero Americanos*, 22(1): 5-13.
- SILVA, Sérgio B. 2001 *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Pro-Jê meridionais*. Tese de doutorado em Arqueologia. São Paulo: FFLCH/USP. 336 p.
- SILVA, F. 1984 *Mamíferos Silvestres - Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 245 p.

- SILVA, Gilian R.; VALDETARO, I. K. & OLIVEIRA, M. S. C. 2001 *Ilhas de Araquari – Diagnóstico Sócio-ambiental Preliminar*. Araquari: Prefeitura Municipal de Araquari. 65 p.
- SILVA, Sérgio B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N.; JACOBUS, A. L. 1990 Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr. O sítio Arqueológico da Praia da Tapera: um Assentamento Itararé e Tupiguarani. In *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo: IAP, 45, pp. 210.
- SOARES, André L. 1996 Proposta para Delimitação dos Cacicados In *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul. 20(24):37-64.
- SOUZA, Flávia. O livro didático e a questão da ocupação pré-colonial no litoral norte catarinense. TCC – Univille: Joinville, 1999.
- SOUZA, Alfredo M. 1991 História da Arqueologia Brasileira In *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo: IAP, 46, pp. 157.
- SOUZA, Gabriel S. 2001 *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Itatiaia. 302 p.
- SPERCER-WOOD, S. M. 1998 The Formation of Ethnic-American Identities: Jewish in Boston In FUNARI, P. P. A; HALL, M. & JONES, S. (Ed.) *Historical Archaeology: Back from the Edge*, London: Routledge, pp. 284-307
- STADEN, Hans 1974 *Dois Viagens ao Brasil. (1556)*. Coleção Reconquista do Brasil. (1ª série). Dir. Ferri, M. G. Trad. Franco, G. C. Vol. 17, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp. 216 p.
- STIMAMIGLIO, Adriano 2002a Hipsometria. In *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 13-14.
- STIMAMIGLIO, Adriano 2002b Hidrologia. In *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 19-22.
- TAMANINI, Elisabete 1994 *Museu Arqueológico de Sambaqui: Um Olhar necessário*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp. 159 p.
- TAMANINI, Elisabete 2000 *História Revisitada: Etnicidade no Sul do Brasil sob o Olhar da Cultura Material - Museu Nacional de Imigração e Colonização/Joinville*. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp.

- TIBIRIÇÁ, L.C. 1989 *Dicionário Guarani Português*. São Paulo: Editora Traço, 174 p.
- TIBURTIUS, Guilherme A. E. 1996 Sambaqui Enseada. Tradução Maria Thereza Böbel. In *Arquivos de Guilherme Tiburtius I*. Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, pp. 29-70.
- TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, I. K. & BIGARELLA, J. J. 1950-1951 Nota Prévia sobre a Jazida Paleoetnográfica de Itacoara (Joinville, Estado de Santa Catarina). In *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Imprensa Paranaense. V-VI: 135-345.
- TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, J. J. & BIGARELLA, I. K. 1954 Contribuição ao Estudo dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina. II – Sambaqui do Rio Pinheiros n.º 8. In *Arquivos de Biologia*, Curitiba: Imprensa Paranaense, IX: 141-97.
- TIBURTIUS, Guilherme; LEVEPROST, A. 1952 Sobre a Ocorrência de Pedras Corantes e Esqueletos Pintados, nos Sambaquis dos Estados do Paraná e Santa Catarina In *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Imprensa Paranaense. VII: 149-155.
- TOCCHETTO, Fernanda B. 1996 Possibilidade de Interpretação do Conteúdo Simbólico da Arte Gráfica Guarani. In *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6:33-45.
- TREIN, Luis E. 2002 Patrimônio Biológico. *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. Pg. 27-38.
- TRIGGER, Bruce G. 1982 Ethnohistory: Problems and Prospects. In *Ethnohistory*, 29 (1): 1-19.
- TRIGGER, Bruce G. 1992 *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, S.A. 475 p.
- UCHÔA, Dora P. & GARCIA, C. D. R. 1971 Dentes de Animais na Cultura do Sambaqui de Piaçaguera. In *O Homem Antigo da América*. São Paulo, IPH-USP, pp. 29-39.
- VEADO, R. W. V.; ALVES, E. F. C. & MIRANDA JUNIOR, G. 2002 Clima. In *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 23-6.
- VIEIRA, P. C.; SHIMIZU, S. H. & MOSER, J. M. 2002 Pedologia. *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. KNIE, J. L. W. (COORD.). Florianópolis: FATMA/GTZ. pp. 15-8.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo O 1992 Mármore e a Murta: Sobre a Inconstância da Alma Selvagem In *Revista de Antropologia*, 35: 21-74.

- WESOLOWSKI, Verônica 2000 *A Prática da Horticultura entre os Construtores de Sambaquis e Acampamentos Litorâneos da Baía de São Francisco, Santa Catarina: Uma Abordagem Bio-Antropológica*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: USP, 156 p.
- WHITEHEAD, N. L. 1996 Ethnogenesis and Ethnocide in the European Occupation of Native Surinam, 1499-1681. In *History, Power and Identity Ethnogenesis in the Americas 1492-1992*. HILL, J. D. (Ed.). Iowa: University of Iowa Press. pp. 21-35.
- WUST, IRMHILD 1999 Etnicidade e Tradições Ceramistas: Algumas Reflexões a partir das Antigas Aldeias Bororo do Mato Grosso. In *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo*, Suplemento 3: 303-17.
- WUST, IRMHILD s/d *Cerâmica: Etnicidade, Ideologia e Contexto*. Material do Curso Teoria e Prática na Análise e Interpretação de Artefatos Cerâmicos, ministrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 21 e 26 de outubro de 1996.

## APÊNDICE 1

### BAÍA DA BABITONGA - O AMBIENTE NATURAL

#### *Geologia*

As rochas mais antigas encontradas nesta região são as metamórficas arqueanas do tipo gnaiss granulítico do Complexo Luís Alves. Entre elas ocorrem quartzito e formação ferrífera bandada. O quartzito forma os Morros Timbé, Iririú, Boa Vista, Guanabara e Itinga, em Joinville, e o gnaiss, relevo plano ou mais ou menos plano. Esse gnaiss intemperizado tem sido utilizado para aterro e produção de cerâmica (Gonçalves & Kaul, 2002).

A região apresenta também gnaisses e migmatitos que gradam para granitóides cinzas do Complexo Paranaguá (Gonçalves & Kaul, 2002). Esses ocorrem, por exemplo, nos Morros do Sambaqui e João Dias, sobre os quais encontram-se os Sambaquis Enseada I e Forte Marechal Luz, respectivamente, e o Morro Cantagalo na Vila da Glória, todos em São Francisco do Sul. Há que se considerar, também, as intrusões de diabásio ocorridas entre os períodos Triássico e Jurássico.

A partir do Quaternário, no Pleistoceno e Holoceno a região sofreu exclusivamente processos sedimentares. Os depósitos originados no Pleistoceno consistem de sedimentos marinhos constituídos de

*“areias quartzosas, finas e médias, de coloração castanha ou castanho-avermelhada, bem selecionadas, com laminações plano-paralelas e cruzadas que se podem truncar mutuamente, com ou sem endurecimento, em função de concentração em óxidos de ferro, a ponto de, localmente, formar crostas ferruginosas. São sedimentos que formam terraços com altitudes médias em torno de 15 m acima do nível do mar, com espessura bastante variável, que pode atingir cerca de 40m.” (Gonçalves & Kaul, 2002)*

O cordão de dunas fixas ao longo da Praia Grande em São Francisco do Sul e da Praia da Barra do Sul são constituídos por esses sedimentos.

Conforme Gonçalves & Kaul (2002:07), no Holoceno tiveram origem os seguintes depósitos sedimentares que ocorrem na região:

- *“Sedimentos aluvionares: areias, cascalheiras e sedimentos siltico-argilosos depositados em planícies de inundação, terraços e calhas da rede fluvial atual”;*

Ocorrem, por exemplo, na porção NE de Joinville, na bacia do rio Cubatão e ao Sul deste município na bacia do rio Pirai:

- *“Sedimentos colúvio-aluvionares: depósitos localizados em encostas de morros e eluvionares recentes, que apresentam, no seu conjunto, grande variação granulométrica, com estratificação incipiente ou ausente”.*
- *“Sedimentos de dunas: areias finas e médias, quartzosas, bem selecionadas e com alto grau de arredondamento de seus grãos, raramente exibindo laminações plano-paralelas ou cruzadas de alto ângulo. As dunas são fixas ou moveis”.*

Essas areias constituem, por exemplo, a parte Norte da Praia Grande em São Francisco do Sul.

- *“Sedimentos flúvio-lagunares: depósitos argilo-arenosos, comumente cobertos por fina camada de matéria orgânica, favorecendo as formações turfáceas”.*

Esse tipo de sedimentos está presente, por exemplo, em porções das margens direitas e esquerdas do médio curso do rio Pirai.

- *“Sedimentos de lagunas e baías: areias siltico-argilosas mal selecionadas, de cores cinza a creme, com laminação plano-paralela incipiente, freqüentemente ricas em matéria orgânica”.*

Essas areias ocorrem, por exemplo, em largas faixas na margem direita do alto curso do rio Acaraí e na margem esquerda do baixo curso desse mesmo rio, em São Francisco do Sul. Ocorre, também, ao longo da praia da Barra do Sul e junto à margem direita do rio Perequê.

- *“Sedimentos marinhos atuais: areias quartzosas finas a médias, bem selecionadas, de cores claras, creme e amareladas, excepcionalmente escuras devido à concentração de minerais pesados (magnetita, ilmenita), com laminações plano-paralelas e cruzadas que se podem trincar mutuamente. São sedimentos depositados em planícies de marés, faixas de restingas e praias atuais”.*

Esse tipo de depósito é o mais freqüente na região, ocorrendo, por exemplo, na porção centro sul da ilha de São Francisco do Sul, em boa parte do município de Barra do Sul e ao fundo da baía junto aos rios Paranaguá-mirim e Parati, em Araquari.

- *“Sedimentos de mangues: depósitos argilo-arenosos, mal selecionados, ricos em matéria orgânica. São sedimentos depositados em ambiente sob influência de marés, podendo neles ocorrer grandes quantidades de conchas (sambaquis)”.*

Formação bastante abundante, também. Ocorre principalmente ao fundo da baía da Babitonga, nas margens do rio Palmital junto às fozes dos rios Pirabeiraba, Canela, Cubatão e Cachoeira, bem como na lagoa do Saguauçu e ilhas do Gado e dos Espinheiros em Joinville e nas margens dos rios Paranaguá-mirim e Parati, em Araquari. Boa parte da cidade de Joinville e São

Francisco do Sul está situada sobre antigos manguezais, o que faz com que os atuais não correspondam ao existente antes do início da colonização da região por europeus.

- *“Sedimentos flúvio-marinhos: depósitos siltico-argilosos, comumente com alto grau de umidade, sobrepostos a areias marinhas”.*

### *Geomorfologia*

Em termos geomorfológicos a região que trabalhamos caracteriza-se, conforme Rosa (2002:10), pelos seguintes Domínios Morfoestruturais e Unidades Geomorfológicas:

- Depósitos Sedimentares Quaternários

*“Planícies Marinhas: compreende todo o conjunto de paisagens desenvolvidas sobre sedimentos transportados e depositados sobre o regime praiial pela ação das ondas, correntes, marés e ventos. Além das praias, incluem-se terraços marinhos e lagunares, as planícies eólicas e as planícies de marés.*

*Planícies aluviais: encontradas entre as Planícies Marinhas e os Planos e Rampas Colúvio-Aluviais, as Planícies Aluviais englobam várias bacias hidrográficas que fazem parte da vertente atlântica do território catarinense. Os rios que desembocam na baía da Babitonga apresentam uma multiplicidade de canais, numa região ocupada pelos manguezais.*

*Planos e Rampas Colúvio-Aluviais: Caracteriza a transição entre o marinho e o continental. As formas que ocorrem aqui são os modelados planos, as rampas de declividades diversas, alguns baixos platôs e colinas”.*

- Rochas Granitóides

*“Serra do Mar: Composta por várias cristas, picos, serras, montanhas e escarpas separadas por vales profundos com encostas de alta declividade. Aqui estão as maiores altitudes de todo o litoral catarinense, com picos que atingem 1.500m”.*

Na nossa área de estudo são os morros da Vila da Glória/Garuva e os da porção noroeste da Ilha de São Francisco do Sul, que pertencem a esta Unidade Geomorfológica. Entretanto, a altitude máxima em geral não ultrapassa 400m.

- Embassamento em Estilos Complexos

*“Colinas Costeiras: É caracterizada por uma sucessão de morros e colinas de pequena altitude, dificilmente ultrapassando 50 metros de desnível entre a base e o topo”.*

Em nossa área estas colinas correspondem, por exemplo, aos Morros Boa Vista e Iririú em Joinville, bem como aqueles da porções sul deste município e oeste de Araquari.

## *Relevo*

Como a nossa área de estudo corresponde à Planície Costeira ou Quaternária da região de Joinville, o relevo dominante é plano, com ondulação leve, com declividade inferior a 20%. Ocorrem, de modo isolado, poucas serras e morros (Stimamiglio, 2002a). Exemplos são os morros Boa Vista, Iririú, Timbé e Itinga, em Joinville, os morros Cantagalo, Pão de Açúcar, da Palha, Jacutinga, da Ribeira, das Laranjeiras, da Cruz, Grande, João Dias e da Esperança, em São Francisco do Sul, e os morros da Cruz, Comprido e Grande, em Araquari.

## *Pedologia*

Os solos mais comuns na Planície Costeira da região de Joinville, conforme Vieira, Shimizu & Moser (2002), são os seguintes:

**Podzóis** típicos são solos minerais, não hidromórficos oriundos de sedimentos marinhos quaternários, ácidos, extremamente pobres em nutrientes que ocorrem nas baixas altitudes, junto às planícies marinhas. Na região, ocorrem os seguintes tipos:

Podzol álico (porção central da Ilha de São Francisco do Sul e grande parte dos municípios de Araquari e Barra do Sul);

Podzol Hidromórfico álico (fundos da baía da Babitonga junto ao mangue e nas imediações do rio Acaraí, em São Francisco do Sul);

**Cambissolos** típicos são solos minerais não hidromórficos com as texturas médias e argilosas as mais comuns. Por terem sua origem nos mais variados materiais e condições climáticas, ocorrem de rasos a profundos, de bem a mal drenados e de relevos planos a montanhosos. Na área do estudo ocorrem em terras baixas e altas nos seguintes tipos:

Cambissolo álico (serras e morros de todos os municípios);

Cambissolo distrófico (áreas próximas aos rios Mississipe e Canela em Joinville e na faixa entre o mangue e os morros na Vila da Glória, São Francisco do Sul);

Cambissolo eutrófico (partes das bacias dos rios Cubatão, Canela e Bonito em Joinville);

**Gleissolos** típicos são solos minerais hidromórficos que na região apresentam textura argilosa e fertilidade baixa. Ocorrem relacionados às planícies e relevos com drenagem deficiente no seguinte tipo:

Gleissolo distrófico (partes das bacias dos rios Pirai em Joinville, Parati e Paranaguá-mirim, em Araquari);

**Podzólicos** típicos são solos minerais não hidromórficos cujo horizonte A apresenta textura argilosa a muito argilosa de baixa fertilidade natural. Ocorrem associados aos relevos ondulados na região entre a Serra do Mar e a Planície Costeira no seguinte tipo:

Podzólico Vermelho-Amarelo Latossólico álico (pequenos morros em todos os municípios ao longo da BR 101).

**Solos Orgânicos álicos** são solos ácidos de baixa fertilidade originados do acúmulo de matéria orgânica em ambientes hidromórficos (sedimentos paludais e lacustres do Holoceno) que ocorrem em amplas áreas no município de Barra do Sul.

**Solos Indiscriminados de Mangue** são aqueles das áreas halomórficas, alagadas segundo o ritmo das marés e impróprias para o plantio (bordas da baía da Babitonga e canal do Linguado, margens da lagoa do Saguacu, em Joinville).

### *Hidrografia*

A região de Joinville em que estamos trabalhando está inserida na Planície Costeira ou Quaternária e é constituída pela porção baixa e plana da baía da Babitonga e área contígua ao sul que se estende até a margem esquerda do rio Itapocu. A região é irrigada por 06 rios maiores que têm como afluentes diversos rios menores, ribeirões e riachos, além de uma lagoa, em Joinville, os quais descrevemos a seguir com base em Stimamiglio (2002b).

A baía da Babitonga constitui-se no corpo d'água, com cerca de 154 km<sup>2</sup> de extensão, situado no litoral norte de Santa Catarina entre o continente e a ilha de São Francisco do Sul. Conecta-se com o oceano Atlântico por dois canais, um ao norte, cuja barra situa-se entre o município de Itapoá (praia Figueira do Pontal) e a ilha de São Francisco do Sul (Praia de Capri) e um ao sul, cuja barra fica entre esta ilha e o município de Barra do Sul. No fundo da baía, nos canais e no oceano, nas imediações da baía, existem diversas ilhas de dimensões variadas (ilhas Mário). Na maioria delas há registro de diversos sítios arqueológicos históricos e pré-históricos (Bigarella *et alli*, 1954, Rohr, 1984, Silva, Valdetaro & Oliveira, 2001).

Rio Palmital - ao norte da área, atinge os municípios de Joinville, Garuva e São Francisco do Sul. Apresenta 25 km de extensão, deságua na baía da Babitonga e tem como principais afluentes os rios: da Onça, Sete Voltas, Três Barras, Bonito, Pirabeiraba, Canela, do

Sambaqui e Cubatão na margem direita e os rios Bom Futuro e dos Barrancos, na margem esquerda. Nas margens desse rio e de alguns de seus afluentes são conhecidos diversos sambaquis. Estamos considerando em nosso estudo o baixo curso deste rio, ao sul do rio Canela.

Rio Cubatão - também ao norte da área, tem cerca de 75 km de extensão e situa-se totalmente dentro do município de Joinville. Tem como principal afluente, no baixo curso, o rio do Braço. Seu baixo curso é bastante meandrante e, em decorrência de freqüentes enchentes, teve suas águas divididas entre seu leito natural e um canal artificial construído na década de 50. Além da construção desse canal teve trechos retificados. Na foz deste rio são conhecidos quatro sambaquis (Cubatão I, II, III e IV). Suas nascentes estão a oeste, na Serra do Mar, a 1300 m de altitude, o que o torna um dos rios cujo curso permite a ligação entre a serra e o planalto e o litoral. Segundo informações de moradores, até o início do século passado, era freqüente ver índios transitando nas imediações do rio próximo às propriedades dos colonos.

Rio Cachoeira - encontra-se no município de Joinville e desemboca na lagoa do Saguacu que está ao fundo da baía da Babitonga. A região central da cidade de Joinville está às suas margens. É um rio menor que os anteriores, com cerca de 15 km de extensão, e tem como principais afluentes os rios Morro: Alto, Matias, Jaguarão, Bucarein, Itaum-Açú e Itaum-Mirim. Nas suas margens, nas de alguns de seus afluentes e nas da lagoa do Saguacu existem diversos sambaquis (Morro do Ouro, Guanabara I e II, Harmonia Lyra (já totalmente destruído) e o Lagoa do Saguacú, por exemplo).

Rio Parati - localiza-se, na sua maior parte, no município de Araquari. Suas águas, a 2 km de sua foz, cortam a região central dessa cidade. Tem, cerca de 18 km de extensão e desemboca no Canal do Linguado (barra sul da baía da Babitonga). Seus principais afluentes são os rios do Morro e Araquari.

Rio Piraí - é o único rio de nossa área que não desemboca na baía da Babitonga, mas sim no rio Itapocu. A maior parte de sua bacia encontra-se no município de Joinville. Seus principais afluentes são: os rios Poço Grande, Águas Vermelhas, da Anta, Quati, Piraizinho, do Salto e Dona Francisca. Junto a ele encontram-se dois dos sítios com cerâmica da região (Itacoara e Poço Grande). No rio Quati há registro de um sambaqui que seria o mais a oeste da região.

Rio Itapocu (Caruso Jr, 2000) - sua bacia é a maior e a mais importante da região norte, envolvendo os municípios de Corupá, Jaraguá do Sul, Schroeder, Guaramirim, Massaranduba, Araquari e Joinville. Apresenta como principais afluentes os rios: Itapocuzinho, Piraí e Putanga. O Itapocu consiste no limite sul de nossa área e onde o rio Piraí desemboca. Consideramos somente seu baixo curso, da desembocadura do rio Piraí até sua foz, trecho que se constitui em grande parte de áreas planas. O rio Itapocu, por sua extensão, é o mais importante rio de ligação entre o litoral e o interior (serra e planalto). Assim como os imigrantes europeus valeram-se de seu curso e suas margens para adentrar o continente e instalar seus povoados, as populações indígenas muito antes já o ocupavam esta região. Além dos relatos quinhentistas sobre indígenas (Cabeza de Vaca, 1999), temos ainda hoje relatos de moradores que revelam contatos entre primeiros imigrantes europeus (avós e bisavós dos informantes) com indígenas que acampavam ou transitavam junto às margens do rio. Os indígenas mencionados nos relatos como bugres ou botocudos parecem ser os Xokleng que, segundo informações etno-históricas (Lavina, 1994, 2000a) e etnográficas (Santos, 1987), tinham como território “tradicional” a região entre o planalto e o litoral. Nos meses entre o outono e o inverno migravam para o planalto na busca de caça e coleta, principalmente de pinhão, e nos meses entre a primavera e o verão, migravam para o litoral para coletar e pescar. Segundo Noelli (1999-2000), a presença Xokleng nesse período no litoral de Santa Catarina, seria fruto de uma redistribuição destes grupos a partir do desaparecimento do Guarani, alvo de epidemias, guerras e escravidão decorrentes do contato com o branco e que os teriam levado a fugir para outras regiões.

Rio Acaraí, que tem como afluentes os rios Tapera e Capivarú, “*representa o mais importante curso fluvial da ilha [São Francisco do Sul], deslocando-se na direção NE por cerca de 19 km desde suas nascentes, em meio a depósitos pleistocênicos, até sua desembocadura na Praia da Enseada. Seu curso é orientado aproximadamente paralelo à linha da costa e está encaixado em uma provável paleolaguna rica em depósitos conchíferos*” (Martin *et alli*, 1988 e Horno Filho, 1997 apud Alves, 2003:14).

Outros rios menores que deságuam na baía são: o Jaguaruna, em Itapoá (canal norte); o Morro da Palha, o Jacutinga, o Miranda, o Monte de Trigo (fundo da baía) e o Perequê, em São Francisco do Sul; o Areias Pequenas em Araquari e o Areias Grandes (ou Conquista), o Velho, o Pinheiros, o Capinanguava, o Tetequera e o Perequê (canal sul), na Barra do Sul.

### *Clima*<sup>91</sup>

A região apresenta um clima do tipo subtropical úmido com as estações do inverno e verão fortemente marcadas.

No verão devido à presença de massas de ar equatoriais e tropicais ocorrem temperaturas elevadas associadas a altos índices pluviométricos com conseqüente aumento da umidade. Em Joinville, onde a Serra do Mar age como anteparo ao deslocamento das massas de ar, ocorrem índices pluviométricos, mais elevados ainda. A temperatura máxima ocorre no mês de janeiro atingindo, em média, 28,5°C e a precipitação máxima ocorre no mês de fevereiro, com 280 mm, em média.

No inverno, com o advento de massas polares, as temperaturas e as chuvas decaem provocando uma redução da umidade. A temperatura mínima acontece no mês de julho atingindo em média 14°C, enquanto a precipitação mínima sucede-se no mês de agosto com 90 mm, em média.

Os ventos mais freqüentes na região são os que vêm do leste. Durante o verão, além deste há o predomínio dos ventos de nordeste. No inverno, os ventos predominantes são os de sudoeste, sudeste e sul.

### *Vegetação*<sup>92</sup>

A baía da Babitonga insere-se na Zona de Domínio da Mata Atlântica que se constitui de diversos ecossistemas e formações vegetais (Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Manguezais, Restingas, Campos de Altitude, Brejos, Interioranos e Encraves Florestais do Nordeste). Desses, existem em nossa área de estudo as Florestas Ombrófilas Densas, que ocorrem nos terraços aluviais dos cursos d'água onde não há variação topográfica significativa (formações aluviais), nas altitudes entre 5 e 30 m (formações das terras baixas) e nas altitudes entre 30 e 400m (formações sub-montanhas); as Restingas (herbáceas de antedunas, arbustivas de dunas<sup>93</sup>) e os Manguezais.

---

<sup>91</sup> Segundo Veado, Alves & Miranda Júnior, 2001.

<sup>92</sup> Baseado em Trein, 2001.

<sup>93</sup> Há ainda um outro tipo de Restinga denominado de arbórea que corresponde à Floresta Ombrófila Densa das Formações das Terras Baixas.

A Floresta Ombrófila Densa é uma floresta úmida com grande diversidade e densidade de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, além de lianas, epífitas, xaxins e constritoras.

Nestes diferentes estratos ocorrem espécies que podem fornecer uma série de recursos importantes para a alimentação e produção de artefatos como: frutas, sementes, folhas, raízes, mel, óleos, temperos, remédios, sucos, fibras, ceras, resinas, madeiras, corantes, combustíveis, adornos etc. Entre as quase 20.000 espécies existentes, destacamos os garapuvus, cujo tronco serve para construir canoas, os ingás, os palmiteiros e os coqueiros, que fornecem alimentos e folhas utilizadas em cabanas, as canelas, os ipês e as figueiras, têm boas madeiras, os urucuns, que fornecem corantes, os imbés e suas fibras, além das bromélias, das orquídeas, entre tantos outros.

As Restingas compõem-se de uma flora menos diversa devido às condições ambientais restritivas como o excesso vento e a grande variação de temperatura. Nelas é comum a batateira-da-praia, o pinheirinho-da-praia, a grama-da-praia, o capim-da-praia e o feijão-da-praia.

O Mangue, também com particulares ambientais bastante restritivos para a flora, como a falta de oxigênio no solo e salinidade das águas, compõe-se de poucas espécies. Na área em questão, ocorre em maior quantidade a *Avicennia*, além do mangue branco, o mangue vermelho e a *Spartina*.

### *Fauna*<sup>94</sup>

A fauna aquática, em termos gerais, pode variar segundo o ambiente em que ocorre. Em nossa região de estudo, podemos identificar o ambiente estuarino (inclusive o mangue), as praias e os rios e lagoas de água doce e salobra, embora a maioria das espécies freqüente mais de um desses ambientes.

Os estuários apresentam-se ideais para o desenvolvimento de muitas espécies animais, pois são ricos em nutrientes, provenientes dos rios e mangues, e encerram condições geomorfológicas, de temperatura e salinidade, entre outras, especiais. Por isso, em suas águas, bem como em suas margens, com mangues ou não, são abundantes diversas espécies de mamíferos, peixes, aves, répteis, anfíbios, crustáceos e moluscos (entre diversas outras classes de invertebrados), que atraem outras espécies animais e o interesse humano. Os mais

---

<sup>94</sup> Trein, 2001.

importantes na alimentação do homem atual são os peixes, tais como a corvina, a pescada, a tainha, o bagre, a sardinha e a anchova; os crustáceos, como o camarão e o caranguejo do mangue, e os moluscos, tais como o berbigão, a ostra e o marisco do mangue. Os mamíferos e as aves, embora atualmente mais raros de se encontrar, por terem sido caçados em demasia e pela destruição de seus habitats, eram abundantes e importantes para as populações indígenas. Nas águas da baía e nas praias freqüentam, em determinadas épocas do ano, algumas espécies de cetáceos (lobos-marinhos, golfinhos e baleias) e aves, tais como gaivotas, biguás, garças, fragatas, mergulhões e o martim-pescador.

Os rios da região, em sua maioria com seus médios e baixos cursos poluídos e retificados, apresentam, atualmente, a diversidade e a abundância de peixes bastantes reduzidas em relação ao início da colonização no século XIX. Entretanto, depoimentos e estudos indicam a presença de carás, traíras, cascudos, jundiás, entre outros, em rios, ribeirões e riachos da região.

A fauna terrestre associada à Floresta Ombrófila Densa, também bastante comprometida devido ao desmatamento e à captura, foi muito diversificada. Essa floresta apresenta fauna específica às suas diferentes formações, porém, muitos animais deslocam-se entre ela em busca de recursos, especialmente água.

Na Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana, os principais e maiores mamíferos eram a puma, a jaguatirica, a anta, o veado e o tamanduá. As espécies de porte médio mais freqüentes são as pacas, os quatis e os macacos. Entre as incontáveis espécies de aves, destacam-se os gaviões, as corujas, os papagaios, os beija-flores, os saíras, os sabiás, os anus e a gralha-azul.

As Florestas Aluviais, próximas aos rios, eram habitadas pelo porco-do-mato, capivara, lontra, mão-pelada, jacarés, entre outros.

Nas Restingas junto às praias, ambiente de diversidade menor, ocorrem, entre outros, corujas, lagartos, lagartixas-da-areia e caranguejos maria-farinha.

Há que se considerar a riqueza da microfauna associada a estes diversos ambientes, como as belhas, vespas, larvas e formigas que, segundo determinados pressupostos culturais, podem assumir significativo papel nas dietas alimentares.

## APÊNDICE 2

Quadro 14 – Itacoara - Vertebrados Elementos ósseos identificados	
Elemento ósseo (fragmentos)	Classe
coracóide	ave
indeterminado	ave
astrágalo	mamífero
calcâneo	mamífero
côndilo occipital	mamífero
costela	mamífero
ossos do crânio	mamífero
dente	mamífero
mandíbula	mamífero
maxilar	mamífero
escápula	mamífero
esquamodal	mamífero
falange	mamífero
fêmur	mamífero
meta tarso ou carpo	mamífero
metapodial	mamífero
navículo-cubóide	mamífero
osso longo	mamífero
indeterminado	mamífero
parietal	mamífero
patela	mamífero
pélvis	mamífero
podial	mamífero
rádio	mamífero
sacro	mamífero
tíbia	mamífero
ulna	mamífero
úmero	mamífero
vértebra	mamífero
acúleo dorsal	peixe
acúleo lateral	peixe
articular	peixe
atlas	peixe
cleitro	peixe
osso do crânio	peixe
dentário	peixe
dente	peixe
esfenótico	peixe
frontal	peixe
hióide	peixe
hural	peixe

lacrimal	peixe
opérculo	peixe
indeterminado	peixe
paraesfenoide	peixe
parietal	peixe
placa faringeana	peixe
pré maxilar	peixe
pré-opercular	peixe
pterigióforo	peixe
quadrado	peixe
raio da nadadeira caudal	peixe
supraocipital	peixe
vértebra	peixe
Osso	réptil
Placa	réptil
vértebra	réptil

<b>Tabela 7 – Bupeva II – Vertebrados - Setores A1. 1 e A1.2. Base do cálculo do MNI</b>			
<b>Táxon</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Quant.</b>	<b>Elemento ósseo</b>
<i>Anisotremus surinamenses</i>	sargo	7	pré maxilar D
<i>Aprionodon isodon</i>	cação	1	dente
<i>Archosargus sp</i>	sargo de dente	3	pré maxilar D
Ariidae (Família)	bagre	7	acúleo lateral E
<i>Bairdiella ronchus</i>	cangaua	1	otólito D
<i>Carcharodon carcharias</i>	anequim	1	dente
<i>Centropomus parallelus</i>	robalo	21	pré maxilar D
<i>Chaetodipterus faber</i>	paru	2	supraocipital
<i>Conodon nobilis</i>	roncador	33	pré maxila D
<i>Cynoscion petranus</i>	pescada branca	1	otólito E
<i>Diodon sp</i>	baiacu de espinho	1	dentário D
<i>Galeocerdo curvieri</i>	cação tintureira	1	dente
<i>Isurus oxyrinchus</i>	cação	1	dente
<i>Lagocephalus laevigatus</i>	baiacu	5	dentário D
<i>Lutjanus sp</i>	caranha	1	dente
<i>Micropogonias furnieri</i>	corvina	3	pré maxila D
Muraenidae (Família)	moréia	1	dente
<i>Odontaspis taurus</i>	cação mangona	1	dente
<i>Pogonias chromis</i>	miraguaia	1	otólito
<i>Pomatomus sp</i>	anchova	1	pré maxila E
Rajiformes (Ordem)	raia	1	placa
<i>Rhandia sp</i>	jundiá	1	dentário D
<i>Sphyrna sp</i>	cação martelo	1	dente
<i>Trichiurus lepturus</i>	espada	8	quadrado E
Crustacea (Classe)	caranguejo	1	quela
<i>Agouti paca</i>	paca	1	dente
<i>Cavia sp</i>	preá	1	dente

<i>Dasybus novemcinctus</i>	tatu	1placa
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	capivara	1dente
<i>Tayassu sp</i>	porco do mato	1dente

<b>Quadro15 - Bupeva II – Vertebrados - Elementos ósseos identificados</b>	
<b>Elemento ósseo (fragmento)</b>	<b>Classe</b>
caracóide	ave
fêmur	ave
tarso metatarso	ave
osso longo	ave
quela - frag.	crustáceo
dente	mamífero
falange	mamífero
fêmur - frag	mamífero
metapodial	mamífero
placa	mamífero
úmero	mamífero
vértebra	mamífero
ulna	mamífero ?
acúleo	peixe
acúleo dorsal	peixe
acúleo lateral	Peixe
angular	peixe
articular	peixe
atlas	Peixe
cintura escapular	Peixe
cleitro	peixe
costela	peixe
crânio	Peixe
dentário	peixe
dente	peixe
escama	peixe
escápula	peixe
espinho	Peixe
frontal	peixe
hióide	peixe
hiomandibular	peixe
hiperosotose	Peixe

hural	peixe
maxilar	peixe
nadadeira caudal	peixe
occipital	peixe
opercular	peixe
otólito	peixe
paraesfenóide	peixe
placa	peixe
placa dentária.	peixe
placa faringeana	peixe
pré maxilar	peixe
pterifióforo	peixe
quadrado	peixe
raio	peixe
subopercular	peixe
supraoccipital	peixe
vértebra	peixe
vértebra cartilaginosa	peixe
vomer	peixe
vértebra	réptil

## APÊNDICE 3

### Classificação Taxonômica das Espécies Animais Identificadas na Pesquisa

#### Vertebrados

- Cl. Mamifera.
  - O. Marsupialia
    - F. Didelphinidae
      - *Didelphis sp* (Gambá)
  - O. Edentata
    - F. Dasypodidae
      - *Dasypus novemcinctus* (Tatu-galinha)
  - O. Perissodactyla
    - F. Tapiridae
      - *Tapirus terrestris* (Anta)
  - O. Artiodactyla
    - F. Tayassuidae
      - *Tayassu sp* (Porco do mato)
      - *Tayassu pecari* (Queixada)
      - *Tayassu tajacu* (Cateto)
  - O. Rodentia
    - F. Hydrochaeridae
      - *Hydrochaeris hydrochaeris* (Capivara)
    - F. Caviidae
      - *Cavia sp* (Prea)
    - F. Dasyproctidae
      - *Agouti paca* (Paca)
      - *Dasyprocta azarae* (Cutia)
- Cl. Reptilia
  - O. Chelonia
    - (Tartaruga-marinha)
  - O. Crocodilia
    - *Caiman latirostris* (Jacaré)
- Cl. Condricthyes
  - O. Squaliformes
    - F. Odontaspidae
      - *Odontaspis taurus* (Cação)
    - F. Lamnidae
      - *Carcharodon carcharias* (Anequim)
    - F. Carcharhinidae
      - *Galeocerdo cuvier* (Tintureira)
    - F. Sphyrnidae

- *Sphyrna sp* (Cação-martelo)
  - *Aprionodon isodon* cação
  - *Isurus oxyrinchus* cação
- O. Batoidea
  - (raias com esporões)
- 
- Cl. Osteichyties
  - O. Perciformes
    - F. Ehippidae
      - *Chaetodipterus faber* (Enxada ou Paru)
    - F. Lutjanidae
      - *Lutjanus sp* (Caranha)
    - F. Pomadasyidae
      - *Conodon nobilis* (Roncador)
    - F. Sparidae
      - *Archosargus sp* (Sargo-de-dente)
    - F. Sciaenidae
      - *Pogonias chromis* (Miraguaia)
      - *Micropogonias furnieri* (Corvina)
      - *Cynoscion petranus* (Pescada)
      - *Bairdiella ronchus* (Cangauá)
  - O. Siluriformes
    - F. Ariidae
      - (Bagre)
  - O. Percomorphi
    - F. Trichiuridae
      - *Trichiurus lepturus* (Peixe-espada)
  - O. Plertognathi
    - F. Tetraodontidae
      - *Lagocephalus laevigatus* (Baiacu)
    - F. Diodontidae
      - *Diodon sp* (Baiacu-de-espinho)
    - F. Muraenidae
    - F. Centropomidae
      - *Centropomus parallelus* (Robalo)
    - F. Haemulidae
      - *Anisotremus surinamensis* (Sargo)
    - F. Pimeloridae
      - *Rhandia sp* (Jundiá)
    - F. Erythrinidae
      - *Hoplias sp* (Traíra)
      - *Hypostomus sp* (Cascudo)

## Cl Bivalvia

- O. Arcoida
  - F. Arcoidea
    - *Anadara sp*
- O. Mytiloidea
  - F. Mytiloidea
    - *Perna perna* (Marisco)
- O. Piteroidea
  - F. Ostreoidea
    - *Ostrea sp* (Ostra)
    - *Crassostrea rhizophorae* (Ostra)
- O. Veneroidea
  - F. Lucinoidea
    - *Lucina pectinata* (Ameijoa)
  - F. Cardiidae
    - *Trachycardium muricatum*
  - F. Veneridae
    - *Anomalocardia brasiliiana* (Berbigão)
  - F. Solecurtidae
    - *Tagelus pebleus*
  - F. Donacidae
    - *Donax hanleyanus* (Moçambique)
  - F. Tellinidae
    - *Macoma constricta*
  - F.?
    - *Diplodon sp*

## Cl. Gastropoda

- O. Archaeogastropoda
  - F. Neritidae
    - *Neritina virginea*
- O. Mesogastropoda
  - F. Cerithidae
    - *Cerithium atratum*
  - F. Vitrinellidae
    - *Vitrinella filifera*
  - F. Rissoidea
    - *Rissoina sp*
- O. Neogastropoda
  - F. Thaididae
    - *Thais haemastoma*
  - F. Nassariidae

- *Nassarius sp*
- F. Olividae
  - *Olivella sp*
- O. Cephalaspidea
  - F. Bullidae
    - *Bulla striata*
    - *Chicoreus senegalensis*